

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

LORENA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORGES

“MEU CORPO, MINHAS REGRAS”
REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DE GÊNERO
NOS DISCURSOS DE ATIVISTAS (TRANS)FEMINISTAS

Brasília
2018

LORENA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORGES

**“MEU CORPO, MINHAS REGRAS”
REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DE GÊNERO
NOS DISCURSOS DE ATIVISTAS (TRANS)FEMINISTAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Linguística.

Área de Concentração: Linguagem e Sociedade
Linha de Pesquisa: Discursos, Representações Sociais e Textos

Orientadora: Dra. Maria Izabel Magalhães

**Brasília
2018**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B" Borges, Lorena Araújo de Oliveira
 "Meu corpo, minhas regras": representações e identidades
 de gênero nos discursos de ativistas (trans)feministas /
 Lorena Araújo de Oliveira Borges; orientador Maria Izabel
 Magalhães. -- Brasília, 2018.
 308 p.

 Tese (Doutorado - Doutorado em Linguística) --
 Universidade de Brasília, 2018.

 1. Linguística. 2. Estudos de Gênero. 3. Estudos
 Feministas. 4. Análise de Discurso Crítica. 5. Corpo
 feminino. I. Magalhães, Maria Izabel, orient. II. Título.

**“MEU CORPO, MINHAS REGRAS”
REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DE GÊNERO
OS DISCURSOS DE ATIVISTAS (TRANS)FEMINISTAS**

LORENA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORGES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutora em Linguística, área de concentração: *Linguagem e Sociedade*, defendida em 14 de dezembro de 2018.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Izabel Magalhães
(Presidente – LIP/UnB)

Profa. Dra. Viviane Cristina Vieira
(Membro Efetivo Interno – LIP/UnB)

Profa. Dra. Érica Renata de Souza
(Membro Efetivo Externo – UFMG)

Profa. Dra. Maria Carmen Aires Gomes
(Membro Efetivo Externo – UFV)

Profa. Dra. Juliana de Freitas Dias
(Membro Suplente – LIP/UnB)

A todas as ativistas (trans)feministas que lutam
cotidianamente para transformar esse mundo num
lugar melhor para todas nós.

Minha luta, sua luta, nossa luta!

Marielle Franco, presente!

Matheusa Passarelli, presente!

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta investigação, fui beneficiada pelo auxílio de diversas pessoas e instituições. Àquelas que me apoiaram tanto, devoto todo o meu carinho e consideração. O percurso de um doutoramento é demorado, estressante e, por vezes, fatigante. São aquelas que nos acompanham e as relações que estabelecemos ao longo dessa jornada que tornam esse caminho mais leve.

Nesse sentido, primeiramente, gostaria de agradecer a todas as (trans)ativistas que acreditaram neste trabalho e aceitaram participar desta pesquisa, contribuindo com suas histórias de vida, ansiedades e devaneios. Gostaria de poder assinar o nome de todas vocês nesta tese, mas o Comitê de Ética e o gênero textual me impedem até mesmo de revelar quem vocês são. Para mim, vocês são guerreiras do cotidiano, aquelas que lutam para construir um lugar melhor para todas nós. A vocês, todo o meu respeito, carinho e admiração. Vocês são demais!

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Izabel Magalhães, pela liberdade intelectual e pelo estímulo para que eu me aprofundasse em temas tão espinhosos. Sem todo esse apoio, este trabalho, com certeza, não seria possível.

Às professoras Dra. Viviane Cristina Vieira e Dra. Maria Carmen Aires Gomes, pelas constantes intervenções e contribuições ao longo deste percurso. Foi uma honra poder compartilhar a construção deste trabalho com duas mulheres tão comprometidas com o (re)pensar do feminino por meio dos discursos.

À professora Dra. Érica Renata de Souza, por aceitar fazer parte da banca de avaliação e pelas contribuições dadas a este trabalho.

A todas as professoras do Programa de Pós-Graduação em Linguística que cruzaram meu caminho e generosamente contribuíram para minha formação, especialmente às Profas. Dra. Juliana Freitas Dias e Dra. Edna Cristina Muniz da Silva, pela paciência e dedicação com minha formação. Obrigada pela possibilidade de me ver rodeada por mestres brilhantes e extremamente competentes.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e às suas servidoras, especialmente à Raquel Matos, pela incansável disponibilidade para lidar com uma discente hiperativa. Vocês nunca me deixaram na mão e, com certeza, isso tornou o meu doutoramento muito mais produtivo.

À Capes, pela bolsa concedida, o que me possibilitou desenvolver a presente pesquisa com tranquilidade. Sem esse auxílio financeiro, esta e muitas outras importantes investigações não seriam passíveis de realização no contexto brasileiro.

Aos meus pais, Rosilda Araújo de Oliveira e Neucírio Ricardo de Azevedo, incrédulos, por vezes, em minha capacidade de realizar este sonho, mas sempre lá: um porto seguro nos momentos de necessidade; um colo na hora do choro; e uma risada, regada a bons vinhos, na hora de celebrar a vida.

Ao meu irmão, Daniel Araújo Azevedo. A vida é melhor porque eu tenho a oportunidade de ver você crescer e amadurecer. Orgulho-me imensamente por poder fazer parte de sua jornada.

Às amigas, quaisquer que sejam as identidades de gênero que elas performatizem, pelas discussões acaloradas que contribuíram para a construção desta investigação, pelo ombro generoso nos momentos de dificuldade e pela compreensão em relação às constantes ausências. Obrigada por entenderem a importância deste trabalho em minha vida.

Ao meu eterno companheiro, Marcos Paulo de Melo Ramos. Obrigada pela possibilidade de estressar os limites da nossa realidade e por nunca se esconder atrás de papéis sociais. Obrigada por crescer comigo nessa jornada e por contribuir generosamente com ela. Obrigada por ser e estar sempre aqui comigo, dialogando, construindo novas realidades e novos futuros. Obrigada por não me forçar a ser uma com você, mas por me estimular a ser milhares em mim mesma. Celebro a vida ao seu lado com a certeza de que eu viveria essa mesma vida, infinitas vezes, sem me arrependeu de nada. Amo-te cosmicamente!



Isto não é um corpo feminino¹

¹ Numa releitura da clássica inscrição da pintura *A traição das Imagens*, de René Magrite (1929), *Ceci n'est pas une pipe* (Fonte: Itaipava/Divulgação).

RESUMO

Situada na intersecção entre os Estudos de Gênero e a Análise de Discurso Crítica, especialmente em sua versão Feminista, a presente investigação analisa como as (trans)feministas brasileiras estão (re)configurando discursivamente os corpos femininos e de que maneira essa mudança discursiva está interferindo no processo de construção identitária dessas ativistas e contribuindo para a desestabilização de práticas de gênero hegemônicas. Como pesquisa qualitativa feminista de cunho (n)etnográfico, este estudo focou nos seguintes objetivos específicos: (i) investigar a forma como os corpos femininos estão sendo representados discursivamente pelas ativistas (trans)feministas; (ii) identificar quais vozes estão sendo mobilizadas por essas agentes para legitimar suas (inter)ações sociais e como elas aparecem nos discursos; (iii) analisar como as identidades das ativistas (trans)feministas estão sendo configuradas por meio da linguagem que elas mobilizam para representar seus corpos. O *corpus* analisado foi composto por textos produzidos por ativistas e divulgados em espaços que se autodeclaram (trans)feministas, imagens publicadas em páginas do Facebook de coletivos (trans)feministas e por dados gerados em grupos focais. Para realizar a análise linguístico-discursiva, pautei-me nas seguintes categorias: no significado representacional, selecionei a interdiscursividade, analisada com o auxílio do estudo das relações semânticas e da multimodalidade; no significado identificacional, foquei no estudo da intertextualidade e das metáforas. O estudo aponta que ao mesmo tempo em que buscam configurar novas representações para os corpos femininos, as ativistas (trans)feministas precisam negociar constantemente suas identidades de gênero no embate que se estabelece entre os discursos masculinistas e os discursos (trans)feministas, sustentando identidades políticas e sociais que se configuram como *mosaicas*.

Palavras-chave: Corpos femininos; Discursos; Representações; Identidades de Gênero.

ABSTRACT

Situated in the intersection between Gender Studies and Critical Discourse Analysis, especially in its Feminist version, this research analyzes how the Brazilian (trans)feminists are (re)configuring the female bodies and how this discursive change is interfering in the process of identity construction of these activists and contributing to the destabilization of recurrent gender practices. As a feminist qualitative research of (n)ethnographic nature, this study focused on the following specific objectives: (i) to investigate how feminine bodies are being represented discursively by feminist (trans)activists; (ii) identify which voices are being mobilized by feminist (trans)activists to legitimize their (inter)social actions and how they appear in discourses; (iii) to analyze how the identities of (trans)feminist activists are being shaped by the language they mobilize to represent their bodies. The *corpus* analyzed was composed by texts produced by activists and disseminated in spaces that were self-described as (trans)feminists, images published on Facebook pages of (trans)feminists collectives and data generated in focus groups. To perform the linguistic-discursive analysis, I took the following categories: in the representational meaning, I selected interdiscursivity, analyzed with the aid of the study of semantic relations and multimodality; in identifying meaning, I focused on the study of intertextuality and metaphors. The study points out that while seeking to shape new representations for women's bodies, (trans)feminist activists need to constantly negotiate their gender identities in the clash between masculinists discourses and (trans)feminist discourses, supporting political and social identities understood as *mosaics*.

Keywords: Female bodies; Discourses; Representations; Gender Identities.

RESUMÉ

Située à l'intersection des études de genre et de l'analyse du discours critique, en particulier dans sa version féministe, cette recherche analyse comment les (trans)féministes brésiliennes (re)configurent les corps féminins et comment ce changement discursif interfère dans le processus de construction identitaire de ces activistes contribuant à la déstabilisation des pratiques de genre hégémoniques. En tant que recherche qualitative ethnographique et féministe, cette étude s'est concentrée sur les objectifs spécifiques suivants: (i) étudier comment les corps de femmes sont représentés de manière discursive par des activistes (trans)féministes; (ii) identifier quelles voix sont mobilisées par ces agents pour légitimer leurs actions (inter)sociales et comment elles apparaissent dans les discours; (iii) analyser comment l'identité des militantes (trans)féministes est façonnée par le langage qu'ils mobilisent pour représenter leur corps. Le corpus analysé était composé de textes produits par des militants et disséminés dans des espaces autoproclamés (trans)féministes, d'images publiées sur des pages Facebook de collectifs (trans)féministes et de données générées par des groupes de discussion focaux. Pour effectuer l'analyse linguistique-discursive, j'ai choisi les catégories suivantes: dans le sens de la représentation, j'ai sélectionné l'interdiscursivité, analysée à l'aide de l'étude des relations sémantiques et de la multimodalité; en le sens de l'identifiant, je me suis concentré sur l'étude de l'intertextualité et des métaphores. L'étude souligne que, tout en cherchant à façonner de nouvelles représentations du corps des femmes, les activistes (trans) féministes doivent constamment négocier leurs identités de genre dans le choc des discours masculinistes et des discours (trans) féministes, en soutenant des identités politiques et sociaux qui sont configurés comme des mosaïques.

Mots clés: Corps de femmes; Discours; Les représentations; Identités de genre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Os três estratos da realidade segundo o Realismo Crítico (RESENDE, 2008, p. 47).....	106
Figura 2. Modelo Transformacional da Atividade Social (MAGALHÃES et al., 2017, p. 199).....	107
Figura 3. Texto em contexto (FUZER; CABRAL, 2014).....	119
Figura 4. Coordenando a interação e a coleta de dados online e face a face (KOZINETS, 2014, p. 68).....	154
Figura 5. Mensagem inicial enviada para todas as participantes convidadas a participar do estudo.....	166
Figura 6. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico.....	174
Figura 7. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico	174
Figura 8. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico	174
Figura 9. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico	174
Figura 10. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico.....	175
Figura 11. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico.....	175
Figura 12. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico.....	175
Figura 13. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico.....	175
Figura 14. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico.....	176
Figura 15. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico.....	176
Figura 16. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico.....	176
Figura 17. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico.....	176
Figura 18. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico.....	177
Figura 19. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico.....	177
Figura 20. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico.....	177
Figura 21. Resignificação (Foto: Maria Ribeiro / Nós, Madalenas)	185
Figura 22. Globeleza 2017 (Foto: Ramón Vasconcelos/TV Globo).....	192
Figura 23. Violência contra a mulher trans (Fonte: Feminismo sem Demagogia). .	210

Figura 24. Cartaz da campanha <i>Don't be that guy</i> , da entidade Sexual Assault Voices of Edmonton, traduzido por ativistas feministas para o português (Fonte: Feminismo sem Demagogia)	211
Figura 25. Corpo feminino submetido aos discursos sexistas (Fonte: Empodere Duas Mulheres).....	214
Figura 26. Posição da Secretária de Mulheres é contra-argumentado pela atriz Leandra Leal (Fonte: Não Me Kahlo)	215
Figura 27. Posição da atriz Fernanda Torres é contra-argumentada por meio de dados do Dossiê de Violência Contra as Mulheres (Fonte: Feminismo Sem Demagogia)	215
Figura 28. Reportagem da revista Veja São Paulo recontextualizada pelas ativistas feministas (Fonte: Não Me Kahlo)	216
Figura 29. Post no Facebook da política Denise de Abreu, candidata do Partido da Mulher Brasileira à Prefeitura de São Paulo, em 2016 (Fonte: Não Me Kahlo).	217
Figura 30. Ativista posicionando-se contra a exploração do corpo feminino negro (Fonte: Feminismo sem Demagogia)	220
Figura 31. Kim Kardashian refletindo sobre empoderamento (Fonte: Empodere Duas Mulheres).....	221
Figura 32. Personagens femininas de filmes de super-heróis são usadas para questionar comportamentos sexistas (Fonte: Empodere Duas Mulheres).....	222
Figura 33. Personagem feminina negra substitui homem branco como “Homem” de Ferro (Fonte: Não Me Kahlo)	223
Figura 34. Chimamanda Nigouche em palestra proferida para o evento TDex (Fonte: Feminismo Sem Demagogia).....	224
Figura 35. Frase icônica proferida por Nina Simone (Fonte: Empodere Duas Mulheres).....	225
Figura 36. Representação da relação que a mulher deve estabelecer com seu corpo (Fonte: Empodere Duas Mulheres)	226
Figura 37. Processo acional para representar a relação da mulher com seu próprio corpo (Fonte: Empodere Duas Mulheres)	227
Figura 38. Representação do corpo feminino que deve ser amado por meio da composição imagética (Fonte: Feminismo Sem Demagogia).....	228
Figura 39. Representação da relação que a mulher deve estabelecer com o próprio corpo (Fonte: Empodere Duas Mulheres)	229

Figura 40. Representação do Processo Simbólico Atributivo na percepção da GDV
(Fonte: Empodere Duas Mulheres).231

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Estratificação da realidade (BHASKAR, 1998: 41).....	106
Quadro 2. Relação entre variável, metafunção e sistema léxico-gramatical na LSF	120
Quadro 3. Componentes da oração	121
Quadro 4. Processos, participantes e circunstâncias na LSF	123
Quadro 5. Tipos de modalidade	125
Quadro 6. Função Representacional na GDV	132
Quadro 7. Função Interativa na GDV	134
Quadro 8. Função composicional na GDV	135
Quadro 9. Subsistema da Atitude.....	138
Quadro 10. Subsistema da Gradação	139
Quadro 11. Subsistema do Engajamento	140
Quadro 12. Mapa epistemológico para ADC baseado em decisões ontológicas, epistemológicas e metodológicas.....	157
Quadro 13. Tipos de dados que compõem o <i>corpus</i> desta pesquisa	158
Quadro 14. Textos selecionados para a análise textual	161
Quadro 15. Categorias de Análise do <i>corpus</i> da pesquisa	168
Quadro 16. Relações semânticas em torno do corpo feminino.....	180
Quadro 17. Texto <i>Senão nossos corpos</i>	181
Quadro 18. Relações semânticas em torno do corpo trans*	182
Quadro 19. Texto <i>Como amar um corpo fora do padrão?</i>	186
Quadro 20. Relações semânticas em torno do corpo perfeito e do corpo fora do padrão.....	190
Quadro 21. Texto <i>Nós, mulheres negras, queremos o fim da GLOBELEZA</i>	193
Quadro 22. Relações semânticas em torno do corpo negro	195
Quadro 23. Retextualização do texto <i>Tour pelo meu corpo</i>	198
Quadro 24. Relações semânticas em torno do corpo gordo	201
Quadro 25. Práticas socioculturais	262
Quadro 26. Texto <i>Confesso: sou feminista mas não consigo amar meu corpo</i>	267

CONVENÇÕES PARA TRANSCRIÇÃO

Ocorrências	Sinal
Interrupções no fluxo de fala	/
Entonação enfática	MAIÚSCULA
Parte omitida	(...)
Fala simultânea	[]
Voz de outrem na fala das participantes	“ ”
Incompreensão das palavras ou segmentos	(incompreensível)

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com orientações de Magalhães (2000)

LISTA DE SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
ADCF	Análise de Discurso Crítica Feminista
GDV	Gramática do Design Visual
LSF	Linguística Sistêmico-Funcional
MTAS	Modelo Transformacional da Atividade Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
PRÓLOGO. RECORTES ONTOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS.....	34
Da ontologia: um outro projeto de humanidade.....	35
Da epistemologia: os feminismos do sul	38
CAPÍTULO 1. “NOSSO CORPO NOS PERTENCE”: O CORPO FEMININO NOS REGIMES DE INTELIGIBILIDADE (TRANS)FEMINISTAS.....	42
1.1 O corpo nos pensamentos (trans)feministas: perspectivas históricas	43
1.2 “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”	47
1.3 O corpo essencializado	49
1.4 O corpo socialmente construído.....	53
1.5 O corpo racializado	56
1.6 O corpo trans*	59
1.7 O corpo discursivizado.....	63
1.8 Algumas considerações	67
PARTE I. APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	69
CAPÍTULO 2. PENSAR O GÊNERO: PROBLEMÁTICAS FEMINISTAS E <i>QUEERS</i>	70
2.1 Os estudos de gênero	71
2.1.1 Estudos feministas	72
2.1.2 Os estudos queer ou transviados	77
2.1.3 Notas sobre o feminismo queer	80
2.2 Questões de gênero.....	82
2.2.1 Gênero e sexo	83
2.2.2 Saber-poder	86
2.2.3 Desconstrução.....	89

2.2.4 Identidade.....	92
2.2.5 Performatividade	96
2.3 Ativismos (trans)feministas no contexto dos movimentos sociais de rede...	97
2.4 Algumas considerações	100
CAPÍTULO 3. TEORIA SOCIAL DO DISCURSO: ARTICULAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E SOCIEDADE	102
3.1 Análise de Discurso Crítica	104
3.1.1 Análise de Discurso Crítica Feminista	108
3.2 O discurso nas práticas sociais	111
3.2.1 Poder / Hegemonia.....	114
3.2.2 Mudança Social	116
3.3 ADC e análise textual.....	118
3.3.1 Metafunção ideacional.....	120
3.3.2 Metafunção interpessoal.....	123
3.3.3 Metafunção textual	126
3.4 ADC e análise discursiva	126
3.4.1 Significado acional.....	127
3.4.2 Significado representacional.....	128
3.4.2.1 Interdiscursividade	129
3.4.2.1.1 Relações semânticas	129
3.4.2.1.2 Multimodalidade	131
3.4.3 Significado identificacional.....	135
3.4.3.1 Intertextualidade.....	136
3.4.3.1.1 Avaliação	137
3.4.3.2 Metáfora.....	141
3.5 Algumas considerações	142
CAPÍTULO 4. PERCURSOS METODOLÓGICOS: DA TEORIA À PRÁTICA	143
4.1 Planejamento da pesquisa	144
4.2 A pesquisa qualitativa	145
4.2.1 Pesquisa qualitativa feminista.....	147
4.2.2 Considerações sobre ética	149
4.3 Da etnografia à netnografia.....	152

4.4 O arcabouço metodológico da ADC	155
4.5 Procedimentos de coleta e geração de dados.....	158
4.5.1 Dados multifocais	159
4.5.1.1 Observação participante	159
4.5.1.2 Documentos	160
4.5.2 Dados verbais.....	162
4.5.2.1 Grupos focais	162
4.5.2.1.1 Participantes	164
4.5.2.1.2 Transcrição dos dados	167
4.6 Categorias de análise e de interpretação dos dados.....	167
 PARTE II. ANÁLISE DOS DADOS.....	 170
 CAPÍTULO 5. RECONFIGURAÇÕES SEMÂNTICAS: CORPOS FEMININOS REPLETOS DE SENTIDOS	 171
5.1 O corpo em textos de ativistas (trans)feministas	172
5.1.1 Textos 1. Campanha Meu Corpo não é Público.....	172
5.1.2 Texto 2. Senão nossos corpos	181
5.1.3 Texto 3. Como amar um corpo fora do padrão?	184
5.1.4 Texto 4. Nós, Mulheres negras, queremos o fim da Globeleza	192
5.1.5 Texto 5. Tour pelo meu corpo	197
5.2 Os diversos corpos femininos	202
5.2.1 O corpo feminino violentado	203
5.2.2 O corpo feminino posicionado	204
5.2.3 O corpo feminino que deve ser amado	204
5.2.4 O corpo feminino identidade	205
5.3 Algumas considerações	206
 CAPÍTULO 6. SENTIDOS MULTIMODAIS: A REPRESENTAÇÃO VISUAL DOS CORPOS FEMININOS	 208
6.1 Os corpos femininos em textos multimodais	210
6.1.1 O corpo feminino violentado	210
6.1.1.1 O corpo feminino violentado fisicamente	210
6.1.1.2 O corpo feminino violentado simbolicamente	212

6.1.2 O corpo feminino posicionado	219
6.1.3 O corpo feminino que deve ser amado	226
6.2 o corpo feminino entre discursos.....	231
6.2.1 Discursos masculinistas	232
6.2.2 Discursos (trans)feministas.....	233
6.3 Algumas considerações	235
CAPÍTULO 7. CONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS: VOZES E METÁFORAS NOS CORPOS (TRANS)FEMINISTAS	237
7.1 Engajando-se com os discursos: as vozes que atravessam os corpos (trans)feministas	238
7.1.1 Vozes masculinas.....	239
7.1.2 Vozes genéricas	241
7.1.2.1 'As pessoas'	242
7.1.2.2 Vozes indeterminadas.....	243
7.1.2.3 O movimento (trans)feminista	245
7.1.3 Vozes femininas	246
7.2 Meu corpo, minhas identidades: as metáforas na configuração dos corpos (trans)feministas	250
7.2.1 Meu corpo, meus limites	251
7.2.2 Meu corpo, minha (re)existência.....	254
7.2.3 Meu corpo, minhas performances.....	257
7.3 Algumas considerações	258
CAPÍTULO 8. "NOSSOS CORPOS EXISTEM": UMA CRÍTICA EXPLANATÓRIA	261
8.1 Sentidos em disputa.....	263
8.2 Das mudanças discursivas às mudanças sociais.....	266
8.3 'Nossos corpos existem'	269
8.4 Pensando as identidades mosaicas	271
8.5 Algumas considerações	274
CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES SOBRE A INVESTIGAÇÃO	276

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	281
ANEXOS.....	298
ANEXO A. PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	299
APÊNDICES	301
APÊNDICE A. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	302
APÊNDICE B. TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM E VOZ PARA FINS DE PESQUISA.....	304
APÊNDICE C. QUESTIONÁRIO INICIAL.....	305
APÊNDICE D. TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	307

INTRODUÇÃO

“Não serei interrompida! Não aturo o
interrompimento dos vereadores dessa casa,
não aturarei o cidadão que não sabe ouvir a
posição de uma mulher eleita”

Marielle Franco

Esta tese é um choro, um debulhar de lágrimas, uma luta que ecoa por gerações. Esta introdução foi escrita sob a dor de mais uma perda para as lutas (trans)feministas²: Marielle Franco ousou falar; arriscou-se a ocupar espaços frequentemente interditados às mulheres, especialmente mulheres negras, lésbicas, feministas; atreveu-se a calar aqueles que não estão acostumados a serem silenciados. Mas o choro aqui não é apenas pela execução de Marielle Franco, é pelas incontáveis mulheres³ – trans⁴, travestis⁵ e cis⁶ – e travestis que vêm sendo executadas por ousarem ocupar espaços que não estão socialmente disponíveis a nós. Eu não conhecia Marielle até o momento em que ela foi executada, mas sei que é a luta dela e a de várias outras ativistas, as conquistas bravamente disputadas ao longo de gerações, que me permitiram ocupar o espaço que ocupo, pesquisar o que pesquisei, falar o que falo. As vozes de minhas antepassadas vibram em minha

² Ao colocar *trans* entre parênteses, pretendo destacar o fato de que este estudo investiga as representações e as identidades de gênero de ativistas feministas trans* e cis, evitando, assim, incorrer na invisibilização – ainda que não intencional – que o uso do termo genérico *feminismo* pode acarretar.

³ Quando não houver nenhum tipo de especificação, o termo *mulher(es)* será usado, nesta tese, para se referir a todas as identidades de gênero femininas que se identificam como mulheres, ou seja, mulheres trans, mulheres travestis e mulheres cis.

⁴ *Trans* é um prefixo latino que significa “além de, para lá de”. É utilizado para fazer referência a pessoas que reivindicam um gênero diferente daquele com o qual foram registradas quando nasceram. Quando o termo trans vem acompanhado de um asterisco, indica a configuração de um termo guarda-chuva, que engloba diferentes identidades, como transexuais, transgêneros, travestis, entre outras.

⁵ Há travestis que se reconhecem como mulheres e há travestis que não se reconhecem como mulheres. Em respeito a todas essas identidades de gênero femininas, faço a distinção entre mulheres travestis e travestis.

⁶ *Cis* é um prefixo latino que significa “aquém, da parte de cá de”. A pessoa *cis* é aquela que possui o mesmo gênero que lhe foi atribuído quando nasceu.

existência e ecoam nas ideias que serão expostas aqui. Esta tese é um grito feminista!

Possuir uma identidade de gênero feminina, qualquer que seja ela, num país como o Brasil é um constante exercício de (re)existência. Dados do Observatório Trans mostram que, em 2017, 175 mulheres trans, mulheres travestis e travestis foram vítimas de homicídio ao longo do ano, uma média de um caso a cada dois dias (NOGUEIRA; CABRAL, 2018). Em relação às identidades femininas cis, dados divulgados no 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM, 2017) indicam que, em 2016, 503 mulheres cis foram vítimas de agressão física a cada hora, uma média de uma vítima a cada 7,2 segundos; a cada onze minutos, um estupro foi registrado entre mulheres cis, totalizando quase 50 mil ocorrências no ano; a cada duas horas, uma mulher cis foi assassinada, um total de 4606 ocorrências ao longo do ano, sendo que 13,5% (621 casos) dessas mortes foram classificadas como feminicídio⁷. Esses dados alarmantes indicam que a violência física, chegando ao (trans)feminicídio, é parte do cotidiano de milhares de mulheres e travestis no Brasil. É contra dados como esses que Marielle e centenas de outras ativistas (trans)feministas, do presente e do passado, levanta(ra)m suas vozes cotidianamente.

Ser reconhecida como uma mulher ou uma travesti num contexto social como o brasileiro implica estar situada em um *locus* de vulnerabilidade (BUTLER, 2015a), passível de ser submetida a atos de violência que se intensificam conforme o corpo violado destoa daquilo que é percebido como *aceitável* pela lógica masculinista (BORDO, 1986; 1989) que predomina no pensamento hegemônico ocidental (cf. Prólogo). Foi o reconhecimento da recorrente desvalorização do feminino em nossa sociedade e a percepção de que é o corpo que carrega explicitamente os marcadores da identidade de gênero de uma pessoa – bem como os de raça, etnia, sexualidade, classe social, estética corporal, entre outros – que me levaram a propor

⁷ “O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante” (BRASIL, 2013, p. 1003). A lei que estabelece o crime de feminicídio (Lei nº13.104) entrou em vigor apenas em 2015 e as especificidades deste tipo de homicídio ainda estão sendo discutidas nas instâncias políticas. Nesse sentido, o feminicídio ainda carece de estatísticas confiáveis que elucidem a real dimensão desse problema no contexto brasileiro.

o projeto de pesquisa *Corpos que resistem: representações e identidades de gênero nas práticas discursivas dos movimentos feministas contemporâneos* (ANEXO A), culminando na escrita da presente tese.

Ao longo de vários séculos, o corpo foi problematizado pelo conhecimento ocidental hegemônico, tanto filosófico quanto científico, sem, entretanto, ganhar um papel central nas discussões. Antes do século XVIII, ele foi privilégio da filosofia e entendido por meio de relações binárias: corpo *versus* razão, corpo *versus* alma ou corpo *versus* mente. Para os filósofos antigos, entre eles Sócrates, Platão e Aristóteles, o corpo era um entrave entre o indivíduo e a razão, fomentador de enganos e ilusões, palco de necessidades mundanas que atrapalhavam a investigação da alma. A partir do século V, influenciados pelos preceitos do cristianismo, filósofos como Agostinho e Tomás de Aquino intensificaram ainda mais a separação já existente entre alma e corpo, entendendo este como a casa dos pecados, lugar dos vícios e da depravação; a salvação seria uma consequência da elevação da alma, decorrente da negação das necessidades corporais. A partir do século XVIII, período atravessado pelos ideais iluministas, o corpo começa a ser encarado de um ponto de vista cientificista, especialmente após Descartes (2004) propor a separação entre a matéria física e a matéria pensante. Desse momento em diante, o corpo passa a ser entendido como uma substância com relações mecânicas entre suas partes, preocupação, portanto, das ciências naturais, estudado não como um todo, mas apenas em suas funções biológicas.

O corpo começa a ser problematizado pelos estudos sociológicos a partir do século XIX, mas ainda continua sendo relegado a um papel secundário. Ora era entendido como uma consequência do meio social e cultural (VILLERME, 1840; MARX, 1988); ora, era encarado como o elemento determinante da condição social, numa clara influência do determinismo biológico (GALTON, 1874); ora, era percebido como uma organicidade, competência da medicina e da biologia (DURKHEIM, 1938). Na virada do século XIX para o século XX, alguns estudos começaram a tangenciar a noção de uma corporeidade socialmente construída (HERTZ, 1960; MAUSS, 1960; MEAD, 1934; ELIAS, 1994; EFRON, 1941), mas,

ainda assim, o corpo permanecia aprisionado a suas ações e a seus usos sociais, sendo reconhecido como um mero aparato biológico.

Esse modo de perceber e compreender o corpo começa a sofrer alterações no início da década de 1960, consequência das rupturas no pensamento da teoria social e das ciências humanas que levaram à fragmentação do sujeito pós-moderno (cf. HALL, 2006), dentre elas o feminismo. As discussões feministas realizadas nesse período fomentaram debates acerca do controle da fertilidade e do direito ao aborto, levando as mulheres a reclamarem seus corpos, entendendo-os como veículos de ação política. A natureza de conceitos como *mulher e homem, fêmea e macho, feminilidade e masculinidade* começou a ser questionada, pondo em xeque as bases ontológicas que sustentavam a diferença sexual. O corpo passou a ocupar o centro das discussões sobre o patriarcado, sendo considerado a base de toda a opressão feminina (FIRESTONE, 1971; MCDONOUGH; HARRISON, 1978; HARTMANN, 1979; RICH, 1980; WALBY, 1989), e as diferenças entre homens e mulheres começaram a ser compreendidas como decorrentes de fatores históricos e culturais e não apenas de fatores biológicos.

Foram também as teóricas feministas que perceberam a longa e extensa relação entre a desvalorização do corpo e a desvalorização do feminino (THREADCRAFT, 2016). Compreendido como incompleto, incapaz, insuficiente, o corpo feminino se tornou, ao longo da história, o argumento máximo para justificar a opressão e a submissão daquelas que se situavam em identidades de gênero femininas, estabelecendo relações desiguais que se sustentavam na diferenciação entre o feminino e o masculino. “Os discursos que nomearam o masculino e o feminino se inculcaram profundamente na cultura ocidental e estabeleceram a preponderância do masculino e a subordinação do feminino” (COLLING, 2014, p. 37). Isso porque, classicamente, a mente e a alma foram associadas a aspectos masculinos, enquanto o corpo, o irracional, foi vinculado ao feminino. Conforme Bordo (1993, p. 5, tradução nossa⁸) esclarece, “[...] qualquer que seja o contexto histórico específico da dualidade mente/corpo, o *corpo* é o termo negativo e se as mulheres são o *corpo*, então as mulheres representam essa negatividade”. Assim, variando de acordo com o contexto sócio histórico, o corpo feminino já foi compreendido como o responsável pela “distração do conhecimento, sedução para

⁸ No original: “[...] whatever the specific historical context of the (mind/body) duality, *the body* is the negative term and if woman is *the body*, then women *are* that negativity” (BORDO, 1993, p. 5).

longe de Deus, rendição ao desejo sexual, à violência ou à agressão, falta de vontade, até mesmo à morte” (BORDO, 1993, p. 5, tradução nossa⁹). Desvalorizado e descaracterizado, o corpo feminino foi historicamente configurado como a representação daquilo que deveria ser vigiado, controlado, punido, suprimido.

Na década de 1960, com a publicação do livro *Mística feminina* (1963), Friedan (1971) mostrou como as mulheres cis haviam sido mistificadas ao longo dos anos de 1930 e 1940, tendo seu papel social restringido ao casamento e à maternidade.

Todos afirmavam que seu papel [da mulher] era procurar realizar-se como esposa e mãe. A voz da tradição e da sofisticação freudiana diziam que não podia desejar melhor destino do que viver a sua feminilidade. Especialistas ensinavam-lhe a agarrar seu homem e a conservá-lo, a amamentar os filhos e orientá-los no controle de suas necessidades fisiológicas, a resolver seus problemas de rivalidade e rebeldia adolescente; a comprar uma máquina de lavar pratos, fazer pão, preparar receitas requintadas e construir uma piscina com as próprias mãos; a vestir-se, parecer e agir de modo mais feminino e a tornar seu casamento uma aventura emocionante; a impedir o marido de morrer jovem e aos filhos de se transformarem em delinquentes (FRIEDAN, 1971, p. 17).

Na época em que o livro foi publicado, a realidade brasileira não se distanciava da norte-americana. Em 1967, uma revista de grande circulação nacional publicou uma edição especial – que seria retirada das bancas pelos censores da ditadura militar – focada na *nova mulher brasileira* (REALIDADE, 1967). De acordo com a pesquisa realizada pela publicação, 81% das entrevistadas acreditavam que uma mulher cis, para se sentir realizada, precisava ser casada, mãe e dona de casa.

De acordo com Friedan (1971), a *mística feminina* construída em torno das mulheres cis era resultado não apenas da forma como as meninas eram educadas, mas também das representações que eram popularizadas em revistas femininas e propagandas. A mídia, a propósito, exerceu e ainda exerce um papel relevante na configuração – e coerção – do corpo feminino. Para Bordo (1997), adventos como o cinema e a televisão foram fundamentais para a forma como as normas de feminilidade passaram a ser transmitidas culturalmente. Del Priore (2000) aponta que, no começo do século XX, a fotografia, o cinema e a imprensa eram

⁹ No original: “[...] distraction from knowledge, seduction away from God, capitulation to sexual desire, violence or aggression, failure of will, even death” (BORDO, 1993, p. 5).

responsáveis por divulgar padrões a serem seguidos. Santaella (2008), por sua vez, entende a imprensa feminina como um dos mais importantes fatores de construção das identidades femininas. “É ela que vem proporcionando versões da feminilidade, padrões de moda, auto-estima, autonomia e autenticidade” (SANTAELLA, 2008, p. 105).

Com a disseminação dos meios de comunicação de massa, não havia mais a necessidade de se prescrever como deveria ser o *corpo feminino*, bastava mostrá-lo. A partir de então, as regulações passaram a ser de ordem estética, focadas na apresentação física, o que favoreceu a expansão da indústria dos cosméticos e das cirurgias plásticas. No final da década de 1920, o corpo magro passa a ser valorizado e o advento da dieta emerge como forma de controle do peso. Concursos de beleza, atrizes famosas, capas de revistas e diversas outras práticas sociais eram responsáveis por disseminar os novos valores em torno da aparência corporal das mulheres, transformando a *beleza* numa dimensão essencial da identidade feminina. Não se tratava mais ser apenas mãe ou esposa para se realizar, mas de ser socialmente reconhecida como bela¹⁰.

É nessa conjuntura que manchetes como *Celulite, ninguém merece!*, *Barriga sequinha, nove hábitos que parecem ajudar mas detonam seu #ProjetoVerão* ou *Beleza instantânea: a maquiagem que deixa seu corpo mais bonito e os tratamentos de efeito cinderela que realmente funcionam* ganham expressividade e passam a recheiar as capas das revistas femininas, todas elas assumindo o papel pedagógico de ensinar às mulheres os *truques fundamentais* para se alcançar o *corpo perfeito*. Se antes o corpo feminino estava submetido aos imperativos da natureza, agora era responsabilidade das mulheres alcançar a beleza. É o que indica a pesquisa realizada pela revista *Cláudia*, em 2013, em que apenas 12% das entrevistadas acreditavam que a genética determinava a beleza (BITTENCOURT, 2013).

Na busca por *beleza*, o corpo torna-se o principal alvo de mudanças. Em pesquisa realizada pelo Datafolha (BLANCO, 1996), em 1996, intitulada *Beleza a qualquer custo*, 50% das entrevistadas diziam estar insatisfeitas com seu peso e 55% gostariam de realizar algum tipo de cirurgia plástica. Os principais alvos do bisturi eram a barriga (16%), considerada a parte do corpo que as mulheres cis

¹⁰ É importante destacar que a noção de *beleza* de uma determinada sociedade não se fundamenta meramente em aspectos naturais do corpo, mas é o resultado de um intrincado encadeamento de relações de poder que determinam as formas que serão consideradas belas e, por conseguinte, aquelas que serão consideradas feias (cf. VIGARELLO, 2005).

menos gostavam (27%), os seios (12%) e o rosto (9%), este último a parte do corpo com que mais se preocupavam (29%). Esses números revelam como a magreza e a juventude são compreendidas como essenciais para a beleza feminina, já que, como Del Priore (2000) aponta, envelhecer e engordar são aspectos corporais que estão associados à perda de prestígio e ao afastamento do convívio social.

Ainda que massa moldável – seja por procedimentos estéticos ou pelos adereços que utilizamos sobre ele –, o corpo feminino não passa, ele mesmo, de uma construção social. Isso quer dizer que o status feminino não está vinculado, necessariamente, a uma materialidade supostamente *natural*, atrelada a qualquer aspecto biológico, como os órgãos sexuais, mas a uma leitura social do corpo da pessoa¹¹.

Quando alguém diz “você não é mulher”, imediatamente se pergunta “o que é mulher para você?”. Seja nos dispositivos discursivos que localizarão a verdade dos gêneros nos hormônios, nos cromossomos, nas estruturas neurais ou nas instituições disciplinares, em processos históricos, culturais e políticos, enfim, para onde quer que nos viremos, uma verdade é posta em cena: não há nenhum consenso sobre o que faz o feminino-feminino e o masculino-masculino (BENTO, 2015, p. 144).

Nesse sentido, a opressão do *feminino* nada mais é que a opressão de uma forma que se enquadra dentro dos espectros sociais do que é entendido como feminino: curvas, volumes, aspectos de fala e comportamento.

Assumindo que o corpo feminino é configurado e reconfigurado nas práticas sociais, submetido a relações de poder que o apresentam sempre como inadequado, a presente pesquisa se volta para a maneira como os discursos moldam esse processo. Para tanto, esta investigação tem a seguinte questão-problema:

Como as (trans)feministas brasileiras estão (re)configurando discursivamente os corpos femininos e de que maneira essa mudança discursiva está interferindo no

¹¹ Conforme veremos adiante, a interpretação/compreensão do *feminino* pode, inclusive, ser imputada a indivíduos reconhecidamente do gênero masculino, que passam a ser chamados de afeminados e submetidos a toda sorte de preconceitos por não corresponderem ao padrão de masculinidade configurado pelos discursos masculinistas hegemônicos.

processo de construção identitária dessas ativistas e potencialmente contribuindo para a desestabilização das práticas de gênero recorrentes?

Diante desse questionamento, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Investigar a forma como os corpos femininos estão sendo representados discursivamente pelas ativistas (trans)feministas;
2. Indicar quais vozes estão sendo mobilizadas pelas ativistas (trans)feministas para (des)legitimar suas (inter)ações sociais e como elas contribuem (ou não) para a desestabilização das práticas de gênero recorrentes;
3. Analisar como as identidades das ativistas (trans)feministas estão sendo configuradas por meio da linguagem que elas mobilizam para representar seus corpos.

A escolha do presente objeto de investigação – a saber, os discursos (trans)feministas acerca do corpo feminino – é parte da minha própria vivência e do longo caminho que percorri para me reconhecer e me posicionar como *mulher cis* e, principalmente, como *feminista*. Algumas pessoas poderiam perguntar: *como assim se reconhecer mulher cis se você nasceu mulher cis?* Se tem uma coisa que esta pesquisa me ensinou foi que ser reconhecida como mulher cis não significa, necessariamente, reconhecer-se como tal. A verdade é que eu não me situava em nenhum desses espaços – mulher cis e feminista – antes de iniciar este estudo; ao contrário, eu era situada neles por outras pessoas. Apenas quando o *ser mulher cis* foi jogado em minha cara em uma situação social costumeira, um debate entre amigas, foi que eu atinei para o fato de que a minha identidade de gênero limitava as minhas possibilidades de atuação no mundo e entendi que, para mudar essa situação, precisava começar a me situar ativamente e criticamente nas práticas sociais com as quais eu me engajava, dentre elas a pesquisa acadêmica, reconhecendo-me, então, como *feminista*.

Nesse sentido, a presente investigação é, ela mesma, um dos resultados do meu engajamento, tanto com os estudos/movimentos feministas quanto com os estudos/movimentos queer. Situa-se numa interseção entre os estudos de gênero e os estudos discursivos, sustentando-se, principalmente, nas propostas teórico-

metodológicas da Análise de Discurso Crítica (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003, 2006, 2010, 2016), especialmente a Análise de Discurso Crítica Feminista (LAZAR, 2005; 2007), e em outras perspectivas teórico-metodológicas com as quais elas dialogam, como a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), a Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006) e a Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005). Apesar de serem teorias diferentes, elas apresentam pontos de convergência importantes que permitem uma análise dos discursos que são produzidos e postos em circulação nas práticas sociais, seja para garantir a manutenção das ordens do discurso e dos mecanismos gerativos hegemônicos, seja para transformá-los.

Como exercício político, a presente investigação também assume o compromisso de pensar e repensar a língua na qual este trabalho é primeiramente escrito: o português. Os limites impostos pelo nosso sistema linguístico são palpáveis. Faltam palavras que deem conta da fluidez do sujeito pós-moderno, pois elas ainda estão por ser criadas. Uma vez que a língua portuguesa carece de morfemas realmente *neutros*¹², com palavras bem marcadas quanto ao gênero, privilegiamos o uso da forma feminina ao longo de todo o texto. Trata-se de uma escolha política que visa, em grande medida, fazer uma provocação a nossas interlocutoras – possuam elas identidades de gênero femininas ou masculinas. Algumas poderiam argumentar (e muitas já o fizeram): *mas isso é tentar combater a opressão oprimindo*. A meu ver, encontramos-nos demasiadamente imersas em mecanismos gerativos que primam pela opressão do feminino e qualquer ato político que permita o questionamento das categorias de objetivação cristalizadas por esses mecanismos como as únicas possíveis é válido. Assim, como a língua portuguesa tem um longo caminho a percorrer na busca por uma representação mais equânime das identidades de gênero, por que não colocá-la sob escrutínio também?

Seguindo as delimitações impostas pelo gênero discursivo *tese*, o presente trabalho foi dividido em um prólogo, oito capítulos e considerações finais, além

¹² No português, a gramática preconiza que a forma masculina é considerada neutra (não-marcada). Acredito, entretanto, que a neutralidade engendrada sob essa forma masculina serve, apenas, para invisibilizar o agenciamento feminino e, nesse sentido, posiciono-me contrária a ela. Na língua inglesa já é possível constatar a existência de pronomes *neutros*, criados ao longo das últimas décadas para dar conta das identidades de gênero fluídas, aquelas que não se enquadram no espectro binário e dicotômico construído pelos conhecimentos masculinistas.

desta introdução. Sete desses capítulos foram distribuídos em duas partes distintas, uma focada na fundamentação teórica e metodológica e a outra na descrição e interpretação dos dados.

No Prólogo, *Recortes ontológicos e epistemológicos*, apresento as posições assumidas pela presente investigação. Uma vez que sustento meu fazer investigativo em um *ontos* e em uma *episteme* que não coadunam com o *savoir faire* científico ocidental hegemônico, torna-se imprescindível discorrer sobre as seleções que orientaram a pesquisa realizada. Nesse sentido, esse espaço é utilizado tanto para dissertar sobre o projeto de humanidade sustentado por ontologias feministas quanto para destacar as epistemologias feministas que são produzidas nesses campos ontológicos.

O Capítulo 1, intitulado “*Nosso corpo nos pertence*”: *o corpo feminino nos regimes de inteligibilidade (trans)feministas*, apresenta o objeto de estudo da presente investigação, a saber, como o corpo feminino foi configurado pelos regimes de inteligibilidade (trans)feministas. Nesse sentido, apresento diferentes percepções acerca do corpo, como o corpo essencializado (FIRESTONE, 1971; RICH, 1976; GRIFFIN, 1978), o corpo socialmente construído (MITCHELL, 1966; OAKLEY, 1972; RUBIN, 1975), o corpo racializado (DAVIS, 1983; HOOKS, 1981; 1997), o corpo trans* (PROSSER, 1998; SALAMON, 2010; BETTCHER, 2013; 2014; 2016; 2017) e o corpo discursivizado (CIXOUS, 1975; IRIGARAY, 1985; BUTLER, 1990; 1993; BORDO, 1993).

Iniciando a Parte I, temos o Capítulo 2, *Pensar o gênero: problemáticas feministas e queers*, que contempla a fundamentação teórica acerca dos estudos feministas e dos estudos queer que sustentam o nosso olhar sobre o aspecto social do nosso objeto de pesquisa (ALCOFF; STONE, 2014; BROWNE, 2014; GROSZ, 2000; MISKOLCI, 2012; MARINUCCI, 2010, entre outras). Além disso, apresenta questões pertinentes aos estudos de gênero que sustentam a presente investigação, como as noções de gênero e sexo (FOUCAULT, 1999; BUTLER, 1990; 1993; 2004b; FAUSTO-STERLING, 2000), saber-poder (FOUCAULT, 1987; 1995; 1998b; 1999), desconstrução (DERRIDA, 1973; 1979; 1982; 1988; 1991; 1992; 1993; 1995), identidade (HALL, 2000; 2006; WOODWARD, 2000; SILVA, 2000) e performatividade (BUTLER, 1990; 1993; 2004b). Entendo que a construção desse referencial teórico é importante, uma vez que posiciona a presente investigação no âmbito dos Estudos de Gênero. Nesse mesmo capítulo, apresento, também,

aspectos dos movimentos feministas em rede no contexto da modernidade tardia (CASTELLS, 2013).

No Capítulo 3, *Teoria social do discurso: articulação entre linguagem e sociedade*, traço a fundamentação teórica que sustenta meu olhar em torno das práticas discursivas relacionadas ao corpo feminino. Faço um movimento dos estudos de gênero apresentados no capítulo anterior para a Análise de Discurso Crítica (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003, 2006 e 2010) e Análise de Discurso Crítica Feminista (LAZAR, 2005; 2007). Nesse sentido, aprofundo questões pertinentes a essa perspectiva teórica que atravessam a configuração desses corpos, como poder, hegemonia (GRAMSCI, 1971; FAIRCLOUGH, 2016) e mudança social (FOUCAULT, 1996; FAIRCLOUGH, 2016). Além disso, apresento as perspectivas teórico-metodológicas que serão utilizadas nas análises textuais e discursivas: a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), a Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006) e a Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005).

Finalizando a Parte I, temos o Capítulo 4, *Percursos metodológicos: da teoria à prática*, que foca na metodologia empregada para a concretização da presente investigação. Aqui, justifico a escolha por uma pesquisa qualitativa discursiva (FLICK, 2009; MAGALHÃES et al., 2017), especialmente pelo seu viés feminista (MILLS; MULLANY, 2011; KITZINGER, 2007). Abordo, também, as metodologias de coleta de dados: observação participante, pesquisa documental e grupos focais (FLICK, 2009; SILVERMAN, 2009; BARBOUR, 2009; GIBBS, 2009) e apresento o quadro metodológico da Análise de Discurso Crítica, delineando as categorias de análise que foram utilizadas para verificar os sentidos representacionais e identificacionais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE, 2017) que se destacaram nos dados.

Na Parte II, a tese foca, especificamente, na análise dos dados gerados e coletados ao longo da investigação. Nos dois primeiros capítulos, a atenção está voltada para as representações das ativistas acerca dos corpos femininos. No Capítulo 5, *Reconfigurações semânticas: corpos femininos repletos de sentidos*, abordo como os sentidos em torno do corpo feminino estão sendo reconfigurados pelas ativistas (trans)feministas. Para tanto, foco na análise da categoria *relações semânticas* (FAIRCLOUGH, 2003), bem como nos processos, de acordo com o Sistema da Transitividade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), mobilizados para a

construção de sentidos. No Capítulo 6, *Sentidos multimodais: a representação visual dos corpos femininos*, analiso o corpo feminino sendo representado visualmente pelas ativistas (trans)feministas. Para tanto, acerco-me da perspectiva teórico metodológica da Gramática do Design Visual (VAN LEEUWEN, 1995; KRESS; VAN LEEUWEN, 2006; VAN LEEUWEN; JEWITT, 2008) com o objetivo de compreender quais são os sentidos que esses corpos veiculam.

No Capítulo 7, *Configurações identitárias: vozes e metáforas nos corpos (trans)feministas*, analiso quais são as vozes que estão sendo mobilizadas pelas ativistas para legitimar as (inter)ações sociais e como elas aparecem nos discursos. Diante desse objetivo, mobilizo a Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), especialmente o Subsistema do Engajamento, que aborda os recursos semântico-discursivos mobilizados pela enunciadora para se engajar com outras vozes e posições alternativas. Apresento, também, as metáforas que são mobilizadas para configurar os corpos femininos e como elas estão interferindo no processo de construção identitária das ativistas (trans)feministas.

No Capítulo 8, *“Nossos corpos existem”*: uma crítica explanatória, retorno à compreensão do problema à luz das análises textuais e discursivas realizadas ao longo da tese, apresentando algumas interpretações tecidas na relação entre teoria e análise dos dados.

Nas *Considerações finais*, retomo os objetivos específicos, esclarecendo como o estudo realizado responde as questões que encaminharam a presente investigação.

Delineado o percurso a ser traçado, convido-a, prezada leitora, a me acompanhar nessa desafiante jornada de investigar como o corpo feminino está sendo compreendido pelos regimes de inteligibilidade (trans)feministas e que consequências isso traz para a configuração das identidades de gênero femininas.

PRÓLOGO

RECORTES ONTOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS

“Ouse, ouse... ouse tudo! Não tenha necessidade de nada!
Não tente adequar sua vida a modelos,
nem queira você mesma ser um modelo para ninguém.
Acredite: a vida lhe dará poucos presentes.
Se você quer uma vida, aprenda a roubá-la!
Ouse, ouse tudo! Seja na vida o que você é, aconteça
o que acontecer. Não defenda nenhum princípio,
mas algo bem mais maravilhoso: algo que está em nós
e que queima como o fogo da vida!”

Lou Salomé

A ontologia é a ciência ou o estudo da natureza do ser, uma preocupação com a estrutura básica da realidade. Constitui-se como um campo da filosofia, focado na busca por oferecer explicações acerca da natureza de uma determinada realidade. Desse modo, estabelecer uma posição ontológica é determinar uma forma de olhar e compreender a realidade social. Entretanto, todo conhecimento construído desse local é meramente parcial e falível, uma dentre as inúmeras maneiras de entender e se posicionar no mundo. A ontologia é, desse modo, um recorte, um enquadramento por meio do qual nos relacionamos uns com os outros e com o mundo e construímos um projeto de humanidade como seres socialmente situados.

Nos estudos acerca da realidade social, esse conceito ganha limites mais definidos, podendo ser compreendido como as afirmações ou pressupostos feitos sobre as coisas que existem, como elas se parecem, como se constituem e como interagem umas com as outras (BLAIKIE, 2000). Assim sendo, definir uma posição ontológica deve ser o primeiro passo de uma investigação, uma vez que ela sustenta e orienta a relação que a pesquisadora estabelece com a realidade a ser estudada, incorporando-se nas epistemologias e teorias que são utilizadas, nas estratégias de pesquisa e nos métodos adotados. Para tanto, a pesquisadora deve buscar

responder a seguinte questão: “qual é a natureza do fenômeno ou entidades ou da realidade social que eu pretendo investigar?”(MASON, 2002, p. 14, tradução nossa¹³).

A epistemologia, por sua vez, está vinculada à noção de conhecimento válido, aquele que torna possível que determinadas vivências sejam legíveis e outras não (SANTOS; MENESES, 2010; BUTLER, 2015b). Ao longo do desenvolvimento da história do conhecimento ocidental, o positivismo e o capitalismo levaram ao estabelecimento de uma epistemologia dominante, responsável pelo *epistemicídio* de várias epistemologias que contrariavam os seus interesses. Esse achatamento da realidade imposto por uma epistemologia dominante cria um *privilégio epistêmico*, que valoriza o conhecimento que se enquadra dentro do recorte normativo e posiciona os outros saberes e as outras vivências nos heterotopos¹⁴.

Uma vez que a presente investigação se sustenta em um *ontos* e em uma *episteme* que não se enquadram no *savoir faire* científico ocidental hegemônico, esse prólogo torna-se imprescindível para a compreensão das mesmas. Demarcar os limites ontológicos e epistemológicos que sustentam este estudo, a meu ver, é indispensável para garantir uma transparência em relação às questões-problemas e aos objetivos planejados. Conscientes dos recortes que sustentam esta pesquisa, vocês, leitoras, poderão entender as decisões teóricas, metodológicas e até mesmo textuais que foram tomadas ao longo deste trabalho.

DA ONTOLOGIA: UM OUTRO PROJETO DE HUMANIDADE

Historicamente, a ontologia que sustenta o fazer científico ocidental hegemônico baseia-se num princípio dicotômico, que classifica o mundo sempre em termos de dois elementos. Essa divisão reflete-se em toda uma forma de perceber a realidade, sustentada em dualismos socialmente bem estabilizados: natureza *versus* cultura; biológico *versus* social; emoção *versus* razão; subjetividade *versus*

¹³ No original: “what is the nature of the phenomena, or entities, or social ‘reality’, that I wish to investigate?”

¹⁴ A noção de heterotopos apresentada aqui advém da obra de Foucault (2003, p. 416). Para esse filósofo, as *heterotopias* são lugares nos quais se localizam os indivíduos “cujo comportamento desvia em relação à média ou à norma exigida”.

objetividade; mulher *versus* homem; fêmea *versus* macho, etc. Ainda que muitas vezes erroneamente atribuído à filosofia cartesiana, essa posição ontológica dicotômica inscreve-se na história da humanidade desde o advento do *logos* grego – *quiça*, bem antes disso –, na busca pela “verdade” e pela “essência” das coisas no mundo.

Os elementos dicotomicamente posicionados são simbióticos e só existem na medida em que estabelecem uma relação de valoração entre si, estabilizada pelos discursos hegemônicos que sustentam uma determinada *realidade social*. Essa valoração ocorre de duas maneiras: primeiro, entre o *eu* e o *outro*, em que o eu é sempre o elemento dominante da equação e o outro, o dominado. Tal lógica sustenta o estabelecimento de identidades que são sempre construídas e estabilizadas pela relação que elas engendram com aquilo que elas não são e que está fora delas (WOODWARD, 2000). É essa primeira construção valorativa que justifica a existência de uma sociedade sexista, em que o homem – não qualquer homem, mas o macho, branco, *cis*, heterossexual, magro, sem deficiências, de classe social privilegiada – é considerado o elemento normativo de maior valor.

O segundo modo de valoração ocorre num espectro de perfeição e imperfeição. A lógica dicotômica que explica a *realidade* do mundo produz como efeito a invisibilização da existência daquelas pessoas que não se enquadram no discurso normativo. Esses indivíduos, considerados *inadequados*, devem inscrever-se em um dos dois polos da equação dicotômica e passam a ser entendidos como mais ou menos perfeitos. Desse modo, por exemplo, a leitura de uma pessoa generificada é definida sempre em termos de mulher e homem, sustentada sobremaneira pelo órgão sexual que ela possui ao nascer. Assim, quando uma pessoa nasce *trans** e não está conformada a essa lógica, os discursos socialmente recorrentes demandam uma adequação, de modo que ela possa ser socialmente legível. Não obstante, ainda que adequada, ela é sempre entendida como uma *imperfeição*, nunca sendo considerada *mulher de verdade* ou *homem de verdade* pelo discurso hegemônico.

Essa forma de explicar a natureza da realidade começa a ser questionada a partir da década de 1960, com a emergência dos Estudos Feministas e, posteriormente, dos Estudos de Gênero e Queer. Esses campos procuravam estabelecer outros enquadramentos de interpretação da realidade, fomentando a construção de um projeto de humanidade no qual uns indivíduos não fossem

submetidos a outros a partir de uma lógica dicotômica. Essas ontologias passaram a ser conhecidas como feministas (STANLEY; WISE, 1993; WITT, 2011), por oposição à ontologia cartesiana ou masculinista (BORDO, 1986; 1989) recorrente.

Nosso fundacionalismo fraturado feminista desafia os fundamentos binários da ontologia cartesiana, pois reconhece a diferenciação, mas não a encara de forma oposicional ou dualística, e também aprecia a diferença, em vez de antagonizá-la. Essa ontologia feminista não se preocupa apenas em afirmar e revalorizar aquelas características que a ontologia cartesiana masculinista associa ao feminino; sua tarefa é a mais desafiadora e radical, apontada em *Breaking Out* –, a de contestar a base binária dos sistemas de pensamento cartesianos (STANLEY; WISE, 1993, p. 194, tradução nossa¹⁵).

Assim, as ontologias feministas pautam-se numa busca por refutar a *naturalização* das bases binárias construídas pela ontologia cartesiana. Com esse objetivo em mente, elas encontraram grandes aliados no pensamento filosófico de Derrida e na noção de *desconstrução* proposta por ele. Para Derrida (1973; 1993; 1995), a desconstrução implica a desmontagem de um ‘*texto*’, de forma a descobrir os pressupostos que estão dissimulados e interdita determinadas possibilidades de *vir-a-ser* no mundo (cf. seção 2.2.3). Para as ontologias feministas, essa desconstrução significa a denuncia das estruturas perniciosas que alicerçam a maneira como a ontologia hegemônica ocidental compreende o mundo. Tornar essas estruturas visíveis implica sugerir que esse *ontos* sustenta-se num projeto de humanidade que essencializa, apaga e exclui grande parte dos indivíduos, submetendo-os a categorias pré-moldadas.

Nesse processo de desconstrução, identidades sociais estáveis como mulher, homem, branco, negro perdem sua estabilidade e passam a ser compreendidas como processos, sempre num constante estado de (re)configuração, ou, conforme Butler aponta (2003), performativos (cf. seção 2.2.5). Isso não significa dizer que essas categorias passem a ser inúteis.

[A categoria mulher] torna-se uma categoria cujos usos não são mais reificados como “referentes” e que tem a chance de se abrir, de fato,

¹⁵ No original: “Our feminist fractured foundationalism challenges the binary fundamentals of Cartesian ontology, for it recognizes differentiation but sees this neither oppositional nor dualistic, and is also appreciative of, rather than antagonist to, difference. Such feminist ontology is not concerned merely to affirm and revalue those characteristics which masculinist Cartesian ontology associates with the feminine; its task is the more challenging and radical one marked out in *Breaking Out* – that of disputing the binary basis of Cartesian systems of thought altogether” (STANLEY; WISE, 1993, p. 194).

de significar de maneira que nenhum de nós possa prever antecipadamente. Certamente, ambos os usos devem ser possíveis, usá-la de forma tática, mesmo que seja, por assim dizer, para ser usada e posicionada por ela, e também sujeitar o termo a uma crítica que interroga as operações de exclusão e as relações de poder que constroem e delimitam as evocações feministas de “mulheres”. Isto é, parafraseando a citação anterior de Spivak, a crítica de algo útil, a crítica de algo de que não podemos prescindir. Na verdade, eu argumentaria que é uma crítica sem a qual o feminismo perde o seu potencial de democratização ao recusar-se a se engajar— fazer um balanço e se transformar – com as exclusões que são postas em prática (BUTLER, 1993, p. 29, tradução nossa¹⁶).

Desse modo, o projeto de humanidade apontado pelas ontologias feministas pauta-se tanto na desconstrução dos essencialismos que sustentam a ontologia cartesiana quanto na abertura para a alteridade. Ao reconhecer as categorias como metaestáveis e abri-las ao desconhecido, os indivíduos deixam de ser categorizados de acordo com seu enquadre num espectro dicotômico e passam a ser reconhecidos em si mesmos, como potencialidades no mundo. Com base nessa perspectiva, não se pode mais falar em conhecimentos válidos, por oposição a outros que não são reconhecidos. Os conhecimentos passam a ser compreendidos sempre como reflexivos, indexicalizados e locais, epistemologicamente atados aos contextos em que são produzidos (STANLEY; WISE, 1993, p. 191-192). Posicionar-se numa ontologia feminista demanda a seleção de uma epistemologia que coadune com esse outro modo de compreender a *realidade* do mundo, com esse outro projeto de humanidade, conforme veremos a seguir.

DA EPISTEMOLOGIA: OS FEMINISMOS DO SUL

De acordo com Foucault (1987), a produção de saber está intimamente vinculada às relações de poder, pois toda forma de saber gera poder e vice-versa

¹⁶ No original: “[...] but becomes one whose uses are no longer reified as “referents,” and which stand a chance of being opened up, indeed, of coming to signify in ways that none of us can predict in advance. Surely, it must be possible both to use the term, to use it tactically even as one is, as it were, used and positioned by it, and also to subject the term to a critique which interrogates the exclusionary operations and differential power-relations that construct and delimit feminist invocations of “women”. This is, to paraphrase the citation from Spivak above, the critique of something useful, the critique of something we cannot do without. Indeed, I would argue that it is a critique without which feminism loses its democratizing potential through refusing to engage—take stock of, and become transformed by—the exclusions which put it into play” (BUTLER, 1993, p. 30).

(cf. seção 2.2.2). Na ontologia cartesiana, pautada em relações desiguais entre os indivíduos, apenas algumas epistemologias são reconhecidas e validadas socialmente, sendo todas as outras formas de produção de conhecimento consideradas *saberes inferiores*. Esse tipo de visão aniquila a variedade epistemológica e emudece aqueles que não ocupam *locais de fala*¹⁷ privilegiados em nossa sociedade.

A epistemologia que conferiu à ciência a exclusividade do conhecimento válido traduziu-se num vasto aparato institucional – universidades, centro de pesquisa, sistema de peritos, pareceres técnicos – e foi ele que tornou mais difícil ou mesmo impossível o diálogo entre a ciência e os outros saberes (SOUSA; MENESES, 2010, p. 17).

As mulheres e as travestis nunca tiveram o direito de participar da construção do pensamento ocidental hegemônico, processo que afetou, sobremaneira, os conhecimentos femininos, ora entendidos como bruxaria ora desacreditados pelo cientificismo. Um exemplo claro é o das parteiras, que, diante da medicalização do corpo feminino e do parto, perderam o seu espaço social, sendo, inclusive, punidas legalmente por sua atuação (DIAS, 2015).

Para Santos e Meneses (2010), o conhecimento advém de uma determinada posição no mundo, que pode variar infinitamente, o que implica a existência de tantas epistemologias quanto possíveis contextos. Para dar visibilidade a essa imensa diversidade, o autor e a autora propõem a noção de *Epistemologias do sul*. “O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 19). É exatamente nessa rejeição ao imperialismo dos conhecimentos normativos que localizamos as *epistemologias feministas*.

É necessário destacar, entretanto, que não se trata de quaisquer *epistemologias feministas*, pois há aquelas que se desenvolvem no seio da ontologia cartesiana (STANLEY; WISE, 1993). Essas epistemologias pautam-se na estabilização do conhecimento e numa interpretação do mundo baseada em categorias fixas. Nessa lógica, por exemplo, a mulher é sempre a oprimida e o homem é sempre o opressor; outros recortes sociais, como raça, estética corporal,

¹⁷ De acordo com Ribeiro (2017, p. 64), “[o] falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”.

classe social e identidade de gênero, dificilmente são considerados. Essa perspectiva acaba se constituindo como tão opressora quanto a ontologia que a sustenta, pois apaga todos os diversos recortes nos quais um indivíduo se inscreve socialmente e invalida os saberes que eles produzem.

A chave das *epistemologias feministas* situadas em *ontologias feministas* está na valorização das subjetividades, das personalidades e das vivências de cada indivíduo, “[...] um feminismo pautado no reconhecimento de que todo conhecimento social é gerado como uma parte e um produto da experiência social humana” (STANLEY; WISE, 1993, p. 192, tradução nossa¹⁸). Não se trata de construir um retrato universal, mas de reconhecer o nome e a história de cada uma das pessoas envolvidas na construção do conhecimento. Essa perspectiva proporciona, inclusive, o surgimento de uma história das masculinidades, focada nos homens não como uma categoria abstrata, mas como pessoas. Desconstruir uma epistemologia das totalidades e sair em busca de uma epistemologia das particularidades mostra-se uma tarefa produtiva para a construção de novos caminhos para um outro projeto de humanidade.

Nesse sentido, realizarei, aqui, uma investigação que se pauta na história de diferentes pessoas que possuem uma identidade de gênero feminina, situadas em suas realidades particulares, em seus espaços sociais específicos. A abertura epistêmica assumida impede a presente investigação de entender ‘mulher’ como uma entidade previamente configurada e estável, o que significa a desestabilização, tanto quanto possível, dessa categoria. Seguindo essa lógica, o *corpo feminino* não será entendido pela contradição biológico *versus* social, conforme predicam as epistemologias baseadas numa ontologia cartesiana; antes, será entendido tanto como um aparato histórico, atravessado por discursos socialmente estabelecidos, quanto como um corpo que atua performativamente no mundo, nunca estabilizado, sempre submetido a um constante processo de (re)configuração de formas e de sentidos.

Conforme será apresentado nos próximos capítulos, assumir uma *epistemologia feminista* sustentada numa *ontologia feminista* implica fazer seleções teóricas e metodológicas que sejam capazes de dialogar com essa abertura e reconhecimento da alteridade. Entretanto, antes de adentrar no aparato teórico que

¹⁸ No original: “[...] a feminism rooted in the acknowledgement that all social knowledge is generated as a part and a product of human social experience” (STANLEY; WISE, 1993, p. 192).

sustenta esta investigação, apresentarei as diferentes maneiras como o *corpo feminino* tem sido configurado nos regimes de inteligibilidade (trans)feministas.

CAPÍTULO 1

“NOSSO CORPO NOS PERTENCE”¹⁹: O CORPO FEMININO NOS REGIMES DE INTELIGIBILIDADE (TRANS)FEMINISTAS

“É o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino”

Simone de Beauvoir

O corpo sempre foi uma questão importante para o pensamento desenvolvido pelas intelectuais (trans)feministas. Interessadas na maneira como o corpo feminino era pensado, falado, classificado, disciplinado, invalidado, alterado, decorado, elas procuraram entender como essa materialidade interferia nas leituras sociais que eram feitas daquelas que o possuíam. “De certa forma, todo pensamento feminista pode ser descrito como um engajamento, de um tipo ou de outro, com o que significa ser e ser percebida como um corpo feminino” (BROOK, 1999, p. 2, tradução nossa²⁰). Para além disso, essas pensadoras também estiveram (e continuam) engajadas em compreender as diferentes maneiras por meio das quais esse corpo constrói e escreve ativamente a *nós mesmas* – aquilo que somos, como nos percebemos e como atuamos nas práticas sociais nas quais estamos situadas –, produzindo *insights* importantes em tópicos como subjetividades, corporeidades e identidades.

¹⁹ Uma das máximas dos movimentos feministas entre as décadas de 1960 e 1970, *Nosso corpo nos pertence* ilustrava a busca das ativistas por dar um novo significado ao corpo, questionando o *locus* social reservado a ele numa sociedade patriarcal. “Muito mais que uma luta pelo direito individual de dispor de seu próprio corpo, estava em jogo a manifestação das práticas de liberdade afrontando o controle social dos corpos mantidos sob o padrão de sexualidade vigente [...]” (SCAVONE, 2010, p. 49). Tratava-se, assim, de colocar o corpo feminino no âmbito dos debates políticos, reivindicando direitos, especialmente o direito à liberdade de escolha acerca de nossos próprios corpos. Nesse contexto, foram pautas dos feminismos questões como a liberdade sexual, o direito pela livre escolha da maternidade, fosse por meio do uso da contracepção ou do aborto, e a violência de gênero.

²⁰ No original: “In a way, all feminist thinking might be described as an engagement of one sort or another, with what it means to be, and to be perceived to be, a female body” (BROOK, 1999, p. 2).

Muitas das concepções feministas acerca dos corpos femininos podem ser vinculadas ao trabalho da filósofa francesa Simone de Beauvoir, autora de *O segundo sexo* (1949), considerada umas das obras responsáveis pela centralidade do corpo nas discussões feministas. A partir das contribuições dela, diferentes regimes de inteligibilidade acerca do corpo feminino foram configurados pelas pensadoras (trans)feministas, como o corpo essencializado, o corpo construído socialmente, o corpo racializado, o corpo discursivo e o corpo trans*. Veremos cada um deles nas próximas seções, mas, antes, farei um sobrevoo histórico sobre algumas percepções feministas acerca do corpo feminino anteriores ao século XX.

1.1 O CORPO NOS PENSAMENTOS (TRANS)FEMINISTAS: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

Ainda que o conhecimento ocidental hegemônico, tanto filosófico quanto científico, tenha relegado, durante séculos, o corpo a segundo plano, algumas pensadoras produziram textos relevantes sobre a condição das mulheres cis e do corpo feminino muito antes dos movimentos contraculturais que deram grande projeção ao feminismo a partir da década de 1960. Para elas – assim como para as teóricas feministas mais recentes – havia uma preocupação crescente em questionar o vínculo determinista construído pelos regimes de inteligibilidade masculinistas entre características corporais, faculdades mentais e papéis sociais. Destacaremos, aqui, as perspectivas desenvolvidas por Mary Astell (1666-1731), Mary Wollstonecraft (1759-1797), Sojourner Truth (1797-1883) e Josephine Butler (1828-1906), com o objetivo de apresentar um apanhado sobre as diferentes maneiras como o *corpo feminino* foi problematizado entre os séculos XVII e XIX.

Mary Astell, teóloga britânica dos séculos XVII e XVIII, foi a responsável por uma das primeiras críticas em relação à sujeição feminina. Em *Reflexões sobre o casamento*, publicado em 1700, ela pondera *Dois tratados sobre o governo*, de John Locke, obra de 1689, apresentando o seguinte questionamento:

Se todos os homens nascem livres, como é que todas as mulheres nascem escravas? como devem elas ser se o ser submetido à *inconstância, incerteza, desconhecida, arbitrária Vontade* do Homem é a perfeita *Condição da Escravidão*? E se a Essência da Liberdade consiste, como nossos Mestres dizem, em ter uma *Regra*

permanente para viver? E por que a Escravidão é tão condenada e rivalizada em um Caso e tão altamente aplaudida e considerada tão necessária e tão sagrada no outro? (ASTELL in SPRINGBORG, 1996, p. 18-19, tradução nossa²¹).

Astell critica, especialmente, a concepção de um poder natural que sustentaria a opressão das mulheres cis, como se o lugar ocupado socialmente pelos homens cis fosse consequência do fato de eles serem *naturalmente mais capazes ou mais fortes*. Para ela, fundamentar a submissão do feminino em aspectos naturais implicaria a criação de uma categoria naturalmente inferior, invalidando os fundamentos da doutrina do direito natural apresentados por Locke. Nesse sentido, a submissão das mulheres cis aos homens cis não estaria vinculada à capacidade ou à força natural dos indivíduos, mas a uma dominação política, semelhante àquela que sustenta a hierarquia social. Os questionamentos de Astell ecoaram entre as feministas liberais do final do século XVIII, que buscaram estender os ideais políticos de liberdade e equidade disseminados pela Revolução Francesa às mulheres cis, entendendo que se todos os humanos eram naturalmente livres, então seria uma injustiça para qualquer um nascer sujeitado a outro e, assim sendo, seria uma injustiça para qualquer mulher cis nascer sujeitada a um homem cis.

Dentre as feministas influenciadas por Astell, temos Mary Wollstonecraft (2016), filósofa britânica considerada uma das figuras centrais do feminismo do século XVIII. Em *Reivindicação pelos Direitos da Mulher*, de 1792, ela coloca em foco a natureza política da dominação exercida sobre as mulheres cis, argumentando que mulheres e homens são iguais, possuem as mesmas almas, a mesma capacidade mental e, portanto, os mesmos direitos. Com base em uma concepção de *igualdade sexual*, ela propôs uma reforma da educação feminina, argumentando que as meninas cis deveriam ser educadas nos mesmos conteúdos e com os mesmos métodos que os meninos cis, pois apenas por meio da educação elas poderiam se transformar em seres racionais, cientes de seus deveres reais. Na concepção de Wollstonecraft, o *corpo feminino* era configurado socialmente como uma mercadoria, enfeitada com o intuito de ser exibido e de atrair homens cis para o matrimônio. Para que essa lógica fosse rompida, o valor das mulheres cis deveria

²¹ No original: “If all Men are born free, how is it that all Women are born slaves? as they must be if the being subjected to the *inconstant, uncertain, unknown, arbitrary Will* of Men, be the perfect *Condition of Slavery*? And if the Essence of Freedom consists, as our Masters say it does, in having a *standing Rule to live by*? And why is Slavery so much condemn’d and strove against in one Case, and so highly applauded and held so necessary and so sacred in another?” (ASTELL in SPRINGBORG, 1996, p. 18-19).

ser desvinculado da aparência física e atrelado à razão (WOLLSTONECRAFT, 2016).

Ao longo do século XIX, o corpo feminino continua ocupando espaço significativo nas discussões das intelectuais feministas. Em 1851, Sojourner Truth, abolicionista afro-americana, chama atenção para as diferenças entre o corpo feminino negro e o corpo feminino branco. Durante a Convenção dos Direitos das Mulheres, realizada em 1851, em Ohio, ela proferiu o discurso *E eu não sou uma mulher?*, em que disse o seguinte:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem pra mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei a palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei chicotadas. E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (GELEDES, 2014).

A Convenção de Ohio foi um dos vários eventos realizados após a Convenção de Seneca Falls (1848), primeiro encontro promovido com o objetivo de discutir os direitos das mulheres cis nos Estados Unidos, especialmente o direito ao sufrágio universal. O discurso de Truth explicita o fato de que as discussões feministas desenvolvidas nesse período contemplavam apenas as mulheres cis brancas, deixando de lado as vivências das mulheres cis negras. O corpo, aqui, é trazido para o debate não apenas como um marcador de diferença sexual, mas também de raça e de classe social entre as ativistas feministas.

Outra ativista que se destacou ao longo desse período foi a britânica Josephine Butler, reformista social que, em 1869, encabeçou uma campanha contra o *Ato de Doenças Contagiosas*, publicado inicialmente em 1864 e com duas edições ampliadas em 1866 e 1869. De acordo com esse documento, as mulheres cis suspeitas de serem prostitutas podiam ser submetidas a verificações forçadas para constatar se possuíam alguma doença venérea. Caso elas fossem declaradas doentes, eram confinadas em um hospital por até um ano ou presas, se recusassem tratamento. Esse ato foi criado com o objetivo de *proteger* os oficiais marinheiros contra doenças, mas os homens cis não eram forçados a realizar qualquer tipo de

exame. No *Manifesto das Damas*, publicado pela Associação Nacional das Damas, presidida por Butler, o Ato foi denunciado como um exemplo flagrante de discriminação de classe e sexo, pois forçava as mulheres cis pobres a se submeterem a um exame interno degradante, a um *estupro instrumental* (WALKOWITZ, 1982). O relato anônimo de uma prostituta, divulgado por Butler em carta ao editor do *The Shield*, esclarece a percepção que essas mulheres cis tinham acerca das violências às quais eram submetidas:

São *homens, homens, apenas homens*, do primeiro ao último, com quem temos que lidar! Para agradar um homem, eu fiz errado no começo, então fui atirada de um homem para outro. Policiais homens colocam suas mãos em nós. Por homens somos examinadas, manipuladas, medicadas e mexidas. No hospital, é de novo um homem que faz orações e lê a Bíblia para nós. Somos levadas perante magistrados que são homens e nunca saímos das mãos dos homens até morrermos! (JORDAN; SHARP, 2003, p. 92, tradução nossa²²).

A campanha contra o *Ato de Doenças Contagiosas* atraiu milhares de mulheres cis da classe média, encorajando-as a desafiar instituições historicamente masculinas, como a polícia, o Parlamento, os médicos e os militares. “Elas rejeitaram a visão social prevalecente de ‘mulheres caídas’ como as poluidoras dos homens e as retrataram [as prostitutas] como vítimas da poluição masculina, como mulheres que haviam sido invadidas pelos corpos masculinos, pelas leis masculinas e por esse ‘pênis de aço’, o espéculo” (WALKOWITZ, 1982, p. 80-81, tradução nossa²³).

Encontramos, assim, desde o século XVII, discussões em torno das opressões às quais o corpo feminino era submetido. Os temas abordados por essas intelectuais viriam a direcionar os debates feministas que seriam desenvolvidas ao longo do século XX acerca do controle das mulheres sobre nossos próprios corpos. Essas discussões ganhariam novas dimensões após a Primeira Guerra Mundial, quando, em muitos países, a reprodução tornou-se uma política de governo para lidar com as baixas de jovens soldados, trazendo temas importantes para os

²² No original: “It is *men, men, only men*, from the first to the last, that we have to do with! To please man I did wrong at first, then I was flung about from man to man. Men police lay hands on us. By men we are examined, handled, doctored, and messed on with. In the hospital it is a man again who makes prayers and reads the Bible for us. We are had up before magistrates who are men, and we never get out of the hands of men till we die!” (JORDAN; SHARP, 2003, p. 92).

²³ No original: “They rejected the prevailing social view of ‘fallen women’ as pollutants of men and depicted them instead as victims of male pollution, as women who had been invaded by men’s bodies, men’s laws, and by that ‘steel penis’, the speculum” (WALKOWITZ, 1982, p. 80-81).

debates feministas, como métodos contraceptivos e aborto. A partir da segunda metade do século XX, essas discussões tornaram-se ainda mais intensas e, conforme veremos a seguir, diferentes percepções acerca do *corpo feminino* passaram a ser propostas pelas intelectuais (trans)feministas.

1.2 “NINGUÉM NASCE MULHER: TORNA-SE MULHER”

Conforme apontado anteriormente, é a partir da publicação de *O segundo sexo*, em 1949, que o corpo passa a ocupar um espaço central nas discussões feministas. Nesse livro, a filósofa Simone de Beauvoir faz um tratado fenomenológico acerca da condição das mulheres cis nas sociedades ocidentais, consideradas, literalmente, um *segundo sexo* frente ao *tipo humano absoluto*, representado pelo *masculino*. Para Beauvoir (2016), a realidade corporal era vivida de maneira diferente por homens cis e mulheres cis, constituindo-se sempre como um obstáculo para estas, uma vez que as ancorava na imanência, impossibilitando-as de alcançar a transcendência.

Pois, sendo o corpo o instrumento de nosso domínio do mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra. Eis por que os estudamos tão demoradamente; são chaves que permitem compreender a mulher. Mas o que recusamos é a ideia de que constituem um destino imutável para ela. Não bastam para definir uma hierarquia dos sexos; não explicam por que a mulher é o Outro; não a condenam a conservar para sempre essa condição subordinada (BEAUVOIR, 2016a, p. 60).

Contrariando as epistemologias masculinistas que buscavam significar o *ser mulher* por meio de aspectos biológicos, Beauvoir apresentou a mulher como um *devenir*, um *vir-a-ser*, percepção que pode ser apreendida a partir da máxima beauvoiriana “*ninguém nasce mulher: torna-se mulher*” (BEAUVOIR, 2016b, p. 11). Para ela, o destino feminino não estava ancorado em aspectos biológicos, mas era configurado socialmente, o que o inscrevia em um campo de possibilidades, de mudança e de transformação social. Esse pensamento revolucionário teve grande impacto nos ideais feministas desenvolvidos nas décadas de 1950 e 1960, uma vez que garantia às mulheres cis a possibilidade de alterar suas condições sociais e as

percepções que possuíam acerca de si mesmas. Entretanto, trazia embutido em si uma revolta contra o corpo, considerado um entrave à transcendência feminina, um inimigo. “Para Simone de Beauvoir, a libertação das mulheres dependia do desprendimento delas de aspectos mais mundanos da vida – das preocupações do corpo – para que pudessem tomar parte em atos de liberdade que transcendiam o corpo” (THREADCRAFT, 2016, p. 210, tradução nossa²⁴).

A noção de um corpo socialmente construído apresentada por Beauvoir enfatizava as práticas sociais e culturais que recaíam sobre a materialidade física, ou seja, o corpo era reconhecido primeiramente como um objeto sobre o qual interpretações e sentidos eram imputados. Ainda que essa análise não contasse com a noção de gênero, é possível perceber que a concepção construtivista defendida por essa filósofa já apresentava o germen da distinção que se estabeleceria, alguns anos depois, entre gênero e sexo (cf. seção 2.2.1). Nessa percepção, os comportamentos apropriados para cada gênero eram aprendidos desde a infância, por meio dos processos de socialização.

O livro de Simone de Beauvoir foi considerado uma afronta aos bons costumes da sociedade conservadora francesa da década de 1950, sendo violentamente criticado. Vale lembrar que, nos anos sessenta, o aborto ainda era considerado ilegal na maior parte do continente europeu e o acesso a métodos anticoncepcionais era extremamente difícil na França. O Parlamento francês só legalizou o uso de contracepção, por exemplo, em 1967 e com muitas restrições, como prescrição médica obrigatória, interdição às mulheres cis solteiras menores sem autorização parental e não reembolso pelo sistema público de saúde (FERRAND, 2008). Entretanto, a importância da obra era incontornável, uma vez que ela fornecia um vocabulário para a análise das construções sociais de feminilidade e uma estrutura para a crítica dessas mesmas construções.

O *segundo sexo* foi mais bem recebido nos Estados Unidos, inspirando o pensamento de feministas para as quais a concepção da feminilidade como uma construção social e não uma essência imutável ou um destino biológico pareceu uma revelação. Betty Friedan (1971), por exemplo, influenciada pelo texto de Beauvoir (2016a; 2016b), realizou uma pesquisa, entre o final dos anos 1950 e

²⁴ No original: “For Simone de Beauvoir, women’s liberation depended on their release from the more mundane aspects of life – from the concerns of body – so that they might take part in body-transcendent acts of freedom” (THREADCRAFT, 2016, p. 210).

começo dos anos 1960, com mulheres cis suburbanas estadunidenses, com o intuito de verificar em que medida a crença de que a maternidade e o casamento preenchiam a existência da mulher cis no pós Segunda Guerra Mundial era de fato verdade. O resultado, publicado no livro *A mística feminina*, mostrava que muitas dessas mulheres cis estavam insatisfeitas com suas vidas de donas-de-casa e sentiam-se forçadas a assumir um papel social que não as realizava. O livro ficou conhecido como um dos catalisadores dos movimentos feministas que ganharam corpo a partir da década de 1960, nos Estados Unidos, pois desnudava a crescente desumanização à qual as mulheres cis brancas de classe média estadunidense eram submetidas, tendo que viver sempre em função dos outros – maridos, filhos, etc.

Conforme veremos a seguir, na década de 1970, as intelectuais feministas encontravam-se divididas em relação à obra de Beauvoir: de um lado, havia aquelas que concordavam com as propostas da filósofa e que se propuseram a desenvolver uma percepção fenomenológica em relação ao corpo feminino, dando atenção ao modo como as vivências produzem distintos sentimentos e modalidades de *ser no mundo* (YOUNG, 2005); do outro lado, haviam aquelas que discordavam das teses de Beauvoir, entendendo que ela apresentava soluções que forçavam as mulheres cis a se conformarem a um ideal masculino, negando aspectos da diferença feminina.

1.3 O CORPO ESSENCIALIZADO

Algumas pensadoras feministas do século XX apresentaram um pensamento tão problemático acerca do corpo feminino quanto aquele desenvolvido pelas epistemologias masculinistas. Isso porque, para elas, as mulheres cis estavam mais vinculadas ao seu corpo que os homens cis, sendo ele o fundamento da opressão sofrida. Diante dessa percepção, é compreensível que muitas feministas tenham se esforçado para tentar minimizar ou mesmo apagar esse marcador específico da diferença entre homens cis e mulheres cis. O corpo feminino, aqui, foi entendido por meio de seus aspectos naturais e encarado de duas maneiras muito distintas, conforme esclarece Grosz (1994): de um lado, como uma limitação à equidade entre

mulheres cis e homens cis; de outro, numa perspectiva mais positiva, como uma forma única de acessar o conhecimento.

No primeiro caso, podemos destacar o pensamento de Shulamith Firestone em *A Dialética do Sexo* (1971). Sustentando-se em parte das teses apresentadas por Beauvoir (2016a; 2016b), ela encarava as mulheres cis como prisioneiras de seus corpos e compreendia o corpo em si como problemático, como algo que precisava ser transcendido. Na percepção dela, “os homens e as mulheres foram criados diferentes, e não igualmente privilegiados” (FIRESTONE, 1976, p. 18), sendo a humanidade inerentemente desigual, pois “[a] natureza produziu a desigualdade fundamental – metade da raça humana deve nutrir e educar as crianças de toda a raça – que foi, mais tarde, consolidada e institucionalizada, em benefício dos homens” (FIRESTONE, 1976, p. 233). Para ela, a capacidade de engravidar estava sendo utilizada como justificativa para a submissão das mulheres cis.

Firestone (1976) descreveu a maternidade a partir de uma perspectiva completamente negativa: ter filhos era encarado como algo terrível, a gravidez era uma *deformação* do corpo feminino, o parto era considerado uma barbárie e a amamentação e cuidados com as crianças foram apontados como um trabalho penoso. Assim, os corpos femininos, atrelados às suas funções reprodutivas, forçavam as mulheres cis a dependerem dos homens cis.

[A]s mulheres, através de toda a História, antes do advento do controle da natalidade, estavam à mercê constante de sua biologia – menstruação, menopausa, e “males femininos”, de contínuos partos dolorosos, amamentação e cuidado com as crianças, todos os quais fizeram-nas dependentes dos homens (seja irmão, pai, marido, amante, ou clã, governo, comunidade em geral) para a sobrevivência física (FIRESTONE, 1976, p. 18).

Aceitando a inferioridade feminina que havia sido construída pelo cientificismo entre os séculos XVIII e XIX, quando o corpo passou a conter a verdade última da diferença entre homens e mulheres, Firestone construiu um cenário do qual, segundo ela, as mulheres cis só poderiam escapar com o auxílio da tecnologia. Assim, os avanços médicos e científicos, como a fertilização *in vitro*, eram a única esperança para reduzir as diferenças reprodutivas entre mulheres cis e homens cis e corrigir a desigualdade instaurada pela natureza, libertando as mulheres cis da sobrecarga onerosa da gravidez e do nascimento e, conseqüentemente, de seu

aprisionamento corporal. Na percepção de Firestone, a humanidade já havia começado a transcender a natureza, de tal modo que não era mais possível justificar a manutenção da discriminação de uma classe sexual com base em aspectos naturais.

[...] para assegurar a eliminação das classes sexuais, é preciso a revolta da classe baixa (as mulheres) e a tomada do controle da reprodução: a restituição às mulheres da propriedade de seus próprios corpos, bem como o controle feminino da fertilidade humana, incluindo tanto a nova tecnologia quanto todas as instituições sociais da nutrição e da educação das crianças. [...] a meta final da revolução feminista deve ser, ao contrário da meta do primeiro movimento feminista, não apenas a eliminação do *privilégio* do homem, mas também da própria *distinção sexual*: as diferenças genitais não mais significariam culturalmente (FIRESTONE, 1976, p. 20-21).

Enquanto Firestone (1976) enfatizava o *corpo feminino natural* como um limitador das oportunidades das mulheres cis, encontramos feministas que rejeitaram a noção do corpo como algo *naturalmente deficiente*, entendendo-o como uma fonte de poder feminino. Dentre as que produziram a partir desta perspectiva, podemos destacar Adrienne Rich (1976), para quem o corpo feminino deveria ser celebrado em sua unicidade, encarado como o fundamento da libertação das mulheres cis, uma vez que permitia um ponto de vista único, que jamais seria compartilhado pelos homens cis. Em *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution*, ela estimula as mulheres cis a pensarem sobre seus corpos, abraçando as suas diferenças, especialmente a capacidade de dar à luz, como uma fonte de poder estritamente feminina. Para ela, as mulheres cis jamais alcançariam um *status* igual ao do homem cis sem a autoridade e o conhecimento que vinha de seus corpos.

A reintegração de posse pelas mulheres de nossos corpos trará uma mudança muito mais essencial para a sociedade humana do que a apreensão dos meios de produção pelos trabalhadores. O corpo feminino tem sido território e máquina, deserto virgem a ser explorado e linha de montagem fabricando vida. Precisamos imaginar um mundo no qual toda mulher é o gênio que preside seu próprio corpo. Em tal mundo, as mulheres verdadeiramente criarão uma nova vida, gerando não apenas crianças (se e como quisermos), mas as visões e o pensamento necessários para sustentar, consolar e alterar a existência humana – um novo

relacionamento com o universo (RICH, 1976, p. 285-286, tradução nossa²⁵).

As teses defendidas por Rich se assemelhavam àquelas desenvolvidas pelas feministas vinculadas aos movimentos ecológicos, que encaravam o corpo feminino como maternal, o responsável por um senso ético único, privilegiado e superior, *naturalmente* focado no cuidado e na responsabilidade com o mundo (GRIFFIN, 1978). Assim, o poder das mulheres cis encontrava-se na relação delas com a natureza – as próprias mulheres cis eram equiparadas à natureza –, o que garantia a elas maneiras especiais de conhecer e de se relacionar com o mundo. Conforme Warren (1997) esclarece, para os ecofeminismos, a natureza havia sido feminilizada na mesma medida em que as mulheres cis tinham sido naturalizadas, de modo que tornava-se necessário elucidar as conexões entre natureza e mulheres cis para compreender as opressões às quais ambas estavam submetidas.

Tanto as teses de Firestone quanto aquelas que entendiam o corpo como uma fonte de poder foram consideradas essencialistas porque reduziam a um aspecto biológico questões que se desenvolvem sob condições históricas específicas, apresentando uma fundamentação problemática para o projeto de libertação proposto por essas feministas. Nesse sentido, acabavam iterando a noção masculinista de que as qualidades externas e socialmente aparentes da feminilidade eram derivadas de aspectos inerentes ao ser humano feminino e, portanto, eram *naturais*. “Ambos os lados parecem ter aceitado as suposições patriarcais e misóginas que entendiam que o corpo feminino era, de alguma forma, mais natural, menos destacado, mais envolvido e diretamente relacionado a seus ‘objetos’ que os corpos masculinos” (GROSZ, 1994, p. 15, tradução nossa²⁶). Diante dessa posição reducionista, algumas feministas decidiram seguir o caminho contrário, negando o determinismo biológico e focando a atenção nos aspectos sociais que envolviam a configuração dos corpos femininos, conforme veremos a seguir.

²⁵ No original: “The repossession by women of our bodies will bring far more essential change to human society than the seizing of the means of production by workers. The female body has been both territory and machine, virgin wilderness to be exploited and assembly line turning out life. We need to imagine a world in which every woman is the presiding genius of her own body. In such a world women will truly create new life, bringing forth not only children (if and as we choose) but the visions, and the thinking, necessary to sustain, console, and alter human existence – a new relationship to the universe” (RICH, 1976, p. 285-286).

²⁶ No original: “Both sides seem to have accepted patriarchal and misogynist assumptions about the female body as somehow more natural, less detached, more engaged with and directly related to its ‘objects’ than male bodies” (GROSZ, 1994, p. 15)

1.4 O CORPO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO

Em consonância com as teses construcionistas propostas por Beauvoir (2016a; 2016b) em *O segundo sexo*, muitas feministas se comprometeram com a noção de que o corpo generificado era uma construção social. Em contraste com os pontos de vista essencialistas, o corpo aqui não era mais encarado como um obstáculo a ser superado, mas como um objeto biológico conformado a matrizes culturais, vinculado a práticas sociais que eram responsáveis por moldar as percepções acerca do feminino e do masculino. Assim, de modo geral, as feministas enquadradas nessa percepção estavam preocupadas com as diferentes maneiras por meio das quais os corpos femininos e masculinos eram diferenciados e configurados socialmente como desiguais. Podemos destacar, aqui, o trabalho de Gayle Rubin (1975), Juliet Mitchell (1966), Michèle Barrett (1980), Ann Oakley (1972), Nancy Chodorow (1978), entre outras.

Para as feministas construcionistas, existia uma diferença básica entre o corpo material e as suas representações sociais, o que as levou a propor a distinção entre *sexo* e *gênero*, em que o primeiro elemento está associado ao aspecto biológico do corpo, definido pelas genitálias do indivíduo, e o segundo, às práticas socioculturais que são inscritas nesse corpo sexuado (cf. seção 2.2.1). Desse modo, embora o corpo possua certos atributos *naturais* que não podem ser alterados – pelo menos não sem procedimentos cirúrgicos radicais –, os significados culturais de gênero que circulam socialmente e são inscritos nele podem ser modificados. Entender como esses significados culturais são construídos e de que maneira eles podem ser mudados transformou-se no projeto político dessas intelectuais, de modo que o corpo material não era, em si mesmo, interessante, uma vez que, por si só, ele não possuía significados, era uma *tabula rasa*.

Para Grosz (1994), ao invés de se sustentar na oposição natureza e cultura, como as feministas que essencializavam o corpo, a concepção desenvolvida pelas feministas construcionistas fundamentava-se na distinção biologia e psicologia, manifesta na dicotomia produção/reprodução (corpo) e ideologia (mente), domínios nos quais tanto homens quanto mulheres participavam, ainda que de maneiras completamente diferentes. Nessa conjuntura, Mitchell (1966) foi uma das primeiras feministas a examinar os aspectos ideológicos da realidade vivida pelas mulheres

cis, situando-as no projeto socialista. No ensaio *Women: the longest revolution* (1966), ela faz uma análise da opressão das mulheres cis britânicas, vinculando esta à noção de família tradicional e comparando a dependência que as mulheres cis tinham dos homens cis àquela que os trabalhadores tinham do empregador.

Sex, Gender and Society (1972), de Ann Oakley, é considerada uma obra importante na exploração mais aprofundada da categoria de gênero enquanto construção cultural. Nesse livro, a socióloga aponta que as culturas ocidentais se mostram mais propensas a exagerar as diferenças entre os gêneros e que a eficiência social dos papéis de gênero se sustenta na função das mulheres cis como donas de casa e mães (OAKLEY, 1972). Apresentada primeiramente nesta obra, a concepção de que a opressão das mulheres cis está ligada a expectativas culturalmente elaboradas e não a diferenças biológicas tornou-se um importante conceito analítico para a teoria feminista.

Entretanto, a primeira intelectual feminista a advogar explicitamente a necessidade da distinção entre sexo e gênero foi Gayle Rubin, no ensaio *The traffic in women: notes on the "political economy" of sex* (1975). Ao reconhecer a naturalização do sexo e desnaturalizar o gênero, Rubin pretendia invalidar o argumento do senso comum de que as diferenças entre homens cis e mulheres cis eram decorrentes dos corpos que eles possuíam. Para ela, as diferenças corporais não eram suficientes para explicar as elaboradas práticas culturais e crenças que cercavam as identidades de gênero e que variavam consideravelmente entre as culturas. Rubin entendia que a distinção entre sexo e gênero se dava da seguinte maneira: sexo é sobre reprodução biológica e não está inteiramente sob nosso controle; gênero, entretanto, é sobre poder e as formações culturais que o solidificam e estas variam muito de acordo com o contexto sócio-histórico, podendo ser mudadas e/ou transformadas ao longo do tempo.

De acordo com Brook (1999), as feministas construcionistas também foram as responsáveis pelo desenvolvimento da *teoria dos papéis sexuais*, segundo a qual os padrões de gênero, isto é, os comportamentos considerados masculinos ou femininos, são uma espécie de *dramatização roteirizada* construída por forças institucionais (escola, família, igreja, Estado), reforçadas pelas representações midiáticas e policiadas por tabus e códigos sociais de comportamento. Com o intuito de modificá-las, as intelectuais feministas propunham uma intervenção nessa padronização dos papéis sexuais, estimulando a troca ou a contestação dos

estereótipos de gênero nas instituições e nas representações sociais. “A ênfase na ideia de ‘interpretação de papéis’ pressupõe um corpo material sexual que pode despir e assumir diferentes papéis, como os bonecos de papelão nos quais você pode pendurar o figurino de diferentes papéis” (BROOK, 1999, p. 12, tradução nossa²⁷).

As mais atentas devem ter percebido que a noção de corpo desenvolvida por essa percepção possui resíduos do determinismo biológico, uma vez que o corpo, aqui, é entendido como uma entidade fixa e a-histórica, naturalista e pré-cultural, apenas uma materialidade sem a qual a mente não existe e o processo de *inculcação e interpelação ideológica*²⁸ não se efetiva.

As lutas políticas são, portanto, direcionadas para a neutralização do corpo sexualmente específico. Essa neutralização não é tanto o resultado da intervenção das forças médico-tecnológicas, mas a consequência de um programa de equalização através da reorganização social da educação infantil e da socialização, como Chodorow explicita. Assim, enquanto os corpos machos e fêmeos permanecem intocados e irrelevantes para tais programas, os traços associados de gênero de masculinidade e feminilidade seriam, idealmente, transformados e equalizados através de uma transformação na ideologia (GROSZ, 1994, p. 17, tradução nossa²⁹).

Para as feministas construcionistas, o corpo não é passível de mudança, o que muda são as atitudes, crenças e valores em relação a ele. Ao presumirem sexo como uma categoria fixa, elas concentraram suas análises na noção de gênero, buscando minimizar as diferenças biológicas e elucidar os diferentes significados e valores culturais que são atribuídos a elas. Esses estudos, entretanto, dificilmente levaram em conta as diversas maneiras por meio das quais diferentes grupos e indivíduos têm acesso aos recursos culturais e econômicos dentro de uma sociedade, aspecto que chamou a atenção de outras intelectuais feministas, conforme veremos a seguir.

²⁷ No original: “The emphasis on the idea of ‘role-playing’ takes for granted a material sexed body that can put off and take on different roles, rather like the card-board dolls on which you can hang different paper outfits” (BROOK, 1999, p. 12).

²⁸ A noção de interpelação ideológica advém de Althusser (1992, p. 93), para quem “os indivíduos são invocados ou interpelados como sujeitos concretos pela ideologia”, de modo que não existe sujeito sem ideologia, nem ideologia sem sujeito.

²⁹ No original: “Political struggles are thus directed toward neutralization of the sexually specific body. This neutralization is not so much the result of the intervention of the medico-technological forces as it is the consequence of a program of equalization through the social reorganization of childraising and socialization, as Chodorow makes explicit. So while male and female bodies remain untouched by and irrelevant to such programs, the associated gender traits of masculinity and femininity would, ideally, be transformed and equalized through a transformation in ideology” (GROSZ, 1994, p. 17).

1.5 O CORPO RACIALIZADO

Mesmo diante do alerta de Sojourner Truth, no século XIX, de que corpos femininos negros e corpos femininos brancos não estavam situados da mesma maneira nas práticas sociais, nenhuma das percepções feministas apresentadas até aqui se preocupou em pensar as especificidades do corpo racializado, construindo um pretense pensamento *genérico* acerca do corpo feminino que, na verdade, representava muito mais o corpo feminino cis, branco e de classe média. Entretanto, a partir da década de 1980, feministas negras, como Angela Davis (1983; 2016) e bell hooks (1997), começaram a produzir um conhecimento próprio acerca dos intrincados efeitos da racialização nos corpos femininos, discorrendo sobre aspectos que sustentavam a imanência ou possibilitavam a transcendência desses corpos. De modo geral, essas intelectuais entendiam que o processo de escravização e a construção simbólica dos corpos racializados dirimiram, ao longo do tempo, a alma negra.

Em *Mulheres, Raça e Classe* (1983), Angela Davis (2016) argumenta sobre as maneiras pelas quais a hierarquia racial interfere significativamente na relação que as mulheres estabelecem com seus corpos. Para ela, os corpos femininos negros não poderiam ser pensados sem a interferência do sistema de escravatura, que a situou como um objeto na lógica da cultura patriarcal branca. Nesse contexto, as mulheres negras cis eram frequentemente alienadas de outros aspectos da feminilidade. “A mulher escrava era uma trabalhadora em tempo integral para seu dono e, incidentalmente, era esposa, mãe e dona de casa” (STAMPP, 1956 *apud* DAVIS, 2016, p. 17). A falta de divisão do trabalho entre mulheres cis e homens cis escravizados levou ambos a realizarem ofícios similares, impossibilitando a compreensão dos corpos femininos negros como *sexo frágil*, sentido frequentemente atribuído aos corpos femininos brancos.

As mulheres negras cis também eram vítimas constantes de agressão sexual, fosse para satisfazer os desejos dos senhores brancos, fosse para atuar forçosamente como uma matriz geradora de mais corpos escravizados, especialmente depois que o tráfico negreiro foi proibido ao redor do mundo. Essa violência sexual em massa também tinha o objetivo de minar a resistência dessas

mulheres cis, reduzindo significativamente a possibilidade de transcendência delas, coagindo-as a uma mera existência material.

Seria um erro olhar para o modelo institucionalizado da violação durante a escravatura como uma expressão do impulso sexual dos homens brancos, diferentemente reprimido pelo espectro da castidade da natureza feminina. Isso seria demasiado simplista como explicação. A violação era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo maior objetivo era extinguir a vontade das mulheres escravas em resistir, e nesse processo, desmoralizar os seus homens (DAVIS, 2016, p. 36).

De acordo com Davis (2016), essas vivências específicas produziram efeitos particulares nos corpos das mulheres negras cis, acarretando consequências profundas nas subjetividades delas. Para essa intelectual, *uma das grandes ironias do sistema escravagista* reside no seguinte fato: o profundo sofrimento e a capacidade de suportá-lo levaram as mulheres negras cis a descobrirem o poder e a força física que elas tinham, de modo que elas não estavam perpetuamente submetidas à imanência, podendo alcançar a transcendência por meio de atos físicos de resistência.

Outra pensadora que devotou considerável atenção aos corpos racializados foi bell hooks (1997). Em *Selling Hot Pussy: representations of Black female sexuality in the cultural marketplace*, ela aponta que o corpo feminino negro, fosse ele vinculado a aspectos sexuais ou de força de trabalho, sempre foi considerado ativo, o que permitiu à sociedade patriarcal branca deslocar a sexualidade dos corpos brancos para os corpos negros. A sexualidade negra, nesse sentido, sempre foi entendida como desviante e o corpo feminino negro era a representação máxima desse desvio.

Bombardeadas com imagens representando corpos femininos negros como descartáveis, as mulheres negras absorveram passivamente esse pensamento ou resistiram veementemente. A cultura popular fornece inúmeros exemplos de apropriação de mulheres negra e da exploração de “estereótipos negativos” para afirmar o controle sobre a representação ou, pelo menos, colher os benefícios dela. Uma vez que a sexualidade feminina negra tem sido representada na iconografia racista/sexista como mais livre e solta, muitas mulheres negras cantoras, independentemente da qualidade de suas vozes, cultivam a imagem que sugere que elas são sexualmente disponíveis e licenciosas. Indesejável no sentido convencional, que define a beleza e a sexualidade como desejáveis apenas na medida em que é idealizada como inatingível, o corpo feminino negro só ganha atenção quando é sinônimo de acessibilidade, disponibilidade;

quando é sexualmente desviante (HOOKS, 1997, p. 124, tradução nossa³⁰).

Na percepção de hooks (1997), uma vez que o corpo feminino negro nunca foi configurado como um objeto passivo – representação que abarcava apenas os corpos femininos brancos –, ele só poderia ser compreendido, enquanto objeto sexual, de maneira ativa e agressiva. A sexualidade feminina negra, assim, era representada socialmente como *mais liberada*, impossível de ser contida. Em *Ain't I a Woman and feminism*, obra em que hooks (1981) analisa as vivências específicas das mulheres negras cis estadunidenses da escravidão até a década de 1980, ela aponta que o sistema escravagista permitiu à sociedade branca estereotipar as mulheres cis brancas como deusas puras e virgens, enquanto as mulheres cis negras foram estereotipadas como prostitutas, o que contribuiu para a desvalorização da feminilidade e a violação dos corpos dessas mulheres cis.

Os questionamentos levantados pelas feministas negras foram os responsáveis pelo desenvolvimento da noção de interseccionalidade, proposta por Kimberlé Crenshaw, no ensaio *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics* (1989). De acordo com ela, esse conceito abarca a descrição das múltiplas maneiras pelas quais um indivíduo pode experienciar diferentes formas de opressão, o que ela procura esclarecer com a seguinte explicação:

Considere uma analogia ao tráfego em uma interseção, indo e vindo em todas as quatro direções. Discriminação, como o tráfego através de um cruzamento, pode fluir em uma direção e pode fluir em outra. Se um acidente acontecer em um cruzamento, ele pode ser causado por carros viajando de qualquer número de direções e, às vezes, de todas elas. Da mesma forma, se uma mulher negra é prejudicada porque ela está em um cruzamento, sua lesão pode resultar de discriminação sexual ou discriminação racial. [...] Mas nem sempre é fácil reconstruir um acidente: às vezes, as marcas de derrapagem e as lesões simplesmente indicam que ocorreram simultaneamente,

³⁰ No original: “Bombarded with images representing black female bodies as expendable, black women have either passively absorbed this thinking or vehemently resisted it. Popular culture provides countless examples of black female appropriation and exploitation of “negative stereotypes” to either assert control over the representation or at least reap the benefits of it. Since black female sexuality has been represented in racist/sexist iconography as more free and liberated, many black women singers, irrespective of the quality of their voices, have cultivated an image which suggests they are sexually available and licentious. Undesirable in the conventional sense, which defines beauty and sexuality as desirable only to the extent that it is idealized and unattainable, the black female body gains attention only when it is synonymous with accessibility, availability; when it is sexually deviant” (HOOK, 1997, p. 124).

frustrando os esforços para determinar qual motorista causou o dano (CRENSHAW, 1989, p. 149, tradução nossa³¹).

Para Crenshaw (1989), a mulher negra cis é discriminada de diferentes maneiras que, nem sempre, enquadram-se nas categorias de *racismo* ou *sexismo*, mas em uma combinação de ambos esses processos, de modo que qualquer análise que deixe de lado a questão da interseccionalidade será incapaz de abordar o modo particular por meio do qual essas mulheres são oprimidas socialmente. Alguns anos depois, no artigo *Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color* (1991), Crenshaw amplia o escopo da interseccionalidade, apontando que ela tem o objetivo de atender a posição específica das mulheres negras e de outras mulheres de cor, como as latinas, uma vez que as experiências dessas mulheres exige novos paradigmas na teorização feminista. Tomados em conjunto, esses dois artigos foram os responsáveis por uma das contribuições mais importante e duradoura que o feminismo negro trouxe para teoria social crítica (COOPER, 2016).

1.6 O CORPO TRANS*

Da mesma maneira que as concepções feministas genéricas acerca do corpo feminino falharam em reconhecer as especificidades dos corpos racializados, elas também foram incapazes de considerar os corpos femininos trans*. Estes, de acordo com Bettcher (2013), têm sido, frequentemente, pensados a partir de duas diferentes perspectivas (BETTCHER, 2013). A primeira delas, conhecida como o modelo do *corpo errado*, está vinculada ao processo de patologização das identidades de gêneros que não se enquadravam na lógica biologicista construída entre os séculos XVIII e XIX. Ao longo do século XX, essa percepção levou o corpo trans* a ser constantemente *normatizado*, constringendo-o aos discursos hegemônicos. Na

³¹ No original: "Consider an analogy to traffic in an intersection, coming and going in all four directions. Discrimination, like traffic through an intersection, may flow in one direction, and it may flow in another. If an accident happens in an intersection, it can be caused by cars traveling from any number of directions and, sometimes, from all of them. Similarly, if a Black woman is harmed because she is in an intersection, her injury could result from sex discrimination or race discrimination. [...] But it is not always easy to reconstruct an accident: Sometimes the skid marks and the injuries simply indicate that they occurred simultaneously, frustrating efforts to determine which driver caused the harm". (CRENSHAW, 1989, p. 149).

década de 1920, surgiram os primeiros relatos de cirurgias de adequação sexual e o termo *transexualismo* foi usado pela primeira vez nos registros (HIRSCHFELD, 1923). Nos Estados Unidos, o termo *transexual* apareceu na linguagem médica em 1949, para se referir a um jovem rapaz trans. Em 1952, questionamentos em torno da identidade sexual dos indivíduos começaram a ganhar relevância quando a história de Christine Jorgesen, mulher trans designada homem ao nascer, apareceu nas manchetes de um jornal. Na década de 1960, questões ligadas à transexualidade ganharam ainda mais destaque com a publicação do livro *The Transsexual Phenomenon* (BENJAMIN, 1966), que definia os critérios de veracidade do indivíduo transexual:

Os verdadeiros transexuais sentem que pertencem ao outro sexo, querem ser e funcionar como membros do sexo oposto, não só aparecer como tal. Para eles, seus órgãos sexuais, o primário (testículos) bem como os secundários (pênis e outros) são deformidades nocivas que devem ser alteradas pela faca do cirurgião (BENJAMIN, 1966, p. 13, tradução nossa³²).

Ainda na década de 1960, quando gênero e sexo começaram a se separar, a transexualidade começa a ser considerada uma questão de identidade de gênero (MONEY; EHRHARDT, 1966³³). Assim, nos anos 1970, as pessoas trans* passaram a ser diagnosticadas com *transtorno de identidade de gênero*, por não se reconhecerem no gênero para o qual eram designadas ao nascer. Um tratamento padrão para esses casos foi desenvolvido e, na década de 1980, o termo *transtorno de identidade de gênero* começou a integrar o Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM III), publicado pela American Psychiatric Association. O termo *transexualismo* passou a identificar esse suposto *transtorno* sofrido pelas pessoas trans*, legitimando a patologização delas. No início da década de 1990, *transexualismo* foi inserido na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), da Organização Mundial de Saúde (OMS), como *Transtorno de Identidade Sexual*.

³² No original: “True transsexuals feel that they belong to the other sex, they want to be and function as members of the opposite sex, not only to appear as such. For them, their sex organs, the primary (testes) as well as the secondary (penis and others) are disgusting deformities that must be changed by surgeon’s knife” (BENJAMIN, 1966, p. 13).

³³ O trabalho desenvolvido por Money e Ehrhardt foi altamente controverso. Baseados numa leitura ingênua da noção construcionista do gênero de Beauvoir, eles – assim como outros médicos de sua geração – entendiam sexo e gênero como categorias distintas, sendo este último uma construção cultural, e acreditavam que a coincidência entre elas era fundamental para a identidade do ser humano. Essa percepção fundamentou a criação do chamado *protocolo Money*, responsável por estabelecer as regras para a realização de cirurgias de *normalização genital* em bebês que nasciam intersexo ou com genitais que não se enquadravam no padrão normativo – possuíam um pênis muito pequeno ou clitoris muito grande (FAUSTO-STERLING, 2000).

Entender a transexualidade como um transtorno foi a resposta científicista para uma vivência que não se enquadrava nos regimes de inteligibilidade recorrentes do corpo. Essa percepção ainda prevalece em centros hegemônicos do saber-fazer científico atual e, com frequência, surgem novos estudos que buscam explicar o porquê determinadas pessoas nascem *trans**, vinculando essas identidades a aspectos meramente biológicos, como as estruturas cerebrais. Conforme Bento (2014, p. 50) esclarece, “[n]ada do que se escreveu sobre os trânsitos entre os gêneros no âmbito patologizante da clínica tinha ou tem uma gota de neutralidade científica. São valores morais e religiosos transfigurados em verdades científicas”.

Assim como o corpo feminino foi pensado à sombra do masculino, o corpo *trans** tem sido configurado e reconfigurado sob o império da cisnormatividade, que entende que os indivíduos que não apresentam uma identidade de gênero congruente com o sexo biológico devem sofrer uma adequação física. Socialmente, entretanto, essas pessoas continuam sendo lidas apenas como um espectro do modelo *perfeito*, nunca sendo reconhecidas como “mulher de verdade” ou “homem de verdade”. O argumento biológico, assim, é utilizado como a tábua de salvação para justificar a propagação de preconceitos e opressões sociais sobre esses indivíduos.

A segunda perspectiva foi produzida a partir de diálogos com os *insights* advindos dos estudos queer (cf. seção 2.1.2) e ficou conhecida como modelo *além do binário* (BETTCHER, 2013). Para essa percepção, as pessoas *trans** não se enquadram perfeitamente em nenhuma das categorias dicotômicas de gênero – mulher ou homem – e, portanto, devem rejeitar qualquer tipo de adequação a elas. A própria divisão estrita entre (apenas) dois gêneros opostos passa a ser encarada como a fonte da opressão dos corpos *trans**, de modo que estes são instigados a se situarem sempre para além dessa dicotomia. Uma vez que não reconhece quem não se autoidentifica para além do binário, esse modelo vem sendo contestado por diversas pessoas *trans** que se entendem como mulheres ou homens (BETTCHER, 2013).

A partir da década de 1990, os estudos *trans** começaram a produzir novas percepções acerca da sexualidade, do gênero e do corpo, propondo questões que, até então, não haviam sido contempladas pelos estudos feministas ou queer. Sandy Stone (1991), Leslie Feinberg (1992) e Kate Bornstein (1994) lançaram as bases

para um novo pensar e uma nova política trans*, já que, pela primeira vez, as pessoas trans* estavam escrevendo e teorizando sobre si mesmas e sobre seus corpos, expressando opiniões sobre as alterações cirúrgicas e hormonais pelas quais elas passavam.

Em *Second Skins: the body narratives of transsexuality*, por exemplo, Jay Prosser (1998) contesta vigorosamente as noções que entendem o corpo como uma *tabula rasa* e aponta que, a fim de contemplar as vivências transexuais, as discussões acadêmicas sobre os corpos trans* deveriam se fundamentar nas *narrativas corporais*, “a história que a pessoa transexual tece ao redor do corpo para que este corpo seja ‘lido’” (PROSSER, 1998, p. 101). Assumindo uma percepção contrária às postuladas pela teoria queer, ele entende que o senso físico de si mesmo se fundamenta no corpo, de modo que a metáfora do *corpo errado* poderia ser encarada como uma descrição fenomenológica adequada das disforias do corpo trans*, já que aqueles que estão em processo de transição reconhecem uma incongruência entre o *eu* interno e o corpo externo.

Contrária à percepção de Prosser, Gayle Salamon (2010), em *Assuming a body: transgender and rhetorics of materiality*, aponta que é impossível encarar a consciência do próprio corpo como algo culturalmente transcendente. Ela sugere “[...] que a utilidade da imagem corporal para teorizar a corporeidade generificada é precisamente não o fato de que a imagem corporal é material, mas de que ela permite uma ressignificação do próprio material” (SALAMON, 2010, p. 38, tradução nossa³⁴). Amparada em Schilder (1950), Salamon entende que a imagem corporal não surge inatamente, mas é construída ao longo do tempo, por meio das experiências do indivíduo no mundo. Sendo um construto, essa imagem corporal poderia, em determinado momento, encontrar-se em desacordo com o corpo material da pessoa, uma disjunção compreendida por Schilder e por Salamon como normal.

Tanto a percepção de Prosser quanto a de Salamon apresentam problemas. Ainda que convincente, o argumento construcionista da Salamon (2010) não consegue explicar adequadamente a origem da incongruência entre a imagem corporal e o corpo material. A narrativa de Prosser (1998), por sua vez, embora tente

³⁴ No original: “[...] that the usefulness of the body image for theorizing gendered embodiment is precisely not that the body image is material, but that it allows for a resignification of material itself” (SALAMON, 2010, p. 38).

fornecer respostas para essa incongruência, torna-se inaceitável para as concepções construcionistas. Para Bettcher (2017), essa busca por uma explicação causal para a incongruência trans* é, em si mesma, problemática, pois parte da premissa de que as pessoas trans* são anômalas e precisam de explicações que deem conta do seu *desvio da norma*. De acordo com ela, os discursos dominantes entendem o gênero como nada mais do que uma manifestação dos genitais do indivíduo, o que permite a *negação da autenticidade* àquelas pessoas que performatizam identidades de gênero trans*, submetendo-as à violência física decorrente das verificações genitais, que podem ser explícitas – por meio da exposição ou do toque – ou implícitas – através de perguntas e comentários (BETTCHER, 2014).

1.7 O CORPO DISCURSIVIZADO

Distanciando-se das percepções que essencializam o corpo ou o compreendem como uma construção social, algumas intelectuais feministas, inspiradas nas ideias de Foucault (1987; 1998a; 1998b; 1999; 2005) e de outros pensadores pós-estruturalistas (e.g. DERRIDA, 1972; 1988; 1995; LACAN, 1998), começaram a pensar as diferentes maneiras por meio das quais os discursos dominantes de uma determinada sociedade prescrevem normas que regulam os corpos, transformando-os em um espaço de controle social. “Não necessariamente por meio da ideologia, mas através da organização e da regulação do tempo, espaço e movimentos em nossas vidas diárias, nossos corpos treinados, moldados e impressos com a marca das formas históricas predominantes de individualidade, desejo, masculinidade, feminilidade” (BORDO, 1993, p. 165-166, tradução nossa³⁵). Destacam-se, aqui, pensadoras como Monique Wittig (1973), Hélène Cixous (1975), Luce Irigaray (1985), Naomi Schor (1987), Jane Gallop (1988), Gayatri Spivak (1988), Judith Butler (1990; 1993, 2004b), Vicki Kirby (1991), Susan Bordo (1993), Elizabeth Grosz (1994), Moira Gatens (1996), entre outras.

³⁵ No original: “Not chiefly through ideology, but through the organization and regulation of the time, space, and movements of our daily lives, our bodies as trained, shapped and impressed with the stamp of prevailing historical forms of selfhood, desire, masculinity, femininity” (BORDO, 1993, p. 165-166).

Na percepção dessas feministas, o corpo é um aspecto fundamental para a compreensão da existência física e social das mulheres, não podendo ser reduzido a uma materialidade livre de marcações históricas ou culturais, entendido apenas como algo biologicamente dado. Desse modo, elas tendem a desconsiderar a distinção *sexo* e *gênero* proposta pelas construcionistas e nutrem pouco interesse pela questão da construção cultural da subjetividade, preferindo focar a atenção nos sentidos que forjam essa construção.

Elas estão preocupadas com o *corpo vivido*, o corpo na medida em que ele é representado e usado de maneiras específicas em determinadas culturas. Para elas, o corpo não é nem bruto nem passivo, mas é entrelaçado e constitutivo de sistemas de significado, significação e representação. Por um lado, é um corpo significante e significado; por outro, é um objeto de sistemas de coerção social, inscrição legal e intercâmbio sexual e econômico (GROSZ, 1994, p. 18, tradução nossa³⁶).

O corpo, aqui, passa a ser compreendido como um objeto político, social e cultural por excelência, ligado à ordem do desejo, da significação e do poder. Essas noções são caudatárias da obra de Foucault (1987; 1998; 1999), que embora não tenha abordado especificamente a questão do corpo feminino, desenvolveu discussões acerca das práticas disciplinares do corpo extremamente relevantes para a análise dos corpos generificados, sexuados e sexualizados. Assumindo que “[...] em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 1987, p. 118), as intelectuais dessa perspectiva decidiram focar a atenção na questão do poder e de como ele configura os corpos por meio de práticas disciplinares.

Para Foucault (1998b), uma noção produtiva de poder deveria levar em consideração a microfísica do poder, a anatomia política do corpo, bem como as resistências que esses processos produzem (cf. seção 2.2.2). Nesse sentido, o poder sobre os corpos não se manifesta necessariamente por meio de coerção, mas também de um policiamento dos indivíduos sobre seus próprios corpos – com dietas, maquiagem, exercícios, vestimentas, cirurgia cosmética, etc. –, buscando conformá-los às normas sociais hegemônicas com o intuito de garantir o enquadre e

³⁶ No original: “They are concerned with the *lived body*, the body insofar as it is represented and used in specific ways in particular cultures. For them, the body is neither brute nor passive but is interwoven with and constitutive of systems of meaning, signification, and representation. On one hand it is a signifying and signified body; on the other it is an object of systems of social coercion, legal inscription, and sexual and economic exchange” (GROSZ, 1994, p. 18).

a aceitação social. Os corpos que não se conformam são considerados abjetos (BUTLER, 1990; 1993) e excluídos socialmente – vide o *locus* social reservado aos corpos gordos ou aos corpos trans* nas práticas sociais contemporâneas.

Influenciada por essa perspectiva, Judith Butler (1990; 1993; 2004b) entende que “o corpo não é um ‘ser’, mas um limite variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia de gênero e heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 1999, p. 177, tradução nossa³⁷). Em *Problemas de gênero* (1990), ela aponta que o gênero não deve ser compreendido como uma série de papéis ou fantasias penduradas no corpo natural sexuado, mas como um desempenho contínuo de interações entre corpos e discursos. Desse modo, o gênero é performativo (cf. seção 2.2.5), ou seja, ao agirmos como se gênero e sexo realmente existissem, nós criamos essas categorias, que são constantemente atualizadas por meio da *repetição* e do *ritual das performances de gênero*, construindo uma ficção cultural que naturaliza os gêneros e os corpos, em vez que configurá-los como efeitos de sentido dos discursos (BUTLER, 1999). Nessa lógica, os corpos femininos passam a ser encarados não como a materialidade fundamental sobre a qual o gênero se inscreve, mas como um campo criado pela interação de discursos particulares de marcação cultural, como gênero, raça, idade, classe, entre outros.

Susan Bordo (1993), por sua vez, baseia-se nas discussões de Foucault para analisar as políticas da aparência, elucidando como o poder atua em práticas corporais como dietas, exercícios e distúrbios alimentares. No livro *Unbearable weight: feminism, western culture, and the body*, ela analisa o impacto da mídia na configuração dos corpos femininos, apresentando as desordens consideradas femininas – histeria, agorafobia, anorexia nervosa, bulimia, entre outras – como *construções convencionais de feminilidade*. “Surpreendentemente, nesses distúrbios, a construção da feminilidade é escrita em termos perturbadoramente concretos e hiperbólicos: apresentações exageradas, extremamente literais, às vezes, apresentações virtualmente caricaturadas da mística feminina dominante”

³⁷ No original: “the body is not a “being” but a variable boundary, a surface whose permeability is politically regulated, a signifying practice within a cultural field of gender hierarchy and compulsory heterosexuality” (BUTLER, 1999, p. 177).

(BORDO, 1993, p. 169, tradução nossa³⁸). Desse modo, Bordo entende que tanto as práticas femininas rotineiras quanto os distúrbios femininos buscam produzir corpos femininos dóceis, de modo que ambos existem ao longo de um mesmo *continuum* de produção da feminilidade.

Seguindo um caminho distinto, as feministas francesas, como Hélène Cixous (1975) e Luce Irigaray (1985), buscaram demonstrar o complexo simbolismo da escrita feminina, que atua como uma crítica à tradição filosófica tradicional. Para elas, a identidade sexual não é um dado que se sustenta em um aparato biológico, mas uma construção das epistemologias masculinistas, de como elas representam as mulheres. Assim, o corpo feminino é um local alternativo para a construção do sentido e do conhecimento, um espaço descolado do discurso patriarcal. Escrever desse espaço interrompe a ordem masculinista da linguagem e do conhecimento, desafiando o pensamento dualista dominante na tradição ocidental.

É necessário que a mulher escreva: que a mulher escreva da mulher e faça as mulheres chegarem à escrita, de onde foram removidas tão violentamente quanto foram de seus corpos; pelas mesmas razões, pela mesma lei, para o mesmo propósito mortal. É necessário que a mulher chegue ao texto – como ao mundo e à história – de seu próprio movimento (CIXOUS, 1975, p. 39, tradução nossa³⁹).

Conforme é possível observar, as intelectuais situadas nessa percepção buscam modificar as bases ontológicas da filosofia ocidental, desestabilizando as dicotomias que essencializam o corpo e desenvolvendo novos sistemas conceituais que deem conta de apreender os processos por meio dos quais o corpo é configurado. Desse modo, entendem o corpo como “[...] o termo crucial, o local da contestação, em uma série de lutas econômicas, políticas, sexuais e intelectuais” (GROSZ, 1994, p. 19, tradução nossa⁴⁰).

³⁸ No original: “Strikingly, in these disorders the construction of femininity is written in disturbingly concrete, hyperbolic terms: exaggerated, extremely literal, at times virtually caricatured presentations of the ruling feminine mystique” (BORDO, 1993, p. 169).

³⁹ No original: “Il faut que la femme s’écrive: que la femme écrive de la femme et fasse venir les femmes à l’écriture, dont elles ont été éloignées aussi violemment qu’elles l’ont été de leurs corps; pour les mêmes raisons, par la même loi, dans le même but mortel. Il faut que la femme se mette au texte – comme au monde, et à l’histoire –, de son propre mouvement” (CIXOUS, 1975, p. 39).

⁴⁰ No original: “the crucial term, the site of contestation, in a series of economic, political, sexual, and intellectual struggles” (GROSZ, 1994, p. 19).

1.8 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Definidas sempre por meio de seus corpos, as mulheres e as travestis foram apresentadas ao longo da história como seres incompletos, frágeis, incapazes, imperfeitos, indisciplinados, impostores e pouco confiáveis, sujeitas a uma materialidade que não está nunca plenamente sob o controle do consciente. Exatamente por isso o corpo tem estado no centro do pensamento desenvolvido pelas intelectuais feministas ao longo dos séculos XX e XXI, conforme foi possível observar ao longo deste capítulo. Enquanto um dos fundamentos da opressão e da submissão das pessoas que possuem identidades de gênero femininas, o corpo encontra-se atravessado por uma série de discursos normativos que buscam determinar o que ele deve/pode ser e que espaço ele deve/pode ocupar.

Na presente investigação, o corpo é assumido como um constructo histórico e social, configurado e reconfigurado por meio de atos performativos. Estes são marcados por relações hegemônicas de poder que estabelecem os saberes por meio dos quais o corpo se torna legível socialmente. Ao entender que o corpo feminino se constitui nas práticas sociais, especialmente por meio dos discursos que constroem os regimes de inteligibilidade sob os quais ele será lido, este estudo mobilizou arcabouços teóricos e metodológicos transdisciplinares, que relacionam linguagem e sociedade, posto que a linguagem é constantemente utilizada para manter ou transformar a realidade social. Em busca de compreender esse objeto evasivo e constantemente (re)configurado por meio das práticas sociais, transitei entre dois importantes campos de estudo: os Estudos de Gênero e a Teoria Social da Linguagem. Nos próximos capítulos, apresentarei esses dois campos teóricos, como eles se constituem e quais categorias de análise propostas por eles contribuem com esta pesquisa.

No campo dos Estudos de Gênero, focarei a atenção nos Estudos Feministas e nos Estudos Queer. Os Estudos Feministas enfatizam as discussões acerca da opressão das identidades de gênero femininas. Os Estudos Queer, por sua vez, partem da proposta de uma dissolução do normativo, com sugestões de como lidar com a fluidez das identidades que emergem quando falamos na dissolução da estabilidade de gênero, representada pela dicotomia mulher/fêmea e homem/macho, que impera nas práticas sociais recorrentes.

No campo dos Estudos da Linguagem, sustentarei a presente investigação na Análise de Discurso Crítica, doravante ADC, que propõe “o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação de transformações na vida social contemporânea” (MAGALHÃES, 2005, p. 3). Enquanto disciplina crítica voltada para o estudo de como a linguagem se relaciona com problemas sociais, a ADC tem o texto como unidade de análise e se preocupa com questões como poder, ideologia e identidades.

Vejamos, nos próximos capítulos, como esses dois campos se articulam para permitir o estudo das práticas discursivas de ativistas (trans)feministas acerca de seus corpos, isto é, como esses corpos estão sendo representados e como essas representações interferem nos processos de construção identitária dessas mulheres.

PARTE I
APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

CAPÍTULO 2

PENSAR O GÊNERO: PROBLEMÁTICAS FEMINISTAS E *QUEERS*

“Suponho que a coisa mais importante,
o fator único de maior peso na vida do indivíduo,
é se ele nasceu macho ou fêmea.
Na maior parte das sociedades,
isso determina suas expectativas,
atividades, pontos de vista, ética,
maneiras, quase tudo. Vocabulário,
vestuário, até mesmo alimentação”⁴¹

Ursula Le Guin

Falar sobre gênero é abordar um sistema de categorias que organiza cada aspecto da realidade que vivemos. É exatamente isso o que a epígrafe deste capítulo, retirada do romance *A mão esquerda da escuridão* (LE GUIN, 1987), indica. Na maior parte das sociedades contemporâneas, todo corpo humano que nasce é designado a um local na estrutura dicotômica de gênero social – ou ele é homem ou é mulher. Essa estrutura, por sua vez, estabelece uma relação intrínseca com a noção de sexo, entendido pelas epistemologias masculinistas como a manifestação máxima do corpo, isto é, o corpo *per se*. Diante dessa lógica, os Estudos de Gênero propõem-se a criticar a relação binária que se desenvolveu em torno dessas categorias e naturalizou a dicotomia mulher/homem, inscrita nos corpos como fêmea/macho.

Conforme Butler (2003) esclarece, afirmar que um indivíduo é homem ou mulher implica enquadrá-lo em uma série de preceitos que devem ser seguidos e já estão pré-definidos socialmente antes mesmo de ele nascer. Isso significa que é nas práticas sociais e construções identitárias, transmitidas, em grande medida, por meio

⁴¹Tradução nossa. No original: “I suppose the most importante thing, the heaviest single factor in one’s life, is wheter one’s born male or female. In most societies it determines one’s expectations, activities, outlook, ehtics, manners – almost everything. Vocabulary. Semiotic usages. Clothing. Even food” (LE GUIN, 1987).

dos discursos, que os corpos, os sexos e os gêneros são apreendidos socialmente. Nesse sentido, falar sobre gênero envolve discutir questões de poder, saber, desconstrução, identidades e performatividade, conforme veremos na seção 2.2.

Este capítulo tem o objetivo de situar a presente investigação nos aportes teóricos dos Estudos de Gênero, dialogando este campo tanto com os Estudos Feministas quanto com os Estudos Queer. O primeiro deles foca em discussões em torno da opressão das identidades de gênero femininas; o segundo, trabalha do âmbito da dissolução das categorias normativas que sustentam as diversas formas de opressão dos gêneros e dos sexos. Para finalizar, apontarei como os movimentos (trans)feministas se inscrevem dentro da lógica dos movimentos sociais de rede e a importância desse processo na busca por mudança e transformação social.

2.1 OS ESTUDOS DE GÊNERO

Os *Estudos de Gênero* surgiram a partir da década de 1960 como um campo interdisciplinar voltado para os estudos das identidades e das representações de gênero. Isso significa que ao estudar um tópico em específico, a pesquisadora deve levar em consideração o fato de que as pessoas possuem diferentes gêneros e que, por conta disso, são situadas diferentemente nas práticas sociais. A importância desse modo de pensar se deve ao fato de que, até a década de 1960, “[d]iferenças e desigualdades entre mulheres e homens [...] não foram reconhecidas como uma questão de preocupação sociológica e não foram vistas como problemas a serem abordados” (PILCHER; WHELEHAN, 2004, p. ix, tradução nossa⁴²). Além de desenvolver uma crítica às iniquidades de gênero, começou-se a dar atenção às maneiras como as disciplinas acadêmicas e os conhecimentos hegemônicos ocidentais excluía as experiências, os interesses e as identidades daquelas pessoas que não se enquadravam no gênero dominante, o masculino. Para alcançar os objetivos propostos, os Estudos de Gênero estabeleceram relações com diferentes campos, como os Estudos da Mulher, os Estudos Feministas, os Estudos

⁴² No original: “Differences and inequalities between women and men [...] were not recognised as an issue of sociological concern and were not seen as problems to be addressed” (PILCHER; WHELEHAN, 2004, p. ix).

das Masculinidades e os Estudos Queer (PILCHER; WHELEHAN, 2004) ou Estudos Transviados⁴³ (BENTO, 2009). Para a presente investigação, focamos nossa atenção nos estudos feministas e nos estudos queer, a serem desenvolvidos nos próximos tópicos.

2.1.1 Estudos feministas

O feminismo é, em geral, abordado a partir das diferentes *ondas* ou fases pelas quais ele pretensamente passou enquanto movimento e campo de estudos. Tal perspectiva tem sido amplamente adotada desde a década de 80, quando Kristeva (1981) articulou essa estrutura em seu artigo *Women's Time*. Entretanto, a divisão em três ondas, cada uma delas com características específicas que a diferencia da posterior, não é consensual entre as pesquisadoras feministas (ALCOFF; STONE, 2014). As críticas, em geral, recaem sobre a construção etapista fomentada pelas *ondas*, em que a fase posterior costuma ser lida sempre como uma superação e melhor que a anterior (BROWNE, 2014; ALCOFF; STONE, 2014). Além disso, há a percepção de que a narrativa contada pelas *ondas* gera a exclusão de inúmeras histórias de mulheres que não se enquadram nela.

Para entendermos melhor o que está sendo criticado aqui, pensemos, por um instante, sobre o sufrágio feminino. Na lógica das *ondas*, a luta feminista pelo sufrágio universal ocorre entre o final do século XIX e início do século XX. Entretanto, esse período contempla apenas alguns países, como Estados Unidos e Inglaterra, hegemonias epistemológicas, deixando de fora todas as outras realidades feministas em que essa reivindicação continuou existindo ao longo de todo o século XX e, até mesmo, início do século XXI. Na maior parte do mundo, o direito ao voto feminino só foi conquistado entre 1940 e 1979 (UNION, 2017), quando, supostamente, de acordo com a narrativa das *ondas*, os movimentos feministas estariam ampliando o seu debate para questões como *sexualidade*, *mercado de trabalho*, *direitos reprodutivos*, etc. – a discussão desses temas ainda é realidade em muitas democracias, dentre elas o Brasil.

⁴³ Tradução cultural idiossincrática do termo queer proposta por Bento (2009).

Dessa narrativa dominante estão excluídas, por exemplo, as histórias das feministas negras, que já no século XIX apareciam no cenário político questionando a opressão das mulheres negras cis e a incoerência de um pretense *feminismo universal* (RIBEIRO, 2017). Assim sendo, as ondas relatam a história do feminismo em um viés hegemônico, invisibilizando as vivências daquelas que não se enquadram dentro dessa narrativa normativa. Contrária a essa percepção, advogo a necessidade de se reconhecer que não existe uma história unívoca desses movimentos, como se fosse possível reduzir todas as realidades a uma narrativa universal. É preciso, antes de qualquer coisa, falar em *histórias do feminismo*, construindo, dessa maneira, uma abertura para o reconhecimento da alteridade e das potencialidades, assumindo as particularidades das vivências, as múltiplas histórias, os múltiplos espaços e (por que não?) os múltiplos tempos em que elas ocorrem.

Seguido essa premissa, entenderei, aqui, feminismo não como um movimento estável que se mobiliza em torno de pautas específicas, mas como uma forma de se posicionar no mundo, a partir de um *ontos* crítico, preocupado com determinadas problemáticas, mas sem nunca reduzir todas as possíveis vivências a uma única história. Pautando-me em Browne (2014, p. 4, tradução nossa⁴⁴), assumo o feminismo como um engajamento diante do mundo.

Uso-o [o termo feminismo] no sentido mais amplo para denotar a multiplicidade de grupos e indivíduos envolvidos em desafiar a subordinação e a opressão das mulheres nas sociedades dominadas pelos homens e a marginalização e a distorção dos conhecimentos e experiências das mulheres nos discursos androcêntricos. Isso significa adotar uma compreensão centrada no problema do “feminismo”, ao contrário de entendê-lo como uma identidade política coerente ou um quadro teórico unificado.

A partir dessa percepção, não é o reconhecimento de um movimento organizado que instaura a existência do feminismo, mas a reflexão das mulheres acerca de sua própria opressão, o que ocorre há muito mais tempo do que dá conta a narrativa das *ondas*. Já na civilização Romana, por volta de 195 EC⁴⁵, as mulheres

⁴⁴ No original: “I use it in its broadest sense to denote the plethora of groups and individuals engaged in challenging the subordination and oppression of women within male-dominated societies, and the marginalization and distortion of women’s knowledges and experiences within androcentric discourses. This means adopting a problem-centered understanding of “feminism,” as opposed to understanding it as a coherent political identity or unified theoretical framework” (BROWNE, 2014, p. 4).

⁴⁵ Sigla para Era Comum, termo alternativo ao *AnnoDomini*, latim para “no ano do Senhor”, também traduzido como Era Cristã.

protestavam no Senado contra o fato de não poderem usar o transporte público – reservado apenas aos homens. Quando os princípios da Legislação Romana se espalharam pela Europa, por volta do século XIII, e as mulheres começaram a perder os direitos que possuíam até então, movimentos de contestação foram realizados. No século XIV, temos aquela que seria considerada a primeira feminista registrada pela história, Christine de Pisan, primeira mulher a ser indicada poeta da corte francesa. Autora daquele que é considerado o tratado feminista mais antigo, *A cidade das mulheres* (PISAN, 2007), ela tinha um discurso aberto em defesa dos direitos das mulheres cis, defendendo a igualdade entre os sexos e o direito das meninas cis a uma educação idêntica à dos meninos cis.

De tal modo, dizer que as mulheres não tinham consciência da opressão a que eram submetidas antes dos levantes sociais do final do século XVIII e que o feminismo só surge a partir daí é pernicioso. Por suposto, o pensamento crítico acerca de sua condição ganha terreno mais profícuo para se desenvolver à luz dos movimentos de contestação sociais e, portanto, mais visibilidade. Entretanto, o engajamento contra a subordinação e a opressão imposta por uma sociedade sexista é tão antiga quanto a noção de que a humanidade é dividida em dois sexos e/ou dois gêneros.

Seguindo essa lógica, entendemos os *Estudos Feministas* como um campo focado na “posição política e epistemológica do sujeito da pesquisa e sua localização na realidade empírica dos movimentos sociais que problematizam diferenciais de poder e hegemonias baseadas na intersecção gênero/sexo e num sistema heteronormativo de dois gêneros” (LYKKE, 2010, p. 12, tradução nossa⁴⁶). Essa percepção nos impede de privilegiar algumas abordagens teóricas considerando-as mais sofisticadas ou críticas que outras e nos permite identificar algumas características comuns às teorias (trans)feministas desenvolvidas ao longo do século XX e início do século XXI, como a) a desnaturalização das diferenças, b) a valorização de saberes localizados e dos conhecimentos situados e c) o foco numa análise interseccional (DISCH; HAWKESWORTH, 2016).

A primeira dessas características configura-se como uma das buscas centrais das teorias feministas, que mobilizam-se em torno da percepção de que as

⁴⁶ No original: “the political and epistemological position of the subject of research and its location in the empirical reality of social movements that problematize power differentials and hegemonies based on intersectional gender/sex and a heteronormative, two-gender system” (DISCH; HAWKESWORTH, 2016, p. 6).

diferenças entre gêneros – e as diferenças que atravessam a noção de gênero, como raça, estética corporal, entre outras – não estão vinculadas a características biológicas dos indivíduos, mas sustentam-se em aspectos sócio-históricos que estabilizam as relações desiguais de poder entre os sexos. Desse modo, muitos estudos emergem com o objetivo de estressar os limites do discurso biológico que sustenta a lógica binária dos gêneros e sexos (JORDANOVA, 1989; LAQUEUR, 1990; FAUSTO-STERLING, 1993).

Ao desnaturalizar a diferença, as teóricas feministas abrem novas questões de pesquisa sobre a demarcação e a regulação de corpos. Elas também contextualizam a “diferença” dentro da dinâmica da diáspora e da descolonização; potentes contradições da globalização, da guerra, e da militarização; e múltiplas resistências contra forças opressoras, estruturando e restringindo as perspectivas de vida em regiões muito diferentes do mundo (DISCH; HAWKESWORTH, 2016, p. 6, tradução nossa⁴⁷).

A segunda característica, isto é, a valorização dos saberes localizados e dos conhecimentos situados, assenta-se dentro do delineamento de uma *epistemologia feminista*, preocupada com o apagamento epistemológico que as identidades de gênero femininas sofreram ao longo da construção do conhecimento ocidental hegemônico, tanto filosófico quanto científico, sustentado em um ponto de vista androcêntrico e parcial (HARAWAY, 1995; GEIGER, 1990; JAGGAR, 1989). Assim, conforme apontamos no prólogo deste trabalho, o conhecimento feminista oferece uma crítica à objetividade dominante e disciplinar da *epistemologia sem partido*⁴⁸, entendendo que a localização daquela que produz o conhecimento é relevante para a compreensão das interpretações propostas. “O feminismo tem a ver com uma visão crítica, conseqüente com uma posição crítica num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero. A tradução é sempre interpretativa, crítica e parcial” (HARAWAY, 1995, p. 31-32).

Por fim, a terceira característica comum às teorias feministas contemporâneas é o foco numa análise interseccional. Isto significa que elas reconhecem que os

⁴⁷ No original: “By denaturalizing difference, feminist theorists open new research questions concerning the demarcation and regulation of bodies. They also contextualize “difference” within the dynamics of diaspora and decolonization; potent contradictions of globalization, war making, and militarization; and manifold resistances against oppressive forces structuring and constraining life prospects in very different regions of the world” (DISCH; HAWKESWORTH, 2016, p. 6).

⁴⁸ Por analogia à *Escola sem partido*, movimento político criado em 2004, no Brasil, que tem como um de seus objetivos centrais estabelecer restrições sobre os conteúdos que podem ser abordados em sala de aula, de forma a “garantir” que os alunos não sejam “manipulados” ideologicamente pelo professor.

vários sistemas de opressão, como o racismo, o patriarcado, o capitalismo, a heterossexualidade compulsória, estão em interação e coconstituem-se.

A análise interseccional chama a atenção para os meios complexos pelos quais o poder é codificado dentro de corpos particulares, explorando como normas específicas de gênero são racializadas, reservando a categoria “homens” ou “mulheres” para aqueles que fazem parte das classes dominantes, ao mesmo tempo em que negam a inclusão de gênero aos considerados “inferiores”, “subumanos” ou “desviantes”. As convenções relativas à masculinidade e à feminilidade não são apenas “papéis sexuais” (para usar o termo de um discurso anterior), mas estão atravessadas por normas específicas constitutivas de classe, raça e sexualidade (DISCH; HAWKESWORTH, 2016, p. 8, tradução nossa⁴⁹).

Desse modo, uma mulher branca cis não experimenta a feminilidade da mesma maneira que uma mulher negra cis. A branquitude daquela garante o acesso a espaços sociais e lugares de fala que são interditados à negritude desta. Assim, as teorias feministas percebem que os corpos são atravessados por relações de poder, submetidos a desigualdades e opressões por causa das inscrições que carregam na carne, que interferem na maneira como os indivíduos entendem a si mesmo e o que *podem* realizar socialmente. Essa interseccionalidade advém, sobremaneira, da relação que as distintas correntes feministas estabelecem entre si, em especial dos desenhos teóricos que são propostos dentro do *feminismo negro* (cf. seção 1.5). Entretanto, não é só a questão racial que cria e sustenta complexos mecanismos sociais de inclusão e exclusão. Outros aspectos, como etnia, classe, nacionalidade, sexualidade, identidade de gênero e estética, também sustentam essa lógica e não podem ser ignorados pelos estudos feministas.

Destarte, podemos entender a presente investigação como um estudo feminista, uma vez que ela se inscreve nessas três características: busca desnaturalizar a noção de corpo feminino, elucidando os pressupostos que sustentam essa forma estética; valoriza a construção de conhecimento de ativistas (trans)feministas que estão repensando a noção de *corpo feminino* e produzindo outros sentidos sobre ele; prima pela interseccionalidade e a importância dos recortes sociais na construção desses saberes.

⁴⁹ No original: “Intersectional analysis draws attention to the complex means by which power is encoded within particular bodies, exploring how specific gender norms are racialized, reserving the category “men” or “women” to those in dominant classes, while denying gendered inclusion to those deemed “inferior”, “subhuman”, or “deviant”. Conventions regarding masculinity and femininity are not just “sex roles” (to use a term from an earlier discourse) but are shot through with specific norms constitutive of class, race, and sexuality (DISCH; HAWKESWORTH, 2016, p. 8)”

O corpo, aqui, é entendido como *corpo vivido*, representado e utilizado de acordo com seu contexto social. “[...] o corpo não é nem bruto, nem passivo, mas está entrelaçado a sistemas de significado, significação e representação e é constitutivo deles” (GROSZ, 2000, p. 75). Assim, ele deixa de ser encarado como algo biologicamente determinado ou um mero objeto biológico no qual as inscrições sociais são imputadas e passa a ser visto como um objeto político, social, cultural e discursivo, “um corpo vinculado à ordem do desejo, do significado e do poder” (GROSZ, 2000, p. 77).

2.1.2 Os estudos queer⁵⁰ ou transviados

O queer, seja em termos políticos ou teóricos, é tanto uma consequência dos movimentos e estudos feministas, lésbicos e gays que frutificaram nas décadas de 1980 e 1990 quanto uma resposta a eles. Nos Estados Unidos, num contexto social marcado pela epidemia de AIDS, em que o governo conservador de Ronald Reagan recusava-se a reconhecer esta como uma questão de saúde pública, assumindo uma doença viral como uma doença sexualmente transmissível (DST) que se alastrava apenas entre as pessoas que não seguiam a ordem sexual tradicional, parte do movimento gay e lésbico decidiu questionar os próprios fundamentos de sua luta política (MISKOLCI, 2012, p. 24).

Se o movimento gay e lésbico tradicional tinha como preocupação mostrar que homossexuais eram pessoas normais e respeitáveis, o movimento queer vem pra dizer: “olha, mesmo os gays e as lésbicas respeitáveis em certos momentos históricos serão atacados e novamente transformados em abjetos”.

Ao contrário do movimento homossexual, que se pautava na busca por uma aceitação e incorporação social, focado, majoritariamente, em homens gays que assumiam uma postura *masculina*, o movimento queer se voltava contra uma

⁵⁰Queer era um termo pejorativo utilizado para se referir a pessoas que não se enquadravam numa heterossexualidade normativa. Algumas traduções poderiam ser *estranho, raro, excêntrico*. Entretanto, nenhuma delas alcança o objetivo central do uso da palavra, ressignificada pelo ativismo social e acadêmico. “Vale lembrar que queer é um xingamento, é um palavrão em inglês. Em português, dá a impressão de algo inteiramente respeitável, mas é importante compreender que realmente é um palavrão, um xingamento, uma injúria” (MISKOLCI, 2012, p. 24).

concepção de heterossexualidade compulsória que até podia aceitar gays e lésbicas, desde que eles se enquadrassem numa normalização social que excluía todos aqueles que não se adequavam. Assim, buscava estabelecer uma outra política identitária, visibilizando e criticando as estruturas que sustentavam as noções de “normalidade” e “anormalidade”.

Esses questionamentos sociais vão fundamentar o desenvolvimento da teoria queer, termo provocativo cunhado pela pesquisadora Teresa de Lauretis, no começo de 1990, como título de uma conferência que ela ministrou na Universidade de Califórnia (HALPERIN, 2003). Influenciadas por várias concepções pós-estruturalistas, como o descentramento do sujeito de Lacan (1998), a noção de desconstrução de Derrida (1995; cf. seção 2.2.3) e as concepções de discurso, saber e poder de Foucault (1976, 1995, 1998b; cf. seção 2.2.2), as pensadoras *queer*, inicialmente, buscaram problematizar as categorias vinculadas à sexualidade – “[d]emonstrando a impossibilidade de qualquer sexualidade ‘natural’, [o queer] questiona mesmo termos aparentemente não tão problemáticos, como ‘homem’ e ‘mulher’” (JAGOSE, 1996, p. 3, tradução nossa⁵¹). Nesse sentido, os textos inaugurais desse campo teórico questionam tanto a naturalização da heterossexualidade quanto a estabilização da noção de gênero: *Epistemologia do Armário*, de Sedgwick (1990), *Problemas de gênero*, de Butler (1990), *Essentially Speaking: feminism, nature and difference*, de Fuss (1989) e *One Hundred Years of Homosexuality*, de Halperin (1990).

Ainda que a sexualidade tenha sido o foco dos primeiros estudos *queer*, esse campo teórico ampliou-se rapidamente (HALPERIN, 1995; SULLIVAN, 2003), abarcando inúmeras possibilidades de questionar aquilo que está legitimado e estabelecido, o normativo. Butler (2004a; 2015a), por exemplo, tem percorrido um caminho produtivo no estudo da vulnerabilidade e da precariedade, mostrando como determinados enquadramentos tornam as pessoas mais vulneráveis à violência ou possibilitam uma vida a ser vivida e como esses enquadramentos são sustentados pelos discursos hegemônicos da normatividade.

Alguém atento percebe como a problemática queer não é exatamente a da homossexualidade, mas a da abjeção. Esse termo, “abjeção”, se refere ao espaço a que a coletividade costuma relegar aqueles e aquelas que considera uma ameaça ao seu bom

⁵¹ No original: “[d]emonstrating the impossibility of any ‘natural’ sexuality, it calls into question even such apparently unproblematic terms as ‘man’ and ‘woman’” (JAGOSE, 1996, p. 3).

funcionamento. Segundo Julia Kristeva, o abjeto não é simplesmente o que ameaça a saúde coletiva ou a visão de pureza que delinea o social, mas, antes, o que perturba a identidade, o sistema, a ordem (1982, p. 4). A abjeção, em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade (MISKOLCI, 2012, p. 24).

Nesse sentido, os Estudos Queer colocam em xeque conceitos que eram importantes para os estudos feministas desenvolvidos no contexto de sua emergência, como a noção de gênero estável. Enquanto para os Estudos Feministas o gênero era entendido como inscrições sociais num determinado corpo biológico, os estudos queer passaram a encarar o gênero como algo cultural, relacionado a normas e valores estabelecidos socialmente, ou seja, gêneros são performativos, regimes de inteligibilidade que podem ser aplicados a qualquer indivíduo, independentemente do sexo biológico que ele possua (BUTLER, 1990). Dentro dessa lógica, feminino e masculino são adjetivos que podem ser atribuídos tanto a homens quanto a mulheres – ou a quaisquer outros indivíduos que não se enquadram nessas identidades de gênero.

Ao propormos uma leitura do *corpo feminino* como um regime de inteligibilidade, desvinculando-o de qualquer aspecto biológico que o corpo possa apresentar, estamos, também, inscrevendo a presente investigação nos estudos queer, estabelecendo um diálogo entre estes e os estudos feministas. Desse modo, abordamos as categorias *mulher e feminino* não para estabilizá-las, mas para mapear e elucidar as instabilidades que são intrínsecas a elas. Ao contrário do que possa parecer, essa posição não é antagônica àquela desenvolvida dentro da lógica feminista, pois

[...] o reconhecimento de que os padrões estabelecidos pelas categorias contemporâneas de gênero, sexo e sexualidade são socialmente construídos não elimina o impacto dessas categorias. No entanto, ele serve como um convite à construção de categorias alternativas. O objetivo não é trocar um conjunto de categorias empiricamente subdeterminado por outro conjunto de categorias empiricamente subdeterminado. Em vez disso, o objetivo é a proliferação e multiplicação de categorias (MARINUCCI, 2010, p. 35-36, tradução nossa⁵²).

⁵² No original: “[...] the recognition that the standards established by contemporary categories of gender, sex and sexuality are socially constructed does not eliminate the impact of these categories. It does, however, serve as an invitation to construct alternative categories. The goal is not to exchange one empirically underdetermined set of categories for another empirically underdetermined set of

Assim, não se trata mais de estabilizar categorias, quaisquer que sejam elas, mas fundamentar as relações numa perspectiva dialógica na qual as categorias são metaestáveis, contidas pelo contexto da interação, pautadas na construção de projetos de futuro em que todas as realidades sociais e possibilidades de realidades sociais possam fazer parte da construção da sociedade. É nessa posição ética que os estudos queer se assentam, não em busca de estabilidades categóricas, mas de possibilidades de compreensão e abertura para o outro, em todas as suas potencialidades, numa celebração da alteridade. Nessa lógica, o corpo se apresenta através de suas possíveis multiplicidades, incapazes de serem apreendidas a partir de epistemologias que achatam os gêneros, os sexos e os desejos a recortes dicotômicos.

2.1.3 Notas sobre o feminismo queer

Ainda que herdeiro dos Estudos Feministas, a posição assumida pelos Estudos Queer em relação ao gênero não foi bem recebida por todas as correntes feministas⁵³. Isso porque a noção de gênero estável que sustenta a luta de diversas correntes feministas foi totalmente questionada pelo novo campo que se estabelecia. Para essas feministas, a percepção de gênero do movimento *queer* era danosa e, até mesmo, antifeminista, pois dificultava a mobilização política em torno de identidades socialmente reconhecidas, como mulheres ou lésbicas (cf. seção 2.2.4).

Contrastes e antagonismos são estabelecidos entre os interesses queer nos estudos de construção discursiva e trocas linguísticas e os interesses feministas na análise estrutural de conceitos como patriarcado e capitalismo. Escritores queer exploram a desconstrução e a fluidez de identidades transitórias e feministas exploram a materialidade do corpo e as coisas feitas aos corpos femininos, como estupro e violência. Diz-se que a política do queer é centrada nas atividades locais de transgressão performativa, nas quais as esferas culturais tendem a dominar, enquanto que, para as feministas, o engajamento político continua a focar na ressonância da luta global e na intenção de participar das arenas estatais,

categories. Instead the goal is the proliferation and multiplication of categories (MARINUCCI, 2010, p. 35-36)".

⁵³ Desde a década de 1960, os movimentos (trans)feministas são constituídos por diferentes correntes que privilegiam, cada uma à sua maneira, determinadas demandas em relação à opressão das mulheres.

políticas e econômicas (RICHARDSON et al., 2006, p. 3, tradução nossa⁵⁴).

Muitos são os argumentos que autoras feministas utilizam para sustentar um afastamento entre esses dois campos teóricos (STACEY, 1997; WALTERS, 2005; RICHARDSON et al., 2006), entretanto, ainda que aparentemente contraditórios, os estudos queer e os estudos feministas encontram uma intersecção nas concepções pós-modernistas e pós-estruturalistas que ganham mais visibilidade a partir da década de 1990. Com elas, há a percepção de que não é o gênero em si que é o problema – a concepção de que o queer busca a dissolução dos gêneros é ingênuo e, até mesmo, pernicioso –, mas sim as práticas sociais e discursivas que normatizam determinadas possibilidades de relações entre sexo, gênero e sexualidade (MARTIN, 1998), excluindo e invisibilizando quaisquer desvios às normas.

A questão é que, quando o feminismo foca no gênero feminino, frequentemente tem em mente uma mulher cisgênero, ou seja, aquela que nasceu com órgãos sexuais reconhecidos como femininos e foi designada mulher, sendo *construída socialmente*, segundo Beauvoir (2016a; 2016b), como tal. Entretanto, os esforços das teorias feministas falham ao tentar analisar a condição da mulher que nasce *trans* ou travesti ou da travesti, que possuem uma relação entre gênero e sexualidade dissonante da estabelecida pelos modelos sociais normativos. Há, inclusive, determinadas correntes feministas que negam qualquer tipo de representatividade *feminista* a essas identidades de gênero femininas, o que dificulta a tarefa de mapear as igualdades que existem entre essas identidades sociais sem, entretanto, achatá-las.

Para Marinucci (2010), a intersecção entre esses dois campos está exatamente na relação entre gênero-sexo-sexualidade, entendendo-os como coconstitutivos e não como decorrentes um do outro.

O que eu chamo de feminismo queer é simplesmente a aplicação de uma noção queer de gênero, sexo e sexualidade ao assunto da

⁵⁴ No original: “Contrasts and antagonisms are set up between queer interests in studies of discursive construction and linguistic exchange, and feminist interest in structural analysis of concepts such as patriarchy and capitalism. Queer writers explore the deconstruction and fluidity of transient identities and feminists explore the materiality of the body and the things done to women’s body such as rape and violence. The politics of queer are said to centre on local activities of performative transgression, within which cultural realms tend to dominate, while for feminists the point of political engagement continues to aim for resonance with global struggle and the intent to participate in the state, political and economic arenas” (RICHARDSON et al., 2006, p. 3).

teoria feminista e a aplicação simultânea de noções feministas de gênero, sexo e sexualidade ao assunto da teoria queer (MARINUCCI, 2010, p. 105, tradução nossa⁵⁵).

Não se trata, entretanto, de uma mera transposição dos conceitos de uma área para outra. Nessa tríade (gênero/sexo/sexualidade), a teoria queer tem seu foco nas questões de sexualidade e sexo, enquanto a teoria feminista enfatiza as relações entre sexo e gênero. O sexo, constantemente vinculado à materialidade física, ao corpo, é a interseção entre essas duas áreas e se constitui como a categoria última que precisa ser desestabilizada e apartada das dualidades que a constituem (*corpo versus mente*; *corpo versus alma*; *corpo versus razão*). Assim, a adição de uma perspectiva queer a um estudo feminista fomenta um cuidado maior com questões que giram em torno na normatividade e da estabilidade das categorias analisadas, tornando a investigação mais autorreflexiva e crítica em relação a suas próprias limitações epistemológicas e teóricas.

2.2 QUESTÕES DE GÊNERO

Para avançarmos nas discussões realizadas no âmbito desses três campos de estudos – gênero, feminismo e queer –, faz-se necessário o aprofundamento em algumas questões que estão sendo desenvolvidas no seio dos ativismos sociais e acadêmicos desde a década de 1960, como as noções de saber, poder, desconstrução, identidade, sexo, gênero e performatividade⁵⁶. Vejamos cada uma delas a seguir.

⁵⁵ No original: “What I refer to as queer feminism is simply the application of queer notion of gender, sex, and sexuality to the subject matter of feminist theory, and the simultaneous application of feminist notions of gender, sex, and sexuality to the subject matter of queer theory” (MARINUCCI, 2010, p. 105).

⁵⁶ Esses conceitos se imbricam mutuamente e foram desmembrados nesta seção apenas por conta das pretensões didáticas que sustentam o gênero discursivo tese desenvolvido aqui. Nesse sentido, a ordem em que eles serão apresentados não configura qualquer tipo de prioridade ou importância de um conceito em relação ao outro.

2.2.1 Gênero e Sexo

Conforme já apontamos anteriormente, a dicotomia gênero e sexo foi proposta pelos estudos/movimentos feministas na década de 1960 e tinha por objetivo reconhecer a existência de uma corporeidade construída socialmente, por oposição ao corpo físico – princípios embasados nas concepções biologicistas de corpo do século XIX. Para essa percepção, o sexo estava vinculado a um aspecto biológico do corpo – definido pelas genitálias da criança, antes mesmo de ela nascer – e o gênero, às práticas socioculturais que eram inscritas nesse corpo sexuado – a matriz heteronormativa que determinava como um corpo deveria comportar-se, vestir-se e movimentar-se. Recorrente nos estudos feministas realizados ao longo da segunda metade do século XX, essa concepção sustentava o sexo como uma matéria *a priori*, submetida a regras meramente biológicas – e não sociais – sobre as quais não havia nenhuma necessidade de se pensar, o que permitiu que as diferenças biológicas fossem utilizadas como argumento para sustentar as diferenças comportamentais e cognitivas entre os gêneros e validou uma noção binária dos sexos e dos gêneros, a partir da qual proposições como *homem igual a pênis* e *mulher igual a vagina* eram tomadas como verdadeiras e não passíveis de questionamento.

Essa dicotomia começa a ser questionada já na década de 1970, quando Foucault (1999, p. 145) aponta o sexo como “o elemento mais especulativo, o mais ideal, o mais interior em um dispositivo de sexualidade que o poder organiza em suas capturas dos corpos, sua materialidade, suas forças, suas sensações, seus prazeres”. Para ele, o sexo seria uma unidade fictícia, um conceito artificial responsável por escamotear as relações de desigualdade e opressão que fundamentam sua própria gênese.

[A] noção de “sexo” tornou possível agrupar, numa unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e isso possibilitou o uso dessa unidade fictícia como um princípio causal, um significado onipresente: o sexo tornou-se assim capaz de funcionar como um significante único e significado universal (FOUCAULT, 1999, p. 144-145).

A bióloga e ativista feminista estadunidense Fausto-Sterling (2000) compartilha a percepção de Foucault e aponta que essa dicotomia natural *versus*

social é falaciosa, uma vez que os sinais e funções corporais entendidos como *fêmeas* ou *machos* pelos estudos biológicos já estão previamente atrelados aos desenhos sociais que temos sobre os gêneros. “Falar sobre sexualidade humana requer uma noção da materialidade. No entanto, a ideia da materialidade já vem até nós contaminada, contendo concepções preexistentes sobre a diferença sexual” (FAUSTO-STERLING, 2000, p. 23, tradução nossa⁵⁷). Em outras palavras, as *verdades* sobre a sexualidade criadas por pesquisadoras das ciências biológicas, ainda que pretensamente *naturalizadas*, também se inscrevem nas lutas sociais, políticas e morais estabelecidas entre regimes hegemônicos e contra-hegemônicos de poder.

Na década de 1990, Butler (1993; 2003) dialoga tanto com o filósofo francês quanto com a bióloga estadunidense (FAUSTO-STERLING, 1989) para propor a dissolução da dicotomia sexo *versus* gênero, apontando ambos como construtos performativos (cf. seção 2.2.5), constituidores das identidades (cf. seção 2.2.4) que supostamente são. Essa posição não implica, entretanto, negar a existência de uma materialidade *a priori*. Butler (PRINS; MEIJER, 2002) reconhece que há, sim, uma materialidade anterior, mas entende ser impossível alcançá-la a partir dos *ontos* disponíveis na atualidade. Essa materialidade só se torna acessível a partir do discurso, o que significa dizer que o corpo, em si mesmo, é um referente evasivo. Assumir essa posição não é a mesma coisa que dizer que o corpo é apenas e sempre construído. “De certa forma, significa exatamente argumentar que há um limite à construtividade, um lugar, por assim dizer, onde a construção necessariamente encontra esse limite” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 158).

Foucault (1976) e Butler (1990, 1993, 2015b), bem como a presente investigação, assumem que o “eu”, o sujeito, não pode contar a história de seu próprio surgimento ou das condições de sua própria possibilidade. “[O] ‘eu’ não tem história própria que seja também a história de uma relação – ou conjunto de relações – para com um conjunto de normas” (BUTLER, 2015b, p. 18). Nesse sentido, o corpo se materializa inserido num determinado contexto, regido por normas e valores sociais que não foram determinados por ele e que são dados como naturais, sendo categorizado por meio do sexo e significado antes mesmo que

⁵⁷ No original: “To talk about human sexuality requires a notion of the material. Yet the idea of the material comes to us already tainted, containing within it pre-existing ideas about sexual difference” (FAUSTO-STERLING, 2000, p. 23)

seja capaz de se identificar no mundo. “A categoria do sexo é, assim, inevitavelmente reguladora, e toda análise que a tome acriticamente como um pressuposto amplia e legitima ainda mais essa estratégia de regulação como regime de poder/conhecimento” (BUTLER, 2003, p. 143).

Para Butler (1993; 2003), a dicotomia gênero e sexo, quando levada ao limite lógico, encontra barreiras insuperáveis, como a noção de descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos e a edificação de uma estabilidade interna que assegura a estrutura binária do sexo, exigindo uma coerência total entre um sexo, um gênero, um desejo e uma prática sexual. Para superar os embaraços lógicos decorrentes dessa dicotomia, Butler (1993; 2003) propõe entender o gênero como um processo *performativo*, uma vez que ele seria sempre um feito. Ainda que instável, ele não deve ser compreendido como um conjunto de atributos flutuantes, uma vez que é restringido por práticas reguladoras estabelecidas socialmente. Butler também conclama a dissolução das barreiras entre gênero e sexo, uma vez que

[o] gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado [...]; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (BUTLER, 2003, p. 25).

Nesse sentido, o gênero, bem como o sexo, deve ser compreendido como o responsável por produzir uma falsa noção de estabilidade, assegurando a continuidade da matriz heteronormativa. Questionar e contestar as concepções que reforçam essa matriz abre a possibilidade de instauração de outras identidades, que não se realizam, meramente, como uma iterabilidade da lógica imposta pelas epistemologias masculinistas.

2.2.2 Saber-poder

As noções de saber e poder, desenhadas por Foucault em seus estudos arqueológicos (2009) e genealógicos (1998b), tiveram grande relevância para os pensamentos desenvolvidos pelos Estudos de Gênero, Feministas e Queer. Para Foucault (1996), ao se situar em práticas sociais, o indivíduo é atravessado pela tríade saber-poder-verdade, que imprime nele uma determinada identidade (cf. seção 2.2.4). Esses três elementos são coconstitutivos, já que saberes estabelecem verdades, verdades sustentam relações de poder, relações de poder legitimam saberes e assim sucessivamente.

De acordo com Foucault (2009), o saber não se configura como um mero conhecimento *natural* do mundo – como se este fosse algo a ser descortinado na busca por uma verdade última que o sustentaria –, mas tem o objetivo vergar as coisas, submetendo-as ao seu domínio e determinando os sentidos por meio dos quais elas serão (re)conhecidas socialmente. Na concepção foucaultiana, o saber está intimamente relacionado às ciências, pois, ainda que nem todos os saberes necessariamente venham a se tornar ciência, os discursos só são considerados saberes quando se organizam de acordo com aquilo que é estabelecido por esta. Nesse sentido, Foucault (2009, p. 204) conceitua saber como

[...] aquilo que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico [...]; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...]; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso [...].

O saber, assim, está intimamente vinculado ao discurso, pois não há saber sem um discurso que o defina e o discurso é, ele mesmo, definido pelo saber que ele configura (FOUCAULT, 2009). Uma vez que é produzido e distribuído pelos discursos, o saber deve submeter-se a uma ordem do discurso (FOUCAULT, 1996), ou seja, a um regime discursivo que determina quais discursos podem (ou não podem) ser produzidos de acordo com contextos específicos, o que instaura regimes

de verdade, responsáveis por acolher determinados discursos como verdadeiros e excluir aqueles que são considerados falsos. Conforme Foucault (1998b, p. 12) esclarece, “[c]ada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade”, composta por discursos, mecanismos, instâncias, técnicas, procedimentos e estatutos que configuram o que deve ser (re)conhecido socialmente como verídico ou inverídico.

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam (FOUCAULT, 2006, p. 229).

De acordo com Foucault (2009), o mais essencial do saber é o fato de ele ser fundado por e ser, ele mesmo, uma relação de poder, ou seja, além de figurar como um rigoroso regime de circulação e produção de verdade, o saber é resultado de e engendra relações de poder. O poder, na perspectiva de Foucault (1998b), não deve ser entendido como uma substância ou qualidade do indivíduo, nem como algo que este possua. Para ele, o poder é, antes de qualquer coisa, relacional, pois é na interação que se estabelece entre os indivíduos que se trava o embate que caracteriza o poder. Trata-se de “um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas sobre sua própria ação” (FOUCAULT, 1995, p. 243), configurando-se como um feixe de relações que tem por objeto outras ações possíveis, induzindo-as, separando-as, dificultando-as, limitando-as, impedindo-as. Nesse sentido, o poder fabrica coisas, leva ao prazer, constrói saber e produz discurso (FOUCAULT, 1998b).

Na concepção foucaultiana, os indivíduos exercem o poder, mas também sofrem os efeitos dele, ou seja, eles são tanto centros de irradiação quanto pontos de atravessamento do poder. Assim, o poder tem sua ação voltada diretamente sobre o indivíduo, especificamente sobre o corpo deste, constituindo-o, definindo-o, moldando-o. “[...] as relações de poder têm alcance imediato sobre ele [o corpo]; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhes sinais” (FOUCAULT, 1987, p. 29). O corpo, assim, torna-se, ele mesmo, um efeito das relações de poder, afetado e desenhado por estas. Uma vez que saber e poder estão mutuamente imbricados, além de ser um

efeito das relações de poder, o corpo também está arrolado aos saberes que o configuram (FOUCAULT, 1987). Nesse sentido, o corpo é entendido como um construto social, moldado por meio de uma educação que se sustenta em técnicas de poder disciplinares, algo que só se realiza na relação que estabelece com os significados que o indicam e o colocam em destaque.

Nessa trama complexa e heterogênea de relações de poder, as resistências também tomam parte, pois, conforme Foucault (1999, p. 91) esclarece, “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. A resistência apresenta-se como um duplo do poder, isso porque só se pode exercer poder sobre indivíduos livres e enquanto eles são/estão livres, de modo que a ausência de violência da definição foucaultiana de poder coloca a noção de liberdade como condição prévia para a existência das relações de poder e traz à tona a ideia de resistência.

Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea. [...]a partir do momento em que há relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominância em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT, 1998b, p. 241).

De acordo com Foucault (1998b), para resistir, a resistência precisa ser tão inventiva, móvel e produtiva quanto o poder. Ou seja, ela não está propriamente em um lugar fixo, mas em pontos móveis e transitórios que se distribuem por toda a estrutura social, assim como o poder. As resistências contemporâneas, segundo Foucault (1995), têm as seguintes características em comum: são lutas transversais, pois não se limitam a um país; o objetivo dessas lutas são os efeitos de poder enquanto tal; são lutas imediatas, que criticam as instâncias de poder mais próximas e visam o inimigo imediato; são lutas que questionam o estatuto do indivíduo; são lutas contra os privilégios do saber e as relações que ele estabelece com o poder; e, por fim, essas lutas giram em torno da questão *quem somos nós?*, “elas são uma recusa dessas abstrações, do estado de violência econômico e ideológico, que ignora quem somos individualmente, e também uma recusa de uma investigação científica ou administrativa que determina quem somos” (FOUCAULT, 1995, p. 235).

2.2.3 Desconstrução

Proposta pelo filósofo francês Jacques Derrida, a noção de *desconstrução* também contribuiu bastante com os Estudos de Gênero, Feministas e Queer, especialmente aqueles desenvolvidos a partir da década de 1990, sob a égide dos estudos pós-estruturalistas. Introduzida por Derrida em três textos seminais, todos publicados em 1967 – *Gramatologia* (1973), *A escritura e a diferença* (1995) e *A voz e o fenômeno* (1993) –, a desconstrução não deve ser compreendida como um método ou uma teoria, nem tampouco como um discurso, um ato ou uma prática (DERRIDA, 1991, p. 273)⁵⁸. “A desconstrução ocorre, é um evento que não aguarda a deliberação, a consciência ou a organização do sujeito, ou mesmo da modernidade. Ela se desconstrói. Ela pode ser desconstruída” (DERRIDA, 1991, p. 274, tradução nossa⁵⁹).

Inicialmente, essa noção foi entendida como uma crítica à metafísica ocidental e ao logocentrismo instituído por esta, isto é, às pressuposições pretensamente estáveis nas quais se assenta a *episteme* ocidental. Sustentado em sistemas binários de estruturação do conhecimento e da língua, esse logocentrismo foi o responsável por promover oposições conceituais como dentro/fora; homem/mulher; mente/corpo; branco/negro; heterossexual/homossexual, dentre outras. Essas dicotomias, conforme Derrida (1972, p. 57, tradução nossa⁶⁰) aponta, não possuem uma coexistência pacífica, mas estabelecem uma hierarquia em que “[u]m dos dois termos controla o outro (axiologicamente, logicamente, etc.), tem a vantagem”. Assim, a desconstrução, em um primeiro momento, envolveria uma derrubada dessa hierarquia, uma estratégia que “não consiste em passar de um conceito para outro, mas em reverter e deslocar uma ordem conceitual, bem como a

⁵⁸ “Derrida is careful to avoid this term [‘method’] because it carries connotations of a procedural form of judgment. A thinker with a method has already decided *how* to proceed, is unable to give him or herself up to the matter of thought in hand, is a functionary of the criteria which structure his or her conceptual gestures. For Derrida [...] this is irresponsibility itself” (BEARDSWORTH, 1996, p. 4).

⁵⁹ No original: “Deconstruction takes place, it is an event that does not await the deliberation, consciousness, or organization of subject, or even of modernity. It deconstructs itself. It can be deconstructed” (DERRIDA, 1991, p. 274).

⁶⁰ No original: “[u]n des deux termes commande l’autre (axiologiquement, logiquement, etc.), occupe la hauteur” (DERRIDA, 1972, p. 57).

ordem não conceitual com a qual ele [o binarismo] é articulado” (DERRIDA, 1982, p. 329, tradução nossa⁶¹).

Nesses termos, a desconstrução acaba sendo reduzida a uma percepção altamente formalista, da qual o próprio Derrida discordava. Para ele, a desconstrução é uma recusa a toda forma de autoridade, ou seja, é exatamente aquilo que nos permite perceber que as oposições estão sempre e desde já em processo de desmontagem (DERRIDA, 1995). Desse modo, ela não se configura como algo que é trazido de fora para dentro da oposição, mas é a condição impossível de possibilidade de toda oposição (DERRIDA, 1972). Conforme Derrida (1988, p. 147) esclarece, a desconstrução é, acima de qualquer coisa,

[...] essa desestabilização em movimento nas, se alguém pudesse falar isso, ‘coisas em si’; mas isso não é negativo. A desestabilização é necessária para o ‘progresso’ também. E o ‘de-’ de desconstrução não significa a demolição do que está se construindo, mas o que resta a ser pensado além dos esquemas construtivista ou destruidor (DERRIDA, 1988, p. 147, tradução nossa⁶²).

Assim, a desconstrução tem a ver com o imprevisível, o incalculável e, até mesmo, o impossível ou, como Derrida (1992, p. 200, tradução nossa⁶³) aponta, com “a experiência do impossível”. Não se trata, como muitos comentadores de Derrida deixam antever, de uma operação textual que envolve estilos de escrita ou leitura, como se houvesse uma diferença entre a linguagem e o mundo e a desconstrução fosse aplicada apenas àquela. Isso porque, conforme Derrida (1979, p. 84, tradução nossa⁶⁴) esclarece, um texto não é “um corpus de escrita acabado, algum conteúdo encerrado em um livro ou suas margens, mas uma rede diferencial, um tecido de traços referindo-se interminavelmente a algo diferente de si mesmo, a outros traços diferenciais”. O texto é, portanto, antes de qualquer coisa, traços que são mobilizados para construir relações de identidade e diferença (cf. seção 2.2.4). Nesse sentido, a desconstrução busca elucidar como os sentidos são assombrados

⁶¹ No original: “[...] does not consist in moving from one concept to another, but in reversing and displacing a conceptual order as well as the nonconceptual order with which it [the binarism] is articulated” (DERRIDA, 1982, p. 329).

⁶² No original: “[...] this destabilization on the move in, if one could speak this, ‘things themselves’; but it is not negative. Destabilization is required for ‘progress’ as well. And the ‘de-’ of *deconstruction* signifies not the demolition of what is constructing itself but rather what remains to be thought beyond the constructivist or destructionist scheme” (DERRIDA, 1988, p. 147).

⁶³ No original: “[...] the experience of the impossible” (DERRIDA, 1992, p. 200).

⁶⁴ No original: “[...] a finished corpus of writing, some content enclosed in a book or its margins, but a differential network, a fabric of traces referring endlessly to something other than itself, to other differential traces” (DERRIDA, 1979, p. 84).

por um restante que não é contemplado na representação, pelo que permanece a ser pensado, calculado ou experimentado, demonstrando que tudo aquilo que é só o pode ser na medida em que é estruturado também por aquilo que lhe falta ou se perde.

Para ser bem esquemático, eu diria que a dificuldade de *definir* e portanto também de *traduzir* a palavra 'desconstrução' se prende ao fato de que todos os predicados todos os conceitos definidores, todas as significações lexicais e mesmo as articulações sintáticas que parecem em um momento se prestar a essa definição e a essa tradução são também desconstruídas ou desconstrutíveis, diretamente ou não, etc. E isso vale para a *palavra*, a própria unidade da *palavra* desconstrução, como de toda *palavra*. *Gramatologia* coloca em questão a unidade "palavra" e todos os privilégios que lhe são, em geral, reconhecidos, sobretudo sob sua forma *nominal*. É, portanto, apenas um discurso, ou antes, uma escrita que pode suplementar esta incapacidade da palavra ser suficiente a um "pensamento". Toda frase do tipo "a desconstrução é X" ou "a desconstrução não é X" falta *a priori* pertinência, digamos que ela é, ao menos, falsa. Sabes que um dos problemas principais daquilo que se chama nos meus textos "desconstrução", é precisamente a delimitação da ontologia e antes de tudo a terceira pessoa do indicativo presente: S é P (DERRIDA, 1991, p.274-275, tradução nossa⁶⁵).

Assim, a desconstrução é um tipo de pensamento que se incube de (re)pensar o próprio pensamento e, desse modo, nunca encontra a si mesmo no fim, nunca ocorre plenamente, pois os sentidos são sempre fugidios, inesgotáveis, impossíveis, desestruturando conceitos estáveis e caros ao *ontos* ocidental hegemônico, como as noções de origem, presença, essência e, por que não, humano e social. Ao serem abalados pela desconstrução, esses temas abalam também a possibilidade de se dizer algo diretamente, objetivamente, pois demonstram a insuficiência de uma palavra em dar conta de uma ideia, tornando-se dependente de toda uma rede de significações, sendo constantemente informada pelos efeitos produzidos pelos discursos. Desse modo, a desconstrução é tão

⁶⁵No original: "To be very schematic I would say that the difficulty of *defining* and therefore also *translating* the word 'deconstruction' stems from the fact that all the predicates, all the defining concepts, all the lexical significations, and even the syntactic articulations, which seem at one moment to lend themselves to this definition or to that translation, are also deconstructed or deconstructible, directly or otherwise, etc. And that goes for the *word*, the very unity of the *word* deconstruction, as for every *word*. *Of Grammatology* questioned the unity 'word' and all the privileges with which it was credited, especially in its *nominal* form. It is therefore only a discourse or rather a writing that can make up for the incapacity of the word to be equal to a 'though'. All sentences of the type 'deconstruction is X' or 'deconstruction is not X' *a priori* miss the point, which is to say that they are at least false. As you know, one of the principal things at stake in what is called in my texts 'deconstruction' is precisely the delimiting of ontology and above all of the third person present indicative: S is P (DERRIDA, 1991, p. 274-275).

produtiva quanto o poder-saber de Foucault, gerando novos efeitos, novas linguagens, novas instituições de política, amizade, democracia e assim por diante.

2.2.4 Identidade

A noção de *identidade* tem ganhado grande destaque, nas últimas décadas, nas teorias sociais e, conseqüentemente, nos Estudos de Gênero. Isso porque há a percepção, entre as pesquisadoras, de que a conjuntura social que vem se estabelecendo desde o final do século XX, conhecida como *globalização* (SANTOS, 2003), *modernidade líquida* ou *pós-modernidade* (BAUMAN, 2001), *modernidade reflexiva* (BECK et al., 1995), *modernidade tardia ou posterior* (GIDDENS, 1991), entre outras, tem diminuído cada vez mais a distância entre o global e o local, proporcionando um desalojamento das identidades de tempos, lugares, histórias e tradições específicos. Para além disso, as constantes mudanças estruturais nos âmbitos sociais, políticos e econômicos promovidas por esse novo contexto desestabilizam a ordem identitária, fragmentando as identidades supostamente unificadas e estáveis características da modernidade (HALL, 2006).

Nas recentes discussões acerca desse tema, as identidades vêm sendo frequentemente compreendidas como produtos culturais, constantemente (re)configuradas pelas práticas sociais nas quais elas estão situadas. Nesse processo, a linguagem possui um papel fundamental, isso porque as identidades são construídas, em grande medida, por meio dos discursos, que marcam as posições, as inserções e os pertencimentos específicos dos indivíduos e dos grupos sociais (WOODWARD, 2000). Para essa percepção, as identidades se configuram como representações, fontes de sentido com as quais os indivíduos se engajam e que dependem inteiramente das ideias que construímos acerca delas.

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (WOODWARD, 2000, p. 17).

Sejam elas individuais ou coletivas, as identidades são responsáveis por fornecer respostas a questões como *quem sou eu*, *o que quero ser* ou, até mesmo, *o que eu posso ser*. Ao mesmo tempo em que fazem isso, elas também fornecem informações sobre aquilo que não somos, não queremos e não podemos ser. A afirmação identitária *sou mulher*, por exemplo, pressupõe em seu bojo a exclusão da afirmação *sou homem*. Isso ocorre porque a identidade é sempre relacional, isto é, depende daquilo que está fora dela, de outras identidades, para se estabelecer. “[T]oda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” (HALL, 2000, p. 110).

Nessa dinâmica, uma identidade, qualquer que seja ela, está sempre sendo assombrada pela existência daquelas que não se enquadram nela, sendo constantemente desestabilizada por aquelas que ela deixa de fora, pela *diferença*. Percebam que *identidade* e *diferença* não são opostas, mas codependentes, pois a posição em uma determinada identidade implica sempre a negação de outras identidades que se diferem dela. Esse processo de distinção entre o que é identidade e o que é diferença é chamado *diferenciação* e, de acordo com Silva (2000, p. 81-82), é construído por meio de operações como inclusão e exclusão (“estes pertencem, aqueles não”), demarcação de fronteiras (“nós” e “eles”), classificação (“bons e maus”; “puros e impuros”) e normalização (“nós somos normais; eles são anormais”).

Todas essas operações de diferenciação constroem oposições binárias, ou seja, classificam os indivíduos em termos de duas esferas. Entretanto, essas oposições não são uma manifestação *natural* da divisão do mundo em categorias simétricas. Conforme Derrida (1972) explica, a relação entre dois termos de uma oposição binária envolve um desequilíbrio necessário de poder entre eles, sendo que um dos elementos sempre possui privilégios em relação ao outro. Nesse sentido, o processo de identificação é marcado por relações de poder que determinam quais identidades serão socialmente reconhecidas e, por conseguinte, aquelas que serão excluídas e/ou invisibilizadas, ou seja, que constituirão o campo da diferença. Nesse jogo de poder, dois movimentos atuam no processo de produção de identidades: de um lado, temos as posições hegemônicas, que buscam fixar as identidades com o objetivo de criar parâmetros em relação aos quais as outras identidades deverão ser avaliadas e hierarquizadas; de outro, temos

movimentos que questionam e buscam subverter as identidades estabilizadas, contrapondo-se às tendências que essencializam as mesmas.

Os processos que fomentam uma fixidez identitária sustentam-se em supostos aspectos comuns entre os indivíduos, sejam eles biológicos ou históricos. No primeiro caso, temos, por exemplo, a configuração de uma noção unívoca de *mulher* submetida a um papel meramente biológico; ela é aquela que gera, a cuidadora, criada pela natureza para exercer o papel de ser mãe e, exatamente por isso, é *naturalmente* mais altruísta e pacífica. No segundo caso, são construídas noções unívocas em torno de uma suposta *verdade* que emerge de um passado compartilhado pelos indivíduos. Esse é o caso, por exemplo, de *mulher* entendida como um grupo de indivíduos que reivindica uma história ou cultura em comum como o fundamento da identidade estabelecida. Conforme Silva (2000, p. 83) esclarece:

A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, “ser branco” não é considerado uma identidade étnica ou racial. Num mundo governado pela hegemonia cultural estadunidense, “étnica” é a música ou a comida dos outros países. É a sexualidade homossexual que é “sexualidade”, não a heterossexual. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade.

Contrária a essa concepção essencialista de identidade, aflora uma outra que entende a identidade como um processo, uma produção que se (re)configura constantemente de acordo com as práticas sociais nas quais o indivíduo toma parte. Nessa perspectiva, as identidades são entendidas como “pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos, da cultura e da história. Não uma essência, mas um posicionamento” (HALL, 2006, p. 70), de modo que um indivíduo pode apresentar uma pluralidade de identidades de acordo com as práticas sociais com as quais ele se engaja. Os *novos movimentos sociais*, como os coletivos feministas contemporâneos, têm sido fundamentais para a construção dessa percepção, uma vez que trazem para a arena aquelas identidades que não têm sido reconhecidas pelos discursos hegemônicos e que são, frequentemente, relegadas às margens da sociedade (WOODWARD, 2000).

Nessa lógica fluída e flexível, as identidades são constantemente repensadas e os arranjos rígidos e binários que as sustentam são questionados e desestabilizados. As identidades, assim, deixam de ser uma fixidez a ser descrita e passam a ser encaradas como um movimento, um constante processo de transformação, heterogêneas, múltiplas e metamorfoseadas, resultantes de atos performativos (cf. item 2.2.5) reiterados socialmente (BUTLER, 2003). Conforme Silva (2000, p. 94-95) esclarece, o questionamento das relações binárias em torno das quais as identidades fixas se organizam torna-se fundamental para a reconfiguração das relações de poder.

A eficácia produtiva dos enunciados performativos ligados à identidade depende de sua incessante repetição. [...] É de sua repetição e, sobretudo, da *possibilidade* de sua repetição, que vem a força que um ato linguístico desse tipo tem no processo de produção da identidade. [...] A repetição pode ser interrompida. A repetição pode ser questionada e contestada. É nessa interrupção que residem as possibilidades de instauração de identidades que não representem simplesmente a representação das relações de poder existentes (SILVA, 2000, p. 94-95).

Gênero, sexo e sexualidade são importantes dimensões da identidade de uma pessoa, pois a compreensão acerca daquilo que somos é significativamente vinculada à consciência que temos de nossas identidades enquanto mulheres ou homens, trans ou cis, homossexual ou heterossexual – e todas as possíveis variações entre e para além dessas dicotomias. Nesse âmbito, é possível constatar que uma profusão de identidades ganha visibilidade por meio da contestação das identidades essencializadoras, aquelas consideradas *normais* pelas posições hegemônicas. A pretensa estabilização de *identidades normais* gera inúmeros conflitos identitários, uma vez que feminino e masculino não são características que possuímos, mas efeitos que produzimos por meio daquilo que fazemos e das identidades com as quais nos engajamos. Nesse sentido, o estudo de identidades generificadas é central para aquelas correntes que teorizam o gênero, o sexo e a sexualidade como socialmente e discursivamente construídos, um processo contínuo de negociação e de transformação.

2.2.5 Performatividade

A noção de *performatividade* que aparece na obra de Butler (1990) tem origem em Austin (1962), para quem as proposições, além de descreverem uma ação, uma situação ou um estado de coisas, também fazem com que algo aconteça, se efetive, se realize no mundo. A seleção dessa palavra pela filósofa indica a percepção de que o gênero é constituído por meio de práticas sociais reiteradas, dentre elas a linguagem. Amparando-se em Derrida (1990), Butler entende que o ato performativo é produtivo do corpo e das normas em geral por meio de duas características constitutivas do signo: a iterabilidade e a citacionalidade. Esses conceitos indicam, respectivamente, a propriedade de um signo de ser sempre outro na sua mesmidade e a capacidade dele de ser retirado de seu contexto primeiro e deslocado para outro, produzindo outros significados. Assim, entender o gênero como performativo significa percebê-lo como vulnerável aos discursos, sendo feito e efeito destes. “O conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como a descrição, como aquilo que é [...], para a ideia de ‘tornar-se’, para uma concepção da identidade como movimento e transformação” (SILVA, 2000, p. 92).

Em sua teoria da performatividade, Butler (1999, p. xv, tradução nossa⁶⁶) aponta que a “a antecipação de uma essência generificada produz aquilo que ela posiciona como algo fora de si”. Isso significa, conforme apontamos anteriormente, que à medida que agimos como se o sexo e o gênero realmente existissem, nós criamos essas categorias. Desse modo, ao contrário do que acredita o senso comum, ao declarar ‘*é uma menina*’, o médico não está relatando um estado de coisas *naturalmente* determinado, mas tomando parte em uma prática que constitui o estado das coisas. “A ‘nomeação’ do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato *performativo* institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de uma construção discursiva/perceptiva dos corpos, segundo os princípios da diferença sexual” (BUTLER, 2003, p. 168).

Na percepção de Butler (2003, p. 48), a performatividade traz consigo a noção de que “gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra”. Desse modo, “[...] não há identidade de gênero por trás das

⁶⁶ No original: “the anticipation of a gendered essence produces that which it posits as outside itself” (BUTLER, 1999, p. xv).

expressões de gênero; essa identidade é *performativamente* constituída pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados”. Assim, o gênero só existe no fazer ou na reiteração de estilos corporais – ações, gestos, movimentos – que constroem uma subjetividade generificada, de modo que a sujeição de nossos corpos às práticas normalizadoras não é apenas a maneira pela qual os corpos masculinos e femininos buscam se aproximar de um modelo ideal, mas o próprio processo por meio do qual os sujeitos sexuais e generificados passam a existir.

Diante dessa perspectiva, a identidade de gênero deve ser compreendida como a relação que se estabelece entre gênero, sexo, prática sexual e desejo (BUTLER, 1990), submetida a uma matriz de inteligibilidade que permite (ou não) a *existência social* das pessoas. Os termos que vão possibilitar o reconhecimento de um corpo, sejam eles relacionados ao sexo, à sexualidade, ao desejo ou ao gênero, são dados por regimes de verdade (FOUCAULT, 1976) que configuram as relações de poder que perfazem todos os campos da vida social, determinando o inteligível e o ininteligível. Aos indivíduos que não se enquadram nessa matriz heteronormativa – que possui contornos bem definidos: homem, *cis*, hetero, branco, magro, sem deficiências, de classe social privilegiada –, cabe a exclusão, a abjeção, a violência e o apagamento social.

2.3 ATIVISMOS (TRANS)FEMINISTAS NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE REDE

Para Castells (2013), ao longo da história, os movimentos sociais foram e continuam sendo as grandes alavancas que fomentam as mudanças sociais. Emergem de uma percepção de precariedade que torna impossível as condições mínimas de uma vida vivível e ganham força com a desconfiança que surge em relação às instituições e às organizações que estruturam a sociedade. Nesse contexto, as pessoas tomam “as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas e, no final, mudar os governantes e até as regras que moldam suas vidas” (CASTELLS, 2013, p. 157).

Na conjuntura da modernidade tardia ou posterior (GIDDENS, 1991), o desenvolvimento das novas tecnologias de informação tem fomentado o surgimento

de outras formas de sociabilidade, o que interfere, sobremaneira, no modo como os movimentos sociais se organizam. Para dar conta da apropriação que está sendo feita desses novos espaços virtuais, seja como ferramentas de comunicação ou de organização de protestos ou como plataforma para atingir novos públicos, Castells (2013) cunhou a expressão *movimentos sociais em rede* e apontou uma série de características que estes possuem em comum: são conectados em rede de múltiplas formas, o que propicia o estabelecimento de uma rede horizontal de comunicação, com a dissolução das hierarquias características das interações físicas; só se efetivam como movimento quando ocupam o espaço urbano; são movimentos simultaneamente globais e locais; inscrevem-se num tempo atemporal, que combina dois tipos diferentes de realidade: uma virtual e outra real (*off-line*); são movimentos profundamente autorreflexivos, isto é, questionam constantemente o que são (as identidades que representam) e o que desejam alcançar; possuem uma finitude que se vincula à mudança que fomentou sua emergência, entre outras.

Os movimentos sociais em rede, como todos os movimentos sociais da história, trazem a marca de sua sociedade. São amplamente constituídos de indivíduos que convivem confortavelmente com as tecnologias digitais no mundo híbrido da realidade virtual. Seus valores, objetos e estilo organizacional referem-se diretamente à cultura da autonomia que caracteriza as novas gerações de um novo século. Não poderiam existir sem a internet. Mas seu significado é muito mais profundo. Eles são talhados para o papel de agentes da mudança na sociedade em rede, num contraste agudo com as instituições políticas obsoletas herdadas de uma estrutura social historicamente superada (CASTELLS, 2013, p. 174-175).

Os (trans)feminismos contemporâneos não fogem dessa lógica e, cada vez mais, a internet se transforma numa ferramenta importante para potencializar as ideias e as demandas das ativistas que participam desses grupos, garantindo espaço para que elas possam falar e ser ouvidas. A disseminação massiva de discursos de valorização do feminismo e contra a opressão das identidades de gênero femininas permite que as ativistas consigam pautar a grande mídia nacional e internacional, exigindo uma maior representatividade dessas pessoas nos espaços públicos e simbólicos (CASTELLS, 2013).

Na rede mundial de informação, as causas (trans)feministas encontram-se pulverizadas em diversos espaços e de diversas maneiras. No *Facebook*, é possível encontrar várias páginas que se sustentam em temáticas (trans)feministas, com discussões em torno de assuntos como violência sexual, aborto, empoderamento

(trans)feminino, entre outros. Dentre as que possuem mais seguidoras – no momento da presente investigação –, temos a *Empodere Duas Mulheres* (1.097.521 seguidoras)⁶⁷ e a Não me Kahlo (1.225.469 seguidoras)⁶⁸, fontes da pesquisa documental realizada nesta investigação⁶⁹. A relevância desses espaços está no fato de eles reunirem, nem sempre de maneira harmoniosa, (trans)feministas de várias correntes, promovendo debates que se pautam nas diferentes posições políticas assumidas por elas. Para ampliar o alcance de seus conteúdos, essas páginas avançam sobre outras plataformas digitais, como o *Instagram* e o *Twitter*.

Essas plataformas (Facebook, Instagram e Twitter) também são utilizadas para a realização de protestos (trans)feministas, agrupados sob *hashtags* – expressões formadas pela utilização do símbolo # (*hash*) associado a uma palavra ou palavras-chave, formando uma etiqueta (*tag*) –, que se transformam em *hiperlinks* indexáveis pelos mecanismos de busca da rede virtual, como #SomosTodasVerônica #NaoMerecoSerEstuprada, #PelaVidadasPessoasTrans, #PrimeiroAssedio ou #MeuAmigoSecreto. No final de 2017, por exemplo, ativistas (trans)feministas criaram a *hashtag* #TourPeloMeuCorpo com o intuito de incentivar as mulheres a estabelecerem uma relação menos idealizada com seus corpos, buscando aceitá-los e respeitá-los sem a necessidade de submetê-los a padrões impostos socialmente que, em grande medida, são impossíveis de serem alcançados.

Outra iniciativa (trans)feminista relevante que só teve possibilidade de se efetivar devido à existência da internet foi a criação da revista virtual *AzMina*, lançada no segundo semestre de 2015. Produzida por uma equipe de jornalistas independentes, a publicação online tem a proposta de elaborar conteúdo real para “mulheres reais”, rejeitando as representações femininas que estampam as capas de revistas no Brasil e no mundo. Nesse sentido, aborda diversos temas femininos, como moda, beleza, saúde, etc., a partir de um viés (trans)feminista e promove discussões em torno de temas recorrentes no ativismo, como maternidade, transexualidade, violência de gênero, entre outros. Nesse mesmo âmbito, também

⁶⁷ Disponível em <<https://www.facebook.com/empodereduasmulheres/?fref=ts>>. Último acesso: 22 jan. 2018.

⁶⁸ Disponível em <<https://www.facebook.com/NaoKahlo/?fref=ts>>. Último acesso: 22 jan. 2018.

⁶⁹ Os dados referentes à quantidade de seguidoras de cada uma dessas páginas foram coletados em janeiro de 2018.

temos o projeto *Think Olga*⁷⁰, organização não governamental (trans)feminista criada em 2013, que tem o objetivo de “criar conteúdo que reflita a complexidade das mulheres e as trate com a seriedade que pessoas capazes de definir os rumos do mundo merecem” (THINK Olga, s/a). Além da constante produção de textos acerca de temas (trans)feministas, a *Think Olga* é reconhecida pelas importantes campanhas que fomenta no meio virtual, como a *#ChegadeFiuFiu*, *#PrimeiroAssedio*, *#MandaPrints* e *#100vezesClaudia*⁷¹.

Para além do ativismo virtual, alguns movimentos relevantes para as causas (trans)feministas só tiveram um amplo alcance devido às novas tecnologias da informação. Esse é o caso da *Marcha das Vadias*, mobilização mundial que teve início em 2011, no Canadá. Diante de diversos casos de abuso sexual na Universidade de York, em Toronto, a polícia local fez uma palestra que tinha o objetivo de alertar as jovens contra os ataques sexuais. Um dos conselhos proferidos por um oficial foi o de que, para evitarem o estupro, elas não deveriam se vestir como vadias (KWAN, 2011). Essa fala provocou revolta entre as participantes e foi o estopim da primeira marcha. Com o auxílio da rede mundial de computadores, a manifestação se espalhou ao redor do mundo e, ao final de 2011, já tinha ocorrido em mais de 200 cidades, em 40 países, mobilizando dezenas de milhares de pessoas (CARR, 2013). Conforme Gomes e Sorj (2014) apontam, a rapidez com que a marcha se disseminou e mobilizou a juventude é consequência das possibilidades que as novas tecnologias oferecem ao ativismo político.

2.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Assumindo uma posição desconstrucionista e performativa, a presente investigação entende a noção recorrente de *corpo feminino* como mais um produto dos discursos masculinistas que buscam configurar uma falsa noção de estabilidade do indivíduo, estabelecendo normas e regras de inteligibilidade do outro.

⁷⁰ Disponível em <<http://thinkolga.com/>>. Último acesso: 17 jan. 2018.

⁷¹ Em referência a Cláudia Silva Ferreira, mulher negra cis arrastada pelo asfalto por cerca de 350 metros por um carro da polícia militar.

[O] corpo feminino é um texto histórico, escrito diversamente ao longo do tempo. Por este motivo, não existe “um” corpo feminino, não existe uma natureza feminina, mas uma cultura em que durante séculos as mulheres foram encaradas como seres naturais. A mulher, como o homem, é algo produzido e não pode indagar ao fundo de si para resgatar uma essência. Não existe a verdadeira mulher, pois “verdadeira” e “mulher” são conceitos criados, portanto, aparências, superfícies, produções. Sob os conceitos, não há ainda que possa ser chamado *mulher*, somente relações de *poder* e de *hierarquia* socialmente construídas (COLLING, 2014, p. 27).

Assim como o sexo e o gênero, o corpo feminino é um construto social. E, uma vez que as novas técnicas e tecnologias de reinvenção do corpo estressam as possibilidades de acontecimento dessa forma, ultrapassando todos os limites de uma materialidade supostamente *natural*, não há como ela ser atrelada a qualquer aspecto biológico. Desse modo, a opressão do *feminino* é a opressão de uma forma que se enquadra dentro dos espectros sociais do que é compreendido como feminino: curvas, volumes, aspectos de fala e comportamento, etc. Essa suposta estabilidade do *corpo feminino* é tão problemática quanto as noções de sexo e gênero apresentadas anteriormente, uma vez que é utilizada historicamente como uma justificativa para a opressão e a submissão do feminino, reconhecido pela estética do corpo ou por como este acontece socialmente.

Nesse sentido, no contexto atual, repensar o corpo feminino a partir de pontos de vista (trans)feministas envolve compreender os processos de representação e identificação por meio dos quais eles estão sendo (re)configuradas socialmente. Conforme apresentamos neste capítulo, esses dois processos se realizam, em grande medida, por meio das práticas discursivas nas quais as mulheres e travestis se envolvem. Investigar essas práticas demanda uma perspectiva teórica que nos permita relacionar práticas sociais e discursos. Nesse sentido, buscamos a contribuição da Teoria Social do Discurso, abordagem teórico-metodológica “capaz de mapear relações entre os recursos linguísticos utilizados por atores sociais e grupos de atores sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere” (FAIRCLOUGH, 2003). Detalharemos essa perspectiva teórica no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

TEORIA SOCIAL DO DISCURSO: ARTICULAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E SOCIEDADE

“Seria mil vezes uma pena se as mulheres escrevessem como os homens, ou vivessem como eles, ou se parecessem com eles, pois se dois sexos é bastante inadequado, considerando a vastidão e a variedade do mundo, como faríamos com apenas um?”

Virginia Woolf

Tradicionalmente, os estudos linguísticos se dividem em dois paradigmas distintos: o formalismo e o funcionalismo. Cada um deles possui concepções diferentes acerca dos objetivos da linguística, dos métodos a serem utilizados para se estudar a língua e da natureza das evidências e dos dados empíricos (SCHIFFRIN, 1994). Para os formalistas, parte deles sustentados nas noções de Saussure (2006), parte na perspectiva biológica de Chomsky (1957), a língua é compreendida como um sistema autônomo que, apesar de sofrer algumas influências de aspectos sociais e cognitivos dos falantes, não tem sua organização interna modificada por estas. Os funcionalistas, por sua vez, encaram língua como, primeiramente, um fenômeno social e, portanto, entendem que ela possui funções externas ao próprio sistema linguístico que influenciam na organização do mesmo (GIVÓN, 1979). Para cada uma dessas concepções, *discurso* é definido de uma maneira particular.

No paradigma formalista, o discurso é entendido como o *próximo nível acima da sentença ou da oração* (SCHIFFRIN, 1994). É a partir dessa perspectiva que Harris (1952) cunha o termo *análise de discurso*. Para ele, analisar o discurso era se debruçar sobre a estrutura de um texto e sobre o papel que cada elemento exerce dentro dessa estrutura. A vertente desenvolvida por ele ficou conhecida pelo nome de *estudos transfrásticos do discurso*, uma vez que se pautava na aplicação de uma

metodologia estruturalista de análise da frase a enunciados maiores, sem levar em consideração o papel do contexto sócio-histórico na produção dos sentidos. Aqui, o verdadeiro intuito da análise de discurso era determinar a distribuição morfossintática dos elementos linguísticos com o objetivo de compreender como o texto diz alguma coisa e não, propriamente, os sentidos produzidos pelo que é dito. Apesar de fomentar o desenvolvimento dos estudos do discurso, essa perspectiva encontrou uma falha intransponível: a percepção de que o discurso não possui as mesmas características de uma sentença (RESENDE; RAMALHO, 2006).

O paradigma funcionalista, por sua vez, define discurso como *linguagem em uso*, o que implica dizer que a análise não pode ficar restrita à descrição dos aspectos formais da língua, mas deve levar em consideração os propósitos e as funções da linguagem na vida social. Conforme Resende e Ramalho (2006) esclarecem, para uma análise de discurso desenvolvida na relação entre a linguística e a teoria social, apenas essa noção de discurso funcionalista é válida, já que é a única que leva em consideração como os sistemas linguísticos agem na construção da realidade social e como são usados para atuar sobre o mundo e sobre as pessoas (FAIRCLOUGH, 2016). Todavia, as analistas críticas do discurso devem manter prudência diante de uma perspectiva radicalmente funcionalista, que acaba por reduzir a linguagem a seu papel de ferramenta social, desconsiderando a importância que a forma também possui na construção dos sentidos.

Foi o desequilíbrio entre os estudos da forma e da função do sistema linguístico que levou Fairclough (2016) a propor o desenvolvimento de uma teoria social da linguagem, a Análise de Discurso Crítica. Para ele, as tentativas realizadas até então de relacionar os estudos linguísticos e a teoria social – notadamente, as perspectivas desenvolvidas pela Análise de Discurso Francesa (PÊCHEUX, 1969) e pela Linguística Crítica (HALLIDAY, 1973) – tinham tido um sucesso bem limitado, pois ou davam destaque a uma teoria social sofisticada, com uma análise linguística muito estreita, ou vice-versa. Os fatores que fomentavam a existência de uma lacuna entre esses dois campos iam desde o isolamento que os estudos linguísticos tinham de outras ciências sociais, a dominação da linguística (naquele momento) por paradigmas formalistas e cognitivistas, até a falta de interesse de outras ciências pela linguagem e a tendência de se considerar esta como um objeto transparente.

Neste capítulo, pretendo situar a presente investigação no campo teórico proposto pela ADC, utilizada para sustentar a análise das práticas discursivas. Para

tanto, ele será dividido em quatro partes: na primeira delas, abordarei as principais características desse campo teórico, dando destaque à Análise de Discurso Crítica Feminista; posteriormente, explicarei como a ADC entende o discurso; num terceiro momento, mostrarei como a ADC se relaciona com a Linguística Sistêmico-Funcional, bem como a análise textual proposta por essa perspectiva teórico-metodológica; por fim, apresentarei as categorias de análise discursiva que foram utilizadas nesta pesquisa.

3.1 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

A ADC se situa dentro de uma tradição crítica dos estudos linguísticos e constitui-se como um campo voltado para a análise dos modos como o poder, a dominância e a iniquidade são ativados, iterados, legitimados ou contestados por meio de textos (VAN DIJK, 2001). Entretanto, em vez de simplesmente fazer uma descrição dos elementos linguísticos presentes no texto, a analista de discurso crítica assume a tarefa de explicar como eles figuram na interação social e, especialmente, na estrutura social. Assim sendo, os estudos realizados no seio dessa perspectiva têm seu foco, necessariamente, voltado para problemas sociais, o que implica a constituição de uma abordagem essencialmente transdisciplinar, uma vez que a disciplina se estabelece no cruzamento entre a Linguística Crítica e a Ciência Social Crítica e, portanto, deve estar aberta ao diálogo com diferentes perspectivas teóricas, estabelecendo relações com diferentes disciplinas da ciência social.

Com fronteiras instáveis e pouco definidas, é impossível para a ADC se estabelecer como uma abordagem unívoca. Constitui-se, portanto, como um campo fértil em que várias perspectivas de análise podem ser semeadas. Assim, temos estudos que vão desde a Abordagem Dialético-Relacional (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), passando pela Abordagem Histórica do Discurso (WODAK et al., 1990), a Representação de Atores Sociais (VAN LEEUWEN, 1995), a Cognição Social (VAN DIJK, 1990), entre outras. Trata-se, portanto, de uma percepção que oscila entre a estabilidade de conceitos já estabelecidos, como *discurso* e *práticas*

sociais, e a abertura para enlaces teóricos diversos que permitam a compreensão dos problemas sociais.

A segunda característica fundamental da ADC é o seu caráter dialético. Isso significa compreender “que as ‘coisas’ são internamente heterogêneas e contraditórias por causa dos diversos processos que as produzem; e que a mudança surge das contradições dentro das ‘coisas’, estruturas e sistemas” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 214, tradução nossa⁷²). Nesse sentido, para esse campo de pesquisa, a linguagem é compreendida como uma parte irreduzível da sociedade, modificando-a na mesma medida em que é modificada por ela (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 1992, 2003). Esse caráter dialético é essencial para a possibilidade de transformação social defendida por esse campo teórico e metodológico e advém da perspectiva ontológica que sustenta o edifício da ADC, o Realismo Crítico.

Para o Realismo Crítico (BHASKAR, 1986), o mundo é um sistema aberto, em constante transformação e constituído por diferentes estratos e domínios. A realidade, assim, encontra-se dividida em três domínios: o potencial, o realizado e o empírico (tradução proposta por RESENDE, 2008). O *domínio do potencial* abarca todos os objetos que existem, independentemente do nosso conhecimento acerca deles ou do fato de eles ocorrerem ou não na realidade. Trata-se de um domínio com caráter mais abstrato e engloba as estruturas sociais e os poderes que constituem a vida social. O *domínio do realizado*, por sua vez, faz referência ao que acontece quando as estruturas ou os poderes do domínio potencial são ativados. Nem todos os mecanismos gerativos são ativados, apenas alguns. Para finalizar, temos o *domínio do empírico*, definido como o domínio da experiência e da observação, ou seja, dentre tudo aquilo que se realizou, a observadora só é capaz de visualizar uma parcela dos fatos e essa pequena parcela se insere nesse domínio (Figura 1, a seguir).

⁷² No original: “that ‘things’ are internally heterogeneous and contradictory because of the diverse processes which produce them; and that change arises out of the contradictions within ‘things’, structures and systems” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 214).

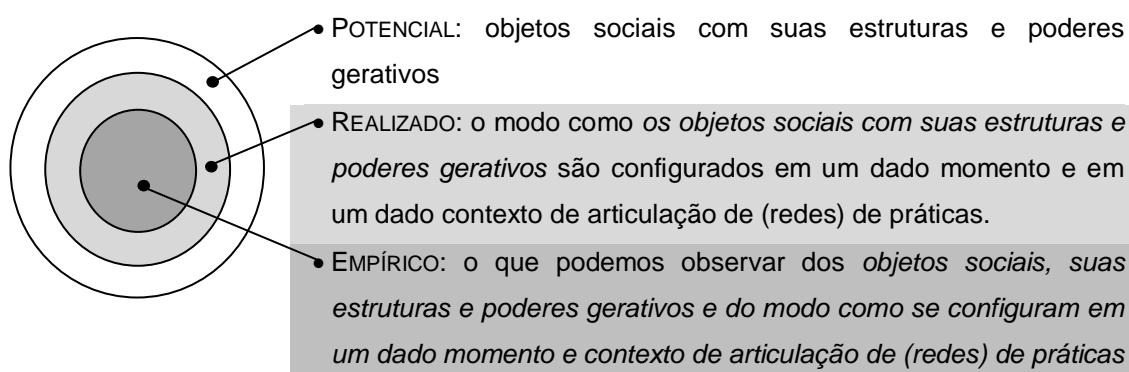


Figura 1. Os três estratos da realidade segundo o Realismo Crítico (RESENDE, 2008, p. 47)

Aquilo que se realiza no mundo é governado por uma série de mecanismos ou poderes gerativos extremamente complexos. Um mecanismo gerador, em si, não possui nenhum tipo de efeito determinante sobre os eventos, uma vez que ele ocorre sempre em relação com outros mecanismos. Como é impossível prever como essa relação será estabelecida, também se torna impossível determinar os efeitos dos mecanismos nos eventos (BHASKAR, 1986). Assim sendo, cada uma das dimensões da vida social – física, psicológica, social, linguística, etc. – possui seus próprios mecanismos gerativos que podem ou não ser ativados com o objetivo de produzir efeitos. Desse modo, o Realismo Crítico entende que os mecanismos gerativos se encontram no domínio do potencial; eventos nos domínios do potencial e do realizado; e experiências nos domínios do potencial, do realizado e do empírico. Isso implica dizer que nem tudo o que é possibilitado pelos mecanismos se realiza no mundo e nem tudo o que se realiza no mundo pode ser observado pela investigadora (Quadro 1, a seguir).

Quadro 1. Estratificação da realidade (BHASKAR, 1998: 41)

	Domínio do Potencial	Domínio do Realizado	Domínio do Empírico
Mecanismos	√		
Eventos	√	√	
Experiências	√	√	√

Assim, o que vejo, enquanto pesquisadora, é apenas um recorte de todas as possibilidades de experiências que se realizam no mundo e, portanto, não podem servir a pretensões generalizantes, voltadas para o estabelecimento de *categorias gerais* de funcionamento da realidade. Diante dessa perspectiva, essa posição ontológica dá importância ao campo das vivências, entendendo-as como práticas sociais que sofrem interferências de mecanismos gerativos, tornando necessário o estabelecimento de recortes daquilo que poderá ser observado ao longo da investigação.

A percepção dessa relação entre mecanismos e experiências leva Bhaskar (1998) a propor o Modelo Transformacional da Atividade Social (MTAS), que busca superar tanto as abordagens estruturalistas, que não veem possibilidade de ação social do indivíduo, quanto as abordagens voluntaristas, que não reconhecem o papel das estruturas na ação social. Para esse modelo (Figura 2, a seguir), existe uma relação dialética entre estrutura e ação, ou seja, a estrutura constrange ou fornece recursos para a ação, que pode, como resposta, iterar ou transformar a própria estrutura.

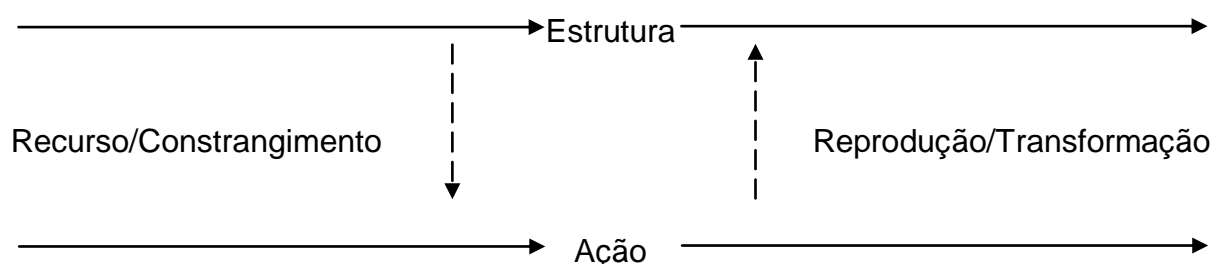


Figura 2. Modelo Transformacional da Atividade Social (MAGALHÃES et al., 2017, p. 199)

Da forma como se estabelece, o MTAS torna possível o estudo da mudança social, que se efetiva sempre a partir da relação entre uma estrutura social abstrata e uma ação social concreta. Esses dois âmbitos possuem um sistema de conceitos mediadores, formado pelas posições e pelas práticas sociais. As primeiras se constituem como os lugares ocupados pelos indivíduos; as segundas, pelas práticas com as quais esses indivíduos se engajam ao ocuparem determinadas posições (BHASKAR, 1998). No domínio dos estudos discursivos, o nível da estrutura passa a ser ocupado pelos sistemas semióticos; o nível da ação, pelos textos, materialização

dos discursos; e, como entidades mediadoras entre esses dois, estão as ordens dos discursos.

Mais adiante, veremos que essa proposta ontológica foi bastante frutífera para os estudos realizados no âmbito da ADC, especialmente por conta da concepção de mudança social. Mas, antes, gostaria de situar a presente investigação na concepção de Análise de Discurso Crítica Feminista defendida por Lazar (2005; 2007).

3.1.1 Análise de Discurso Crítica Feminista

De acordo com Mills e Mullany (2011), os primeiros estudos que focam na relação entre Linguagem e Gênero datam do início do século XX. Focado na identificação de uma gama de variações lexicais entre a fala dos homens e das mulheres, Jespersen (1922) sustentava uma perspectiva de *déficit* sobre a linguagem e o gênero (SPEER, 2005; OSTERMANN, 2006). No livro *Language: its nature, development and origin*, ele aponta que o estilo conversacional das mulheres era inferior ao dos homens. “[...] mulheres, com muito mais frequência do que os homens, interrompem sem ter pensado no que vão dizer” (JESPERSEN, 1922, p. 250, tradução nossa⁷³). A percepção dele foi altamente criticada pelas intelectuais feministas, sendo apontada como sexista e paternalista, uma vez que contribuía para a construção de estereótipos que justificavam uma inferioridade feminina.

Entre as décadas de 1970 e 1980, os estudos de Linguagem e Gênero deixaram de lado a perspectiva teórica de *déficit* e focaram em outras duas perspectivas: a da *dominância* e a da *diferença* (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 1992; OSTERMAN, 2006). No primeiro caso, argumenta-se que “o *status* ‘inferior’ do estilo conversacional das mulheres, na verdade, origina-se da dominância social dos homens sobre as mulheres”. No segundo caso, “a abordagem de *diferença*, também conhecida como ‘modelo das duas culturas’, apesar de amplamente criticada [...], defende que mulheres e homens são socializados diferentemente em suas formas de falar já desde a primeira infância” (OSTERMANN, 2006, p. 15-16). Além de se

⁷³ No original: “[...] women much more often than men break off without having thought out what they are going to say” (JESPERSEN, 1922, p. 250).

pautarem no pressuposto de que havia uma diferença de essência entre os sexos, os estudos realizados nessa conjuntura concebiam as identidades de gênero como algo pré-existente ao discurso e estabilizadas em duas polaridades, homem e mulher, o que comprometia muitos dos resultados alcançados.

Na década de 1990, a visão polarizada de gênero deixa de ser o foco, bem como a concepção natural de identidade, e surge a teoria feminista pós-estruturalista, que parte da perspectiva de que o gênero é um construto da linguagem. Assim, seria impossível conceber as identidades de gênero como algo *a priori*. Pelo contrário, elas são construídas socialmente, a partir de uma variedade de recursos simbólicos, especialmente a linguagem, e atravessadas por outras dimensões, como raça, etnia, sexualidade, classe social, escolaridade, nacionalidade, entre outras. (BUCHOLTZ; HALL, 2002; BUTLER, 2003). Essa mudança de perspectiva levou as identidades de gênero a serem vistas como algo construído nas práticas sociais (MAGALHÃES, 2009), heterogêneas, múltiplas e metamorfoseadas (MAGALHÃES, 2008), ou seja, elas se modificam de acordo com os contextos sociais em que estão inseridas, dando ao discurso um papel central nesse processo.

Com bastante frequência, desde a década de 1970, os estudos realizados na intersecção entre Linguagem e Gênero têm se beneficiado de uma relação produtiva com os pensamentos feministas. Esse contato levou a uma preocupação crescente em acrescentar o termo *feminista* a diversas teorias do campo dos estudos da linguagem e do discurso (LAZAR, 2007), como a *estilística feminista* (MILLS, 1995), a *pragmática feminista* (CHRISTIE, 2000) e a *análise conversacional feminista* (KITZINGER, 2000). De acordo com Lazar (2007, p. 142, tradução nossa⁷⁴),

[a] necessidade de reivindicar e estabelecer uma perspectiva feminista nos estudos da linguagem e do discurso é, evidentemente, parte daquilo que as feministas acadêmicas criticaram durante muitos anos e procuraram mudar nas disciplinas convencionalmente masculinas das humanas, ciências sociais e ciências.

Essa também é a justificativa que sustenta a proposta de Lazar (2005; 2007) de uma Análise de Discurso Crítica Feminista (ADCF), que teria o objetivo de guiar a análise realizada por princípios feministas, teorizando sobre a natureza opressiva do

⁷⁴ No original: “[t]he need to claim and establish a feminist perspective in language and discourse studies is of course parte of what feminists in academia have for many years criticized and sought to change across male-stream disciplines in the humanities, social sciences, and sciences” (LAZAR, 2007, p. 142).

gênero, muitas vezes assumido como uma categoria dada no estudo das práticas sociais. Para ela, a ADCF, enquanto uma perspectiva política, preocupa-se em desmistificar as inter-relações entre gênero, poder e ideologia, contribuindo para o estabelecimento de um *ativismo analítico feminista* focado na crítica dos discursos que sustentam a ordem social patriarcal, “[...] relações de poder que sistematicamente privilegiam os homens enquanto grupo social e prejudicam, excluem e enfraquecem as mulheres enquanto grupo social” (LAZAR, 2007, p. 145, tradução nossa⁷⁵). De acordo com Lazar, a natureza generificada das práticas sociais pode ser descrita em dois níveis distintos: primeiro, o gênero funciona como uma categoria interpretativa, interferindo na maneira como os integrantes de uma comunidade compreendem e estruturam suas práticas sociais particulares; segundo, o gênero é uma relação social que constitui parcialmente todas as outras relações e atividades sociais.

Diante dessa percepção, Lazar (2005; 2007) advoga o seguinte:

A tarefa da ADC feminista é examinar como o poder e a dominância são produzidos discursivamente e/ou (contra-)resistidos, de várias maneiras, por meio de representações textuais de práticas sociais de gênero e por meio de estratégias interacionais de conversação. Também são preocupantes questões de acesso a formas de discurso, como eventos particulares ou comunicativos e gêneros culturalmente valorizados [...] que podem ser empoderadores para a participação das mulheres em domínios públicos (LAZAR, 2007, p. 149, tradução nossa⁷⁶).

É nesse sentido que, ao reconhecer *gênero* como uma categoria de análise e buscar examinar a maneira como as ativista (trans)feministas resistem às representações que os discursos masculinistas hegemônicos constroem acerca do corpo feminino, a presente investigação se inscreve no âmbito da ADCF.

⁷⁵ No original: “[...] relations of power that systematically privilege men as social group, and disadvantage, exclude, and disempower women as social group” (LAZAR, 2007, p. 145).

⁷⁶ No original: “The task then of feminist CDA is to examine how power and dominance are discursively produced and/or (counter-)resisted in a variety of ways through textual representations of gendered social practices, and through interactional strategies of talk. Also of concern are issues of access to forms of discourse, such as particular and communicative events and culturally valued genres [...] that can be empowering for women’s participation in public domains (LAZAR, 2007, p. 149).

3.2 O DISCURSO NAS PRÁTICAS SOCIAIS

Para a ADC, o discurso é entendido como o uso social da linguagem, um momento das práticas presente em todos os níveis da vida social (FAIRCLOUGH, 2003). Configura-se como um modo de ação historicamente situado, por meio do qual “as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 91). Amparada no pensamento filosófico de Foucault (2009), a ADC sustenta uma *concepção constitutiva do discurso*, o que significa dizer que ele contribui para a formação das identidades sociais, das relações sociais, dos sistemas de conhecimento e das crenças sobre os quais fala. Essa relação entre discurso e sociedade faz com que essa perspectiva teórica se recuse a analisar um texto apenas a partir de seu aspecto semiótico, desconsiderando as práticas sociais nas quais ele se situa.

As práticas sociais devem ser compreendidas como “[...] modos habituais, vinculados a momentos e lugares particulares, nos quais as pessoas aplicam recursos (material ou simbólico) para atuarem juntas no mundo” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21, tradução nossa⁷⁷) e se constituem como uma entidade intermediária, situada entre as estruturas sociais – em que a linguagem figura como um sistema semiótico e, portanto, mais abstrato – e os eventos – nos quais a linguagem se manifesta em textos particulares (RAMALHO; RESENDE, 2011). As práticas sociais possuem três características essenciais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 22):

- 1) São *formas de produção da vida social*. Uma determinada prática envolve a configuração de vários elementos sociais e, portanto, de diversos mecanismos gerativos. Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999) esclarecem, uma prática particular é constituída por quatro momentos: atividades materiais, fenômenos mentais (crenças, valores, desejos, etc.), relações sociais e discursos. A relação entre esses momentos é dialética, ou seja, eles se articulam entre si sem, entretanto, reduzirem-se um ao outro.

⁷⁷ No original: “[...] habitualised ways, tied to particular times and places, in which people apply resources (material or symbolic) to act together in the world” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21).

- 2) Uma prática, qualquer que seja ela, estabelece uma *relação dialética com outras práticas* com as quais se relaciona em rede.
- 3) Toda prática tem uma *dimensão reflexiva*, isto é, os indivíduos sempre produzem representações daquilo que eles fazem. Exatamente por isso o discurso possui grande relevância na vida social, ainda que esta não possa jamais ser reduzida a ele.

Os momentos discursivos realizados na prática social são chamados, na ADC, de ordens de discurso, conceito que advém da obra de Foucault (1996) e indica a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade e o relacionamento que se estabelece entre diferentes ordens. Para Fairclough (2003, p. 220), a ordem do discurso é uma forma particular de combinar ou configurar diferentes gêneros (modos de agir no mundo), discursos (formas de representar o mundo e a realidade social) e estilos (maneiras de os agentes sociais configurarem suas identidades) que constituem o momento discursivo de uma rede de práticas sociais. Assim, as ordens do discurso se vinculam às relações de poder que, na ADC, são compreendidas a partir da noção de hegemonia (cf. seção 3.2.1).

Os elementos constitutivos da ordem do discurso materializam-se em textos, “instância real da linguagem em uso” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3), por meio dos quais é possível acessar o nível dos eventos sociais realizados. Enquanto entidades empíricas dos eventos sociais, os textos produzem efeitos que promovem mudanças em nossos conhecimentos, crenças, atitudes, valores e relações sociais. Esses efeitos são causais, mas não podem ser compreendidos como previsíveis, como se essa causalidade fosse mecânica ou regular. Ao contrário, os efeitos de um texto são sempre mediados pela configuração de sentidos, o que implica dizer que eles são abertos a múltiplas interpretações, inclusive contraditórias. Desse modo, “[...] podemos construir textualmente (representar, imaginar, etc.) o mundo social de maneiras particulares, mas se nossas representações ou construtos têm o efeito de mudar a construção do mundo social, depende de vários fatores contextuais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8, tradução nossa⁷⁸).

Essa relevância do discurso nas práticas sociais decorre do contexto social que se estabelece a partir das últimas décadas do século XX nas sociedades

⁷⁸ No original: “[...] we may textually construe (represent, imagine, etc.) the social world in particular ways, but whether our representations or construals have effect of changing its construction depends upon various contextual factors” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8).

ocidentais, quando a emergência do neoliberalismo, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e a dissolução das fronteiras nacionais levam a uma reconfiguração mundial que fomenta uma outra percepção do mundo (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 4, tradução nossa⁷⁹):

É uma importante característica das mudanças econômicas, sociais e culturais da modernidade tardia que elas existem tanto como *discursos* quanto como processos que ocorrem fora do discurso e que os processos que ocorrem fora do discurso são substancialmente moldados por esses discursos.

Esse novo contexto, a modernidade tardia ou posterior (GIDDENS, 1991), incita mudanças na ordem identitária, emocional, ideológica e discursiva dos indivíduos, levando-os a uma 'perda de sentido' do próprio eu (GIDDENS, 2002). Nessa conjuntura, as ciências sociais críticas, dentre elas a ADC, assumem o papel de auxiliar a elucidar esse novo cenário, deslindando como ele se estabeleceu e indicando as diferentes alternativas de futuro para as quais ele aponta (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). No caso da ADC, especificamente, importa analisar as situações sociais em que o discurso desempenha um papel fundamental na produção, reprodução ou superação das desigualdades (MAGALHÃES et al., 2017), ou seja, quando ele se compromete com um processo de manutenção de relações de poder ou de mudança social. Para tanto, Chouliaraki e Fairclough (1999) propõem uma possível agenda de pesquisa que leva em consideração quatro pares de contradições dialéticas⁸⁰:

1. *Colonização/apropriação*: movimentos de discursos e de gêneros entre uma prática social e outra numa determinada rede de práticas, em que uma delas coloniza ou se apropria a outra, dominando-a. Esses movimentos envolvem questões de poder e de hibridismo. Este último elemento deve-se a uma necessidade de recontextualização que ocorre quando uma prática se insere em outra, gerando uma nova articulação dos elementos, um hibridismo novo.

⁷⁹ No original: "It is an important characteristic of the economic, social and cultural changes of late modernity that they exist as *discourses* as well as processes that are taking place outside discourse, and that the processes that are taking place outside discourse are substantively shaped by these discourses" (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 4).

⁸⁰ Importante destacar que a agenda proposta por Chouliaraki e Fairclough (1999) não pretende ser exaustiva. Uma vez que a modernidade tardia caracteriza-se por instabilidades e rápidas mudanças sociais, as contradições apresentadas são apenas uma contribuição da autora e do autor para se pensar sobre as possíveis pesquisas que podem ser desenvolvidas no âmbito da ADC.

2. *Globalização/localização*: forma particular de colonização/apropriação em que uma forma global se transforma quando passa a operar localmente, de tal modo que as práticas “são atraídas para novas articulações entre si e com formas locais que variam de um lugar para outro e são moldadas por e figuram nas lógicas locais de prática” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 94, tradução nossa⁸¹).

3. *Reflexividade/ideologia*: no contexto da modernidade tardia, as pessoas estão mais atentas às suas práticas e, portanto, encontram-se profundamente abertas a transformações baseadas no conhecimento. Essa reflexividade discursiva parece ir contra o discurso investido ideologicamente, uma vez que contribui para evidenciar a ideologia como um recurso de dominação.

4. *Identidade/diferença*: a luta em busca de identidades é um dos principais temas desenvolvidos no seio da reflexividade da modernidade tardia, fazendo com que as questões identitárias sejam relevantes nesse contexto. As lutas identitárias também fomentam uma questão importante na conjuntura da modernidade tardia: a luta em torno da diferença e dos modos como devemos dialogar e agir em relação a essas diferenças.

Nas próximas seções serão apresentadas duas importantes noções para a análise do discurso nas práticas sociais: poder e mudança social.

3.2.1 Poder / Hegemonia

O poder, na ADC, é compreendido como hegemonia (GRAMSCI, 1971), modo particular de conceituar poder e a luta pelo poder nas sociedades capitalistas, enfatizando que este depende antes do consentimento ou da submissão do que do uso da força. A noção de hegemonia traz embutida em si uma estabilidade instável que pode ser alterada por meio do jogo das relações hegemônicas/contra-

⁸¹ No original: “[...] are drawn into new articulations with each other and with local forms which vary from place to place and are shaped by and figure within local logics of practice” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 94).

hegemônicas. Conforme Fairclough (2016, p. 131) aponta, essa perspectiva de poder fornece ao discurso

[...] tanto uma matriz – uma forma de analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes – como um modelo – uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes.

Conforme é possível perceber, a concepção de poder desenvolvida no seio da ADC é caudatária do pensamento genealógico de Foucault (1998b), para quem o poder possui uma natureza discursiva, mas o discurso tem apenas um papel secundário nas relações de poder. Em outras palavras, o “[p]oder não deriva da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, modificar sua distribuição no curto e no longo prazo” (WODAK; MEYER, 2009, p. 11, tradução nossa⁸²). Nesse sentido, o poder se estabelece por meio de práticas que não são necessariamente discursivas, ou seja, a linguagem não é poderosa em si mesma, mas é investida com poder conforme os indivíduos a utilizam. Assim, no âmbito da ADC, entende-se que o poder está o tempo todo sendo disputado e uma das maneiras como isso ocorre é por meio dos discursos.

Nessa disputa pelo poder, a ideologia exerce um papel essencial. Para a ADC, ideologias devem ser entendidas como representações de aspectos do mundo que podem ser utilizadas para estabilizar e manter relações de poder, dominação e exploração (FAIRCLOUGH, 2003). Essa concepção crítica de ideologia é inerentemente negativa e advém da obra de Thompson (2011), que entende as ideologias como sentidos que servem para sustentar relações assimétricas de poder. Para tanto, as ideologias atuam por meio de modos de operação que mobilizam uma série de estratégias de construção simbólica. Thompson detalha, em seu trabalho, cinco⁸³ maneiras como isso acontece: i) legitimação: as relações de dominação são representadas como legítimas, justas e dignas de apoio; ii) dissimulação: as relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas; iii) unificação: há a construção simbólica de uma identidade coletiva, promovendo

⁸² No original: “Power does not derive from language, but language can be used to challenge power, to subvert it, to alter distribution of power in the short and long term” (WODAK; MEYER, 2009).

⁸³ Thompson (2011) ressalta que sua classificação dos modos de operação das ideologias não é exaustiva e, portanto, outros estudos poderiam apresentar novas maneiras pelas quais as ideologias operam nos discursos.

um tipo de unidade entre os indivíduos; iv) fragmentação: segmentação de indivíduos em grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante; v) reificação: representação de uma situação transitória, como as relações de dominação, como se ela fosse permanente e natural.

Enquanto sentidos que representam aspectos do mundo, as ideologias produzem efeitos discursivos que se realizam em processos e contextos estruturados socialmente. Entretanto, conforme Fairclough (1989, p. 85, tradução nossa⁸⁴) esclarece, elas são mais eficazes quando seus efeitos são menos visíveis, pois

[s]e alguém torna-se ciente de que um aspecto do senso comum sustenta desigualdades de poder às suas próprias custas, esse aspecto cessa de ser senso comum e pode deixar de ter a capacidade de sustentar desigualdades de poder, isto é, de funcionar ideologicamente.

Exatamente por isso a análise do texto, especialmente dos pressupostos que o sustentam, constitui-se como um aparato importante para o estudo e a crítica ideológica e, portanto, para a desestabilização de relações desiguais de poder.

3.2.2 Mudança Social

Conforme apontado anteriormente, o contexto da modernidade tardia ou posterior caracteriza-se por uma constante instabilidade que promove mudanças e transformações frequentes nos contextos social, econômico e político. Nesse processo, as resistências, elementos intrínsecos a qualquer relação de poder (FOUCAULT, 1995), exercem um papel relevante. Isso porque, para qualquer prática social de manutenção de um determinado saber/poder, há sempre outras que emergem de forma a combater o que está estabelecido. Nesse contexto, um determinado evento social pode atuar de duas maneiras: ou reitera relações hegemônicas de poder ou contribui para a transformação das mesmas. Neste último caso, ele atua transgredindo normas sociais e discursivas estabelecidas. “A mudança envolve formas de

⁸⁴ No original: “If one becomes aware that a particular aspect of common sense is sustaining power inequalities at one’s own expense, it ceases to be common sense, and may cease to have the capacity to sustain power inequalities, i.e. to function ideologically” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85).

transgressão, o cruzamento de fronteiras, tais como a reunião de convenções existentes em novas combinações, ou a sua exploração em situações que geralmente a proíbem” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 133).

As mudanças e transformações sociais manifestam-se nos discursos, relacionando-se com eles dialeticamente. Para a ADC, mudança social e mudança discursiva caminham juntas, pois ainda que a primeira não se resuma à segunda, ela deixa traços nos textos, que podem ser mapeados por meio de análises textuais e discursivas (FAIRCLOUGH, 2016). Além disso, a mudança social possui uma natureza discursiva (FOUCAULT, 2009), isto é, as práticas discursivas em mutação são um elemento importante no processo de mudança social, especialmente em uma sociedade na qual as formas simbólicas possuem um papel cada vez mais dominante e onipresente.

As mudanças são decorrentes de processos sociais nos quais atuam diversas agentes sociais. Estas não são completamente livres para realizarem o que quiserem, uma vez que se encontram limitadas e restringidas pelas ideologias e pelas relações de poder, mas também não são completamente determinadas pelas imposições do social (FAIRCLOUGH, 2003). As agentes sociais são as responsáveis pela tessitura dos textos, materialidades que também possuem um papel de protagonismo em todo esse processo de mudança e de transformação, pois, de acordo com Magalhães (2017), eles têm uma força agenciadora, promovendo mudanças discursivas que podem contribuir para a efetivação de mudanças sociais. Isso ocorre porque, segundo Barton (2009, p. 49, tradução nossa⁸⁵), “[t]extos também têm agência; isto é, eles agem como pessoas, no interesse de pessoas, no lugar de pessoas”.

Magalhães (2017) aponta que os textos, enquanto protagonistas, possuem quatro características importantes: i) o poder de produzir significados e evocar lembranças; ii) a portabilidade no tempo, no espaço e no contexto; iii) a durabilidade; e iv) os efeitos causais, chamando atenção para determinados aspectos do mundo social e construindo identidades. Nesse sentido, eles possuem uma relevância tanto na manutenção quanto na transformação de relações desiguais de poder, de modo que o manejo consciente e instrumental do discurso torna-se o *front* por excelência das mudanças sociais (MAGALHÃES et al., 2017), fazendo com que o uso consciente da linguagem contribua para o avanço das lutas contra-hegemônicas.

⁸⁵ No original: “Texts also have agency; that is, they act as people, on behalf of people and in place of people” (BARTON, 2009, p. 49).

3.3 ADC E ANÁLISE TEXTUAL

Para dar conta da análise textual proposta, Fairclough (2003) busca auxílio na Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF). Esta procura analisar os elementos linguísticos contextualizados, levando em consideração a relação dialética que se estabelece entre elementos semióticos e não semióticos. Trata-se de uma perspectiva teórico-metodológica que vem sendo desenvolvida por M. A. K. Halliday desde a década de 1960 e propõe-se a olhar a língua a partir de sua funcionalidade, encarando-a como um sistema sociosemiótico, em que os significados são criados de acordo com os contextos socioculturais. Para a LSF, a falante ou escritora seleciona os elementos da gramática de acordo com o contexto da situação de fala, o que implica dizer que o contexto está presente no texto e influencia o que é dito, como é dito e as possibilidades de papéis sociais que são/podem ser assumidos pelas falantes/escritoras. A linguagem, assim, constitui-se como um modo de agir, de dar e solicitar bens, serviços e informações (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

A noção de contexto desenvolvida na LSF provém dos estudos realizados por Malinowski (1960), que propõe a existência de dois tipos de contexto: o de cultura e o de situação. O primeiro está vinculado a práticas sociais amplas, associadas não apenas a diferentes grupos étnicos, mas também a grupos sociais, como a família, a igreja, a escola. Abarca noções como convenções sociais e instituições e é estável na medida em que se constitui de práticas, costumes e valores que são compartilhados por um grupo social coeso. O contexto de situação, por sua vez, está vinculado ao ambiente imediato em que o texto se inscreve e possui mais variáveis que o contexto de cultura. A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que o texto sempre se insere, necessariamente, em dois contextos, conforme indica a Figura 3, a seguir.



Figura 3. Texto em contexto (FUZER; CABRAL, 2014)

Para Halliday e Matthiessen (2014, p. 33) todo contexto de situação deve ser caracterizado em termos de três variáveis: campo, relações e modo. O *campo* refere-se ao que está acontecendo em uma determinada situação, isto é, a natureza da atividade social e semiótica e o domínio das experiências às quais essa atividade se relaciona. As *relações* envolvem as participantes que tomam parte na situação comunicativa, os papéis exercidos por elas e os valores com os quais elas investem a atividade sociosemiótica. O *modo* vincula-se ao papel da linguagem e de outros sistemas semióticos na situação, à orientação do texto através do campo e das relações, como o turno (dialógico ou monológico), o meio (escrito ou falado) e o canal (fônico ou gráfico) utilizados durante a interação.

A cada uma dessas três variáveis, Halliday (1985) vinculou uma metafunção da linguagem. Estas podem ser definidas como manifestações dos propósitos do falante/escritora que ficam subjacentes nos usos do sistema linguístico e envolvem a compreensão do meio (metafunção ideacional \Leftrightarrow campo), a relação que se estabelece com os outros (metafunção interpessoal \Leftrightarrow relações) e a organização da informação (metafunção textual \Leftrightarrow modo). Cada uma dessas metafunções se realiza por meio de sistemas léxico-gramaticais distintos (Quadro 2, a seguir).

Quadro 2. Relação entre variável, metafunção e sistema léxico-gramatical na LSF

VARIÁVEL		METAFUNÇÃO		SISTEMA LÉXICO-GRAMATICAL
CAMPO	Revela a natureza da ação social	Constrói, organiza e expressa experiências de mundo, isto é, a realidade	IDEACIONAL	Transitividade
RELAÇÕES	Define os participantes da interação	Indica os papéis sociais e as relações estabelecidas entre os participantes da interação, construindo a realidade social	INTERPESSOAL	Modo e modalidade
MODO	Revela o papel que a linguagem está desempenhando na interação	Organiza o próprio texto, explicitando o papel desempenhado pela linguagem, o contexto comunicativo, e constrói a realidade semiótica	TEXTUAL	Estrutura temática Estrutura da informação

Fonte: Elaborado pela autora

Nas próximas seções, detalharemos cada uma das metafunções propostas por Halliday e Matthiessen (2014).

3.3.1 Metafunção ideacional

A metafunção ideacional ou experiencial está preocupada com a representação da experiência. Parte do princípio de que os enunciados remetem a eventos, ações e estados e, portanto, vincula-se aos eventos relacionados ao fazer, sentir, ser ou estar. Nesse sentido, a linguagem é encarada a partir da sua função de codificar os significados das nossas vivências. Essa codificação é realizada léxico-gramaticalmente por meio do *Sistema da Transitividade*, composto por processos, participantes e eventuais circunstâncias, categorias semânticas que materializam nossas experiências na estrutura linguística. Cada um desses

componentes é realizado por meio de uma categoria gramatical prototípica, conforme é possível observar no Quadro 3, a seguir

Quadro 3. Componentes da oração

Componentes	Definição	Categoria gramatical típica
<i>Processo</i>	É o elemento central da configuração, indicando a experiência se desdobrando através do tempo	Grupos verbais
<i>Participantes</i>	São as entidades envolvidas – pessoas ou coisas, seres animados ou inanimados –, as quais levam à ocorrência do processo ou são afetadas por ele	Grupos nominais
<i>Circunstâncias</i>	Indica, opcionalmente, o modo, o tempo, o lugar, a causa, o âmbito em que o processo se desdobra	Grupos adverbiais

Fonte: Cabral e Fuzer (2014, p. 41)

Em sua gramática funcional, Halliday e Matthiessen (2014) identificam seis tipos de processo por meio dos quais os indivíduos representam suas experiências, três principais – Materiais, Mentais e Relacionais – e três secundários – Verbais, Comportamentais e Existenciais. Vejamos mais detalhes de cada um deles:

1. *Orações materiais*: representam uma experiência externa, física e perceptível que ocorre devido a um investimento de energia por parte de uma participante responsável pelo desenrolar do processo, a *Atora*. A participante afetada pelo processo, que tem suas características criadas ou alteradas é a *Meta*. Além dessas duas participantes, outras podem estar envolvidas nos processos materiais, como o *Escopo*, participante que não é alterado pelo processo, mas constrói o domínio em que o processo se desenrola ou o próprio processo; a *Beneficiária*, participante que se beneficia de um processo; e o *Atributo*, característica atribuída a uma das participantes da oração.

2. *Orações mentais*: representam experiências internas, que se realizam na nossa consciência. Aqui, as orações não representam mudanças físicas no mundo, mas são sentidas por uma *Experienciadora*. Aquilo que é sentido, pensado, percebido ou desejado recebe o nome de *Fenômeno*. Os processos mentais podem ser

subdivididos em emotivos (exprimem sentimento ou afeição), cognitivos (expressam o que é pensado pela participante), perceptivos (constroem percepções do mundo com base nos cinco sentidos) e desiderativos (exprimem desejo, vontade ou interesse em algo).

3. *Orações relacionais*: estabelecem uma conexão entre duas entidades, representando-as em termos de suas características ou identidades. As participantes dos processos relacionais vão depender do tipo de relação que se estabelece entre as entidades. Se essa relação é do tipo caracterizadora (atributiva), temos uma *Portadora* à qual se vincula um *Atributo*. Se a relação entre as entidades é do tipo identificadora, temos uma *Identificada* a quem uma identidade é atribuída por meio do elemento *Identificador*.

4. *Orações verbais*: remetem aos processos que se relacionam com o dizer, que comunicam ou apontam algo. São utilizados para atribuir autoria de discurso a diversas fontes. A principal participante desse processo é a *Dizente*, aquela que diz algo. A *Receptora* é a participante para quem o processo se dirige. A *Verbiagem* corresponde ao conteúdo do que é dito ou codificado. O *Alvo* é aquilo ou aquela pessoa que o processo verbal deseja atingir.

5. *Orações comportamentais*: responsáveis pela construção do comportamento humano, relacionam-se a atividades psicológicas e fisiológicas (respirar, tossir, sorrir, sonhar, entre outros). A *Comportante* é a participante que está se comportando, tipicamente um ser consciente. Em algumas orações temos a presença do *Comportamento*, que se assemelha ao *Escopo* das orações materiais.

6. *Orações existenciais*: são aquelas que representam algo que existe ou acontece. Em português, são realizadas primordialmente pelos verbos *haver* ou *existir*. São construídas com apenas uma participante, a *Existente*, que representa uma pessoa, um objeto, uma instituição, uma abstração, uma ação ou um evento.

Além das participantes e dos processos, as orações também podem apresentar circunstâncias, utilizadas para adicionar significados à experiência. Enquanto as participantes são inerentes ao processo, as circunstâncias são, na maioria das vezes,

argumentos opcionais que indicam tempo, espaço, causa, entre outros, ou seja, atuam como elementos periféricos da oração. No Quadro 4, a seguir, estão sistematizados os diferentes tipos de processos e seus devidos participantes, bem como os tipos de circunstâncias que podem se vincular a esses processos.

Quadro 4. Processos, participantes e circunstâncias na LSF

Tipo de Processo	Participantes	Circunstâncias
Material	Atora Meta Beneficiária Escopo Atributo	Extensão Localização Modo Causa Contingência Acompanhamento Papel Assunto Ângulo
Metal	Experienciadora Fenômeno	
Relacional	Portadora Atributo Identificador Identificada	
Verbal	Dizente Verbiagem Receptora Alvo	
Existencial	Existente	
Comportamental	Comportante Comportamento	

Fonte: Elaborado pela autora

3.3.2 Metafunção interpessoal

A metafunção interpessoal tem seu foco na interação que se estabelece entre as pessoas, verificando de que forma elas desenvolvem papéis sociais e identidades. Isso se deve ao fato de a linguagem ser o *locus* em que as opiniões são expressas e as relações, negociadas. Nesse sentido, a forma como uma oração é estruturada permite que aspectos de representação da realidade das falantes sejam vislumbrados. Os significados interpessoais se manifestam no *Sistema de Modo*, o recurso gramatical em que se realizam as interações, composto pelos constituintes

Modo e Resíduo. O constituinte *Modo* é composto por *Sujeito*, responsável por especificar a entidade sobre a qual a oração faz referência, e *Finito*, que exprime relações relativas ao tempo em que ocorre o evento, à polaridade e à modalidade.

A *polaridade*, conforme Halliday e Matthiessen (2014) esclarecem, implica a escolha entre o positivo e o negativo, permitindo que o objeto em discussão seja especificado em termos de *ser* ou *não ser* de um determinado jeito. Manifesta-se na seleção realizada pela falante ou pela escritora entre orações afirmativas ou negativas. A oração negativa possui uma dialogicidade intrínseca, carregando consigo a sua correspondente positiva, estabelecendo uma intertextualidade. Além disso, a negação ainda possui outra característica que precisa ser enfatizada aqui: é utilizada como um mecanismo para alinhar o ponto de vista da leitora/ouvinte ou imputar uma determinada posição a ela. Isso significa dizer que, além de trazer um discurso já dado anteriormente, a negação também posiciona a leitora/ouvinte em relação àquilo que está sendo dito, o que nos permite analisar os embates discursivos que estão sendo travados por meio da prática discursiva (MARTIN; WHITE, 2005).

A *modalidade*, por sua vez, é um recurso utilizado para expressar os vários graus de indeterminação que existem entre o sim e o não, revelando os julgamentos, as opiniões e as obrigações das falantes ou das escritoras (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Existem dois tipos de modalidade: a modalização e a modulação (Quadro 5, a seguir). A *modalização*, também chamada de modalidade epistêmica, ocorre em proposições, orações nas quais temos troca de informações, configurando sentidos de probabilidade e usualidade. A modulação, também chamada de modalidade deôntica, ocorre em propostas, orações nas quais temos troca de ofertas e comandos, e indica graus de obrigação e inclinação. Em ambos os casos, a modalidade se manifesta léxico-gramaticalmente por meio de verbos modais, adjuntos modais e determinadas expressões modalizadoras.

Quadro 5. Tipos de modalidade

Tipo de modalidade	Valores trocados	Funções da língua	Tipos
Modalização	Troca de informação	Proposição	Probabilidade
			Usualidade
Modulação	Troca de bens e serviços	Proposta	Obrigação
			Inclinação

Fonte: Elaborado pela autora, baseada em Halliday e Matthiessen (2014)

Os adjuntos que se realizam na metafunção interpessoal podem ser de dois tipos: Adjuntos de Comentário e os Adjuntos Modais. Os *Adjuntos de Comentário* expressam o ponto de vista da falante/escritora em rela o   oração como um todo, atuando exclusivamente sobre proposições, comentando tanto aspectos ideacionais (o conteúdo da proposição) quanto aspectos interpessoais (a função de fala). Os *Adjuntos Modais*, por sua vez, cont m significados relacionados ao tempo,   polaridade ou à modalidade, integrando o constituinte *Modo*.

A parte da oração que não se enquadra no *Modo*   chamada de *Resíduo* e apresenta informações como o Predicador, o Complemento e o Adjunto. O *Predicador*   realizado pelo grupo verbal menos o operador temporal e/ou a modalidade e traz informações sobre o processo, como tempo secundário, aspecto verbal, voz passiva e ativa. O *Complemento*   o elemento que tem o potencial de ocupar a posição de sujeito, mas não o faz; realiza-se por meio de um grupo nominal ou adjetivo. O *Adjunto*   o elemento que não tem potencial para ser sujeito, sendo representado por um advérbio, locução adverbial ou locução preposicional que indica tempo, causa, finalidade, modo, espaç o, entre outros.

Ao se aprofundarem nessa metafunção, Martin e White (2005) deram origem à Teoria da Avaliatividade, que será detalhada mais adiante (cf. seção 3.4.3.1.1).

3.3.3 Metafunção textual

Na Metafunção textual, a oração é vista como uma mensagem, composta por elementos encadeados em uma sequência lógica. Essa organização textual é realizada léxico-gramaticalmente por meio de dois sistemas paralelos e inter-relacionais: a estrutura temática, constituída por *Tema* e *Rema*, e a estrutura da informação, constituída por *Novo* e *Dado*. Na estrutura temática, o *Tema* é o elemento que funciona como ponto de partida da mensagem, delimitado pelo primeiro elemento experiencial (participante, processo ou circunstância), e está relacionado à forma como a informação se desenvolve ao longo do texto. O *Rema*, por sua vez, é todo o restante da oração que segue (e desenvolve) o *Tema*. Quando analisamos a estrutura da informação, o elemento *Dado* apresenta o conhecimento compartilhado pelos interlocutores, ou seja, a informação que é previsível dentro de um contexto específico. O elemento *Novo* da informação, por sua vez, é aquilo que é desconhecido ou imprevisível para a ouvinte ou a leitora.

Além de ser ela mesma uma ferramenta metodológica mobilizada por várias investigações realizadas no âmbito dos estudos linguísticos, a LSF, enquanto aparato teórico, também é utilizada para fundamentar outras perspectivas teórico-metodológicas, como a Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006) e a Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005). Conforme veremos mais adiante, as ferramentas metodológicas desenvolvidas no seio dessas duas teorias foram imprescindíveis para a investigação realizada aqui.

3.4 ADC E ANÁLISE DISCURSIVA

Assim como a LSF, Fairclough (2003, p. 220) entende os textos como multifuncionais, mas, para ele, cada um dos três elementos que constituem a ordem do discurso – os gêneros (modos de agir no mundo), os discursos (formas de

representar o mundo e a realidade social) e os estilos (maneiras de os agentes sociais constituírem suas identidades) – vincula-se a um tipo de significado do discurso: discursos (significados representacionais) são ordenados em gêneros (significados acionais) e inculcados nos estilos (significados identificacionais) na mesma medida em que as ações e as identidades são representadas nos discursos (FAIRCLOUGH, 2003, p. 29). Desse modo, a análise das relações que os textos estabelecem com os outros elementos sociais demanda uma investigação de como eles figuram na ação, na representação e na identificação. A cada um desses significados está atrelada a uma série de categorias de análise. A seguir, apresentarei aquelas que foram mobilizadas por esta investigação.

3.4.1 Significado acional

O significado acional remete ao estudo do gênero discursivo, que corresponde à ação e à interação que o texto exerce nos eventos sociais. Constitui-se, portanto, como um mecanismo regulatório do discurso que controla “o que vai com o que e em que ordem, incluindo a configuração e ordenação dos discursos, e, como o conceito de articulação, o conceito de gênero se aplica a diferentes escalas temporais” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 144-145, tradução nossa⁸⁶). Não se fala, aqui, em gêneros textuais, mas em gêneros discursivos. Isso significa reconhecer que os textos produzem efeitos que podem alterar os conhecimentos, as crenças, os valores e as atitudes das atoras sociais. Trata-se, portanto, de maneiras de (inter)agir e relacionar-se discursivamente com os outros indivíduos.

Nesse sentido, analisar os gêneros discursivos não implica, necessariamente, compreender a organização estrutural da mensagem (apesar de esta poder ser uma das etapas da análise dos gêneros discursivos), mas de analisar como a mensagem é utilizada na relação que se estabelece entre os participantes do discurso. Para tanto, este significado deve ser estudado em termos de *atividade, relações sociais e tecnologias de comunicação* (FAIRCLOUGH, 2003, p. 70), isto é, o que as pessoas

⁸⁶ No original: “what goes with what and in what ordering, including what configuration and ordering of discourses, and like the concept of articulation the concept of genre applies within different timescales” (FAIRCLOUGH, 1999, p. 144-145).

estão fazendo, qual a relação que se estabelece entre elas e de que tecnologias de comunicação essa atividade depende.

3.4.2 Significado representacional

O significado representacional está vinculado ao discurso, aos diferentes modos de representação do mundo. Isso significa que diferentes discursos implicam, necessariamente, diferentes maneiras de se relacionar e representar o mundo que nos rodeia. “Os discursos constituem parte dos recursos que as pessoas aplicam para se relacionar uns aos outros – mantendo-se separados uns dos outros, cooperando, dominando – e na busca por mudar as formas como eles se relacionam” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124, tradução nossa⁸⁷). Constituem-se, nesse sentido, como modos de se assegurar o poder, ou seja, como um importante instrumento das lutas hegemônicas, já que uma das principais maneiras de garantir o poder é apresentar uma perspectiva de mundo como a única possível. “A universalização de discursos particulares e sua legitimação são poderosas ferramentas para a manutenção de hegemonias. Isso relaciona, por um lado, os conceitos de discurso e luta hegemônica, e, por outro lado, reforça o papel da ideologia na manutenção de relações hegemônicas” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 52).

Além de representar o mundo, os discursos também podem ser mobilizados para construir diferentes possibilidades de realidade, projetando transformações e mudanças de acordo com as perspectivas particulares das atoras sociais. Os discursos possuem escalas de atuação oscilantes, que podem variar de representações localizadas, compartilhadas entre algumas pessoas, até representações globais, capazes de “colonizar diversas práticas na vida social” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 70).

Para a análise do significado representacional, esta investigação mobilizou a categoria da *interdiscursividade*, conforme veremos a seguir.

⁸⁷ No original: “Discourses constitute part of the resources which people deploy in relating to one another – keeping separate from one another, cooperating, competing, dominating – and in seeking to change the ways in which they relate to one another” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124).

3.4.2.1 *Interdiscursividade*

A interdiscursividade é um dos aspectos da intertextualidade e se relaciona com os discursos que são articulados nos textos, assim como a maneira como eles são articulados e mesclados com outros discursos (FAIRCLOUGH, 2003). O estudo dessa categoria envolve não só a articulação dos discursos em textos, mas a forma como estes estabelecem vínculos com as lutas hegemônicas e contra-hegemônicas. “Discursos particulares associam-se a campos sociais, interesses e projetos particulares, por isso podemos relacionar discursos particulares a determinadas práticas” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 142). Na presente investigação, a interdiscursividade será analisada com o auxílio de outras duas categorias: relações semânticas e multimodalidade.

3.4.2.1.1 *Relações semânticas*

Para Fairclough (2003), as relações entre os sentidos de uma palavra constituem-se como formas de hegemonia, entrando em disputa dentro de lutas mais amplas pelo poder. Exatamente por isso, a preocupação da ADC está voltada para analisar como os sentidos são produzidos nas relações sociais, como eles se manifestam linguisticamente e que relações de poder eles (des)legitimam.

Quando discursos diferentes entram em conflito e discursos particulares são contestados, o que é centralmente contestado é o poder desses sistemas semânticos pré-construídos de gerar visões particulares de mundo que podem ter poder performativo para sustentar ou refazer o mundo à sua imagem, por assim dizer (FAIRCLOUGH, 2003, 130, tradução nossa⁸⁸).

Assim, a seleção de um determinado vocabulário implica a posição em um discurso específico. Desse modo, ainda que a mesma palavra seja usada por diferentes discursos, ela será usada diferentemente, o que pode ser verificado por

⁸⁸ No original: “When different discourses come into conflict and particular discourses are contested, what is centrally contested is the power of these preconstructed semantic systems to generate particular visions of the world which may have performative power to sustain or remake the world in their image, so to speak” (FAIRCLOUGH, 2003, 130).

meio da análise das relações semânticas que são identificadas no texto. A partir da análise dessas relações, é possível mapear os diferentes discursos que estão sendo mobilizados para estruturar o mundo das falantes.

Nesse sentido, a ADC dialoga com a perspectiva de Bakhtin (VOLOSINOV, 1973) e entende a palavra como um fenômeno ideológico por excelência. Assim, o signo não pode jamais ser reduzido a algo abstrato e sistemático (SAUSSURE, 2006) ou a uma manifestação da mente (CHOMSKY, 1968) e deve ser entendido como uma construção que se estabelece apenas na interação social, na concretude do uso real (GIVÓN, 1979). Analisar a língua a partir dessa perspectiva significa aceitar dois princípios básicos: (i) o signo não é uma estrutura estável e (ii) há tantas possibilidades de sentidos para uma palavra quanto contextos nos quais ela pode emergir.

Conforme Bakhtin (VOLOSINOV, 1973) aponta, o signo ideológico não apenas reflete a realidade material, mas também a refrata. A forma como essa refração ocorre não é apenas resultado da luta de classe, como aponta o filósofo russo, mas também de outras estruturas gerativas, como gênero, raça, sexualidade, etc. Nesse espaço de múltiplas tensões, o signo não pode ser entendido como uma entidade estável, pois seu sentido se estabiliza apenas quando ele é contextualizado. É exatamente por isso que Bakhtin aponta que o signo é uma arena na qual as relações entre polissemia e unidade entram em constante tensão.

Nesse sentido, a análise de diferentes expressões usadas para representar a mesma entidade, isto é, com quais elementos ela estabelece equivalência ou sinonímia, permite elucidar quais são os diferentes discursos mobilizados pelo texto e como eles são articulados entre si. Isso porque “[a]s características distintivas mais óbvias de um discurso são, provavelmente, aspectos de vocabulário – discursos ‘palavreiam’ ou ‘lexicalizam’ o mundo de maneiras específicas” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129, tradução nossa⁸⁹). Assim, o foco aqui recai na desestabilização dos sistemas de classificação que os diferentes discursos mobilizam para estruturar o mundo.

Os discursos também podem ser analisados a partir de aspectos gramaticais, levando em consideração como determinados elementos da oração representam as

⁸⁹ No original: “[t]he most obvious distinguishing features of a discourse are likely to be features of vocabulary – discourses ‘word’ or ‘lexicalize’ the world in particular ways” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129).

nossas experiências. Para tanto, considera-se que a sentença é constituída por três elementos principais: processos, participantes e circunstâncias (cf. item 3.3.1). A maneira como esses elementos são articulados nos textos permite a construção de diferentes representações acerca de eventos sociais, objetos, pessoas, relações sociais, tempos e espaços, de modo que, por meio da análise de aspectos gramaticais é possível mapear os diferentes discursos que são articulados na representação de eventos e atoras sociais.

3.4.2.1.2 Multimodalidade

O estudo da multimodalidade foca sua atenção na forma como os textos multimodais, isto é, aqueles constituídos por diferentes modos semióticos, produzem sentido. Centrados nesse objetivo, Kress e van Leeuwen (2006) desenvolveram a *Gramática do Design Visual*, doravante GDV. A proposta dos autores relaciona as metafunções da LSF (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) com a análise de imagens, compreendendo que não se trata de uma transposição da análise de estruturas linguísticas para a imagem, mas da percepção de que estas possuem regras próprias de funcionamento que, também, podem ser descritas e analisadas. A noção de *gramática*, aqui, não se refere a um conjunto de regras prescritivas, mas aos recursos mobilizados para codificar as possíveis interpretações de experiências e formas de (inter)ação no mundo (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006).

Esses recursos estão intimamente vinculados aos contextos de emergência dos textos, sejam eles de situação ou de cultura (MALINOWSKI, 1960). Conforme Bakhtin (VOLOSINOV, 1973) esclarece, o signo, um dos conceitos centrais desse estudo, é uma forma maleável, que se molda apenas quando inserido numa cultura específica.

Isso significa que, na semiótica social, o signo não é a conjunção pré-existente de um significante e um significado, um signo pronto para ser reconhecido [...]. Antes, concentramo-nos no processo de construção do signo, no qual o significante (a forma) e o significado (o conceito) são relativamente independentes um do outro até serem

reunidos pelo produtor em um novo signo recém-feito (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 8, tradução nossa⁹⁰).

É preciso, também, levar em consideração que um texto tem o objetivo de construir a opinião do público-leitor para o qual é voltado. Assim, representa o mundo estabelecendo diálogos com discursos hegemônicos e/ou contra-hegemônicos que estão disponíveis nas sociedades nas quais eles se inserem e com os quais a produtora deles está (ou não) alinhada.

Para entender a construção do signo visual, a GDV propõe a análise de três funções, inspiradas nas metafunções da LSF: (i) *função representacional*, que se refere aos modos como o sistema semiótico representa aspectos do mundo e das experiências humanas; (ii) *função interativa*, que aborda a relação que se estabelece entre a produtora de um signo e a receptora daquele mesmo signo, chamada por Kress e van Leeuwen (2006) de *interactante*; e (iii) *função composicional*, que remete à estrutura e ao formato dos textos. A partir desses três aspectos, é possível compreender que um texto multimodal não apenas representa o mundo, mas também estabelece uma relação com as receptoras a partir da forma como os elementos do mesmo estão dispostos.

A função representacional é obtida a partir das participantes que são representadas nas imagens, sendo que estas podem ser pessoas, objetos ou lugares. Enfatiza a *sintaxe* da imagem como uma fonte de sentido representacional, isto é, como a disposição espacial dos elementos e das relações que são estabelecidas entre eles constroem os sentidos transmitidos pelo signo visual (JEWITT; OYAMA, 2008). Essa função pode ser dividida em dois tipos: (i) representação narrativa: relaciona as participantes em termos de *fazer* ou *acontecer*, com foco nas ações, eventos ou processos de mudança; (ii) representação conceitual: foca na essência das participantes, representando-as como sendo alguma coisa ou pertencente a uma categoria (Quadro 6).

Quadro 6. Função Representacional na GDV

Processos	Categorias	Representação
-----------	------------	---------------

⁹⁰ No original: “This means that in social semiotics the sign is not the pre-existing conjunction of a signifier and a signified, a ready-made sign to be recognized [...]. Rather we focus on the process of sign-making, in which the signifier (the form) and the signified (the meaning) are relatively independent of each other until they are brought together by the sign-maker in a newly made sign” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 8).

Narrativa	Acional	Não transacional: representa apenas a atora na imagem; sem meta;
		Transacional: representa ator e meta;
		Bidirecional: representa duas participantes e ambas são atora e meta;
	Reacional	Não Transacional: o olhar da reatora dirige-se para o fenômeno, que não está representado na imagem;
		Transacional: o olhar da reatora dirige-se para o fenômeno, que está representado na imagem;
	Mentais	A participante representada está ligada a um balão que indica o pensamento dela;
Verbais	A participante representada está ligada a um balão que indica a fala dela;	
Conceitual	Classificacionais	As participantes representadas são relacionadas de forma taxionômica
	Análítico	Relaciona as participantes em termos de parte-todo, com as partes sendo representadas por atributos possessivos e o todo pela portadora.
	Simbólico Atributivos	Relaciona uma portadora a um objeto com a qual ela estabelece uma relação atributiva
	Simbólicos Sugestivos	O foco está no <i>estado de espírito</i> ou na <i>atmosfera</i> da imagem, que atribuem valores simbólicos à portadora

Fonte: Elaborado pela autora com base em Kress e van Leeuwen (2006)

A função interativa remete à relação que a imagem estabelece com a interactante, sugerindo atitudes que devem ser tomadas em relação àquilo que está sendo representado (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). Quatro fatores devem ser levados em consideração quando analisamos essa função: contato visual, distância, ponto de vista e modalidade (Quadro 7). Conforme Jewitt e Oyama (2008) esclarecem, juntos, esses fatores criam relações sutis e complexas entre aquilo que é representado e a interactante.

Quadro 7. Função Interativa na GDV

Categorias	Subcategorias
Contato visual Determinado pelo vetor que se estabelece entre os olhares da participante e da interactante	Demanda: a participante representada olha diretamente para a interactante
	Oferta: a participante representada não olha para a interactante, deixando-se ser observada
Distância Disposição da participante representada perto ou longe da interactante	Plano fechado (close up): representa apenas a cabeça e os ombros da participante, estabelecendo uma relação mais pessoal com a interactante
	Plano médio: representa a participante até a altura do joelho, estabelecendo uma relação mais social com a interactante
	Plano aberto: representa a participante por inteiro, estabelecendo uma relação mais impessoal com a interactante
Ponto de vista Ângulo em que as participantes são representadas	Ângulo frontal: a participante é vista de frente, o que estabelece um envolvimento maior com a interactante
	Ângulo oblíquo: a participante é vista de forma transversal, o que estabelece um distanciamento em relação à interactante
	Ângulo vertical: a participante é vista de cima ou de baixo, o que estabelece uma relação de poder entre participante e interactante
Modalidade Mecanismo de representação da realidade	Naturalística: representação próxima ao real
	Abstrata: representação essencial, sem detalhes
	Tecnológica: representação prática
	Sensorial: representação associada às sensações

Fonte: Elaborado pela autora com base em Kress e van Leeuwen (2006)

Por fim, a função composicional relaciona-se aos valores informativos que são transmitidos por meio de aspectos vinculados à posição que os elementos representados ocupam numa determinada estrutura visual, uma vez que essa disposição integra os elementos representacionais e interacionais (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006), além de estabelecer hierarquias e/ou equilíbrios entre as participantes representadas. Na análise dessa função, três aspectos devem ser levados em consideração: valor da informação, enquadramento e saliência (Quadro 8).

Quadro 8. Função composicional na GDV

Categorias	Subcategorias
Valor da informação Local que a participante ocupa na imagem	Dado/Novo: disposição no eixo horizontal (à esquerda ou à direita)
	Ideal/Real: disposição no eixo vertical (acima ou abaixo)
	Centro/Margem: disposição no meio ou na periferia da imagem
Saliência	A ênfase que um elemento recebe na imagem, seja pela cor, pelo tamanho, brilho, textura ou por sua disposição (se está em primeiro plano ou em plano de fundo).
Enquadramento Modo como os elementos estão conectados na imagem	Conexão: o grau em que um elemento é visualmente unido a outro, através da ausência de dispositivos de enquadramento, vetores e continuidades ou semelhanças de cor, forma visual, etc.
	Desconexão: o grau em que um elemento é visualmente separado de outros através de enquadramentos, espaços vazios e descontinuidades na cor, na forma, etc.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Kress e van Leeuwen (2006)

Quando vinculadas, essas três funções permitem à analista ter uma compreensão da conjuntura social que tanto permite a emergência da imagem quanto constrange os possíveis sentidos que a mesma pode ter. As participantes representadas e as participantes interactantes permitem uma análise do contexto sócio-histórico no qual a imagem foi produzida; o processo narrativo, isto é, se apresenta ou não vetores, dá forma às concepções de mundo que a produtora da imagem pretende transmitir; e a composição espacial do significado indica quais informações são mais relevantes e quais, supostamente, já são conhecidas pela leitora.

3.4.3 Significado identificacional

O significado identificacional remete aos estilos, que se relacionam à capacidade que o indivíduo tem de identificar a si mesmo por meio dos discursos. “Quem você é é em parte uma questão de como você fala, como você escreve, bem como uma questão de corporeidade – como você olha, como se mantém, como se move e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2003, p.159, tradução nossa⁹¹). Esse elemento, entretanto, não pode ser entendido a partir de uma perspectiva unidirecional, como se as atoras sociais fossem livres para constituir suas

⁹¹ No original: “Who you are is partly a matter of how you speak, how you write, as well as a matter of embodiment – how you look, how you hold yourself, how you move and so forth” (FAIRCLOUGH, 2003, p.159).

identidades. Trata-se de uma relação dialética entre a ação social e a estrutura social, isto é, as atoras sociais não são totalmente livres, mas também não são incontestavelmente subjugadas aos mecanismos geradores, como se nada pudessem fazer em relação a eles. Há um espaço de manobra, em que os indivíduos, ocupando posições objetivas pré-determinadas, podem atuar no mundo, fomentando transformações e mudanças nas estruturas.

Ainda que o processo de construção identitária envolva a produção de sentidos por meios dos discursos, não é possível afirmar que ele se resume a um aspecto meramente textual, apenas uma questão de linguagem (FAIRCLOUGH, 2003). Ao contrário, conforme Resende (2017) esclarece, o processo de identificação discursiva não deve ser confundido com a identidade em si, conceito mais amplo já discutido anteriormente (cf. seção 2.2.4). O que ocorre é que as identidades das falantes/escritoras podem ser vislumbradas nos discursos com os quais elas se engajam, pois “[o] que quer que façamos com as palavras, quando falamos estamos sempre dizendo às nossas ouvintes algo sobre nós mesmas” (CAMERON, 2001, p. 170, tradução nossa⁹²). Diante dessa percepção, estudaremos o significado identificacional, nesta pesquisa, por meio da intertextualidade e das metáforas, conforme veremos a seguir.

3.4.3.1 *Intertextualidade*

Na ADC, a intertextualidade foca no estudo dos outros textos ou vozes que são incluídos na prática social ou dela excluídos; em que local essas vozes são incluídas e se elas são atribuídas ou não aos sujeitos que as produzem; se as vozes atribuídas são reportadas por discurso direto ou indireto e como as outras vozes são costuradas com a voz autoral e a relação entre elas (FAIRCLOUGH, 2003). Trata-se de uma perspectiva dialógica de funcionamento da linguagem, conforme Bakhtin (1997b) propõe, em que a intertextualidade é encarada como “[...] a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer,

⁹² No original: “Whatever else we do with words, when we speak we are always telling our listeners something about ourselves” (CAMERON, 2001, p. 170).

ecoar ironicamente e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 119). Reisigi e Wodak (2009, p. 90) apontam que a intertextualidade estabelece uma relação dos textos entre si, tanto no passado quanto no presente. Esse processo gera uma recontextualização, pois quando o elemento é tirado de seu contexto específico (descontextualizado) e inserido em um novo contexto, novos sentidos emergem.

Por focar na interação entre textos e vozes, a intertextualidade é frequentemente relacionada ao aspecto acional do discurso. Entretanto, é importante destacar que os aspectos discursivos nunca se limitam apenas a um significado, gerando efeitos de sentido em todos eles. Assim, na presente investigação, a ocorrência de intertextualidade chama a atenção por ser frequentemente utilizada como forma de engajamento, contribuindo para a configuração identitária daquelas que produzem os textos. Desse modo, ela será abordada no significado identificacional, a partir da Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), apresentada na próxima seção.

3.4.3.1.1 Avaliação

A avaliação é uma categoria que aborda as apreciações ou as perspectivas da locutora, mais ou menos explícitas, sobre aspectos do mundo, sobre o que ela considera bom ou ruim, ou o que deseja ou não para si, etc. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 172). Conforme Fairclough (2003, p. 164, tradução nossa⁹³) explica, “aquilo com o que as pessoas se comprometem em textos é uma parte importante de como elas se identificam, a texturização das identidades”. Para analisar o processo de identificação discursiva, mobilizarei a Teoria da Avaliatividade, proposta por Martin e White (2005).

Conforme apontamos anteriormente, a Teoria de Avaliatividade tem origem no aprofundamento da função interpessoal de Halliday e Matthiessen (2014) e está preocupada com a presença das falantes/escritoras nos textos que são produzidos por elas. “Preocupa-se com o modo como as escritoras/falantes aprovam ou desaprovam, entusiasmam-se ou detestam, aplaudem ou criticam [um texto], e a

⁹³ No original: “what people commit themselves to in texts is an important part of how they identify themselves, the texturing of identities” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 164).

maneira como posicionam suas leitoras/ouvintes a fazerem o mesmo” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 1, tradução nossa⁹⁴). Esses aspectos avaliativos se realizam por meio das escolhas léxico-gramaticais e podem ser de três tipos: atitude, gradação e engajamento.

A *Atitude* envolve as formas de sentir e é dividida em três regiões semânticas: afeto, julgamento e apreciação, tradicionalmente tratados como emoção, ética e estética (Quadro 9). O afeto está preocupado com o registro dos sentimentos positivos e negativos; o julgamento lida com as avaliações que fazemos a respeito do comportamento e caráter das pessoas; e a apreciação está preocupada com os sentidos que constroem avaliações positivas ou negativas em relação a aspectos estéticos de objetos, coisas ou fenômenos em geral.

Quadro 9. Subsistema da Atitude

Regiões semânticas	Variáveis	Léxico-gramática
Afeto Se preocupa com o registro de sentimentos positivos ou negativos: estamos felizes ou tristes, confiantes ou ansiosos, interessados ou entediados?	In/felicidade: envolve os sentimentos de alegria ou tristeza	- Como qualidade (descrevendo participantes, atribuída à participante ou modo do processo); - Como processo (mental ou comportamental) - Como comentário (desiderativo)
	In/segurança: cobre os sentimentos de paz e ansiedade em relação ao meio que nos cerca, incluindo as pessoas que o compartilham conosco	
	Des/contentamento: envolve nossos sentimentos de conquista e frustração em relação às atividades nas quais estamos engajados	
Julgamento Lida com atitudes relativas ao comportamento, o que admiramos ou criticamos, elogiamos ou condenamos;	Estima: tem a ver a ver com a normalidade (quão incomum alguém é), capacidade (quão capaz alguém é) e tenacidade (quão determinado alguém é);	Diversos itens lexicais (sortuda, afortunada, normal, vigorosa, heróica, etc.)
	Sanção: tem a ver com veracidade (quão verdadeiro alguém é) e propriedade (quão ético alguém é)	Diversos itens lexicais (verdadeira ética, educada, respeitosa, desonesta, imoral, etc.)
Apreciação Envolve avaliações de fenômenos semióticos ou naturais, de acordo com o modo como eles são valorizados ou não em uma determinada área.	Reação: nossas reações às coisas (elas prende nossa atenção? elas agradam?)	Processos mentais emotivos e desiderativos
	Composição: a composição das coisas (equilíbrio, complexidade, etc.)	Processos mentais perceptivos
	Valor social: o valor das coisas (o quão inovadoras, autênticas, oportunas elas são)	Processos mentais cognitivos

Fonte: Elaborado pela autora com base em Martin e White (2005).

⁹⁴ No original: “It is concerned with how writers/speaker approve and disapprove, enthuse and abhor, applaud and criticize, and with how they position their readers/listeners to do likewise” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 1).

A *Gradação* oferece recursos léxico-gramaticais para expressar e ajustar o grau ou *volume* da intensidade das avaliações. O conceito de gradação pressupõe a existência de uma escala ou um contínuo de intensidade virtual que expressem avaliações socialmente consideradas como menos intensas e ou mais intensas. A gradação opera em dois eixos: um diz respeito à intensidade ou quantidade e o outro à prototypicalidade daquilo que é avaliado (Quadro 10).

Quadro 10. Subsistema da Gradação

Eixos de escala	Subcategorias	Léxico-gramática
Força Eixo da intensidade ou quantidade	Intensificação	Isolantes: quando se faz necessário a presença de um intensificador para graduar o processo ou a qualidade;
		Infusionantes: a intensidade se faz presente em um único item lexical
		Repetição
	Quantificação	Aplicam-se a entidades, no que diz respeito a características como quantidade, volume e extensão
Foco Eixo da prototypicalidade, aplicando-se a categorias que, a princípio, não estariam suscetíveis a gradação	Acentuar	Aplicável a diversos itens lexicais (e.g. bonita)
	Atenuar	Aplicável a diversos itens lexicais (e.g. bonitinha)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Martin e White (2005).

Por fim, temos o *Engajamento*, que se sustenta nas noções de Dialogismo e Heteroglossia de Bakhtin (1997a) com o objetivo de descrever o modo como as falantes/escritoras reconhecem discursos anteriores aos seus e de que maneira se engajam ou não com eles. Segundo Martin e White (2005, p. 95), o Subsistema de Engajamento busca vislumbrar 1) a negociação de significado entre enunciativa e enunciatária, em termos de alinhamento e desalinhamento, de acordo com as posições referenciadas no/pelo texto, e 2) como essa negociação interfere na relação que o texto constrói entre a enunciativa e a enunciatária. Esse subsistema é dividido em monoglóssico e heteroglóssico (Quadro 11).

Quadro 11. Subsistema do Engajamento

Tipos	Categorias	Subcategorias	Léxico-gramática
Monoglóssico	Presumível		A falante enuncia algo que está pressuposto ou que não permite questionamento
	Assertivo		Proposições, declaradas de modo absoluto, são tratadas como certas, indiscutíveis, não-problemáticas, baseadas em conhecimento consensual.
Heteroglóssico	Expansão dialógica A falante apresenta o tópico desenvolvido como uma questão em aberto, produzindo um efeito de convite a alternativas dialógicas ou posições alternativas	Acolhimento Engloba os significados que a falante/escritora alcança por meio de declarações de probabilidade	Verbos modais, adjuntos modais, expressões modalizadoras, circunstâncias e alguns verbos mentais
		Atribuição Formulações que dissociam a proposição da voz autoral interna, atribuindo-a a uma voz não autoral por meio da utilização do relato e da citação	Reconhecimento: compreende os significados expressos por processos verbais considerados neutros, utilizados simplesmente para reportar as palavras de outras pessoas, tais como dizer, relatar, declarar e expressões como <i>'de acordo com'</i> . Distanciamento: estabelece uma separação explícita da voz autoral interna em reação às declarações das vozes não autorais inseridas no texto. É sinalizado principalmente pelo emprego de citações e de proposições projetadas pelos verbos defender, alegar, garantir, etc.
	Contração dialógica Inclui formulações que reduzem o espaço dialógico, sendo produzida por significados que invocam algum enunciado anterior ou uma posição para diretamente refutá-la	Refutação Inclui significados que invocam algum enunciado anterior ou posição alternativa para rejeitá-la	Negação: sinalizada pelos advérbios de negação não, nem, nunca, jamais, etc. Contestação: realizada pelas conjunções adversativas embora, mas, porém, todavia, contudo, entretanto, etc.
		Declaração Envolve a ênfase autoral ou intervenções/interpretações explícitas por parte da falante/escritora.	Concordância: com certeza, naturalmente, certamente Endosso: voz não autoral correta, válida e confiável (mostra, demonstra, comprova, confirma, aponta). Pronunciamento: intervenção autoral explícita (eu defendo, os fatos em questão são, podemos concluir, etc.)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Martin e White (2005).

3.4.3.2 Metáfora

De acordo com Fairclough (2003, p. 131, tradução nossa⁹⁵), as metáforas lexicais são “[...] palavras que geralmente representam uma parte do mundo sendo estendida a outra”, isto é, a representação de uma experiência em termos de outra. Conforme Lakoff e Johnson (2002) explicam, as metáforas fazem parte de nosso sistema conceitual, estruturando nossas percepções, comportamentos, relações e identidades e interferindo na maneira como compreendemos o mundo. Isso quer dizer que elas não possuem uma natureza intrinsecamente linguística; elas se manifestam discursivamente porque existem em nosso pensamento. “As metáforas penetram em todos os tipos de linguagem e em todos os tipos de discurso [...]. Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 250).

Ainda que sejam um dos recursos disponíveis que para representar o mundo de diferentes formas, as metáforas são consideradas um traço identificacional, pois têm implicações nas maneiras como as pessoas se (auto)identificam por meio dos discursos. Segundo Ramalho e Resende (2011, p. 146), “[...] ao selecioná-las num universo de outras possibilidades, o/a locutor/a compreende sua realidade e a identifica de maneira particular, embora orientada por aspectos culturais”. Desse modo, as metáforas interferem nos processos de construção das identidades e materializam linguisticamente as diferentes maneiras por meio das quais o indivíduo molda a sua própria realidade.

Segundo Lakoff e Johnson (2002), as metáforas podem ser divididas em três tipos distintos: estruturais, orientacionais e ontológicas. As *metáforas estruturais* são aquelas que estruturam metaforicamente um conceito a partir de outro (e.g. ‘o amor é fogo’); as *metáforas orientacionais*, por sua vez, são responsáveis por organizar todo um sistema de conceitos em termos de uma orientação especial (e.g. ‘estou tão para baixo hoje’); por fim, as *metáforas ontológicas* são aquelas que nos permitem entender coisas abstratas – eventos, atividades, emoções, ideias, etc. – como

⁹⁵ No original: “[...] words which generally represent one part of the world being extended to another” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 131).

entidades ou substâncias (e.g. ‘a inflação está diminuindo nosso padrão de consumo’).

3.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este capítulo teve o objetivo de inscrever a presente investigação no âmbito dos estudos discursivos desenvolvidos pela ADC e apresentar as categorias utilizadas para realizar a análise do *corpus*. Nesse sentido, foram apresentadas as relações que os discursos estabelecem com os problemas sociais contemporâneos no contexto de modernidade tardia (GIDDENS, 1991), que tem se tornado cada vez mais relevante com o advento das novas tecnologias de comunicação, especialmente a internet. Uma vez que o discurso possui efeitos importantes na vida social, torna-se necessário compreendê-lo como parte essencial das lutas hegemônicas e contra-hegemônicas, moldando as práticas sociais na mesma medida em que é moldado por elas. De posse dos aportes teóricos apresentados neste e no capítulo anterior, apresentarei, a seguir, os desenhos metodológicos que foram mobilizados para garantir a realização da presente investigação.

CAPÍTULO 4

PERCURSOS METODOLÓGICOS: DA TEORIA À PRÁTICA

“A situação analítica é o único lugar explicitamente previsto no contrato social em que nos é permitido falar sobre as feridas que sofremos e procurar possíveis identidades novas e novas maneiras de falar sobre nós mesmas”⁹⁶

Julia Kristeva

Este capítulo foi desenvolvido com o objetivo de apresentar as escolhas metodológicas realizadas para garantir a concretização da presente pesquisa. É importante destacar que não se trata de escolhas aleatórias, mas sim daquelas demandadas pelas posições ontológicas e epistemológicas assumidas ao longo desta investigação (cf. Prólogo). Não há, portanto, qualquer pretensão de inscrever essas escolhas numa suposta neutralidade positivista. Tendo isso em conta, este capítulo está dividido em seis seções. Na primeira delas, exponho o planejamento da pesquisa, elucidando as questões e os objetivos geral e específicos que a orientam. Na segunda seção, foco na abordagem investigativa na qual o presente estudo se inscreve, a pesquisa qualitativa, mais especificamente na pesquisa qualitativa feminista. Na terceira parte, discorro sobre a etnografia e a netnografia, modalidades de investigação da pesquisa qualitativa selecionadas para a realização desta investigação. Em seguida, na quarta seção, apresento o arcabouço metodológico proposto pela ADC (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; RESENDE, 2017). Na quinta parte, trago os procedimentos escolhidos para realizar a coleta e a geração de dados: a observação participante, a pesquisa documental e os grupos focais. Por fim, na sexta seção, apresento as categorias de análise, amparadas primordialmente na

⁹⁶Tradução nossa. No original: “The analytic situation is the only place explicitly provided for in the social contract in which we are allowed to talk about the wounds we have suffered and to search for possible new identities and new ways of talking about ourselves”

perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003, 2016, 2010), mas também em outras teorias que dialogam com esta, como a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), a Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006) e a Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005).

4.1 PLANEJAMENTO DA PESQUISA

Esta investigação tem como objetivo principal buscar uma compreensão acerca do modo como as (trans)feministas brasileiras estão (re)configurando discursivamente os corpos femininos e de que maneira essa mudança discursiva está interferindo potencialmente no processo de construção identitária dessas ativistas e contribuindo para a desestabilização de práticas de gênero recorrentes. Para tanto, lancei mão dos seguintes objetivos específicos:

Objetivo 1. Investigar a forma os corpos femininos estão sendo representados discursivamente pelas ativistas (trans)feministas;

Objetivo 2. Indicar quais vozes estão sendo mobilizadas pelas ativistas (trans)feministas para legitimar suas (inter)ações sociais e como elas contribuem para a desestabilização das práticas de gênero recorrentes;

Objetivo 3. Analisar como as identidades das ativistas (trans)feministas estão sendo configuradas por meio da linguagem que elas mobilizam para representar seus corpos.

Ao elaborar esses objetivos, tanto o geral quanto os específicos, sustentei-me nas seguintes questões de pesquisa:

Questão 1. Como o corpo feminino está sendo representado discursivamente por ativistas (trans)feministas?

Questão 2. Quais vozes estão sendo mobilizadas pelas ativistas (trans)feministas para legitimar suas (inter)ações sociais e como elas contribuem para a desestabilização das práticas de gênero recorrentes?

Questão 3. Como as identidades das ativistas (trans)feministas estão sendo configuradas por meio da linguagem que elas mobilizam para representar seus corpos?

Trata-se, portanto, de uma pesquisa planejada para entender a maneira como as participantes, inscritas em práticas sociais e políticas específicas, constroem e interpretam a sua própria realidade. Nesse sentido, as perguntas de pesquisa se voltam para o entendimento do fenômeno, o descobrimento do significado que essa situação tem para as envolvidas e a compreensão sobre como as coisas acontecem.

4.2 A PESQUISA QUALITATIVA

Uma vez que o principal intuito aqui é compreender de forma aprofundada os *porquês* e os *comos* de um determinado comportamento, opinião ou experiência humana, levando em consideração suas peculiaridades locais e temporais, trabalhei no âmbito da pesquisa qualitativa. Essa atividade sistemática possui um caráter interpretativo, construtivista e naturalista e está orientada à compreensão de fenômenos sociais, à transformação de práticas e ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos. Segundo Flick (2009, p. 20), a “pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida” e sustenta-se em quatro aspectos essenciais:

- a) *escolha adequada de métodos e de teorias*: os objetos não podem ser estudados a partir de situações artificiais, como as criadas em laboratório, mas inseridos em práticas e interações da vida cotidiana;
- b) *reconhecimento e análise de diferentes perspectivas*: há uma busca pela variedade de pontos de vista sobre um mesmo objeto, partindo dos significados sociais e subjetivos a ele relacionados. “A pesquisa qualitativa leva em consideração que os pontos de vista e as práticas no campo são diferentes devido às diversas perspectivas e contextos sociais a eles relacionados” (FLICK, 2009, p. 25);
- c) *reflexividade*: o reconhecimento de que as reflexões da pesquisadora a respeito de sua pesquisa são parte do processo de produção de conhecimento;

- d) *variedade de abordagens e de métodos*: a pesquisa qualitativa é composta por diversas abordagens teóricas e, portanto, vários métodos caracterizam a prática desse formato de investigação.

As principais diferenças que se estabelecem entre o paradigma qualitativo e o quantitativo são as noções de objetivismo e neutralidade que orientam este último, isto é, a concepção de que a verdade está lá fora e pode ser apreendida por meio de uma série de correlações estabelecidas entre variáveis. Diante dessa perspectiva, o principal objetivo de uma investigação quantitativa seria construir generalizações com base nos dados obtidos ou até mesmo encontrar leis capazes de prever o comportamento dos indivíduos. Esse tipo de pesquisa traz em seu bojo limitações⁹⁷ para os tipos de perguntas que podem ser feitas e invalida determinadas formas de conhecimento, consideradas não científicas.

O enfoque de uma pesquisa qualitativa, por outro lado, está no estudo das particularidades, de fenômenos inscritos sócio-historicamente e que, exatamente por isso, não se repetem em qualquer lugar. Apoiase no princípio de que o nosso conhecimento da realidade é socialmente construído por meio da interação dos indivíduos entre si e com o mundo, não existindo, portanto, nenhuma realidade objetiva a ser descortinada pelas investigadoras. “O mundo, ou a realidade, não é um fenômeno fixo, único, acordado ou mensurável que a pesquisa positivista e quantitativa supõe ser. Em vez disso, existem múltiplas construções e interpretações da realidade que estão em fluxo e que mudam ao longo do tempo” (MERRIAM, 2002, p. 4, tradução nossa⁹⁸). Nesse sentido, enquanto a pesquisa quantitativa está preocupada em definir, contar e analisar, a pesquisa qualitativa foca na descrição de *como*, na vida cotidiana, cada indivíduo procura definir, contar e analisar (SILVERMAN, 2009). Assim sendo, a pesquisa qualitativa sustenta-se como o paradigma da pesquisa social por excelência.

Em seu momento inicial, as pesquisas qualitativas foram inspiradas pelos modelos positivistas, até então predominantes, desenvolvendo abordagens “duras”, experimentais, padronizantes e quantificantes. Apenas na década de 1970, a

⁹⁷ Estas limitações não devem ser encaradas como um aspecto negativo das pesquisas quantitativas. Ao contrário, assumir uma posição teórico-metodológica implica em abrir-se para determinados tipos de perguntas e fechar-se a outras. Cabe à pesquisadora compreender e reconhecer as limitações da perspectiva que sustenta sua investigação.

⁹⁸ No original: “The world, or reality, is not the fixed, single, agreed upon, or measurable phenomenon that is assumed to be in positivist, quantitative research. Instead, there are multiple constructions and interpretation of reality that are in flux and that change over time” (MERRIAM, 2002, p. 04)

pesquisa qualitativa renasce nas ciências sociais (FLICK, 2009) e, conforme veremos adiante, os estudos feministas têm um papel relevante nesse processo.

4.2.1 Pesquisa qualitativa feminista

As identidades femininas foram, historicamente, excluídas do processo de produção de conhecimento, tendo suas experiências relegadas à periferia de qualquer tipo de pensamento científico. Diante da necessidade de desafiar os discursos até então dominantes de construção do conhecimento, na década de 1960, emergem as teorias feministas, que tinham o intuito de questionar o viés sexista que imperava nas pesquisas científicas. “Feministas empiricistas trabalharam para corrigir esses preconceitos, adicionando mulheres às amostras de pesquisa e fazendo novas perguntas que incentivassem a emergência das experiências e das perspectivas das mulheres” (HESSE-BIBER in GIVEN, 2008, p. 335, tradução nossa⁹⁹).

Para Flick (2009, p. 78), essa perspectiva surge altamente atrelada ao movimento político feminista e, portanto, possui, desde o seu início, uma preocupação em contribuir para mudar as estruturas básicas de opressão das mulheres. É exatamente por conta dessa preocupação que a pesquisa feminista possui um papel relevante no desenvolvimento das questões e das metodologias da pesquisa qualitativa (GILDEMEISTER in FLICK et al., 2004). De acordo com Hesse-Biber (in GIVEN, 2008, p. 335), a pesquisa feminista emerge com as seguintes características:

- a) desafia as pesquisadoras tradicionais a se engajarem de forma dinâmica com a noção de gênero, encarando-a como uma categoria de investigação válida no processo de pesquisa;
- b) realça a importância de considerar como o gênero cruza com outras formas de opressão das mulheres, como raça, etnia, classe e nacionalidade;

⁹⁹ No original: “Feminist empiricists worked to correct these biases by adding women to research samples and by asking new questions that encouraged women’s experiences and perspectives to emerge” (HESSE-BIBER in GIVEN, 2008, p. 335)

- c) promove justiça social e trabalha para iniciar uma mudança social na vida das mulheres;
- d) enfatiza questões de poder e de autoridade entre a pesquisadora e a pesquisada, contrabalanceando a influência desses fatores através das práticas de reflexividade durante a investigação científica.

Paralelamente aos estudos feministas, estavam sendo desenvolvidos os estudos de gênero, que criticavam a concepção essencializadora dos gêneros, isto é, a noção de que as mulheres eram mulheres simplesmente porque haviam nascido com útero e ovários. Na década de 1990, como consequência dos estudos de Butler (1990), Foucault (1998a, 1999 e 2005), dentre outros (cf. Capítulo 3), essas duas perspectivas se entrelaçaram. “Por esta razão, o foco não é mais lidar com a diferença como uma questão de substância ou essência, mas analisar as relações de gênero com base nos aspectos de arranjo hierárquico e desigualdade social” (GILDEMEISTER in FLICK et al., 2004, tradução nossa¹⁰⁰).

Nesse percurso, uma série de epistemologias feministas e metodologias emergiram, desafiando os dogmas positivistas e contribuindo para a desestabilização dos modelos de pesquisa dominantes. Conforme Hesse-Biber (in GIVEN, 2008) aponta, não há uma única epistemologia ou metodologia feminista, mas múltiplas maneiras de se abordar as questões sexistas, racistas ou homofóbicas. “Pesquisadoras feministas têm contribuído para a reflexão sobre os métodos qualitativos por meio do desenvolvimento de um programa de pesquisa para a análise das questões de gênero, das relações de gênero, da desigualdade e da negligência da diversidade. Esse programa foi desenvolvido, ao mesmo tempo, nos níveis da epistemologia, da metodologia e dos métodos de pesquisa, e teve uma influencia valiosa na pesquisa qualitativa em geral” (FLICK, 2009, p. 79).

O principal objetivo de uma pesquisa feminista, nesse sentido, é trazer à tona as vozes daquelas que são frequentemente excluídas da produção do conhecimento e das definições de políticas públicas. Conforme esclarece Kitzinger (2007, p. 113), “[o] principal método de pesquisa para alcançar esse objetivo foi ouvir as mulheres e

¹⁰⁰ No original: “For this reason the focus is no longer made to deal with difference as a matter of substance or essence, but on analyzing gender relationships under aspects of their hierarchical arrangement and social inequality” (GILDEMEISTER in FLICK et al, 2004)

o que elas tinham a dizer sobre suas experiências”¹⁰¹. É exatamente isso o que propõe a presente investigação ao buscar compreender como as ativistas (trans)feministas estão se (re)apropriando do corpo feminino e como esse processo está interferindo na construção de suas identidades de gênero.

4.2.2 Considerações sobre ética

Enquanto pesquisa qualitativa, a presente investigação envolve interações entre pesquisadora e participantes, o que demanda a realização de uma discussão em torno dos aspectos éticos que a direcionaram. Conforme Marvasti aponta, “a ética da pesquisa social tem a ver com a natureza das responsabilidades da pesquisadora neste relacionamento ou às coisas que deveriam ou não ser feitas em relação às pessoas observadas e sobre as quais ela escreve” (2004, p. 133, tradução nossa¹⁰²). Há que se esclarecer, também, que na relação que se estabelece entre pesquisadora e pesquisadas, subjazem questões de poder, o que pode causar desconforto às últimas. Nesse sentido, pautei esta investigação em alguns princípios éticos que precisam ser elucidados.

Este estudo seguiu, na medida do possível, o seguinte princípio orientador das pesquisas feministas: *relações não hierárquicas* entre pesquisadora e participantes. À primeira vista, essa noção pode parecer idealista, uma vez que o “controle” final de sistematização e análise dos dados cabe à pesquisadora. Entretanto, tentei manter o equilíbrio entre esses lados ao estabelecer perspectivas éticas que não excluíssem ou diminuíssem a capacidade interpretativa das participantes. Dessa maneira, segui os três preceitos de uma *pesquisa empoderadora* (CAMERON et al., 1992), realizada *sobre, para e com* as participantes: (i) não tratar as mulheres investigadas como objetos de pesquisa, mas como participantes, buscando a cooperação delas no processo de construção de conhecimento; (ii) respeitar as agendas políticas das participantes conforme elas

¹⁰¹ No original: “[t]he primary research method for achieving this end was taken to be listening to women and hearing what they have to say about their experience” (KITZINGER, 2007, p. 113).

¹⁰² No original: “[t]he ethics of social research have to do with the nature of the researcher’s responsibilities in this relationship, or the things that should or should not be done regarding the people being observed and written about” (MARVASTI, 2004, p. 133).

venham a emergir ao longo da investigação; (iii) compartilhar os conhecimentos gerados durante a investigação, desmistificando a noção de um “conhecimento especialista”, supostamente inalcançável a elas.

Esses princípios implicaram, necessariamente, a busca de métodos de pesquisa abertos, interativos e dialógicos, que demandavam que a pesquisadora não apenas fizesse perguntas às participantes, mas que respondesse as perguntas feitas por estas. É o que apontam Cameron et al. (1992, p. 22, tradução nossa¹⁰³) quando dizem que “uma das coisas que esse ‘com’ adicional implica é o uso de métodos de pesquisa dialógicos [...]. É a centralidade da interação ‘com’ a pesquisadora que permite que a pesquisa seja empoderadora no nosso sentido [...]”. Assim sendo, ao realizar-se uma pesquisa empoderadora, assume-se o compromisso de dar espaço às atoras que tiveram suas vozes historicamente silenciadas.

Ao ser delineado dessa maneira, este estudo fugiu, inescapavelmente, à objetividade e à neutralidade características dos estudos positivistas. Desse modo, tornou-se importante perguntar qual é o papel que a pesquisadora tem num estudo qualitativo. Cameron et al. (1992) apontam que nós, inevitavelmente, trazemos nossa história e subjetividade para cada estágio da pesquisa, isto é, estamos constantemente influenciando as perguntas que são feitas e as formas como tentamos encontrar respostas. “Nossa visão é que a subjetividade da observadora não deve ser vista como uma perturbação lamentável, mas como um elemento nas interações humanas que compõem nosso objeto de estudo” (CAMERON et al., 1992, p. 5, tradução nossa¹⁰⁴).

Uma vez que esta investigação pautou-se no estudo dos discursos, entendendo estes como um conjunto de práticas que constitui os próprios objetos sobre os quais fala (FOUCAULT, 2009) e compreendendo que a linguagem é um dos dispositivos utilizados para regular os corpos dos indivíduos, entendo que a principal missão ética desta pesquisa vincula-se aos questionamentos dos modos como o uso dessa linguagem contribui para sustentar e/ou desconstruir práticas sociais de gênero desiguais.

¹⁰³ No original: “[o]ne of the things we take that additional ‘with’ to imply is the use of interactive or dialogic research methods [...]. It is centrality of interaction ‘with’ the researched that enables research to be empowering in our sense [...]” (CAMERON, 1992, p. 22)

¹⁰⁴ No original: “Our view is that the subjectivity of the observer should not be seen as a regrettable disturbance but as one element in the human interactions that comprise our object of study” (CAMERON et al, p. 05)

Para além dos preceitos éticos de uma pesquisa empoderadora, este estudo pautou-se em princípios éticos comuns a todas as pesquisas sociais, a saber: participação voluntária, proteção às participantes da pesquisa, confidencialidade e anonimidade, benefícios para as participantes da pesquisa. Mills e Mullany (2011) apontam que, como parte dos princípios éticos de uma pesquisa feminista, há um consenso geral quanto à preservação da identidade das participantes, garantindo anonimato a elas, não apenas no sentido de suprimir os nomes, mas também qualquer tipo de informação que possa contribuir para a identificação das mesmas. Seguindo esses princípios, nenhuma das participantes desta investigação foi constrangida a participar do estudo e todas foram devidamente informadas não apenas sobre a condução do mesmo, mas dos objetivos e tema abordados pela pesquisa. Essa ideia de consentimento informado “significa que os potenciais sujeitos da pesquisa devem receber informações detalhadas, mas não-técnicas (em um formato que consigam entender), da natureza e dos objetivos de sua pesquisa” (SILVERMAN, 2009, p. 289).

Em relação aos documentos coletados em ambientes virtuais e analisados aqui, sinto a necessidade de fazer algumas considerações acerca da relação público/privado. Conforme Whiteman (2012) explica, a distinção entre essas duas esferas no domínio virtual é extremamente delicada e complicada de se estabelecer. Espaços como o Facebook, por exemplo, possuem páginas e grupos que podem ser restritos ou liberados à participação de qualquer pessoa. Desse modo, para tomar as decisões éticas que seriam seguidas em relação ao uso dos documentos coletados nesses espaços, sustentei-me nas concepções que pautam a pesquisa documental (TOSH, 2002; MCCULLOCH, 2004). Ao contrário dos dados gerados na relação entre pesquisadora e participantes, que são do domínio do privado e devem atender aos preceitos éticos de anonimidade determinados pelos comitês de ética, os documentos que já estão no âmbito do domínio público, como textos publicados em jornais e revistas ou matérias radiofônicas ou televisivas não demandam uma revisão ética acerca de seus usos. Aplicando essa percepção ao domínio virtual, entendo que textos publicados em sites que têm acesso liberado a qualquer pessoa enquadram-se no domínio do público e, portanto, não há qualquer necessidade de suprimir a autoria deles¹⁰⁵. O mesmo, entretanto, não se aplica aos espaços virtuais

¹⁰⁵ Seria, inclusive, incoerente, uma vez que o princípio da anonimidade, conforme explicamos, vincula-se não apenas à supressão do nome, mas de qualquer tipo de informação que possa levar ao

que são restritos e requerem algum tipo de autorização prévia para participação, o que, na minha percepção, inscreve os dados coletados ali no âmbito do privado, gerando a necessidade de anuência das integrantes caso eu tivesse interesse em utilizá-los.

Com essas reflexões em mente, no próximo tópico, inscreverei a presente investigação no âmbito da abordagem etnográfica e da abordagem netnográfica.

4.3 DA ETNOGRAFIA À NETNOGRAFIA

O estudo etnográfico é uma das modalidades de investigação da abordagem qualitativa. De acordo com Fetterman (in GIVEN, 2008, p. 288), a etnografia é “a arte ou a ciência de descrever um grupo ou cultura. [...] A etnógrafa está interessada em entender e descrever uma cena social e cultural a partir de uma perspectivaêmica ou interna”¹⁰⁶. Assim, a etnografia parte do princípio de que o “engajamento pessoal com o sujeito é fundamental para compreender uma determinada cultura ou ambiente” (HOBBS, 2006, p. 101) e é caracterizada pela participação extensiva em campo, com o emprego de todos os tipos de métodos que sejam necessários. O campo de estudo da presente investigação, entretanto, possui uma peculiaridade relevante, uma vez que se realiza, em grande medida, numa plataforma *online* – caso das páginas de Facebook e dos sites em que a observação participante e a coleta de dados foram realizadas. Essa especificidade colocou-me a seguinte pergunta: como realizar uma pesquisa etnográfica numa plataforma virtual?

A etnografia na internet é uma tendência que vem sendo discutida desde o começo do século XX, recebendo diferentes nomenclaturas, como *etnografia virtual* (HINE, 2000), *etnografia de rede* (HOWARD, 2002), *netnografia* (KOZINETS, 2014), *ciberetnografia* (DOMINGUEZ et al., 2007) e *webnografia* (PURI, 2007). Conforme Kozinets (2014) esclarece, ela surge da necessidade de se aplicar os princípios e técnicas da pesquisa etnográfica em ambientes virtuais, entendendo fóruns, bate-

reconhecimento da participante. Uma vez que os textos analisados estão no domínio do público, uma simples pesquisa seria o suficiente para remeter as leitoras desta tese ao local de publicação e, conseqüentemente, à autoria deles.

¹⁰⁶ No original: “the art and science of describing a group or culture. [...] The ethnographer is interested in understanding and describing a social and cultural scene from the emic or insider’s perspective” (FETTERMAN in GIVEN, 2008, p. 288).

papos, grupos de notícias, blogs, comunidades virtuais, jogos em rede, websites de redes sociais como espaços produtores de dados relevantes acerca das práticas sociais. Assim como a etnografia tradicional, a etnografia na internet, doravante netnografia, “pode proporcionar ao pesquisador uma janela para comportamentos que ocorrem naturalmente, tais como discussões comunais, e depois realçar tal compreensão com opções mais intrusivas, tais como participação comunal e entrevistas com membros” (KOZINETS, 2014, p 58). Para tanto, busca seus dados nas comunicações mediadas por computador:

[...] assim como praticamente toda etnografia, ela se estenderá, quase que de forma natural e orgânica, de uma base na observação participante para incluir outros elementos, como entrevistas, estatísticas descritivas, coletas de dados arquivais, análise de caso histórico estendida, videografia, técnicas projetivas como colagens, análise semiótica e uma série de outras técnicas, para agora também incluir a netnografia (KOZINETS, 2014, p. 62).

Barton e Lee (2013) compartilham a perspectiva de Kozinets (2014) ao investigarem o impacto das novas tecnologias digitais nos estudos linguísticos. Assim, entendem que a investigação de textos e práticas online tem sido muito frutífera para a compreensão do papel das interações mediadas por computador nas práticas sociais, proporcionando o desenvolvimento de novas metodologias para a pesquisa linguística e a reformulação de métodos tradicionais. Diante dessa percepção, abordagens multimetodológicas são mais produtivas, uma vez que contribuem para a contextualização dos dados e ampliam a possibilidade de perguntas pertinentes que podem ser realizadas tanto para os textos quanto para as práticas sociais nas quais eles tomam parte. Para Androutsopoulos (2008), proponente da *etnografia online centrada no discurso*, dois procedimentos possuem significativa importância para os estudos discursivos realizados em ambientes virtuais: a observação sistemática e a entrevista com atoras virtuais. O primeiro preocupa-se com a dinâmica que se estabelece entre a comunicação e a produção semiótica; o segundo envolve o contato com atoras não aleatórias que sejam capazes de oferecer percepções significativas acerca do objeto de estudo.

Seguindo esses preceitos, a presente investigação combinou abordagens de geração/coleta de dados que envolveram tanto interação face a face quanto pesquisa online (cf. seção 4.5). Uma vez que os dados gerados/coletados na plataforma virtual são tão importantes quanto aqueles gerados na interação

presencial, é possível afirmar que estamos diante de uma pesquisa etnografia/netnografia mista (KOZINETTS, 2014), conforme apresenta a Figura 4, a seguir:

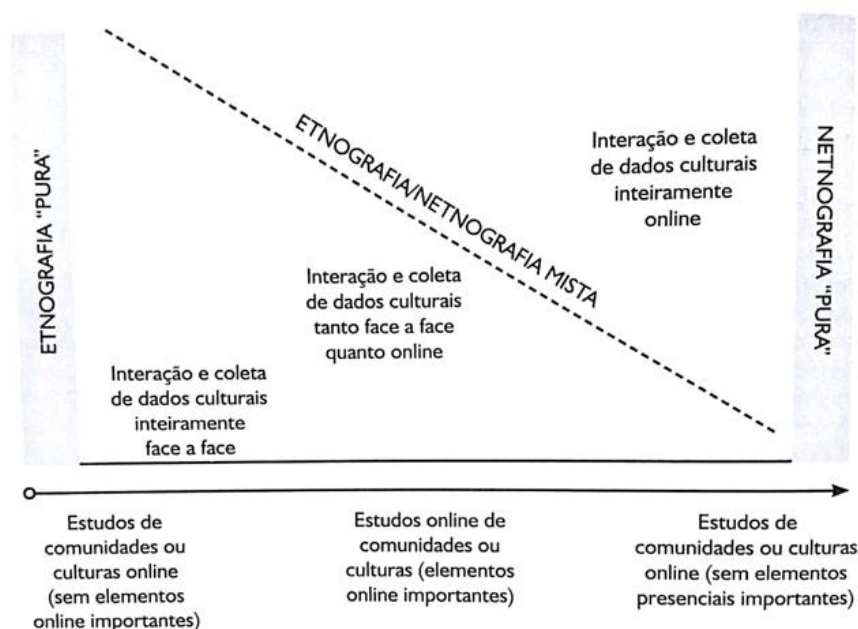


Figura 4. Coordenando a interação e a coleta de dados online e face a face (KOZINETTS, 2014, p. 68)

Sustentada na abordagem netnográfica, realizei aquilo que Kozinets (2014, p. 65) classifica como um *estudo online de comunidades ou culturas*. “Esses estudos examinam algum fenômeno social geral cuja existência social vai muito além da internet e das interações online, ainda que essas interações possam desempenhar um papel importante com a afiliação ao grupo”. Desse modo, a pesquisa online contribuiu para o acesso a dados significativos acerca do papel da linguagem nas práticas sociais que estavam sendo investigadas, o que demandou a mobilização de um arcabouço metodológico de explanação adequado, que será apresentado na próxima seção.

4.4 O ARCABOUÇO METODOLÓGICO DA ADC

Além de se constituir como uma perspectiva teórica (cf. Capítulo 3), Chouliaraki e Fairclough (1999) apontam que a ADC também é um método para a análise das práticas sociais com enfoque nos momentos discursivos, caso da presente investigação. Nesse sentido, propõem um enquadre metodológico (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003, 2010) inspirado na *crítica explanatória* de Bhaskar (1986), que se preocupa com o mapeamento dos problemas oriundos das práticas sociais e da busca por soluções para que os mesmos sejam superados. Para tanto, apontam cinco estágios que devem ser contemplados pelas pesquisas realizadas no seio da ADC.

1º estágio: foco em uma *injustiça social* que tenha um aspecto semiótico.

Essa etapa é dividida em dois passos. O primeiro deles envolve selecionar um tópico de pesquisa relacionado a uma *injustiça social* que pode ser investigado mediante uma abordagem transdisciplinar. O segundo passo implica teorizar o tópico selecionado, de forma a construí-lo como um objeto de pesquisa coerente. É preciso reconhecer, aqui, que nem todos os objetos e perguntas podem ser estudados na perspectiva da ADC.

2º estágio: identificar obstáculos para que essa *injustiça social* seja superada.

De acordo com Fairclough (2010), esse estágio é dividido em três passos: 1) análise das relações dialéticas entre discursos e outros elementos sociais, ou seja, análise da conjuntura; 2) seleção de textos, focos e categorias de análise apropriados ao objeto de pesquisa; 3) realização de análise interdiscursiva e linguística/semiótica dos textos.

3º estágio: considerar se a ordem social “precisa” da *injustiça social* em questão.

Essa etapa implica considerar se a *injustiça social* é inerente à ordem social ou não, isto é, se a *injustiça social* pode ser superada dentro da ordem social em questão ou apenas por meio da mudança desta.

4º estágio: identificar maneiras possíveis de superar os obstáculos.

O principal objetivo aqui está voltado para a percepção de possíveis soluções que podem ser apresentadas para o problema analisado. Enquanto o foco dos dois estágios anteriores estava no mapeamento de como os mecanismos gerativos constroem e fomentam os problemas analisados, essa etapa está preocupada com a variedade de práticas que não são consideradas hegemônicas, ou seja, as diversas formas de debate e contestação que buscam uma transformação social.

5º estágio: reflexão sobre análise

Nessa etapa, a analista crítica de discurso deve fazer, ela mesma, uma reflexão sobre a análise proposta, tendo em mente que a sua leitura é apenas uma entre várias outras que podem ser realizadas sobre o mesmo objeto. Trata-se de realizar um retorno à prática teórica com o objetivo de estabelecer diálogos entre ela e as práticas sociais analisadas.

Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999) esclarecem, esses estágios não necessariamente ocorrem na ordem apresentada e, muitas vezes, um ou outro pode não receber tanto destaque na pesquisa realizada. Trata-se apenas de um arcabouço que permite à pesquisadora compreender quais elementos estão envolvidos numa pesquisa que se sustenta no aparato teórico da ADC.

Ainda que inicialmente esta investigação tenha se sustentado na proposta de Chouliaraki e Fairclough (1999), intuitivamente, acabei tomando um caminho que concilia mais com a releitura desse arcabouço proposta por Resende (2017), uma vez que meu percurso foi marcado por uma reflexão cuidadosa – muitas vezes estafante – acerca das decisões epistemológicas e ontológicas que sustentam esta pesquisa. Conforme é possível observar no Quadro 12 (a seguir), o mapa epistemológico proposto por Resende (2017, p. 42) apresenta as fases que qualquer empreendimento de pesquisa em ADC deve seguir, sempre “considerando conjuntos de decisões de natureza ontológica, epistemológica e metodológica”.

Quadro 12. Mapa epistemológico para ADC baseado em decisões ontológicas, epistemológicas e metodológicas

<p>I. Reflexões preliminares</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Definição do problema social a ser investigado 2. Compreensão macro do problema: revisão bibliográfica/parcerias interdisciplinares 3. Reflexão sobre as múltiplas possibilidades de acercamento do problema 4. Construção das perguntas de pesquisa
<p>II. Organização da pesquisa</p> <ol style="list-style-type: none"> 5. Levantamento de dados possíveis para o acercamento escolhido 6. Definição de estratégias coerentes para geração/coleta de dados 7. Reflexão epistemológica sobre os dados gerados/coletados: possibilidades e limites 8. Reconstrução do mapa ontológico com base na reflexão epistemológica
<p>III. Análise discursiva</p> <ol style="list-style-type: none"> 9. Decisão sobre necessidade ou não de utilização de ferramentas computacionais ou métodos complementares de macroanálise 10. Seleção de textos do feixe discursivo/ Segmentação de excertos conforme movimentos retóricos 11. Definição de categorias analíticas com base nos dados 12. Análise textual fina do <i>corpus</i> ou de parte selecionada do <i>corpus</i>
<p>IV. Recursividade</p> <ol style="list-style-type: none"> 13. Retorno à compreensão do problema à luz do discursivo 14. Restituição social dos resultados OU volta a 5 OU volta a 6

Fonte: Resende (2017, p. 41)

Percebam que os dois quadros não são excludentes, mas complementares, sendo que várias das etapas apresentadas por Chouliaraki e Fairclough (1999) aparecem no mapa epistemológico de Resende (2017). Entretanto, para esta última, considerar as implicações epistemológicas de uma investigação é uma fase importante do empreendimento científico e deve antecipar as escolhas metodológicas, o que acaba por demandar um planejamento rigoroso da pesquisa. Uma vez que coaduno com essa percepção, desde que entrei em contato com a proposta de Resende (2017), antes mesmo de ela ser publicada pela primeira vez¹⁰⁷, passei a utilizá-la para orientar-me acerca das possíveis perguntas que

¹⁰⁷ A proposta de Resende (2017) foi apresentada aos participantes do I Encontro Nacional Discurso, Identidades e Subjetividades (2016) durante o minicurso *Da ontologia social do discurso ao enquadre epistemológico básico em ADC*.

poderia fazer ao meu objeto de pesquisa e dos métodos que deveria mobilizar para respondê-las. Isso me permitiu ter uma certeza maior em relação ao trajeto percorrido, proporcionando uma autonomia em relação ao estudo desenvolvido.

Com base nessa percepção, apresento, a seguir, os procedimentos de coleta/geração de dados que foram mobilizados para realizar a investigação proposta.

4.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E GERAÇÃO DE DADOS

Os dados da presente investigação foram coletados e/ou gerados a partir de técnicas propostas no seio das pesquisas qualitativas. Para Merriam (2002), há três tipos principais de fontes de dados para uma pesquisa qualitativa: as entrevistas, as observações e os documentos. Esta investigação sustenta-se nesses três tipos¹⁰⁸, pondo-os para dialogar durante a construção da análise e da interpretação dos mesmos. Para fins classificatórios, adotei a divisão proposta por Flick (2009) entre dados verbais e multifocais, sendo que estes últimos englobam aqueles que vão além das palavras naquilo que produzem como dados. No Quadro 13 estão apresentados os tipos de dados que compõem esta investigação de acordo com a classificação de Flick (2009).

Quadro 13. Tipos de dados que compõem o *corpus* desta pesquisa

Dados multifocais	Dados verbais
Observação participante Pesquisa documental	Grupos focais

Fonte: Elaborado pela autora

¹⁰⁸ Conforme Short (2006, p. 104, tradução nossa) explica, grupos focais são considerados um tipo de entrevista. “Entrevistas em grupos focais podem compartilhar características da pesquisa de opinião, em que os indivíduos são convidados a participar de uma entrevista estruturada sobre um tópico predeterminado, geralmente com um moderador ou pesquisador que “participa” da entrevista e depois leva os dados para serem analisados no escritório. Ao mesmo tempo, as entrevistas com grupos focais podem compartilhar características da pesquisa etnográfica, na medida em que a ênfase é colocada em questões abertas que produzem dados baseados em textos que precisam ser transcritos e analisados com um conjunto de ferramentas qualitativas”.

A quantidade de procedimentos aqui propostos atende à noção de triangulação de dados, isto é, a combinação de diversos métodos com o intuito de validar os resultados obtidos e de enriquecer e complementar o conhecimento construído (FLICK, 2009).

A seguir, detalharei cada um dos procedimentos de coleta e/ou geração de dados selecionados.

4.5.1 Dados multifocais

4.5.1.1 Observação participante

Para conhecer melhor o objeto de estudo da presente investigação, realizei, durante todo o período da investigação, *observação participante* em páginas (trans)feministas no Facebook (*Empodere Duas Mulheres, Não me Kahlo*, entre outras), sites de organizações (trans)feministas que têm parte de suas atividades centradas na internet (*Revista AzMina e Think Olga*), blogs declaradamente (trans)feministas (*Blogueiras Feministas, Geledés, Transfeminismo*) e em vlogs de ativistas (trans)feministas (*Jout Jout, Ellora Haonne, Tá querida!. Rosa do Barraco, Hugo Nasck, Acidez Feminina, Canal das Bee*, entre outras). De acordo com Denzin (1978, p. 198, tradução nossa¹⁰⁹), esse método “combina análise de documentos, entrevista de respondentes e informantes, participação direta, observação e a introspecção”. Para Flick (2009), a observação participante envolve um mergulho profundo no campo, com interesse especial no pensamento e na interação humana a partir da perspectiva de uma pesquisadora que faz parte do grupo analisado.

Na pesquisa realizada aqui, a observação participante se inscreveu em um campo virtual e permitiu-me aprofundar em discussões realizadas pelas ativistas (trans)feministas em torno de seus corpos. O uso desse método fomentou a geração

¹⁰⁹ No original: “[...] combines analysis of documents, interviewing of respondents and informants, direct participation, observation, and self-introspection” (DENZIN, 1978, p. 198).

de notas introspectivas¹¹⁰ que foram extremamente relevantes para (re)definir tanto o planejamento da tese quanto as perguntas que estavam sendo propostas.

4.5.1.2 Documentos

Parte desta investigação está focada em documentos produzidos por ativistas (trans)feministas que representam o corpo feminino. Entretanto, em vez de encarar os documentos como artefatos estáveis e estáticos, pretendi olhá-los na perspectiva de Prior (2003, p. 2, tradução nossa¹¹¹), em termos de campos, de estruturas e de redes de ação. “De fato, o *status* das coisas enquanto ‘documentos’ depende precisamente das formas como esses objetos estão integrados nos campos de ação, e os documentos só podem ser definidos em relação a esses campos”. Os documentos pertinentes a esta pesquisa são aqueles divulgados em páginas do Facebook, sites de organizações ou outros espaços feministas, de tal modo que todos os documentos trazidos para o *corpus* desta pesquisa são de domínio público, abertos a qualquer pessoa que frequente esses espaços feministas (cf. seção 4.2.2).

No *corpus* compilado ao longo da observação participante, selecionei os seguintes materiais para serem analisados:

- Os cartazes publicados (116, no total), entre agosto e setembro de 2017, pela campanha #MeuCorpoNãoéPúblico¹¹², fruto de uma mobilização feminista contra o assédio no transporte público. A seleção dessa campanha se justifica pela quantidade de textos que foram produzidos em que o corpo feminino era o tema central;
- Quatro textos de diferentes fontes (trans)feministas que têm o corpo feminino como tema principal (Quadro 14, a seguir). A seleção desses

¹¹⁰ Não houve uma sistematização na produção das notas, sendo que elas, em grande medida, estão vinculadas a textos pessoais produzidos por mim. Por conterem um caráter altamente pessoal, as notas introspectivas não serão compartilhadas nesta tese. O reflexo delas pode ser vislumbrado nas interpretações e explicações dos dados que serão realizadas nos próximos capítulos.

¹¹¹ No original: “In fact, the status of things as ‘documents’ depends precisely on the ways in which such objects are integrated into fields of action, and documents can only be defined in terms of such fields” (PRIOR, 2003, p. 2).

¹¹² Disponíveis em: <<https://meu-corpo-nao-e-publico.tumblr.com/>>. Último acesso: 22 jan. 2018.

textos foi aleatória, sendo o único critério a representatividade de corpos femininos distintos;

Quadro 14. Textos selecionados para a análise textual

Site	Seção	Autora	Título	Data
Transfeminismo	Transmisoginia	Amara Moira	Senão nossos corpos	26/01/2016
AzMina	Feminismos Negros	Djamila Ribeiro e Stephanie Ribeiro	Nós, Mulheres negras, queremos o fim da globeleza	29/01/2016
AzMina	Descomportadas	Maria Ribeiro	Como amar um corpo fora do padrão? Três mulheres toparam esse desafio conosco	27/03/2017
Tá Querida	-	Luiza Junqueira	Tour pelo meu corpo	31/10/2017

Fonte: Elaborado pela autora.

- Os textos divulgados em três páginas do Facebook (Empodere Duas Mulheres, Feminismo Sem Demagogia e Não Me Kahlo), entre janeiro e julho de 2016, que representavam imagetivamente o corpo feminino (271, no total);

Acredito que essa seleção permite elucidar os diferentes discursos em que os corpos femininos são posicionados, ou seja, a interdiscursividade constitutiva deles. Há que se considerar que documentos estabelecem uma intertextualidade com outros textos que vieram antes e que vêm depois (BAKHTIN, 1997a). Por esta razão, quando necessário, outros documentos foram incluídos no corpo desta pesquisa com o intuito de permitir o diálogo e a compreensão de uma historicidade.

4.5.2 Dados verbais

4.5.2.1 Grupos focais

Os grupos focais são baseados na experiência coletiva de pessoas reagindo aos tópicos abordados, permitindo à pesquisadora “analisar tanto o conteúdo quanto a forma como as participantes falam de um determinado conjunto de questões” (MILLS; MULLANY, 2011, p. 103)¹¹³. Ainda que os grupos focais não integrem as ferramentas de geração de dados características da etnografia, eles produzem dados relativamente significativos para essa modalidade de investigação. Para Thompson et al. (2017, p. 208, tradução nossa¹¹⁴), “discussões em grupos focais são um dos métodos mais utilizados dentre as ferramentas da pesquisa participativa e, portanto, são um lugar lógico para se começar a tentar desenvolver métodos etnográficos participativos”.

Neste estudo, a realização dos grupos focais teve o objetivo de permitir a compreensão de como as participantes representavam seus corpos e como construía suas identidades mediante a (re)apropriação que fazem de seus corpos. Para Barbour (2009), os grupos focais possuem ótimo desempenho em proporcionar *insights* dos processos grupais, sem buscar enfocar os resultados da discussão. “Envolvendo muitas vezes considerações longas e aprofundadas de questões abertas e materiais de estímulo, grupos focais têm a capacidade de refletir questões e preocupações que são importantes, em vez de irem conforme a programação do pesquisador” (BARBOUR, 2009, p. 57).

Para a presente pesquisa, foram realizados três grupos focais, tendo, como tema orientador, o *corpo feminino*. Tal tema perpassa tanto a apropriação desse corpo por uma ideologia machista, que o molda e define os padrões nos quais ele deve se enquadrar, quanto a (re)apropriação desse corpo pelas ativistas (trans)feministas.

¹¹³ No original: “to analyse both the content and manner in which participants speak of a particular set of issues” (MILLS; MULLANY, 2011, p. 103).

¹¹⁴ No original: “Focus group discussions are one of the most widely used methods in the participatory research toolkit and, therefore, are a logical place to start when trying to further develop participatory ethnographic methods” (THOMPSON ET AL., 2017, p. 208).

Grupo focal 1: composto por quatro participantes travestis e mulheres *trans*, foi realizado no dia 28 de setembro de 2016 (quarta-feira), das 16hrs às 18hrs;

Grupo focal 2: composto por três mulheres *cis*, foi realizado no dia 06 de outubro de 2016 (quinta-feira), das 19hrs às 21hrs;

Grupo focal 3: composto por uma participante do Grupo focal 1 e outra do Grupo focal 2, uma mulher *trans/travesti* negra e uma mulher *cis* branca, realizado no dia 16 de fevereiro de 2017, das 19h30 às 21h30;

O grupo focal como um todo permite que o caminho percorrido em cada um dos encontros seja particular, pautado antes pelas participantes que pela pesquisadora. Assim, ainda que o tema central seja pré-definido, a forma como as discussões são desenvolvidas é determinada pelas experiências e subjetividades das participantes. Nesse sentido, as perguntas propostas às participantes não foram preparadas com antecedência, sendo produzidas no contexto de realização dos grupos, sempre focadas no objetivo de estimular as participantes a falarem sobre o corpo feminino, representando-o.

Para além disso, ao fundamentar-se nos princípios de uma pesquisa qualitativa feminista, a presente investigação assumiu uma incessante busca por estabelecer relações não hierárquicas entre pesquisadora e participantes e para permitir que o conhecimento fosse construído conjuntamente entre ambas as partes (*pesquisa empoderadora*). Nesse sentido, participei ativamente dos grupos focais, não apenas apresentando perguntas, mas trazendo minhas experiências e opiniões nos momentos em que julguei necessário. Isso porque, conforme Tisdell (in GIVEN, 2008, p. 334, tradução nossa¹¹⁵),

[...] deve-se evitar “outrificar” os participantes no processo de pesquisa, por exemplo, solicitando que eles compartilhem muita informação sobre si mesmos enquanto o pesquisador compartilha pouca ou nenhuma informação sobre ela – ou sobre ele. Essa dinâmica, frequentemente, exacerba ainda mais a relação de poder.

Essa decisão pautou-se no reconhecimento de que minhas experiências enquanto mulher e ativista feminista também faziam parte do estudo, percepção essa que dialoga com uma noção de estudo autoetnográfico, em que “pesquisadoras qualitativas [...] se posicionam como participantes em suas

¹¹⁵ No original: “[...] one should avoid “othering” participants in the research process, by, for example, requesting that participants share much information about themselves while the researcher shares little or no information about her – or himself. Such a dynamic often further exacerbates the power relationship” (TISDELL in GIVEN, 2008, p. 334).

entrevistas e estudos etnográficos de outros” (ELLIS in GIVEN, 2008, p. 48, tradução nossa¹¹⁶).

Os encontros foram gravados em áudio, tendo sido utilizados dois gravadores nesse processo. Posteriormente, todo o material gerado durante os encontros foi transcrito.

4.5.2.1.1 Participantes

Antes de abordar o processo de seleção das participantes, faz-se necessário relatar alguns dos imprevistos que modificaram os rumos desta investigação. Quando propus a questão problema que justifica esta pesquisa, a saber, *compreender o modo como ativistas feministas brasileiras estão (re)configurando discursivamente os corpos femininos e de que maneira esse fenômeno está interferindo na construção das suas identidades de gênero e contribuindo para a desestabilização das práticas sociais de gênero recorrentes*, pensava num espectro de participantes formado apenas por mulheres cis. Esta perspectiva começou a ser abalada logo nas primeiras leituras teóricas realizadas, mas a mudança de fato veio após minha participação no *II Desfazendo Gênero* (Salvador, 2015), quando compreendi que o corpo feminino era muito mais do que o resultado de um acaso biológico e, assim sendo, restringir meu estudo a mulheres cis era submetê-lo à normatividade tão criticada pelos estudos feministas e queer que sustentavam minha pesquisa.

Para além da percepção de que as travestis e as mulheres trans e travestis também faziam parte desta investigação, esse evento levou-me a compreender como somos condicionadas a invisibilizar aquelas pessoas que não se enquadram no *topos* normativo desenhado pelos discursos hegemônicos. Não era (e nunca foi) o objetivo excluir as travestis e mulheres trans e travestis do presente estudo, mas era exatamente o que estava sendo feito ao não conseguir enxergá-las do lugar em que estava posicionada. Acordar para esse aspecto levou-me a entrar em contato

¹¹⁶ No original: “[...] qualitative researchers [...] now position themselves in their research and include themselves as participants in their interview and ethnographic studies of others” (ELLIS in GIVEN, 2008, p. 48).

com uma gama de pessoas que têm me ensinado (e muito) sobre gênero e corpo, relações de poder e opressão, lutas e movimentos sociais, identidades e ideologias e foi essencial para moldar as novas formas que esta pesquisa ganhou entre o projeto inicial e o momento atual.

Após essa mudança de perspectiva, foram consideradas, no âmbito desta investigação, travestis, mulheres trans, mulheres travestis e mulheres cis, entendendo-se que todas essas identidades de gênero femininas têm seus corpos subjugados – ainda que de formas diferentes – a uma ideologia sexista. Assim sendo, foram estabelecidos os seguintes critérios para a seleção de participantes desta investigação:

1. Elas deveriam ser ativistas (trans)feministas com idade entre 18 e 29 anos. O recorte etário deveu-se à minha percepção pessoal de que as mulheres dessa faixa etária se destacavam numericamente, tanto nos coletivos virtuais quanto nas mobilizações feministas atuais.
2. Elas deveriam possuir certa relevância nas mídias sociais. Esse aspecto foi garantido pela pesquisa netnográfica realizada nas principais páginas de Facebook e sites de coletivos feministas brasileiros, o que nos permitiu mapear quem eram as feministas brasileiras que estavam sendo ouvidas e *repostadas*.

Esses dois critérios permitiram a confecção de uma lista com cerca de 50 (cinquenta) possíveis participantes para os grupos focais. Para a seleção final, buscou-se garantir a representatividade de participantes negras, de forma que elas estivessem presentes em todos os grupos focais. Também houve a preocupação de selecionar participantes com diferentes formatos de corpos, com o objetivo de gerar posições distintas acerca do tema abordado. O contato com todas elas foi feito por meio das redes sociais, principalmente do Facebook, mediante uma breve apresentação do estudo que estava sendo realizado (Figura 5).

Prezada [REDACTED] tudo bem? Desculpe-me por entrar tão bruscamente assim em seu cotidiano. Chamo-me Lorena Borges. Sou aluna do Doutorado em Linguística da Universidade de Brasília e estou conduzindo uma pesquisa sobre como o corpo feminino está sendo reconfigurado nas práticas discursivas de mulheres feministas brasileiras. Estou em busca de ativistas influentes em Brasília para participarem de alguns grupos de discussão e gostaria muito de saber se você não toparia participar dessa pesquisa. Obrigada pela atenção, Lorena Borges.

Figura 5. Mensagem inicial enviada a todas as participantes convidadas a participar do estudo

Após o recorte estabelecido inicialmente, o principal critério para a participação nesta pesquisa foi o aceite por parte da participante. Cada uma delas teve que assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) e o Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para Fins de Pesquisa (Apêndice B), conforme determina a Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde.

Logo no primeiro encontro, as participantes preencheram um *Questionário inicial* (Apêndice C), constituído por campos como sexo, idade, orientação sexual, identidade de gênero, o que permitiu a construção do seguinte perfil básico das integrantes desta investigação:

- Ao todo, foram sete participantes nos três grupos focais realizados, quatro *trans** e três *cis*. O objetivo era manter a paridade entre os grupos, mas uma das participantes *cis* contatadas teve um imprevisto e não pode participar do encontro agendado.
- No momento da pesquisa, elas eram jovens entre 18 e 28 anos, todas estavam cursando ou já possuíam curso superior.
- Quanto à identidade de gênero, as quatro participantes *trans** se identificaram como travesti, sendo que uma delas também destacou o fato de ser mulher *trans*; uma das participantes *cis* se identificou como mulher e as outras duas apontaram identidade de gênero feminino.

- Quanto à orientação sexual, duas se declararam lésbicas; duas, bissexuais; duas, heterossexuais; e uma, pansexual¹¹⁷;
- No quesito identidade étnico-racial, quatro se declararam brancas; duas, negras; e uma deixou o tópico sem resposta.

Seguindo as normas éticas de anonimato (cf. seção 4.2.2), estabeleceu-se que os nomes de todas elas seriam substituídos por codinomes, sendo estes, em geral, escolhidos pelas próprias participantes. Logo no início da investigação, sugeri que cada uma delas escolhesse o nome de uma (trans)feminista que as tivesse influenciado, sugestão que foi acolhida pela maioria.

4.5.2.1.2 Transcrição dos dados

Para garantir a organização do *corpus* da presente investigação, todos os dados verbais gerados pelos grupos focais foram transcritos. Conforme Gibbs (2009, p. 28) aponta, a “transcrição, especialmente de entrevistas, é uma mudança de meio, e isso introduz questões de precisão, fidelidade e interpretação”. Para garantir a precisão e fidelidade dos dados, utilizei as normas propostas por Magalhães (2000), apresentadas no início desta tese (cf. Convenções para transcrição). A transcrição completa das entrevistas pode ser encontrada em material digitalizado e disponibilizado no Apêndice D.

4.6 CATEGORIAS DE ANÁLISE E DE INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados coletados e/ou gerados ao longo da investigação foram analisados e interpretados sob as orientações da Análise do Discurso Crítica (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003, 2006 [1992], 2010) e de outras perspectivas teórico-metodológicas com as quais ela dialoga, como a Linguística

¹¹⁷ De acordo com o dicionário *Queer Terminology from A to Q* (QMUNITY, 2013), pansexual é a pessoa que se sente atraída e relaciona-se sexualmente e romanticamente com homens, com mulheres e com pessoas que se identificam fora do espectro binário de gênero.

Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), a Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006) e a Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005). As categorias e subcategorias utilizadas na presente investigação foram sistematizadas no Quadro 15, a seguir.

Quadro 15. Categorias de Análise do *corpus* da pesquisa

Categoria	Subcategorias	Objetivo	Instrumentos de coleta e geração
Interdiscursividade	Relações semânticas (cf. Capítulo 5)	1. Investigar a forma como os corpos femininos estão sendo representados discursivamente pelas ativistas (trans)feministas;	Pesquisa documental
	Multimodalidade (cf. Capítulo 6)		
Intertextualidade	Avaliação (cf. Capítulo 7)	2. Indicar quais vozes estão sendo mobilizadas pelas ativistas (trans)feministas para legitimar suas (inter)ações sociais e como elas aparecem nos discursos	Grupos focais
	Metáfora (cf. Capítulo 7)	3. Analisar como as identidades das ativistas (trans)feministas estão sendo configuradas por meio das metáforas que elas mobilizam para representar seus corpos.	

Fonte: Elaborado pela autora.

4.7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É importante destacar que os caminhos percorridos ao longo desta investigação nem sempre estiveram claros e, muitas vezes, alterações no percurso tiveram que ser realizadas, de modo a dar conta das instabilidades advindas da pesquisa em campo, afinal, as práticas sociais estão longe de serem estáticas e mensuráveis. Entretanto, essas inconstâncias nunca foram entendidas como problemáticas, pois já haviam sido renunciadas pelas posições ontológicas e

epistemológicas assumidas (cf. Prólogo) e contempladas pelo mapa epistemológico da ADC (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; RESENDE 2017), o que me garantiu certa tranquilidade, mesmo em meio ao caos.

Diante dos ciclos apresentados no mapa epistemológico para ADC proposto por Resende (2017), é possível desenhar alguns contornos pertinentes acerca da presente investigação. O primeiro e segundo ciclos, *Reflexões preliminares* e organização da pesquisa, foram contemplados na primeira parte desta tese. Na Introdução, foram apresentados o problema que seria analisado – as configurações do corpo feminino pelas (trans)ativistas brasileiras contemporâneas – e as perguntas da investigação. O *Prólogo* estabelece os recortes ontológicos e epistemológicos que sustentam o olhar lançado para o objeto. A revisão bibliográfica – contemplada no Capítulo 1 –, bem como as parcerias interdisciplinares – apresentadas nos Capítulos 2 e 3, configuram o terreno que fundamenta a pesquisa realizada. E o Capítulo 4 apresenta os métodos mobilizados para gerarmos e coletarmos os dados que seriam analisados.

De mão do aporte teórico e metodológico apresentados, partirei, agora, para o terceiro ciclo do mapa epistemológico, a *Análise Discursiva*, na qual analisarei como as ativistas (trans)feministas têm mobilizado os discursos para repensar e reconfigurar os regimes de inteligibilidade acerca do corpo feminino. Conforme apontei anteriormente, os discursos não apenas representam as coisas, as pessoas e o mundo em que vivemos, mas também os constroem (FOUCAULT, 1987). Nesse sentido, é possível compreender que a busca por construir novos sentidos para o corpo feminino também interfere na produção das identidades de gênero pesquisadas.

PARTE II
ANÁLISE DOS DADOS

CAPÍTULO 5

RECONFIGURAÇÕES SEMÂNTICAS: CORPOS FEMININOS REPLETOS DE SENTIDOS

“Queriam-me mulher comum, donzela entre
suspiros a cozer o enxoval. Virgem e prendada.
Idealizaram-me ante um corpulento vigário,
repetindo decorebas e prometendo submissão.
Folhas de laranjeira e ‘até que a morte os separe’.
Ah, queriam-me.
Abrindo as pernas em quando e vez,
e prenha de vez em quando.
Sorriso amarelo sempre.
Moldaram-me fábrica de homens viris,
castrada do prazer e vontades,
da voz e opinião.
Objeto direto do verbo ‘calar’”

Autoria desconhecida

No presente capítulo, analisaremos a forma como ativistas (trans)feministas estão (re)configurando semanticamente o corpo feminino com base em suas práticas sociais. Para tanto, focaremos nossa atenção na categoria *relações semânticas* (FAIRCLOUGH, 2003), buscando verificar quais sentidos estão sendo mobilizados na construção de campos semânticos acerca do corpo feminino, e utilizaremos, como suporte analítico para o estudo dessas representações, o Sistema da Transitividade, da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

A linguagem cria campos semânticos por meio da seleção vocabular, da gramática e da sintaxe que são mobilizados ao longo do processo de construção de sentidos. Conforme Fairclough (2003) aponta, esses sentidos entram em disputa dentro de lutas mais amplas. “[Q]uero sugerir que as estruturas particulares das relações entre as palavras e das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 105). Desse modo, a preocupação da Análise de Discurso Crítica está voltada para o estudo da forma como os sentidos

são produzidos nas relações sociais e culturais e como eles se manifestam linguisticamente.

Como os sentidos se estabelecem em disputas discursivas, eles não podem ser compreendidos como estáveis e pré-existentes ao contexto. Ao contrário, eles são negociados e construídos socialmente. Conforme Bakhtin (1988), “[d]e fato, há tantas significações possíveis quanto contextos possíveis. No entanto, nem por isso a palavra deixa de ser uma. Ela não se desagrega em tantas palavras quantos forem os contextos nos quais ela pode se inserir”. Se são estabelecidos socialmente, os sentidos também podem ser (re)configurados por meio de práticas sociais contra-hegemônicas, conforme veremos nos textos produzidos sobre o corpo feminino por ativistas (trans)feministas que serão analisados a seguir.

Uma vez que a presente investigação se configura como um estudo feminista queer e interseccional, que leva em consideração o *local de fala* de quem produz o discurso, selecionei, para a análise, textos produzidos por ativistas situadas em distintos recortes, levando em consideração a representação de diferentes tipos de corpos: negro, trans*, gordo, branco e cis . Balizei a análise nas seguintes questões:

- a) quais os sentidos são ativados nos textos para representar o corpo feminino?
- b) quais processos do sistema da transitividade são mobilizados para construir essa representação?

5.1 O CORPO EM TEXTOS DE ATIVISTAS (TRANS)FEMINISTAS

5.1.1 Textos 1. Campanha Meu Corpo não é Público

Os textos multimodais da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico foram produzidos, distribuídos e consumidos entre os meses de agosto e setembro de 2017. Todos eles têm, como contexto imediato, o caso do homem que ejaculou no rosto de uma mulher dentro de um ônibus¹¹⁸, em São Paulo, e foi liberado pelo juiz sob a

¹¹⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/mulher-sofre-assedio-sexual-dentro-de-onibus-na-avenida-paulista.ghtml>>. Último acesso: 19 fev. 2018.

alegação de que não houve “constrangimento tampouco violência” em relação à vítima¹¹⁹. O caso ocorreu no mesmo dia em que a escritora feminista Clara Averbuck divulgara que havia sido estuprada por um motorista do uber¹²⁰, o que contribuiu ainda mais para a mobilização realizada por ativistas feministas contra as violências imputadas ao corpo feminino – tanto a do violentador quanto a do legislador – no transporte público. Ironicamente, no mesmo dia em que essa violência ocorreu, o governo do estado de São Paulo, em parceria com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), o Metrô e a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), estava lançando a campanha “Juntos podemos parar o abuso sexual nos transportes”, o que nos permite inferir que esse não era um caso isolado na realidade dos corpos femininos que utilizavam os transportes públicos na capital paulistana.

No total, foram produzidos 116 cartazes para a campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico, disponibilizados gratuitamente em um Tumblr¹²¹ que estimulava as ativistas a imprimir e afixá-los nos transportes coletivos. Para fins da análise que será realizada aqui, selecionamos aqueles cartazes que traziam a palavra *corpo* em seus enunciados – para além daquela contida na *hashtag* #MeuCorpoNãoÉPúblico, que aparece em todos os cartazes. Do montante que se enquadrava nesse critério, retiramos aqueles que traziam textos repetidos, o que nos deixou quinze cartazes a serem analisados, conforme podemos observar nas Figuras 6-20.

¹¹⁹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/justica-manda-soltar-homem-que-assediou-mulher-em-onibus-e-tem-5-passagens-por-estupro.ghtml>>. Último acesso: 19. Fev. 2018.

¹²⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/clara-averbuck-fala-sobre-estupro-sofrido-por-motorista-de-uber-como-sempre-duvidam-da-vitima.ghtml>>. Último acesso: 19 fev. 2018.

¹²¹ Disponível em: <<https://meu-corpo-nao-e-publico.tumblr.com/>>. Último acesso: 26 jan. 2018.

Figuras 6-20. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico



Figura 6

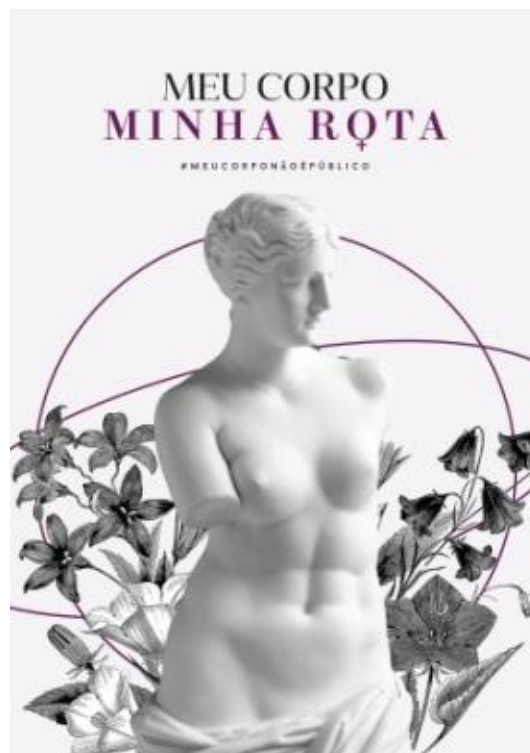


Figura 7



Figura 8



Figura 9

Figuras 6-20. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico selecionados para análise



Figura 10



Figura 11



Figura 12



Figura 13

Figuras 6-20. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico selecionados para análise



Figura 14



Figura 15



Figura 16

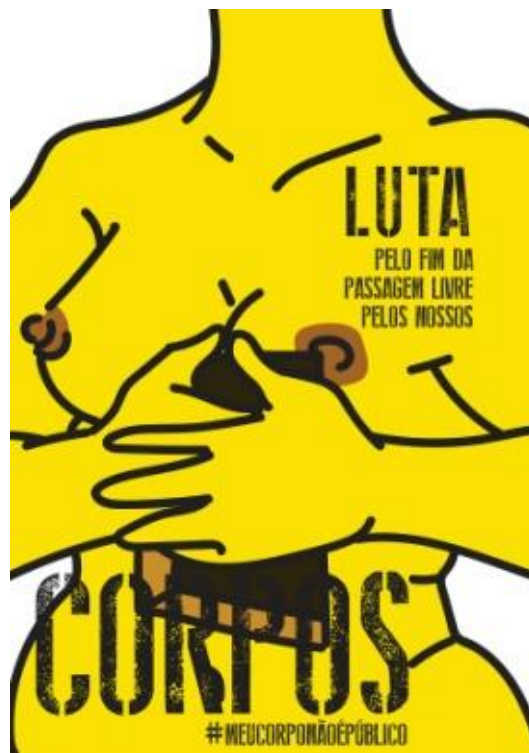


Figura 17

Figuras 6-20. Cartazes da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico selecionados para análise



Figura 18



Figura 19



Figura 20

Quadro 16. Enunciados analisados

Esse ônibus é público, nosso corpo não!
 Meu corpo minha rota
 Os 3,80 não incluem meu corpo
 Meu corpo não é rota
 Meu corpo não é vale-transporte pra te dar passe livre
 O transporte é coletivo, mas o corpo ainda é meu
 Meu corpo não te dá acesso livre
 Busão lotado, corpo fechado.
 Meu corpo não é sua parada
 A lei dos homens abusa do corpo da mulher
 Corpo fechado de agressão
 Luta pelo fim da passagem livre pelos nossos corpos
 O machismo cega. A justiça seleciona. Meu corpo paga.
 O transporte é coletivo. Meu corpo não.
 Sua liberdade acaba onde meu corpo começa.

Na análise dos enunciados dos cartazes (Quadro 16), é possível perceber os sentidos mobilizados pelas feministas para representar o corpo feminino revelam uma necessidade muito grande das ativistas de estabelecer uma relação entre o corpo e suas características ou suas identidades, isto é, aquilo que ele é e aquilo que ele não é. Isso pode ser percebido pela predominância dos processos relacionais (sete dos 15 cartazes analisados), em que o corpo ora é portador/identificado, ora é atributo/identificador, como ocorre em *‘Esse ônibus é público, nosso corpo não!’* e em *‘Os 3,80 não incluem o meu corpo’*. Nos demais cartazes, o corpo aparece em processos materiais transformativos, ocupando ora a posição de ator, ora a posição de meta, ora a posição circunstância, como podemos observar em *‘Meu corpo não te dá acesso livre’*, *‘A lei dos homens abusa do corpo da mulher’* e *‘Sua liberdade acaba onde eu corpo começa’*.

Os pronomes ‘meu’ e ‘nosso’, mobilizados pelas ativistas em praticamente todos os cartazes (11 dos 15 analisados), configuram uma especificação em torno do corpo, indicando uma orientação da autora do texto em relação ao referente *corpo*, situando-o em um subgrupo específico. Os cartazes não estão falando de qualquer corpo, mas do *‘meu’* corpo, do *‘nosso’* corpo feminino. Essa marcação

recorrente estabelece um contraponto com os discursos masculinistas que situam o corpo feminino no âmbito do coletivo (de todos). O uso do adjunto modal de temporalidade tempo ‘*ainda*’¹²² em *O corpo ainda é meu* (Figura 6) reforça essa percepção, pois, conforme Castilho et al. (2014, p. 335) explicam, “o circunstancial de tempo pode, implicitamente, comparar ou contrastar situações vigentes em diferentes momentos ou períodos; essa comparação pode envolver implicitamente manipulações da oposição afirmativo *versus* negativo”. Ou seja, o ‘*ainda*’ apresenta uma implicação semântica que remete para um embate em torno da *pertença* desse corpo.

A recorrência do advérbio de negação ‘*não*’ também contribui para a construção desse embate entre diferentes discursos acerca do corpo feminino. Conforme Martin e White (2005) esclarecem, a negação é um recurso utilizado para introduzir uma posição positiva no diálogo, engajar-se com ela e rejeitá-la logo em seguida. Isso significa que uma oração negativa, intrinsecamente, carrega consigo sua correspondente positiva. Além disso, a negação é utilizada como um mecanismo para alinhar o ponto de vista da leitora ou imputar uma determinada posição a ela. Pagano (1994) indica que existem dois tipos de orações negativas: as corretivas e as confrontacionais. No primeiro caso, elas têm o objetivo de expressar a experiência de mundo da falante, ou seja, há um predomínio da metafunção representacional no texto; no segundo, elas focam na recusa de um comando, o que indica o predomínio da metafunção interacional. Nos dados analisados aqui, temos apenas a ocorrência de negações corretivas, uma vez que elas procuram corrigir uma informação ou pressuposto equivocados em relação ao corpo feminino.

A seleção lexical realizada pelos cartazes – *rota, público, 3,80* (preço da passagem de ônibus em São Paulo), *coletivo, acesso livre, passe livre, ônibus, lotado, passagem livre e parada* – está vinculada ao contexto do transporte coletivo, ou seja, remetem para o local onde a agressão ocorreu. Essas palavras são circunscritas dentro de um campo semântico que remete à violência a qual esses corpos são submetidos, como ocorre em ‘*corpo lotado de agressão*’ ou ‘*a lei dos homens abusa do corpo das mulheres*’. É de dentro deste recorte que as ativistas

¹²² Considerado pela Nomenclatura Gramatical de 1959 como advérbio, *ainda* se inclui numa categoria de expressões que funcionam como argumentos de um predicado, não operando sobre outras expressões, o que seria a principal condição para ele ser considerado um advérbio. Nesse sentido, adotamos a nomenclatura proposta por Castilho et al (2014).

selecionam as expressões que vão indicar *o que o corpo feminino não é*: ele não é (e não deve ser entendido como) um espaço de violência.

Com base nesses dados, podemos apresentar a construção dos seguintes campos semânticos em torno do corpo feminino (Quadro 17):

Quadro 17. Relações semânticas em torno do corpo feminino

O corpo feminino é	é minha rota; ainda é meu; é fechado; é lotado de agressão; é abusado; é quem paga; é o lugar onde acaba a sua liberdade;
O corpo feminino não é	não é público; não é rota; não é vale transporte para te dar passe livre; não é sua parada; não é coletivo; não custa 3,80; não te dá acesso livre; não é passagem livre;

O embate discursivo acerca dos corpos femininos também pode ser verificado no contraste entre a representação imagética e linguística do corpo. De um lado, há um esforço por despersonalizar as mulheres representadas imageticamente, seja pelo uso de estátuas e manequins, pela representação de apenas partes do corpo, como pernas ou tronco, ou pelo apagamento dos olhos, de modo que o foco recaia majoritariamente sobre as violências sofridas pelo corpo feminino; por outro, o texto linguístico busca desmascarar as opressões impostas a esses corpos, configurando sentidos em torno daquilo que ele é ou não é.

Para finalizar, é importante destacar que, ainda que esta campanha aborde um corpo feminino genérico, sustentando-se em uma percepção universal acerca do mesmo, uma vez que não há qualquer marcação de raça ou identidade de gênero trans ou cis, os *corpos femininos* representados por ela são, em grande medida, aqueles que atendem aos discursos hegemônicos acerca dos mesmos, ou seja, branco e cis, conforme pode ser observado nas imagens dos cartazes.

5.1.2 Texto 2. Senão nossos corpos

O texto *Senão nossos corpos*, apresentado no Quadro 18, foi escrito por Amara Moira, travesti e ativista transfeminista, e publicado no site *Transfeminismo*¹²³, um espaço que se autodeclara focado no feminismo interseccional relacionado às questões trans*. Publicado em 26 de janeiro de 2016, esse texto discute uma questão relevante e frequente entre o ativismo trans*: as constantes explicações científicas que apontam que a existência das pessoas trans* se deve a uma *falha na sintonia* entre a identidade que se forma no cérebro e o órgão sexual da pessoa (cf. seção 1.7). Essa concepção baseia-se no pressuposto de que só há dois gêneros disponíveis – mulher e homem – e que as identidades de gênero devem coadunar com os órgãos sexuais das pessoas – mulher é igual a vagina; homem é igual a pênis. Qualquer desvio nessa lógica é encarado como um *defeito*. O argumento de Amara se constrói no sentido contrário, apontando como a essência de uma pessoa não se localiza em seu cérebro, mas em seus corpos e como as vivências trans* dão o testemunho disso.

Quadro 18. Texto *Senão nossos corpos*

Senão nossos corpos

por Amara Moira

Quem piamente acredita que a essência da pessoa (o que ela é de fato, no seu mais profundo) se localiza no cérebro, quem acredita que bastaria congelar esse cérebro para manter vivo o que de mais importante essa pessoa tem, não poderia senão ser alguém completamente dentro dos padrões mais opressores dessa sociedade, homem cisgênero branco heterossexual magro sem deficiência criado nas classes abastadas ou coisa bem próxima disso. Pessoas trans não, **elas sabem que são antes de mais nada seus corpos**, sabem que a sociedade não lhes deixará esquecer disso em momento algum, em especial as travestis.

O que importa o que nós travestis tenhamos a dizer sobre o que somos? Acaso se dissermos que somos homens deixaremos de ser expulsas de casa, estupradas no banheiro masculino da escola, deixaremos de ver as portas do mercado de trabalho fechadas, de ver na prostituição mais precária o quase que exclusivo caminho para conseguir nossa subsistência, deixaremos de ser tratadas como lixo ou pedaço de carne ambulante? Não importa o que digamos, se homem, se mulher, se nenhum dos dois, **seremos sempre e antes de mais nada os nossos corpos**, e onde quer que estejamos seremos lembradas disso. A luta para nos encaixarmos no padrão feminino cis (coisa que nos faz ser acusadas de “reproduzir estereótipos de gênero”) é a forma que encontramos para diminuir a violência a que estamos sujeitas: quanto mais sucesso tivermos nisso, mais deixaremos de ser alvo da transfobia para sê-lo apenas da misoginia, o que diz muito sobre o mundo a que temos direito.

¹²³ Disponível em: <<https://transfeminismo.com>>. Último acesso: 26 jan. 2018.

A metralhadora de olhares, entre curiosos e hostis, tentando entender o que somos, tentando nos enquadrar dentro de uma ou outra categoria (“é mulher ou homem?”), ao invés de simplesmente legitimar a maneira como vivemos nossas vidas, **a maneira como construímos nossos corpos**, nossa identidade, metralhadora de olhares que facilmente se converte em violência verbal (“traveco”, “ê João”, “seu lixo”, “vaza”) e física, metralhadora de olhares que nos recorda a todo momento que, **por conta do corpo que somos, por conta de não sermos senão nossos corpos, não temos direito de ocupar as ruas à luz do dia, de ter família, de frequentar escolas, de conseguir trabalho**. O trabalho a que nos relegam, aliás, sequer é considerado trabalho: não se esqueçam disso, a gente não esquece nunca. Dizer que, congelando cérebros, estarão conservando o mais essencial das pessoas é só mais outra dessas violências que se acostumaram a cometer contra nós. Afinal, o que somos nós senão a zona cinzenta no rosto por não termos como arcar com a depilação a laser, nossa mão grande, gogó, ombros largos, testa protuberante, voz característica? O que somos nós senão o genital com que nascemos, espremido numa calcinha apertada, e que tratam como se estivesse estampado em nossa testa? O que somos nós senão esse peito que se recusa a crescer mesmo com doses cavaleares de hormônio? O que somos senão a cicatriz dos socos, facadas, tiros que levamos?

Acreditar que seu cérebro resume o que você é diz muito do corpo que você tem, diz muito da vida que te permitiram viver, mas não diz nada sobre nós.

As relações semânticas, nesse texto, apontam o corpo como uma representação da identidade da pessoa trans. Isso pode ser verificado por meio da predominância dos processos relacionais identificativos, em que o corpo ocupa, predominantemente, a posição de identificador das pessoas trans, como ocorre em *‘Não importa o que digamos, se homem, se mulher, se nenhum dos dois, seremos sempre e antes de mais nada os nossos corpos’*. Enquanto identificador, o corpo indica que as pessoas trans compreendem que elas são *senão os seus corpos*, ou seja, é por meio deles que elas se identificam – e são identificadas, conforme a argumentação de Amara – no mundo. Há, assim, um grande esforço em estabelecer a equação pessoas trans são iguais aos seus corpos e, por conseguinte, que esses corpos são as pessoas trans. Nesse sentido, o texto constrói as seguintes relações semânticas para o corpo trans (Quadro 19):

Quadro 19. Relações semânticas em torno do corpo trans*

Corpo trans	expulso de casa; estupro; impedido de acessar o mercado de trabalho; prostituído; lixo; pedaço de carne; alvo de violência e da transfobia; metralhado por olhares curiosos e hostis; alvo de violência verbal e física; sem direitos (de ocupar as ruas à luz do dia, ter família, frequentar escola conseguir trabalho); a zona cinzenta do rosto; o genital com que nasceram; o peito que se recusa a crescer; a cicatriz dos socos, facadas, tiros;
-------------	---

A percepção de que a pessoa trans e seu corpo são a mesma coisa – lógica estabelecida pelos processos relacionais identificativos – é reforçada pela escolha do advérbio de exclusão *senão*, que estabelece uma construção semântica de *isso e nada mais* (ILARI; BASSO, 2014), ou seja, pessoas trans* são seus corpos e nada mais que seus corpos, excluindo qualquer possibilidade de as identidades de gênero trans* serem justificadas por meio de aspectos cientificistas estabilizados, como as estruturas cerebrais. É importante destacar, aqui, que o texto não está falando sobre o corpo biológico estabilizado, mas do corpo performativo, configurado mediante atos reiterados, conforme a proposta de Butler (2003), e situado numa lógica dicotômica que só é capaz de reconhecer dicotomias e normatividades. Isso pode ser constatado no seguinte excerto:

(1) A metralhadora de olhares [...] tentando entender o que somos [...], ao invés de simplesmente legitimar a maneira como construímos nossos corpos.

Aqui, a autora reclama uma *legitimação* que não necessite de uma *tentativa de entendimento*, aquilo que a ciência busca fazer por meio da configuração de saberes que expliquem a existência trans*, atribuindo-a a um *desacordo* entre *cérebro* e *corpo*. O processo material criativo ‘*construir*’, com ‘*nossos corpos*’ ocupando a posição de meta – aquilo que surge no mundo por meio da construção –, indica que, além de ser a pessoa trans, o corpo também é construído por ela, ou seja, a pessoa trans cria a si mesma baseada nas relações que estabelece com o próprio corpo, o que, mais uma vez, reforça a ideia de corpos performativos, que são constantemente (des)estabilizados pelas práticas sociais.

A recorrência dos pronomes possessivos ‘nossos’ e ‘seus’, conforme apontado anteriormente, configura uma especificação em torno do corpo, determinando-o. Desse modo, a autora não fala apenas de seu próprio corpo, mas da relação que todas as pessoas trans* estabelecem com seus corpos. É o que podemos constatar com o seguinte exemplo:

(2) Pessoas trans não, elas sabem que são antes de mais nada seus corpos, sabem que a sociedade não lhes deixará esquecer disso em momento algum, em especial as travestis.

Por fim, precisamos destacar mais um aspecto interessante desse texto: a autora não representa o corpo feminino trans e corpo feminino cis da mesma maneira, conforme podemos observar no excerto (3):

(3) Acreditar que seu cérebro resume o que você é diz muito do corpo que você tem, diz muito da vida que te permitiram viver, mas não diz nada sobre nós.

Nesse fragmento, o corpo feminino é representado junto a um processo relacional atributivo possessivo ‘*o corpo que você tem*’. Assim, o corpo é uma posse do indivíduo e não ele mesmo. Diferentemente do que ocorre no excerto (2), em que o pronome possessivo é mobilizado como um especificador do corpo que se é, a oração (3) utiliza o processo para representar o corpo como uma propriedade da pessoa cis. As pessoas trans*, por sua vez, têm o corpo como um identificador por meio do qual elas se reconhecem/são reconhecidas no mundo e configuram suas identidades de gênero. Essa percepção, conforme esclarece a autora, não é consequência apenas da relação das pessoas trans* com seus corpos, mas, principalmente, da forma como os discursos masculinistas posicionam os corpos delas em nossa sociedade, uma vez que o biológico é sempre o argumento utilizado para deslegitimar a existência delas socialmente, como bem explicou Bettcher (2016, cf. seção 1.7).

5.1.3 Texto 3. Como amar um corpo fora do padrão?

Publicado na revista digital feminista *AzMina* em 27 de março de 2017, o texto *Como amar um corpo fora do padrão? Três mulheres toparam esse desafio conosco*, de Maria Ribeiro, apresentado no Quadro 20, inscreve-se dentro de uma tentativa das ativistas de fomentarem uma outra percepção das mulheres sobre seus próprios corpos. A matéria é assinada por Maria Ribeiro, fotógrafa feminista responsável pelo projeto fotográfico *Nós, Madalenas: uma palavra pelo feminismo*¹²⁴, que tem o objetivo de representar em imagens o “que significa ser mulher em uma sociedade machista, excludente e preconceituosa” (NOS Madalenas, s/a). Nesse

¹²⁴ Disponível em: <<http://nosmadalenas.tumblr.com>>. Último acesso: 15 fev. 2018.

trabalho, Maria fotografa mulheres que têm uma palavra *pelo feminismo* escrita pelo corpo, contexto em que o corpo é suporte para os sentidos construídos pelo ativismo, como *acolhimento, afronta, equidade, narrativa, ressignificação, desejo, identidade, desobjetificação, alteridade, luta*, entre outros, conforme é possível observar na Figura 21:



Figura 21. Ressignificação (Foto: Maria Ribeiro / Nós, Madalenas)

No texto analisado aqui, além de falar sobre o corpo feminino, a autora fotografa e coleta os depoimentos de três mulheres e da relação que elas estabelecem com seus corpos *fora do padrão*. Para fins da presente análise, focaremos nossa atenção apenas na primeira parte desse texto, atribuída à Maria.

Quadro 20. Texto Como amar um corpo fora do padrão?**Como amar um corpo fora do padrão? Três mulheres toparam esse desafio conosco**

Gordura, maternidade, paralisia. Elas falam de suas inseguranças e as desnudam para nossas câmeras. O resultado? Pura poesia!

Por Maria Ribeiro

Por mais meu que ele seja, preciso reconquistá-lo. Preciso reencontrá-lo. Amá-lo. Conceder-lhe o direito a sua existência, liberdade para ocupar o espaço que quiser, as formas que tiver e a aparência que lhe aprouver.

Na sociedade em que vivemos, o corpo da mulher é o primeiro alvo de ataques. Diante dos padrões estéticos impostos pela mídia, somos programadas a concluir que nosso corpo está longe de ser como deveria. Nunca está bom e nem vai ficar. Ainda que nos mutilemos, nos esforcemos, que façamos um investimento de muito tempo, vontade, dinheiro e energia para o tão almejado “corpo perfeito”, parece que nunca chegaremos lá. E não mesmo, porque esse não é o objetivo do sistema.

O modelo ideal é feito sob medida para ninguém, perfeito para que passemos a vida inteira escravizadas inutilmente em busca de conquistá-lo.

Já disse a escritora norte-americana Naomi Wolf que “a obsessão pela magreza feminina não é uma obsessão pela beleza feminina, mas, sim, pela obediência feminina. As dietas são um instrumento poderoso no processo de submissão das mulheres, pois uma população passivamente insana é facilmente controlada”. Isso porque essa programação insistente e sistemática incutida em nosso inconsciente desde que nos entendemos por gente tem consequências que ultrapassam e muito a questão física.

Ela pode nos transformar em uma massa insossa, incapaz e infeliz.

A sociedade relaciona diretamente a beleza feminina com sucesso, realização pessoal, merecimento, amor e felicidade. Enquanto a existência fora dos padrões é vinculada ao fracasso, à preguiça, falta de popularidade e afeto. Indústrias de cosméticos, academias, salões de beleza, spas e clínicas de cirurgias plásticas investem milhões para nos vender o sonho da “perfeição”. Na mídia, mostrar as características reais dos corpos femininos tornou-se o maior dos tabus. Maquiagem, manipulação de imagens e Photoshop são a regra para nos iludir quanto à aparência de modelos e celebridades na onda do “é possível ser perfeita, só não consegue quem não quer”.

Quando o corpo da mulher, o corpo real, passou a ser proibido? Não pode mostrar dobras, marcas, pêlos, estrias, celulites, rugas, tudo que a gente tem, que todo mundo sabe que tem. É um antagonismo surreal: sabemos que o corpo é corpo, mas acreditamos que ele é aquele plástico que nos vendem nas revistas.

Miga: ninguém é daquele jeito.

Aquilo não é nada mais que uma mentira.

Simple assim.

Desconstruir conceitos é um processo. Um processo trabalhoso, demorado, não é fácil e pode ser doloroso. Mas nada é pior do que a dor constante da busca por uma ilusão. Uma luta que não se pode ganhar, pois dentro desse conceito a gente não pode nem envelhecer mais. E, acredite, todas vamos envelhecer. O que queremos é envelhecer em paz com nossos corpos, nossas curvas, nossas marcas, pois, a partir do momento em que travamos uma luta contra nós mesmas, a gente já perdeu.

Trégua para com esse corpo que nos traz tanta coisa boa! Ele nos leva para tantos lugares incríveis, nos proporciona sentir um abraço, um beijo, a chuva no rosto, a água do mar, o sol, a brisa, o sexo, a vida. Nosso corpo merece ser amado!

É esse o processo que venho trabalhando através da fotografia, um processo de encontro, de reconhecimento, de perdão. Vamos perdoar nosso corpo por não ser “perfeito”. Através disso conseguimos retirar a culpa que nos foi entuchada goela abaixo pela sociedade e compreender que, na verdade, não há o que perdoar. Que é ok sermos de verdade, não sermos bonecas de cera. É ok termos dobras, cicatrizes, estrias, tudo que mostra as experiências que passamos na vida. É ok ter mais quilos do que dizem por aí que deveríamos ter. E é ok ter menos também. Não é uma competição, estamos todas nessa luta juntas.

Compreendemos também que esse processo é uma luta diária. Como fomos tão bombardeadas pelas repressões e julgamentos durante tanto tempo, eles foram absorvidos em nosso subconsciente de forma muito profunda. Assim, a desconstrução também leva tempo. A semente é plantada e precisa ser regada todos os dias, várias vezes por dia. E é ok quando a gente não conseguir.

Quando a gente acordar se detestando, a gente pode lembrar que não é fácil mesmo. E aí a

gente continua tentando. E a gente vira mais gente. E essa mais gente cria uma rede de apoio, de resistência, de empatia, porque amar nosso corpo numa sociedade que praticamente nos obriga a odiá-lo é um ato revolucionário.

Assim, eu considero meu trabalho mais do que um ensaio fotográfico, trata-se de um ritual. Há todo um processo no qual procuro conduzir a união da mulher com seu próprio corpo e registrar esse momento em forma de imagens. Imagens que são poderosas, capazes de iniciar um processo de uma beleza ainda desconhecida até por nós mesmas. Isso porque uma sociedade composta de mulheres que se amam, se consideram capazes, confiantes e empregam seu tempo e sua energia não para conquistar o tão irreal corpo “perfeito”, mas sim para criar, realizar, questionar e descobrir uma série de outras coisas tem uma força inimaginável. Uma sociedade de mulheres livres, fortes e realizadas é o maior perigo para o patriarcado.

Por isso, migas, a revolução será feminista.

Será não, já está sendo.

E nós estamos construindo isso juntas.

Deh Mussolini:

Graças a esta ideia incrível da Revista AzMina e da Maria Ribeiro, eu tive a oportunidade de dividir momentos e reflexões sobre o corpo da mulher no mundo. Objetificação, exigência de perfeição estética, ditadura da beleza, autoestima baixa...tudo aquilo que dividimos entre nós, mulheres, nos nossos círculos e encontros.

Falo diariamente em canção, poesia, diálogo e retórica sobre a liberdade do corpo feminino, feminismo, empoderamento, em viés material e espiritual, principalmente no meio musical e de repente me vi ali, nua, tendo que encarar de frente o que ainda não superei: as minhas cicatrizes, o que ainda considero feio e flácido, as marcas da maternidade... Foi difícil, bateu neura pós sessão de fotos e foi INTENSO!

Ver a coragem das outras manas em se expor, as palavras de encorajamento da Maria linda, lembrar que se quero liberdade, devo começar a me libertar, para além do discurso. Encarar a mim mesma! Vamos lá, eu sou corajosa, somos corajosas!! Quero me amar cada dia mais, sem me importar com qualquer “defeito” físico. Olhar pra cada parte do meu corpo e não ver feiura, ver um grande instrumento de trabalho, de relação, de prazer, de estar aqui, agora!

Aline Xavier:

Despudorar a alma, literal e metaforicamente. Como ela está inteiramente ligada ao corpo, o processo passa pelo físico também. E é essa a proposta desafiadora da Maria Ribeiro, revelada ao mundo por meio do que chamo de retratos de afirmação e resistência.

“Como assim ousa?” – era o que as minhas vozes internas desconexas discorriam, numa sincronia quase que mentalmente destrutiva. “Quem é você?” – senti um peso nas costas. O que pretende atingir com isso? – escutava e não tinha sequer meia resposta. Não preciso (e talvez nem deva) calar os meus diálogos internos e desconcertados. De repente, a ideia é deixá-los passar livremente pelo meu consciente, e permitir que reprogramem o seu curso. E não tentar expurgá-los a qualquer custo. Mas também não adotá-los como verdades de estimação e abastecê-los com pequenas porções de suprimento de três em três horas.

Visualizar a própria imagem é um desafio pra muitas. É muito fácil se encolher atrás de ângulos, utilizar um super filtro da porra pra amenizar o que consideramos defeitos e revelar para o mundo (considero as redes sociais um universo, na verdade) o que mais nos agrada. Não que uma ou outra coisa que não gostemos na aparência não possa aparecer de vez em quando (discordo horrores de quem diz que só postamos o lado “bom” da gente e da vida), mas aquilo que é muito desconfortável, que sangra sem derramar, raramente submerge.

Imagens (coloridas, principalmente) captadas por quem enxerga além do externo é uma surra de exposição. Que foi absolutamente necessária e relevante para parte do meu processo de reconstrução (ou construção) de uma autoestima minimamente saudável.

Esse caminho é longo. Em alguns casos, eterno. Um eterno desaprendizado de tudo que foi imposto às mulheres de forma doutrinadora. Mas que pode ser questionado e desconstruído em pequenas doses diárias. Afinal, resistimos pra isso. Resistimos pra existir com significado e transformar o mundo e os padrões (de beleza, mas não somente) através do nosso próprio universo.

Resistimos porque apenas existir e (sub)viver não faz sentido.

Pabline Félix

Apesar do que querem nos tornar, existimos.

Olha, sorri. “Mel dels”. A alegria de se ver livre numa foto.

Olha de novo. Repara no nariz meio torto. “E essa pele? Devia ter colocado uma maquiagem direito”. Percebe a postura nada adequada. Conta e reconta uma série de insatisfações. Além da boca torta, claro. Entra na cota-imperfeição que todo mundo tem, afinal, “ninguém é perfeito”. “Mas aí chega, né? Boca torta e pele oleosa é demais”. E aí pára.

A cabeça gira dez mil vezes para sintonizar finalmente a voz da afirmação pessoal. É que é difícil ouvir esse som tão tímido quando tantas outras vozes – da publicidade, das revistas, das novelas, da religião e até da política – gritam em favor dos padrões, dos estereótipos. Em favor de um mundo fictício e opressor.

Mas se esse som ainda é tímido, é também potente, porque se alimenta e cresce diariamente n(d)as conversas, leituras, debates e reflexões. Se transforma na convivência com outras mulheres, naquilo que se chama empoderamento feminino, uma revolução que se torna real na vivência individual e que só se torna viável se manifestado coletivamente. Se alimenta também de experiências, como a de ser fotografada seminua – e, ao ver a imagem, decidir se achar linda apesar dos desvios, apesar dos julgamentos. Apesar das expectativas. Apesar.

Sou Pabline Cota Felix, tenho 29 anos e desde que nasci lido com o “apesar”. A falta de um nervo do lado esquerdo do rosto faz com que eu tenha a boca torta. “Quase normal, sabe, apesar da deficiência”. Apesar disso, bonita, mas “melhor não passar batom que é pra não destacar esse seu defeito”, disse a maquiadora que me preparou para o meu baile de formatura da faculdade.

Pois apesar do que decidiram nos tornar, existimos. Bonitas não “apesar”, mas “com” tudo aquilo que nos tornam quem somos. Formas humanas com inteligência e sentimento, com relações em construção, com significância. Somos mulheres que existem e precisamos ser respeitadas por isso. E também precisamos nos respeitar. Aceitar a existência complexa das formas e personalidades das outras e de nós mesmas – certamente a parte mais difícil dessa tarefa.

E é por isso que, hoje, ostento (quase sempre) o batom vermelho, que me lembra que as diferenças precisam ser valorizadas, e não escondidas. Por isso a bicicleta, que me serve como bandeira por uma forma mais amigável de circular na cidade. Por isso o cabelo curto.

Por isso os seios pequenos.

Por isso as pernas.

Por isso os braços.

Por isso a barriga.

Por isso o sorriso, torto, com o qual resisto.

Por isso o feminismo

O título, logo de início, estabelece uma relação semântica importante, que será desenvolvida ao longo de toda a argumentação da autora: a existência de corpos *fora do padrão* – o que implica a existência de corpos que estão no padrão –, tornando o ato de amá-los um desafio. Nesse processo, o texto mobiliza uma quantidade muito grande processos relacionais, que buscam representar não necessariamente o corpo feminino, mas a interação que estabelecemos com ele. Quando o corpo está diretamente implicado no processo, seja como participante ou circunstância, tem-se um predomínio dos processos mentais, como em ‘*Nosso corpo merece ser amado*’ e ‘*Diante dos padrões estéticos impostos pela mídia, somos programadas a concluir que nosso corpo está longe de ser como deveria*’.

Os processos mentais realizados nesses contextos são sempre emotivos – expressam sentimentos ou afeição – ou cognitivos – que focam o que é pensado pela Experienciadora. Nessas orações, o corpo aparece, majoritariamente, ocupando a posição de fenômeno, seja realizando o papel de coisa/entidade – quando ocorre em grupos nominais – ou de ato/fato – quando ocorre em orações projetadas. Assim, essas orações são mobilizadas para apontar a maneira como a mulher deve se relacionar com o seu ‘*corpo real*’, ou seja, como ele deve ser sentido, pensado ou desejado por ela, conforme é possível observar nos trechos a seguir:

(4) [...] sabemos que o corpo é corpo, mas acreditamos que ele é aquele plástico que nos vendem nas revistas

(5) Vamos perdoar nosso corpo por não ser “perfeito”.

Constroem, assim, novos sentidos para esse corpo no mundo da consciência, buscando modificar a percepção que as mulheres têm acerca dele.

Quando ocorre em processos materiais, as orações produzidas apresentam aquilo que o corpo pode (ou não) realizar no mundo, como *mostrar* suas *imperfeições* e *levar* a mulher a diferentes lugares. Nesse percurso transformativo ou criativo, o corpo ocorre, na maior parte das vezes, na posição de ator, modificando o mundo, ou de circunstância, contribuindo para contextualizar a transformação/criação que está sendo representada pela oração, conforme é possível observar nos fragmentos abaixo:

(6) [O corpo] Não pode mostrar dobras, marcas, pêlos, estrias, celulites, rugas, tudo que a gente tem, que todo mundo sabe que tem

(7) Ele [esse corpo] nos leva para tantos lugares incríveis

Percebam, assim, como o corpo, mais uma vez, é configurado como um ser autônomo no mundo – que não é propriamente a mulher ou a travesti. Ao contrário do que alguns poderiam argumentar, não há uma relação metonímica aqui – o todo pela parte –, em que o corpo representaria a mulher. Ao contrário, os dois aparecem como entidades distintas, sendo representados de maneira distinta. A mulher é aquela que *perdoa*, *acredita*, *ama*; o corpo é aquele que *se mostra* e que *leva as mulheres*, que *nos proporciona sentir um abraço*.

Em relação aos processos relacionais, quando o corpo aparece diretamente implicado neles, constrói-se, com grande frequência, uma representação negativa acerca desse corpo, mostrando uma avaliação feita pela sociedade, conforme pode ser observado nos excertos a seguir:

(8) Na sociedade em que vivemos, o corpo da mulher é o primeiro alvo de ataques.

(9) Na mídia, mostrar as características reais dos corpos femininos tornou-se o maior dos tabus.

Nesses casos, o corpo é apresentado como algo fora do padrão, longe das expectativas até mesmo da mulher que o possui, proibido de ser e acontecer, uma vez que não se enquadra nos planejamentos pré-determinados pelos discursos hegemônicos. Enquanto corpo '*fora do padrão*', ele é '*tabu*', '*alvo de ataques*', '*proibido*', '*longe de ser como deveria*', '*é corpo*'.

Por meio, majoritariamente, desses três processos, esse texto configura o corpo como algo que gera *insegurança*, mas precisa ser *reconquistado*, *reencontrado*, *amado*; algo que precisa ter *direito à existência* e *à liberdade para ocupar o espaço que quiser e ser como lhe aprouver*, construindo as seguintes relações em torno do corpo perfeito e do corpo fora do padrão (Quadro 21):

Quadro 21. Relações semânticas em torno do corpo perfeito e do corpo fora do padrão

Corpo perfeito	imposto por um padrão estético; inalcançável; idealizado; perfeito; sob medida para ninguém; escravizador; obediente; submisso; relacionado ao sucesso, à realização pessoal, ao merecimento, ao amor e à felicidade; sonho; ilusão; de plástico; uma mentira; boneca de cera;
Corpo fora do padrão	um desafio a ser amado; possui gordura, marcas da maternidade e da paralisia; alvo de ataques; tabu; proibido; cheio de dobras, marcas, pelos, estrias, celulites e rugas; vinculado ao fracasso, à preguiça, à falta de popularidade e de afeto; envelhece; precisa de uma trégua; merece ser amado; é de verdade; amá-lo é um ato revolucionário; somos obrigadas a odiá-lo;

Podemos observar, a partir dos dados apresentados no Quadro 14, que o *corpo fora do padrão* é identificado como o primeiro alvo de ataques, o maior dos tabus, proibido de aparecer socialmente, o que leva as mulheres a quererem

transformar seus corpos, seja para enquadrá-los nos discursos hegemônicos, seja para construir uma união com ele – implicando o corpo e a mulher como duas entidades separadas: é o corpo que age no mundo, não a mulher por meio dele. Para a autora do texto, fomos condicionadas a entender que nosso corpo não é padrão; portanto, é proibido ele se mostrar como é, com suas características, o que torna o ato de amá-lo revolucionário. Desse modo, o foco recai sobre como devemos nos comportar em relação ao nosso corpo, como devemos nos relacionar com ele. Mas esse *dever* ainda é construído apenas no campo da consciência, sem acessar, de fato, a realidade, transformando-a.

Em contraste, o texto busca configurar o *corpo perfeito* como uma irreabilidade, como algo praticamente inalcançável, o que gera uma frustração nas mulheres que se mobilizam para alcançá-lo. Esse *corpo perfeito* é apontado como sendo de plástico, vendido apenas pelas revistas, resultado de mutilações, esforço, investimento de tempo, vontade, dinheiro e energia. Em relação ao corpo fora do padrão, o campo das relações semânticas mobilizadas se volta para entendê-lo como algo que nos proporciona coisas boas e que, nesse sentido, deve ser perdoado por não ser perfeito, deve ser abraçado como algo com o qual queremos envelhecer em paz.

É importante destacar, aqui, os pronomes que especificam o corpo feminino: ‘nosso’, ‘esse’ e ‘seu’. Temos apenas uma ocorrência de um pronome demonstrativo ‘esse’, que delimita a relação que existe entre o corpo e a mulher, posicionando-o próximo a ela, algo que não é propriamente a mulher. Além disso, a recorrência de negações também é bastante alta. Elas são mobilizadas para corrigir as percepções socialmente dadas acerca do corpo *fora do padrão*, trazendo sempre a voz dos discursos masculinistas, que se configura em torno de um *corpo perfeito*, para negá-la, apontando-a como uma *mentira inalcançável* que apenas gera frustrações. Para finalizar, mais uma vez, temos a recorrência do advérbio de negação ‘*não*’ com função corretiva, uma vez que busca corrigir uma informação ou pressuposto equivocados em relação às representações recorrentes do corpo feminino.

5.1.4 Texto 4. Nós, Mulheres negras, queremos o fim da Globeleza

O texto *Nós, mulheres negras, queremos o fim da Globeleza*, de Djamila Ribeiro e Stephanie Ribeiro (Quadro 22), foi publicado na revista digital *AzMina*, em 29 de janeiro de 2016. As autoras são ativistas do feminismo negro no Brasil, discutindo temas relevantes para o combate ao preconceito e ao sexismo contra o corpo negro. Alguns dias antes da publicação desse texto, em 26 de janeiro de 2016, a revista *AzMina* tinha divulgado, em seu site e em sua página do Facebook, uma videoreportagem que gerou grande polêmica ao mostrar a reação de mulheres de New Orleans (Estados Unidos) à vinheta da *Globeleza*, com comentários que variavam desde ‘*Elas (as mulheres brasileiras) deveriam ficar ofendidas (por este comercial)*’ a ‘*É muito machista!*’, passando pela percepção de que ‘*Eles nunca fariam isso com um homem*’. O vídeo em questão teve mais de 168 mil visualizações e quase três mil compartilhamentos. Um ano depois, em 2017, pela primeira vez na história da *Globeleza*, a Rede Globo apresentou uma personagem vestida (Figura 22), que teve uma grande aceitação por parte do público da emissora e de ativistas feministas.



Figura 22. Globeleza 2017 (Foto: Ramón Vasconcelos/TV Globo).

Quadro 22. Texto Nós, mulheres negras, queremos o fim da Globeleza**Nós, mulheres negras, queremos o fim da Globeleza**

Por Djamila Ribeiro e Stephanie Ribeiro

É necessário entender o porquê de se criticar a Globeleza. Não é pela nudez em si, tampouco por quem desempenha esse papel. É por conta do confinamento das mulheres negras a lugares específicos

Mulata Globeleza não é um evento cultural natural, mas uma performance que invade o imaginário e as televisões brasileiras na época do Carnaval. Um espetáculo criado pelo diretor de arte Hans Donner para ser o símbolo da festa popular, que exibiu durante 13 anos sua companheira Valéria Valenssa na função superexpositiva de “mulata”. **Desde a década de noventa a personagem segue à risca o mesmo roteiro: é sempre uma mulher negra que samba como uma passista, nua com o corpo pintado de purpurina, ao som da vinheta exibida ao longo da programação diária da Rede Globo.**

Para começar o debate em torno dessa personagem, precisamos identificar o problema contido no termo “mulata”. A palavra de origem espanhola vem de “mula” ou “mulo”: aquilo que é originário do cruzamento entre espécies. Mulas são animais nascidos do cruzamento dos jumentos com éguas ou dos cavalos com jumentas. Trata-se de uma palavra pejorativa que indica mestiçagem, impureza. Mistura imprópria que não deveria existir.

Empregado desde o período colonial, o termo era usado para designar negros de pele mais clara, frutos do estupro de escravas pelos senhores de engenho. Tal nomenclatura tem cunho machista e racista e foi transferido à personagem globeleza, naturalizado. É uma memória triste dos 354 anos de escravidão negra no Brasil.

A mulher negra exposta como Globeleza segue, inclusive, um padrão de seleção estética próxima ao feito pelos senhores de engenho ao escolher as mulheres escravizadas que queriam perto de si. As escravas consideradas “bonitas” eram escolhidas para trabalhar na casa-grande. Da mesma forma, eram selecionadas as futuras vítimas de assédio, intimidação e estupro.

Desde o período colonial, mulheres negras são estereotipadas como sendo “quentes”, naturalmente sensuais, sedutoras de homens. Essas classificações, vistas a partir do olhar do colonizador, romantizam o fato de que essas mulheres estavam na condição de escravas e, portanto, eram estupradas e violentadas, ou seja, sua vontade não existia perante seus “senhores”.

Veja só como isso é verdade: em 2015, a Globo trocou a Globeleza Nayara Justino, eleita por voto popular no programa Fantástico, por uma de pele mais clara, a atual Globeleza Érika Moura, escolhida internamente, já que a primeira “não teria se alinhado à proposta”, segundo eles. Reafirmando “o paladar” eurocêntrico de escolher a mulher negra apta para ser exposta como objeto sexual. **Em outras palavras, pautados por racismo e machismo (de forma velada para alguns, para nós, muito evidente) selecionam quais padrões de negras vão explorar em suas vinhetas seguindo critérios de pele mais clara, traços considerados mais finos e corpo mais esbelto, porém voluptuoso e luxurioso “tipo exportação”.**

Um exemplo dos estigmas que estão colocados sobre os corpos das mulheres negras, e demonstra como funciona a imposição do lugar que devemos ocupar, é o caso da Vênus Hotentote. Seu nome original é Sarah Baartman. Nascida em 1789 na região da África do Sul, ela foi levada, no início do século 19, para a Europa. **Sarah Baartman deu um corpo à teoria racista.** Ela foi exibida em jaulas, salões e picadeiros por conta de sua anatomia considerada “grotesca, bárbara, exótica”: nádegas volumosas e genitália com grandes lábios (uma característica presente nas mulheres do seu povo, os khoi-san). **Seu corpo foi colocado entre a fronteira do que seria uma mulher negra anormal e uma mulher branca normal, a primeira considerada selvagem.**

A história de Baartman se passou há séculos, mas esse estigma ainda hoje recai sobre nós, negras. **Atualmente vemos um canal influente como a Rede Globo que, por quase 30 anos, expõe mulheres negras nuas a qualquer hora do dia ou da noite no período de Carnaval, negando-se a nos representar para além desse lugar de exploração dos nossos corpos no resto de todo o ano.** Quantas mulheres negras vemos como atrizes, apresentadoras, repórteres nas grades das grandes emissoras?

É necessário entender o porquê de se criticar a Globeleza. Não é pela nudez em si, tampouco por quem desempenha esse papel. Não temos problema algum com a sensualidade, o problema é somente nos confinar a esses lugares negando nossa humanidade, multiplicidade e complexidade. Quando reduzimos seres humanos somente a determinados papéis e lugares, se está

retirando nossa humanidade e nos transformando em objetos.

Não somos protagonistas das novelas — não somos as mocinhas nem as vilãs, no máximo as empregadas que servem de mera ambientação, adereço (inclusive apto ao abuso) para a estória do núcleo familiar branco. Basta lembrar do último papel da grande atriz Zezé Motta na emissora, onde foi a empregada Sebastiana em *BoogieOggie*. Em contrapartida, algumas atrizes como Taís Araujo e Camila Pitanga se destacam, mas não podemos fingir que isso não é por serem jovens e negras com pele mais clara.

Qual será o destino das atuais atrizes negras brasileiras?

Talvez o mesmo das atrizes negras mais velhas e globelezas: o descarte e o esquecimento quando seus corpos não servem mais. A verdade nua e crua é que a Globeleza, atualmente, só reforça um lugar fatalista, engessado, pré-estabelecido para a mulher negra numa sociedade brasileira racista e machista e esse lugar fixo precisa ser rompido, quebrado, começando com o fim desse símbolo/personagem.

Não aceitamos ter nossa identidade e humanidade negadas por quem ainda acredita que nosso único lugar é aquele ligado à exploração do nosso corpo. Não mais aceitaremos nosso corpo refém da preferência e da vontade de terceiros, para deleite de um público masculino e de uma audiência que se despoja do puritanismo hipócrita apenas no Carnaval. Não mais aceitaremos nosso corpo narrado segundo o ponto de vista do eurocentrismo estético, ético, cultural, pedagógico, histórico e religioso. Não mais aceitaremos os grilhões da mídia sobre nosso corpo!

É necessário sair do senso comum, romper com o mito da democracia racial que camufla o racismo latente dessa sociedade. Não podemos mais aceitar que mulheres negras sejam relegadas ao papel da exotização.

Esse Manifesto não só clama pelo fim da Globeleza como nasce da urgência e do grito (há muito abafado) pela abertura e incorporação de novos papéis e espaços para mulheres negras no meio artístico brasileiro. Um novo paradigma precisa despontar no horizonte dos artistas negros sempre tão talentosos, porém, ainda sem o abraço do reconhecimento.

O que falta para mulheres negras, como frisou a americana Viola Davis em seu discurso após ganhar o Emmy, são oportunidades. A construção de novos espaços já vem sendo feita de forma árdua na sociedade real, nas classes pobres, nos coletivos organizados, na juventude periférica, estudantil e trabalhadora onde negras são maioria entre as adeptas de programas como Prouni, ou já são cotistas nas universidades. Entretanto, esse novo lugar ainda não é refletido na mídia, ao menos não da forma mais fidedigna e verossimilhante possível. Fica evidente que não há interesse em nos representar tal qual somos. Parecemos um incômodo e as poucas vozes negras de destaque são maquiadas, interrompidas ou roteirizadas a fim de amenizar nossa realidade e quando não, glamourizar a favela.

Não podemos mais naturalizar essas violências escamoteadas de cultura. A cultura é construída, portanto, os valores dela também o são. É preciso perceber o quanto a reificação desses papéis subalternos e exotificados para negras nega oportunidades para nós desempenharmos outros papéis e ocuparmos outros lugares. Não queremos protagonizar o imaginário do gringo que vem em busca de turismo sexual.

Basta! Já passou da hora!

Ainda que de modo geral, a ocorrência dos processos relacionais seja predominante, quando o corpo ocorre como um dos componentes da oração, a recorrência de processos mentais cognitivos vinculados à polaridade negativa chama a atenção, como podemos observar no fragmento a seguir:

(10) Não aceitaremos nossa identidade e humanidade negadas por quem ainda acredita que nosso único lugar é ligado à exploração de nosso corpo

Essa configuração indica a preocupação das ativistas feministas negras em construir uma mudança de percepção acerca dos corpos femininos negros a partir da negação da maneira como esse corpo é tratado no mundo. Assim, há a configuração de um corpo *selecionado, explorado, refém, agrilhado, narrado segundo o ponto de vista dos outros*, bem como a tentativa de alterar essas concepções sobre o corpo feminino negro, especialmente por meio do uso do processo mental cognitivo *'não aceitaremos'*. A negação, aqui, possui um papel corretivo; por meio delas, as autoras buscam contestar as opressões que são socialmente aceitas como normais em relação ao corpo feminino negro.

Quando o corpo ocorre como um dos componentes dos processos relacionais, ele é, frequentemente, representado como um corpo feminino submetido socialmente, discursivamente e, também, fisicamente. É o que podemos perceber nos excertos a seguir:

(11) Desde a década de noventa a personagem segue à risca o mesmo roteiro: é sempre uma mulher negra que samba como uma passista, nua com o corpo pintado de purpurina, ao som da vinheta exibida ao longo da programação diária da Rede Globo.

(12) Um exemplo dos estigmas que estão sobre os corpos das mulheres negras, e demonstra como funciona a imposição do lugar que devemos ocupar, é o caso da Vênus Hotentote.

Ou seja, os processos relacionais indicam aquilo que o corpo feminino negro é ou aquilo que é atribuído a ele socialmente e, nesse sentido, esse corpo é *estigmatizado, purpurinado, anormal e explorado*. Essas relações semânticas inscrevem o corpo feminino negro na lógica de uma sociedade machista e racista, que o submete, entendendo-o como menor ou possuidor de menos valor que o corpo branco, conforme podemos observar no Quadro 23:

Quadro 23. Relações semânticas em torno do corpo negro

Corpo negro	confinado a lugares específicos; superexposto; pintado de purpurina; estuprado; violentado; vítima de assédio; submetido ao racismo e machismo; selecionado; estigmatizado; anormal; selvagem; explorado; não é protagonista; não é mocinha; descartado; esquecido; refém da preferência nacional; narrado segundo o ponto de vista do eurocentrismo; agrilhado;
-------------	--

A argumentação das autoras gira em torno da submissão do corpo feminino negro, que explorado e apagado, ganha visibilidade apenas por meio de sua hiperssexualização. Esse *corpo feminino negro* é um corpo sempre refém, sempre explorado, sempre descartável, o que, na percepção delas, é claramente exemplificado pela figura da *Globeleza*, a mulata que aparece nua, com o corpo coberto de purpurina, sambando em rede televisiva nacional a qualquer hora do dia ou da noite. Nesse sentido, a argumentação delas caminha em direção a uma *não* aceitação desse ‘*espaço*’ que está reservado socialmente a esse corpo, buscando corrigir as percepções sociais construídas acerca do mesmo. Por isso a recorrência de polaridade negativa é muito maior na segunda metade do texto, já que, argumentativamente, a primeira metade é utilizada para apresentar o espaço reservado a esse corpo na nossa sociedade.

É nesse sentido que o título desse texto se inscreve, indicando que *Nós, mulheres negras, queremos o fim da Globeleza*. Não se trata, de fato, de um clamor pelo fim da personagem carnavalesca da Rede Globo, mas de toda a exploração que ela representa em relação ao corpo feminino negro, agrilhado e violentado ao longo de grande parte da história do Brasil. Aqui, a *Globeleza* representa a mulher negra que era submetida ao bel-prazer dos seus senhores; desnudada apenas para saciar os desejos destes; descartada quando o seu corpo não mais atendia aos padrões desejáveis. As pessoas mais atentas perceberão que, nesse texto, não há uma construção discursiva em torno *do que buscamos em relação ao nosso corpo para o futuro*, mas apenas em torno do que não queremos mais, o que demonstra a urgência dessas mulheres de modificarem a forma como esses corpos são representados socialmente, indicando que a tão almejada *liberdade* desses corpos, supostamente efetivada no final do século XIX, ainda não foi alcançada de fato.

5.1.5 Texto 5. Tour pelo meu corpo

O texto *Tour pelo meu corpo* foi transcrito a partir de um vídeo divulgado no canal *Tá Querida* do Youtube, em 31 de outubro de 2017 (Quadro 24). Com mais de 1,2 milhão de visualizações¹²⁵, o conteúdo, produzido pela ativista Luiza Junqueira influenciou várias outras vlogueiras a produzirem um material semelhante, que foi compartilhado sob a *hashtag* #TourPeloMeuCorpo. Essa mesma *hashtag* também ganhou espaço no *Instagram*, plataforma de compartilhamento de imagens, com várias mulheres expondo seus corpos juntamente com depoimentos sobre a forma como estão mudando a percepção em relação a eles. A ideia por trás desse conteúdo é passar uma mensagem de autoaceitação e amor próprio, valorizando o corpo feminino exatamente como ele é.

Por ser falado, o texto em questão possui algumas especificidades que precisam ser pontuadas aqui. Conforme Jubran (2015, p. 29) esclarece, a construção do texto falado pode dar origem a descontinuidades que, muitas vezes, “subvertem a organização canônica das frases, porém se justificam no âmbito interacional, porque decorrem de necessários reajustes da formulação textual em processo, tendo em vista a eficácia comunicativa”. Para facilitar a análise a ser realizada aqui, apresentarei a oração retextualizada, isto é, quando um texto originalmente oral é transformado em texto escrito, levando em consideração as particularidades na formulação deste. Nesse sentido, é preciso levar em consideração que a retextualização não é um processo natural e interfere tanto no código quanto nos sentidos produzidos pelo texto (MARCUSCHI, 2001).

¹²⁵ Dado de 26 de fevereiro de 2018.

Quadro 24. Retextualização do texto *Tour pelo meu corpo*¹²⁶**Tour pelo meu corpo**

Por Luiza Junqueira

Oi querida! Hoje eu vim fazer um vídeo que eu acredito que seja único no Youtube, eu nunca vi ninguém fazendo isso antes, **eu vou fazer um tour pelo meu corpo**. Por que não? **Eu vou mostrar partes do meu corpo**, não vai dá pra mostrar tudo hoje, **então, talvez, tenha um tour pelo meu corpo parte dois**, e **eu vou contar um pouco da minha relação com cada parte, sei lá, minha relação com o meu corpo**. Hoje em dia que eu sou youtuber, eu recebo muitas e muitas e muitas e muitas mensagens de mulheres, principalmente, maravilhosas e **todas elas odeiam muito o próprio corpo e eu achei que mostrando o meu corpo e o tanto que ele é bonito do jeito que ele é, eu pudesse inspirar você a tentar olhar o seu corpo com um pouco mais de carinho e tentar enxergar a beleza em você, sabe?**

Dá um joinha no vídeo, querida.

Então, a primeira parte que eu vou falar são os meus peitos. Eu pensei muito se eu mostraria os meus peitos, até porque eu achava eles a coisa mais horrível do mundo, eu tinha muito muito repulsa mesmo, eu achava horrível, só que hoje em dia eu amo muito eles. Eu conto toda a história nesse vídeo que eu vou deixar aqui nos cards e esse vídeo eu recebi muitos comentários e eu vi que, tipo, grande parte das mulheres odeiam os próprios peitos, sabe? Então, eu vou mostrar de blusa mesmo porque, infelizmente, na sociedade, as pessoas ainda não conseguiram superar o fato de que as mulheres têm mamas maiores do que os homens. As pessoas não conseguem superar isso, os homens hiperssexualizam, objetificam, acham que se eu tô mostrando o peito eu/obviamente, pra tentar seduzir, é um negócio proibido. Então, eu vou mostrar aqui de blusa mesmo e esses são os meus peitos. Eu achava que eu não podia pegar assim neles, tocar neles, que ia ser algo que eu ia, tipo, tá seduzindo as pessoas. É um negócio proibido. Eu não posso fazer assim com os meus peitos. Isso aqui é proibido, gente. Isso aqui é sensual demais, sensualiza, as pessoas não sabem lidar com isso aqui. Sempre eu adorei ficar fazendo isso aqui, mas não pode, você não pode ficar fazendo isso porque “é muito nojento esse peito mole”. Outra coisa que as pessoas têm que superar, né, gente, peito é mole, peito é mole, a maioria dos peitos são moles, tem peito que não é tão mole, tem peito que é durinho, mas, em geral, é feito de carne e carne costuma ser mole. O peso faz ele cair. Ele, né, fica assim, pra baixo. Acontece que o meu peito tem algo que os meus mamilos, eles ficam muito pra baixo. Meu mamilo também é um micromamilo e o meu peito, ele é aquele peito que não tem a auréola definidinha, ele é aquele que vai meio que se misturando com o resto da pele do peito e isso sempre foi uma grande insegurança. Eu queria fazer mamoplastia, porque eu precisava ter a auréola redonda e pequena e tem gente que não tem, tem gente que tem a auréola grande, tem gente que a auréola não é definida, ela se mistura com o resto da pele da pessoa e isso é absolutamente normal, tá gente.

Se inscreve no canal e ativa o sininho.

Agora, vamos para ela, a grande rejeitada, as pessoas odeiam tanto, que as pessoas querem que seja negativa. Quem é ela? A barriga. A minha barriga, gente, sempre foi um caso de ódio da minha vida, a minha barriga é grande, é volumosa, marca as roupas e a minha barriga dobra quando eu sento e eu tenho estrias na barriga. A gente cresce aprendendo que a gente precisa ter a barriga negativa. Então, qualquer microbarriga positiva que a pessoa tem já é uma neura. Então, vamo contar a história da minha barriga, né. Eu odiava, porque ela é/ não é uma barriga magra, né? Tem estrias, tem bastante estrias aqui em baixo, inclusive eu adoro ficar passando a mão, e tem essa cicatriz aqui, que foi de apendicite, quando eu tinha quatro anos de idade. Eu tive apendicite e ficou super grave, deu problema, tive que ficar internada maior tempão e, por muito tempo, eu tive essa cicatriz achando mó de boa, sabe, porque eu era mó grata de ter sobrevivido, porque tinha sido mó grave. Só que muita gente ficava falando da minha cicatriz, quando é que eu ia operar a cicatriz, fazer uma plástica na cicatriz e altas coisas sobre minha cicatriz e eu comecei a odiar muito minha cicatriz e o fato de que ela marca nas roupas e tudo. **Só que daí, depois, quando eu comecei a amar o meu corpo e a amar minha barriga, eu comecei a amar minha cicatriz também.** Ela é muito eu, sabe? Tipo, a minha barriga tem essa cicatriz e isso é muito fofo, isso é parte da minha história, sabe? E eu também fiz essa tatuagem de coração aqui pra quando eu olho de cima pra minha barriga eu vejo um coraçãozinho pra lembrar que eu amo a minha barriga e eu me arrependi

¹²⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hDpHE2U4PEk&t=2s>>. Último acesso: 26 fev. 2018.

de ter feito tão pra cima, eu queria ter feito um pouquinho mais pra baixo, mas eu estou planejando tatuar uma coisa nesse espaço aqui, que eu não vou falar o que é. Aguardem os próximos capítulos das minhas tatuagens.

A próxima coisa que eu vou mostrar são algumas das minhas estrias. Eu tenho um vídeo, você pode clicar bem aqui pra ver, um vídeo que eu já falei sobre minhas estrias. Eu tenho muito amor, muito carinho por todas elas, pelo menos eu tento ter, sabe? **Eu me esforço pra ter, eu tento lembrar que ela faz parte da minha história, sabe, faz parte do meu corpo e, sei lá, da fisicalidade da minha vida.** É isso que eu penso. Então, eu aprendi a amar minhas estrias. Hoje em dia, eu gosto muito delas, eu acho todas elas muito fofas. Das primeiras estrias que eu vou mostrar são essas aqui na minha barriga. Elas são meio recentes e elas foram bem vindas, sabe, foi tipo uma das primeiras estrias, tem essas e tem outras que são novas, também, e elas tão sendo bem vindas. **Significa que eu tô mudando, que meu corpo tá mudando, que minha pele tá mudando, que meu formato tá mudando e tudo isso é bem bonito, sabe?** Eu sou aquelas pessoas bem gratidão, gente, eu gosto de achar beleza em tudo. Essas aqui também são, tipo, nas minhas costas, elas também são novas e também foram muito bem vindas, inclusive essa dobra das minhas costas sempre foi algo que eu odiei muito e eu aprendi a amar muito, sabe? Hoje em dia, eu acho muito lindo que faz isso, esse movimento, essa dobra de pele, eu realmente consigo achar muito bonito. **Eu realmente comecei a gostar muito do meu corpo e ver muita beleza assim em coisas no meu corpo que as pessoas em geral acham feias, mas eu tenho muito amor.** Também tem essas estrias aqui, tipo assim, dessa região da minha coxa, que eu não sei se dá pra ver porque faz muitos anos que eu tenho essas estrias, então, elas meio que já não dá pra ver muito, **mas a minha pele aqui ela é toda estriadinha e essa foi uma das coisas primeiras que eu aprendi a amar em relação ao meu corpo, porque eu achei muito lindo.** Uma vez eu tirei uma foto da região da minha coxa cheia de estriasinhas e eu achei muito muito bonito, mesmo, visualmente, sabe, e eu fiquei “caramba, é muito bonito, vou parar de odiar isso” e aí, hoje em dia, eu gosto bastante dessas estrias aqui, elas são bem significativas pra mim.

A última coisa que eu vou mostrar nesse vídeo são as minhas coxas, que, mesma história, gente, nunca gostei, principalmente da parte de cima das coxas. A parte mais próxima do joelho, eu eu gostava das minhas coxas, eu achava elas bonita tal e aí eu usava shortinho pra ir pra praia, um short meio curto assim, que bronzeava só metade da minha coxa e aí, metade pra baixo, era uma coxa bonita e bronzeada e a parte de cima da coxa, ela era branca e cheia de estria e mole e eu odiava e foi uma das coisas que demorou pra mim conseguir quebrar, até porque, pelas minhas coxas serem grandes, elas roçam uma na outra quando eu ando e isso é absolutamente natural, gente, as coxas roçam mesmo uma na outra quando as pessoas andam, enfim, normal. Só que dá muito baixa autoestima, porque as coxas que a gente vê na televisão, nos filmes, nas revistas são as coxas, primeiro, que não encosta uma na outra, né? Segundo, é a coxa inteira tem a mesma cor, uniforme, ela é super roliça, não tem nenhuma celulite, ela brilha, não sei como que faz essas pernas da TV. Então, parece que se você não tem uma coxa assim, você tá errada. **Foi uma das últimas coisas que eu realmente consegui gostar no meu corpo.** Assim, eu tirava foto, mas eu sempre dava uma disfarçada nessa coisa aqui da minha coxa, sabe, que é a parte, que é essa parte interna, assim, que ela é mais mole, tem celulite, se eu faço assim, ela fica assim e trava na outra e eu sempre tive muita vergonha. Já, agora, olhando aqui nas imagens, tá parecendo muito fofa, é uma coxa muito fofa. Tem um leve roxo aqui, que eu não sei o que aconteceu. Eu tenho isso, que **eu sempre apareço cheia de roxo no corpo** e eu realmente não lembro o que foi e é isso, uma coxa normal, tem celulite sim, tem estria sim, ela é mole sim porque é uma coxa absolutamente natural.

Foi um corpo que eu odiei muito, com todas as minhas forças. Em um certo momento da minha vida, **eu decidi que eu não queria mais odiar meu corpo, não queria mais odiar quem eu sou** e eu resolvi tentar começar a amar ele e foi um processo aí de pelo menos pelo menos uns quatro anos que **eu tô nessa de tentar e tentar muito amar meu corpo** e eu acredito que eu consigo sim amar muito ele. **É claro que eu tenho dias ruins, eu tenho recaídas, mas, hoje em dia, eu entendo que muitas das recaídas que eu tenho é porque falta mesmo representatividade de corpos comuns em geral na mídia tradicional, assim, nas propagandas, né, e novelas e filmes e até artistas de música.** Então, falta as pessoas conseguirem enxergar o corpo delas, o corpo normal, nessas pessoas que a gente costuma consumir, né, aí, na indústria cultural. Muitas pessoas me falam, pessoas na rua, pessoas da família, falam coisas sobre meu corpo, inclusive pitacos não pedidos. **Geralmente, uma pessoa dá um pitaco no seu corpo, você não perguntou. Muitas pessoas odeiam muito o próprio corpo e, conseqüentemente, odeiam o corpo da outra pessoa e dá pitaco no corpo da pessoa porque ela ouviu pitaco do próprio corpo.** Enfim, acho que já passou da hora da gente começar a, pelo menos, tentar amar o nosso corpo e começar a ter empatia com a gente mesmo, sabe? A

gente sabe que o nosso corpo é esse, a gente sabe porque ele é assim e a gente sabe que ele é nosso, na verdade, a gente sabe que ele é a única coisa que é só nossa. Então, ao invés da gente ficar odiando e ficar numa luta infinita contra ele, contra a natureza dele é muito bom quando você começa a amar ele, vale muito a pena, não só pela sua saúde mental, como vale a pena também porque você começa a ter mais empatia pelas outras pessoas também e é um processo muito lindo.

Então, compartilha esse vídeo se você achar que essa mensagem é importante pra alguém, **fala aqui nos comentários sobre partes do seu corpo que você gosta ou que você não gosta e quer aprender a gostar** ou que você não gostava e aprendeu a gostar, conta aqui as suas vivências e um beijo, querida.

Assim como nos textos anteriores, temos uma recorrência muito grande de processos relacionais e mentais nesse texto. Entretanto, quando o corpo ocorre como um dos componentes da oração, temos a ocorrência significativa de processos mentais. Em sua maioria, esses processos são emotivos, ou seja, expressam sentimento ou afeição em relação ao fenômeno, como ocorre em *‘Só que daí, depois, quando eu comecei a amar meu corpo’*. Em segundo lugar, temos os processos cognitivos, que apresentam o que o Experienciador pensa acerca do fenômeno, como em *‘Eu achei que mostrando o meu corpo e o tanto que ele é bonito do jeito que ele é [...]’*.

Em todas essas orações, o corpo ocorre como fenômeno, o que indica a necessidade da autora de construir uma nova percepção acerca de seu próprio corpo, seja para dizer que ele precisa ser amado, seja para indicar que ele é odiado ou que deveria deixar de ser odiado, conforme podemos observar nos fragmentos a seguir:

(13) Muitas pessoas odeiam muito o próprio corpo e, conseqüentemente, odeiam o corpo da outra pessoa e dá pitaco no corpo da pessoa porque ela ouve pitaco do próprio corpo.

(14) Eu decidi que eu não queria mais odiar o meu corpo, não queria mais odiar quem eu sou.

A seleção de expressões como *‘não queria mais odiar o meu corpo’* e *‘comecei a amar o meu corpo’* indica que a autora passou por uma mudança de percepção em relação ao próprio corpo, mudança essa que se efetivou apenas na consciência dela, na construção de uma nova realidade mental para se pensar e se relacionar com o corpo.

Assim como ocorre em outros textos analisados anteriormente, o corpo feminino, aqui, é determinado por meio dos pronomes possessivos ‘*meu*’, ‘*seu*’, ‘*nosso*’ e ‘*dela(s)*’. Esse corpo só recebe algum tipo de complemento quanto é retratado como um *corpo normal*. Há, ainda, duas recorrências que se destacam nos dados: a do advérbio de negação *não* e a do advérbio de intensidade *muito*. Conforme indicamos nos textos anteriores, o *não* tem um objetivo corretivo, trazendo uma informação positiva, engajando-se com ela para, imediatamente, negá-la. Há uma negação, aqui, das configurações sociais que circunscrevem o corpo gordo como *abjeto* (BUTLER, 1990; 1993). Quanto ao ‘*muito*’, particularidade deste texto, quando ocorre junto a um processo, age como um reforçador, intensificando os sentidos produzidos, como em ‘*Eu pensei muito se eu mostrar os meus peitos*’ e ‘*Foi um corpo que eu odiei muito*’

No campo das relações semânticas, o corpo gordo é algo sobre o qual se fala ou se conta alguma coisa, algo detestável, mas que com esforço pode começar a ser amado, conforme podemos observar no Quadro 25:

Quadro 25. Relações semânticas em torno do corpo gordo

Corpo gordo (negativo)	odiado; horrível; rejeitado; baixa autoestima; sem representatividade; alvo de uma luta infinita;
Corpo gordo (positivo)	bonito; belo; amado; tatuado; mutável; comum; normal;

Essas relações revelam como o corpo feminino gordo é construído socialmente: como algo a ser escondido e odiado. Entretanto, há uma busca por mudança acerca dessa percepção, com a valorização de aspectos do corpo que, até então, eram compreendidos como feios, como as estrias e a barriga. Há muitas indicações, no texto, de uma *tentativa* de se amar esse corpo ou de começar a gostar dele, conforme é possível observar nos fragmentos a seguir:

(15) [...] eu resolvi tentar começar a amar ele [meu corpo] e foi um processo aí de pelo menos uns quatro anos que eu tô nessa de tentar e tentar muito amar meu corpo e eu acredito que eu consigo sim amar muito ele [...].

(16) [...] acho que já passou da hora da gente começar a, pelo menos, tentar amar o nosso corpo e começar a ter empatia com a gente mesmo, sabe [...].

Entremeados a essa *tentativa*, há indicativos de que a autora já alcançou esse objetivo quando ela utiliza a seguinte oração: '*quando eu comecei a amar o meu corpo*'. Essa incoerência revela que a busca por mudança, a tentativa de se alterar a percepção acerca do corpo feminino e de começar a amá-lo ainda continua a acontecer, ou seja, o objetivo ainda não foi alcançado. Essa conclusão fica clara no seguinte trecho:

(17) É claro que eu tenho dias ruins, eu tenho recaídas, mas hoje em dia eu entendo que muitas das recaídas que eu tenho é porque falta mesmo representatividade de corpos comuns em geral na mídia tradicional, assim, nas propagandas, né, e novelas e filmes e até artistas de música [...].

Assim, há uma batalha efetiva, por parte de ativistas, como a autora do texto, para mudar as percepções e os sentimentos acerca do corpo feminino gordo. Não se trata de uma batalha ganha, nem mesmo por elas, mas que está em curso, com a produção de discursos que dão conta dessa conquista. Nesse sentido, há uma busca por inserir esse *corpo feminino normal* num campo de relações semânticas voltadas para sentimentos positivos, sentimentos como amar e gostar, e retirá-lo – por meio da negação – de um campo semântico em que prevalece um sentimento de ódio em relação a ele.

5.2 OS DIVERSOS CORPOS FEMININOS

Considerando-se que os discursos são modos de representação de aspectos da vida (FAIRCLOUGH, 2003), as (re)configurações semânticas realizadas pelas ativistas (trans)feministas revelam diferentes maneiras de se representar o corpo feminino. Por meio das análises textuais realizadas neste capítulo, apresentarei, a seguir, as diferentes categorias temáticas em torno do corpo feminino que foram mapeadas nos discursos das ativistas (trans)feministas.

5.2.1 O corpo feminino violentado

Em um contexto social como o brasileiro, em que, a cada hora, mais de 500 mulheres são vítimas de agressão física (FÓRUM, 2017), é praticamente impossível para os ativismos (trans)feministas absterem-se de abordar esse assunto. Nesse contexto de vulnerabilidade, existe a constatação de que o corpo feminino é repleto de agressões, considerado um bem público que está à mercê dos usos e abusos impostos pelas relações de gênero desiguais de nossa sociedade. Quando esse corpo também é atravessado pela questão racial, essa violência se acentua mais ainda, o que o leva a ser retratado como refém de uma realidade sócio-histórica que o aprisiona e explora há séculos, conforme ilustra o exemplo a seguir:

(18) Um exemplo dos estigmas que estão colocados sobre os corpos das mulheres negras, e demonstra como funciona a imposição do lugar que devemos ocupar, é o caso da Vênus Hotentote. Seu nome original é Sarah Baartman. Nascida em 1789 na região da África do Sul, ela foi levada, no início do século 19, para a Europa. Sarah Baartman deu um corpo à teoria racista. Ela foi exibida em jaulas, salões e picadeiros por conta de sua anatomia considerada “grotesca, bárbara, exótica”: nádegas volumosas e genitália com grandes lábios (uma característica presente nas mulheres do seu povo, os khoi-san). Seu corpo foi colocado entre a fronteira do que seria uma mulher negra anormal e uma mulher branca normal, a primeira considerada selvagem.

Entretanto, o corpo feminino não é apenas alvo de violências físicas, mas, principalmente, violentado pelos discursos sexistas que o configuram como um objeto sexual e sexualizado, à mercê dos olhares, dos toques e das determinações impostas por outras pessoas que não as próprias mulheres, em geral, homens. Há, por parte das (trans)ativistas, uma compreensão de que elucidar essas violências, sejam elas físicas ou discursivas, é um passo significativo para combatê-las, o que justifica a representação desse *corpo feminino violentado* no discurso das ativistas (transfeministas).

5.2.2 O corpo feminino posicionado

Os campos semânticos que constroem o *corpo feminino violentado* nunca aparecem sozinhos. Diante da percepção de que o corpo feminino não é reconhecido socialmente como pertencente às mulheres e às travestis, há a construção de uma batalha acerca dos mesmos. É exatamente isso o que fica claro no início do texto de Maria Ribeiro (*Como amar nossos corpos? Três mulheres toparam esse desafio conosco*):

(19) Por mais meu que ele seja, preciso reconquistá-lo. Necessito reencontrá-lo. Amá-lo. Conceder-lhe o direito a sua existência, liberdade para ocupar o espaço que quiser, as formas que tiver e a aparência que lhe aprouver.

Assim, estabelece-se uma disputa em torno do corpo feminino, em que as ativistas constroem campos semânticos que afirmam '*esse corpo é nosso*' e, assim sendo, somos nós, mulheres e travestis, que temos o direito de tomar as decisões acerca dele, sejam estas em relação a como se vestir, a como se comportar ou, até mesmo, sobre como se relacionar sexualmente. Essa percepção subjaz um *slogan* recorrente que os ativismos feministas têm utilizado e que aparece no título desta tese: '*Meu corpo, minhas regras*'. O mais relevante, aqui, é a determinação do corpo feminino como algo que pertence à mulher e à travesti.

5.2.3 O corpo feminino que deve ser amado

Uma segunda *frente de batalha* dos ativismos (trans)feministas tem se voltado para a construção de novas possibilidades de relação da mulher e da travesti com esses corpos femininos. Se os discursos hegemônicos constroem relações de ódio e invisibilidade acerca dos corpos que não se enquadram socialmente – e quando mais distante do espectro normativo, vai vulnerável ele está a esses discursos –, há, aqui, uma busca por apresentar esses corpos como *normais e verdadeiros*, passíveis de amor, apesar de estarem *fora do padrão*. Amar esses corpos é compreendido pelas (trans)ativistas como um desafio, uma vez que todas nós,

mulheres e travestis, estamos imersas, desde que nascemos, em discursos que nos impelem exatamente na direção contrária. Conforme aponta o texto de Luiza Junqueira,

(20) [...] acho que já passou da hora da gente começar a, pelo menos, tentar amar o nosso corpo e começar a ter empatia com a gente mesmo, sabe? A gente sabe que o nosso corpo é esse, a gente sabe porque ele é assim e a gente sabe que ele é nosso, na verdade, a gente sabe que ele é a única coisa que é só nossa.

Para Luiza, aceitar o corpo também passa pelo processo de (re)apropriação do mesmo, contestando os discursos masculinistas hegemônicos que buscam configurá-lo como um alvo do ódio feminino. Assim, reclamar a posse sobre o próprio corpo e o direito de representá-lo seria o primeiro passo para que construir relações mais saudáveis entre o *eu* interno e o corpo externo.

5.2.4 O corpo feminino identidade

Para finalizar, a última categoria mapeada entre os dados apresentados neste capítulo é a dos corpos femininos construídos não apenas como posses das mulheres e das travestis, mas também como as identidades delas, uma vez que é por meio de seus corpos que elas são identificadas, posicionadas e posicionam-se socialmente. Nesse caso, a identidade feminina é o corpo e o corpo é a identidade feminina, sendo por meio dessa identificação que essas mulheres e travestis são legitimadas a (inter)agirem nas práticas sociais. Conforme Amara esclarece (21), desconsiderar o corpo desse processo de identificação é apenas mais uma forma de violência:

(21) Dizer que, congelando cérebros, estarão conservando o mais essencial das pessoas é só mais outra dessas violências que se acostumaram a cometer contra nós. Afinal, o que somos nós senão a zona cinzenta no rosto por não termos como arcar com a depilação a laser, nossa mão grande, gogó, ombros largos, testa protuberante, voz característica? O que somos nós senão o genital com que nascemos, espremido numa calcinha apertada, e que tratam como se estivesse estampado em nossa testa? O que somos nós senão esse peito que se recusa a crescer mesmo com doses cavaleares de hormônio? O que somos senão a cicatriz dos socos, facadas, tiros que levamos?

Ainda que o *corpo identidade* apareça apenas no texto que aborda o corpo feminino trans, conforme vimos na análise, acredito que esse seja um dos daqueles *insights* do transfeminismo que, conforme Bettcher (2014) apontou, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento do pensamento feminista como um todo, trazendo novas percepções acerca do corpo. Especialmente pela relação estabelecida no texto entre corpo-identidade e corpo-construção, o que nos remete para a noção de corpos fluídos que configuram as identidades performativas (BUTLER, 1990; 1993).

5.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A análise dos dados deste capítulo é particularmente relevante na medida em que indica como o corpo feminino é (re)configurado de acordo com os diferentes espaços sociais ocupados pelas ativistas que falam sobre ele. Nesse sentido, há uma profusão de sentidos que são atrelados a esse corpo, construindo diferentes categorias temáticas nos quais ele é inscrito. As análises textuais, realizadas com o auxílio da verificação dos processos do Sistema de Transitividade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), mostram que existe, entre as (trans)ativistas, uma necessidade de se construir relações para o corpo, seja para caracterizá-lo ou para identificá-lo. A grande quantidade de processos mentais mobilizados para construir as percepções e os sentimentos das ativistas acerca de seus corpos também chama a atenção, pois indica a necessidade premente que essas mulheres e travestis sentem de experienciar seus corpos femininos de outras maneiras que não aquelas moldadas pelos discursos masculinistas hegemônicos.

Nos textos analisados, fica claro o embate entre percepções que configuram o corpo feminino como um local de exploração, espaço *público*, *deslegitimado* quando não se enquadra nas determinações biologicistas de uma ciência racionalista, *estigmatizado* e *agriolhado*, *odiado*. É contra esses discursos que as ativistas se posicionam, produzindo um outro espaço de fala, seja ele de combate ao que está estabelecido – caso dos textos da campanha #MeuCorpoNãoÉPúblico, de Amara Moira e de Djamila e Stephanie Ribeiro – seja para construir outras possibilidades de

relação com esse corpo retalhado e rejeitado socialmente por tanto tempo – caso dos textos de Maria Ribeiro e Luiza Junqueira.

Nesse sentido, os textos tentam construir um outro campo de relações semânticas para os corpos, no qual eles deixam de ser vistos como algo passível de exploração e exclusão e passam a ser encarados como posse e identidade da mulher e da travesti (e de mais ninguém), passível de amor, cuidado e atenção. Busca-se elucidar um discurso de ódio e abjeção acerca dos corpos femininos com o intuito de negá-lo, de modo que, por exemplo, exibir o corpo feminino gordo num vídeo, com closes nas partes que mais causam constrangimento às mulheres, como os seios, a barriga e as coxas é um enfrentamento social, uma tomada de posição em relação aos discursos já estabelecidos acerca do corpo feminino e, portanto, uma tentativa de mudança em relação ao que está estabelecido. O corpo feminino, seja ele posse individual ou social, deve ser, na percepção das ativistas que assinam os textos analisados aqui, (re)conquistado nessa batalha discursiva pelos sentidos que o atravessam.

Essa percepção vai ao encontro de Fairclough (2003), que aponta que quando diferentes discursos entram em conflito, na verdade, o que está sendo contestado é o poder dos sistemas semânticos hegemônicos. Nesse sentido, ainda que mobilizem as mesmas palavras, esses discursos constroem relações semânticas distintas, que só podem ser mapeadas na conjuntura cotextual e contextual de realização das mesmas. Assim, o *corpo violentado* aparece nos textos das (trans)ativistas apenas para ser contestado, permitindo a configuração de outros sentidos, que conclamam esses corpos a se posicionarem, a se amarem e a se identificarem.

À luz das categorias temáticas estabelecidas aqui, no próximo capítulo, analisarei a representação visual dos corpos femininos, com o intuito de discorrer sobre os discursos que entram em embate na configuração dos regimes de inteligibilidade (trans)feministas.

CAPÍTULO 6

SENTIDOS MULTIMODAIS:

A REPRESENTAÇÃO VISUAL DOS CORPOS FEMININOS

“Sou mulher independente não aceito opressão
Abaixa sua voz, abaixa sua mão
Mais respeito
Sou mulher destemida, minha marra vem do gueto
Se tavam querendo peso, então toma esse dueto
Desde pequenas aprendemos que silêncio não soluciona
Que a revolta vem à tona, pois a justiça não funciona
Me ensinaram que éramos insuficientes
Discordei, pra ser ouvida, o grito tem que ser potente”

MC Carol e KarolConká

Este capítulo tem, como principal objetivo, analisar, da perspectiva da multimodalidade (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006; VAN LEEUWEN; JEWITT, 2008; VAN LEEUWEN, 2005), como a categoria *corpo feminino* está sendo representada visualmente por ativistas (trans)feministas. Conforme foi possível elucidar, com a análise realizada no capítulo anterior, o embate em torno dos processos de significação tem sido uma ferramenta importante para as ativistas (trans)feministas, que buscam, de seus *locais de fala*, (re)configurar os sentidos em torno dos corpos femininos. Nessa arena, o corpo é inscrito em diversos campos semânticos, ora em confronto com os discursos hegemônicos, ora em discursos emancipatórios que propõem novos sentidos para ele.

Para explorar a questão de como os corpos femininos são construídos semioticamente, fizemos um levantamento de imagens em três grandes páginas (trans)feministas do Facebook, todas com cerca de um milhão de participantes: Empodere Duas Mulheres (982.942 curtidas)¹²⁷, Feminismo Sem Demagogia

¹²⁷ Disponível em <<https://www.facebook.com/empodereduasmulheres/?fref=ts>>. Último acesso: 24 set. 2016.

(1.072.324 curtidas)¹²⁸ e Não me Kahlo (1.116.331 curtidas)¹²⁹. No total, 271 imagens compuseram o *corpus* analisado, todas provenientes do álbum *Fotos de Linha do Tempo* dessas páginas, publicadas entre janeiro e julho de 2016. A origem das imagens publicadas nas páginas investigadas é dispersa. Nem todas elas foram produzidas pelas ativistas, sendo que, em vários momentos, elas se apropriam de imagens advindas de outros contextos, recontextualizando-as (BERNSTEIN, 1990; VAN LEEUWEN, 2008)¹³⁰. Nesse sentido, não buscamos, aqui, os sentidos primeiros desses textos multimodais, mas sim aqueles que emergem deles ao serem apropriados pelas ativistas (trans)feministas.

Minha preocupação focou exclusivamente na representação semiótica desses corpos. Assim, utilizo o aparato teórico-metodológico da Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006), analisando como as funções representacional, interativa e composicional são mobilizadas para construir os sentidos veiculados por esses textos multimodais, criando sentidos e refletindo, como parte das práticas sociais, os pontos de vista das suas produtoras/divulgadoras. Levando em consideração as categorias temáticas apresentadas no capítulo anterior, o corpo feminino nessas imagens foi contextualizado de quatro maneiras distintas: (i) como um corpo violentado (fisicamente ou simbolicamente); (ii) como um corpo posicionado; (iii) como um corpo amado; e, por fim, (iv) como um corpo identidade.

De posse dessa categorização, fundamentei as análises deste capítulo nas seguintes questões:

- a) como o corpo feminino é representado em cada uma dessas categorias?
- b) quais as relações que essas representações estabelecem com os discursos – tradicional e emancipatório – acerca dos corpos femininos?

¹²⁸ Disponível em <<https://www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/?fref=ts>>. Último acesso: 24 set. 2016.

¹²⁹ Disponível em <<https://www.facebook.com/NaoKahlo/?fref=ts>>. Último acesso: 24 set. 2016.

¹³⁰ Trabalhando com o contexto pedagógico, Bernstein (1990, p. 184) entende que as mudanças semânticas ocorrem “according to recontextualizing principles which selectively appropriate, relocate, refocus and relate to other discourses to constitute its own order and orderings”. Van Leeuwen (2008), por sua vez, entende que todos os discursos recontextualizam práticas sociais: “In the process of recontextualization, aspects of any of these [actors and their roles and identities, actions and their performance styles, settings, and timings] may be excluded from the discourse or transformed, and recontextualization may also add elements such as purposes and legitimations for the actions” (VAN LEEUWEN, 2008, p. vii).

6.1 OS CORPOS FEMININOS EM TEXTOS MULTIMODAIS

6.1.1 O corpo feminino violentado

6.1.1.1 O corpo feminino violentado fisicamente

O corpo feminino violentado é materializado e inscrito no contexto da violência imputada a ele, conforme é possível observar nas Figuras 23 e 24. Desse modo, as imagens são sempre acompanhadas por legendas linguísticas que explicam o contexto da violência sofrida, seja no corpo da própria imagem – *Não é sexo... quando ela não quer. Sexo sem consentimento voluntário = estupro* (Figura 24) –, seja como um comentário feito no espaço disponibilizado para tal na plataforma do Facebook – *Em menos de 30 dias, mais de 50 travestis e transexuais assassinadas. Dia 29 [de janeiro] dia da visibilidade trans* (Figura 23).



Figura 23. Violência contra a mulher trans (Fonte: Feminismo sem Demagogia).



Figura 24. Cartaz da campanha *Don't be that guy*, da entidade Sexual Assault Voices of Edmonton, traduzido por ativistas feministas para o português (Fonte: Feminismo sem Demagogia)

É possível perceber que, nesse contexto, as participantes representadas não estabelecem contato visual com a interactante, o que, conforme explica Kress e van Leeuwen (2006, p. 124), configura uma imagem de *oferta*, ou seja, uma imagem que oferece a participante à interactante como um item de informação, um objeto de contemplação, impessoalmente, como se ela fosse um espécime à disposição. Desse modo, nas imagens que se inscrevem nessa categoria, as participantes representadas deixam-se ser observadas no contexto da violência sofrida, não demandando da interactante qualquer tipo de reação.

Entretanto, a representação das participantes de um *ângulo frontal*, conforme Kress e van Leeuwen (2006) explicam, demanda um engajamento maior, por parte da interactante, com a violência perpetrada, seja para validá-la ou para criticá-la. Em relação à modalidade, isto é, ao contexto de leitura e codificação, as imagens configuram-se como abstrata-sensorial e/ou naturalística. Na Figura 23, temos uma representação abstrata que tenta se aproximar-se o máximo possível do que compreendemos como atos de violência sobre o corpo, representando um corpo estendido no chão. Entretanto, a modalidade sensorial também constrói sentidos, pois é o uso das cores que configura a violência sofrida, destacando um contexto em que se discute sobre a acessibilidade de pessoas trans* aos banheiros; os sentidos construídos pela imagem indicam que, enquanto essas discussões são fomentadas por pessoas cis que se sentem no direito de discorrer sobre as vivências de pessoas trans*, estas estão sendo violentadas e assassinadas ao acessarem esses espaços.

Na Figura 24, temos uma representação narrativa reacional, em que o olhar da participante representada aponta para um fenômeno que está fora da imagem, silenciosamente clamando por socorro (Figura 24). O *plano fechado* estabelece uma relação mais pessoal com a interactante e há um predomínio da modalidade naturalística. A saliência da participante feminina – representada em primeiro plano e focada – é responsável por dar mais destaque ainda à expressão da participante feminina e evocar interpretações subjetivas na interactante.

6.1.1.2 O corpo feminino violentado simbolicamente

Para além da violência física, temos a violência simbólica¹³¹ (BOURDIEU, 2003) sobre esses corpos, tratados como inadequados, que determina como eles devem ser e/ou aparecer. Trata-se do corpo feminino submetido aos discursos sexistas que o aprisionam em determinadas percepções de feminilidade. No caso

¹³¹ “A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro, etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto” (BOURDIEU, 2003, p. 47).

específico da Figura 25, temos uma representação narrativa reacional transacional, em que a participante olha para o fenômeno (a corda), que está representado na imagem. Vinculados a ela estão os balões que indicam falas que provêm de uma fonte desconhecida, configurando, também, a presença de uma representação narrativa verbal.

Na função interativa, a participante representada não estabelece contato visual com a interactante, sendo sempre representada com o olhar desviado, deixando-se ser observadas. O plano aberto cria uma relação mais impessoal entre a participante e a interactante. O plano *plongée* predomina, estabelecendo uma relação de poder da interactante sobre a participante representada, o que faz a participante representada parecer menor e, desse modo, mais insignificante. Quanto à modalidade, as imagens se configuram, mais uma vez, como abstratas, com uma representação essencial e sem muitos detalhes da participante.

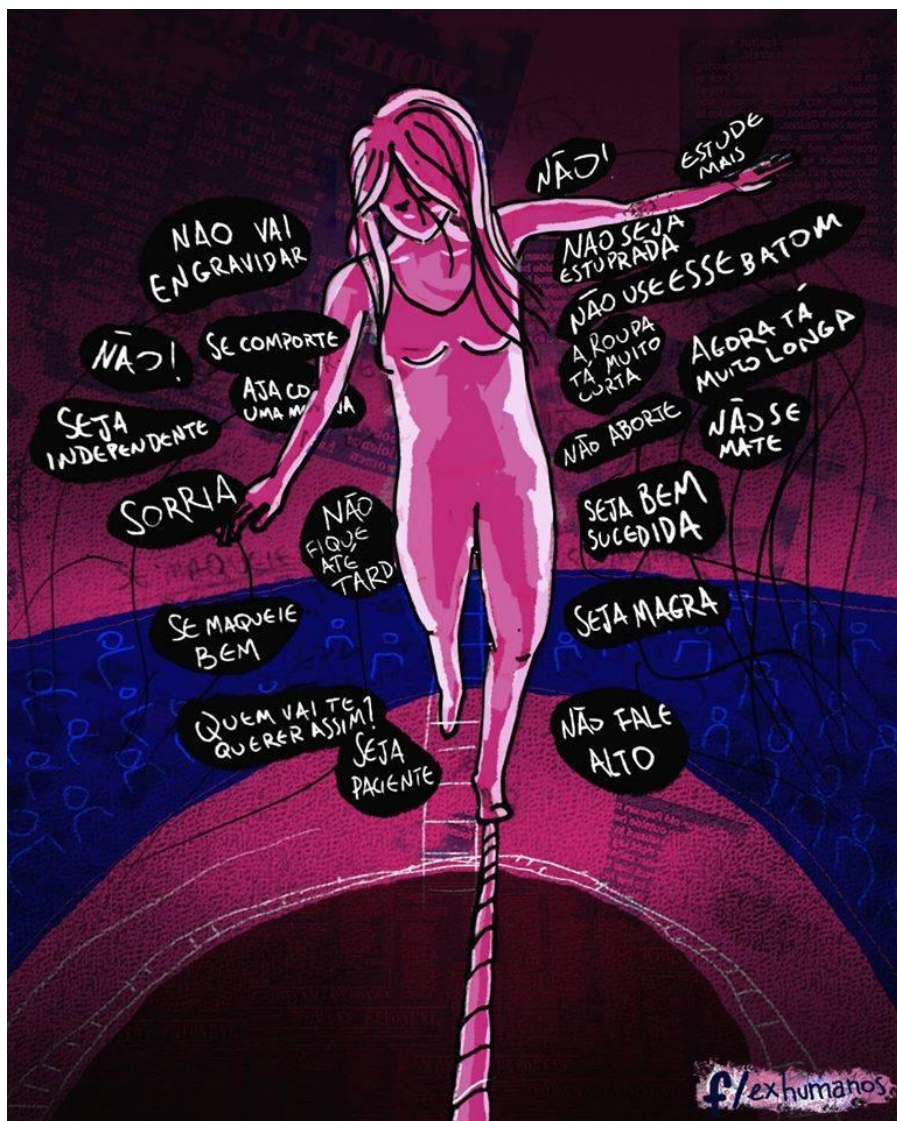


Figura 25. Corpo feminino submetido aos discursos sexistas (Fonte: Empodere Duas Mulheres)

Outra forma de violência simbólica está na representação de mulheres reconhecidas socialmente e com certa projeção que reiteram discursos que, na percepção das ativistas feministas, precisam ser confrontados. Nesse sentido, esses corpos estão sempre descontextualizados, com os discursos machistas proferidos representados linguisticamente e os contra-argumentos ocupando posição de destaque na composição imagética, conforme exemplificado pelas Figuras 26 e 27. A representação narrativa verbal predomina nas imagens e a função composicional a possui grande relevância na produção de sentidos, com o corpo feminino ocupando uma região periférica em relação às falas atribuídas aos discursos (trans)feministas.



Figura 26. Posição da Secretária de Mulheres é contra-argumentado pela atriz Leandra Leal (Fonte: Não Me Kahlo)

Cronômetro da violência contra as mulheres no Brasil

🕒 **5 espancamentos a cada 2 minutos.**

Fundação Perseu Abramo/2010

🕒 **1 estupro a cada 11 minutos.**

9º Anuário da Segurança Pública/2015

🕒 **1 feminicídio a cada 90 minutos.**

Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil (Ipea/2013)

🕒 **179 relatos de agressão por dia.**

Balanço Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher/jan-jun/2015

🕒 **43 mil mulheres assassinadas em 10 anos, 41% em casa.**

Mapa da Violência 2012

Dados compilados no Dossiê Violência contra as Mulheres: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/>



Figura 27. Posição da atriz Fernanda Torres é contra-argumentada por meio de dados do Dossiê de Violência Contra as Mulheres (Fonte: Feminismo Sem Demagogia)

Nas Figuras 26 e 27, as participantes representadas não estabelecem contato visual com a interactante, o que as classifica como imagens de *oferta*, em que a participante representada pode ser observada livremente pela interactante. Nesse sentido, o processo predominante é o reacional não-transacional, uma vez que o fenômeno ou se encontra ausente da imagem, ou está encoberto pelo texto escrito. A representação no ângulo mais diagonal posiciona a interactante às margens daquilo que está sendo representado, criando certo distanciamento em relação à participante representada (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). Quanto à modalidade, nessas imagens há o predomínio da modalidade sensorial, em que o corpo feminino é contrastado, de alguma maneira, com o restante da imagem, seja pelo desfoque proposital (Figura 26), seja pelo apagamento do fundo (Figura 27), criando um contraste que destaca as informações que são destacadas em vermelho sobre o fundo branco.

Entretanto, essas mulheres também podem ser representadas de outras maneiras, como ocorre nas Figuras 28 e 29, em que elas estabelecem contato visual com a interactante, o que configura imagens de demanda.



Figura 28. Reportagem da revista *Veja* São Paulo recontextualizada pelas ativistas feministas (Fonte: Não Me Kahlo)

Não Me Kahlo
Página curtida · 11 de fevereiro de 2016 · 🌐

Denise Abreu, futura candidata à prefeitura de São Paulo pelo PMB (Partido da Mulher Brasileira) disse que a mulher deve ser recolocada "em seu devido lugar": dentro de casa.

Acho que deve ser um problema mesmo que a maioria das pessoas quando vêem um partido que se chama "da Mulher Brasileira" ter o vício de achar que o partido vai ser realmente em prol de mulheres. Ainda bem que Denise Abreu fez questão de esclarecer que não.

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar 👤

👍👎👏 5,3 mil Comentários mais relevantes ▾

2.021 compartilhamentos 579 comentários

Denise M. A. Abreu
há ± 2 semanas

O partido da mulher é anti-feminista. É a resposta necessária para reposicionar a mulher em seu devido lugar, um lugar especial como centro aglutinador da família.

O problema é o vício das pessoas em ouvir a palavra mulher e achar que é feminismo.

Thais Pirez Fala tanto, mas ela mesma saiu "do seu devido lugar" (afinal, onde já se viu mulher na política, não é mesmo?) e não quer ficar em casa, "aglutinando a família". Só um pouquinho irônico né?
Curtir · Responder · 2 a 3 mil

↳ Ver respostas anteriores

Bruna Tukamoto Isso que eu ia falar! hahahaha Anti feminista mas mulher na política?????????!! Como assim, minha filha?
Curtir · Responder · 2 a 154

Escreva um comentário...

Figura 29. Post no Facebook da política Denise de Abreu, candidata do Partido da Mulher Brasileira à Prefeitura de São Paulo, em 2016 (Fonte: Não Me Kahlo).

Essa inconstância na função interacional ressalta ainda mais a relevância, nessa categoria, da função composicional, uma vez que as informações textuais linguísticas são dispostas de forma a ganhar mais destaque na composição imagética. No caso da Figura 28, são elencados os argumentos apresentados pela reportagem em questão para construir a imagem da vice-primeira dama brasileira, Marcela Temer, com um comentário na lateral¹³², que tem o objetivo de ironizar a publicação. No caso da Figura 29, a publicação de Denise Abreu é disposta propositadamente sobre a boca dela. O comentário lateral critica a posição assumida pela candidata do Partido da Mulher Brasileira¹³³.

No contexto dos discursos feministas, essas representações são mobilizadas com o objetivo de elucidar que as mulheres não são intrinsecamente feministas, ou seja, elas podem sim iterar os pontos de vista hegemônicos pela forma como se relacionam tanto com os discursos feministas quanto com os discursos sexistas.

Para muitas feministas, as mulheres são particularmente submetidas aos efeitos da ideologia. De muitas maneiras, é claro que existe uma série de sistemas de crença sobre as mulheres que não se ‘encaixam’ na realidade de suas vidas. Esses sistemas de crença não são apenas impostos às mulheres, mas as mulheres, elas mesmas, ativamente tomam parte neles, apropriando-se deles ou os rejeitando de acordo com seus investimentos e interesses (MILLS, 1995, p. 149, tradução nossa¹³⁴).

Assim, por exemplo, ter uma mulher ocupando um cargo político relevante não significa, necessariamente, um avanço para a agenda feminista, uma vez que o gênero nunca se realiza por si só, mas é sempre contextualizado em uma série de relações – raça, etnia, religião, política, economia – que interferem na maneira como as identidades são performatizadas. O mesmo ocorre quando uma mulher que possui visibilidade utiliza seu espaço privilegiado para iterar discursos sexistas (Figura 27), desconsiderando completamente a relevância dos contextos sociais nos quais ela não está situada.

¹³² Comentário lateral: *Reportagem da veja é um “mimo” à já denominada “quase primeira-dama”.*

¹³³ Comentário lateral: *Denise Abreu, futura candidata à prefeitura de São Paulo pelo PMB (Partido da Mulher* Brasileira) disse que a mulher deve ser recolocada em seu devido lugar: dentro de casa. Acho que deve ser um problema mesmo que a maioria das pessoas quando vêem um partido que se chama “da Mulher Brasileira” ter o vício de achar que o partido vai ser realmente em prol de mulheres. Ainda bem que Denise Abreu fez questão de esclarecer que não.*

¹³⁴ “For many feminists, women are particularly subjected to the effects of ideology. In many ways, it is clear that there is a range of belief systems about women which do not ‘fit’ with the reality of women’s lives. These systems of belief are not simply imposed upon women, but women themselves actively take part in them and appropriate and reject them according to their investments and interests in them” (MILLS, 1995, p. 149)

As representações analisadas nessa seção foram mobilizadas pelas ativistas feministas com o intuito de elucidar como o corpo é estabilizado nos discursos hegemônicos sexistas, ou seja, como algo violável, física e simbolicamente. Ao elucidarem como esses corpos são reprimidos socialmente, as feministas buscam visibilizar as ideologias que estabilizam e mantêm as relações de poder desiguais entre os gêneros em nossa sociedade. Isso acontece porque, conforme Fairclough (2001b, p. 71, tradução nossa¹³⁵) esclarece: “se alguém se torna consciente de que um aspecto particular do senso comum sustenta desigualdades de poder às próprias custas, deixa de ser senso comum e pode deixar de ter a capacidade de sustentar as desigualdades de poder”. É exatamente dessa conscientização que as ativistas (trans)feministas estão atrás ao representarem o corpo feminino contextualizado em situações de violência.

6.1.2 O corpo feminino posicionado

Nessa categoria, temos o corpo feminino assumindo algum tipo de posição ou sendo posicionado contra os discursos que o violentam e/ou reprimem as mulheres e as travestis na nossa sociedade, exemplificado pelas Figuras 30 e 31. Ao contrário das imagens analisadas na categoria ‘*corpo feminino violentado*’, aqui, a participante representada estabelece contato visual com a interactante, o que configura uma imagem de *demanda*. Conforme Kress e van Leeuwen (2006) explicam, nesse tipo de imagem a participante representada demanda que a interactante se engaje em algum tipo de relação imaginária com ela. Nas imagens analisadas, as participantes representadas interpelam a interactante por meio de uma expressão séria e penetrante, exigindo um alinhamento em relação ao que está sendo dito. A mensagem a ser transmitida está indicada no texto linguístico que as acompanha. Verifica-se, assim, a prevalência da função interativa nessas imagens, na qual importa a relação que se estabelece com quem vê a imagem.

¹³⁵ No original: “If one becomes aware that a particular aspect of common sense is sustaining power inequalities at one’s own expense, it ceases to *be* common sense, and may cease to have the capacity to sustain power inequalities” (FAIRCLOUGH, 2001b, p. 71)



Figura 30. Ativista posicionando-se contra a exploração do corpo feminino negro (Fonte: Feminismo sem Demagogia)

"Oi, gente. Eu queria fazer um post elaborado sobre meus tweets de ontem a noite. De verdade, eu nunca entendo por que as pessoas se importam tanto com o que as outras pessoas fazem da vida delas. Eu não uso drogas, eu raramente bebo, eu nunca cometi um crime - ainda assim eu sou um mal exemplo por ter orgulho do meu corpo? Tudo parece sempre voltar pra minha sex tape. Sim, uma sex tape que eu fiz 13 anos atrás. 13 ANOS ATRÁS. Literalmente faz todo esse tempo. E as pessoas ainda querem falar sobre isso? Eu vivi a vergonha e o medo e decidi dizer 'Quem se importa? Seja melhor, siga em frente'. Eu não deveria ter que viver constantemente na defensiva, listando todas as minhas conquistas apenas para provar que eu sou mais do que algo que aconteceu 13 anos atrás. Vamos seguir em frente. Eu segui. Eu sou empoderada pelo meu corpo. Eu sou empoderada pela minha sexualidade. Eu sou empoderada por me sentir confortável na minha pele. Eu sou empoderada por mostrar ao mundo meus defeitos e não ter medo do que as pessoas podem dizer sobre mim. E eu espero que através dessa plataforma que me foi dada, eu possa encorajar o mesmo empoderamento em outras garotas e mulheres pelo mundo. Eu sou empoderada pelo meu marido, que me aceita e me apoia e que me deu uma nova confiança em mim mesma. Ele me permite que eu seja eu mesma e me ama incondicionalmente. Eu me sinto sortuda por ter crescido cercada de mulheres fortes, ambiciosas e independentes. As lições de vida que eu aprendi com as minhas irmãs, minha mãe e minha avó, eu passarei para minha filha. Eu quero que ela tenha orgulho de quem ela é. Eu quero que ela se sinta confortável em seu corpo. Eu não quero que ela cresça em um mundo onde ela é diminuída por aceitar e abraçar tudo que significa ser uma mulher. É 2016. Body shaming e slut shaming - apenas chega. Eu não vou viver minha vida sendo ditada pelos problemas que você tem com minha sexualidade. Seja você e me deixe ser eu. Eu sou mãe. Eu sou esposa, eu sou irmã, eu sou filha, eu sou empresária e estou autorizada a ser sexy. #HappyInternationalWomensDay Kim."



Figura 31. Kim Kardashian refletindo sobre empoderamento (Fonte: Empodere Duas Mulheres)

As participantes são sempre representadas de um ângulo frontal, o que indica que elas demandam um engajamento maior da interactante em relação ao que é dito. O plano médio, por sua vez, com a figura humana cortada em algum ponto entre o busto e os joelhos, sugere uma relação social entre a participante representada e a interactante. Em relação à modalidade, as imagens enquadram-se como naturalísticas, pois focam uma representação fiel das participantes, sem o uso de artimanhas visuais que construam outros sentidos. Trata-se de uma representação de mulheres reais, que pensam sobre seus corpos e se posicionam em relação aos discursos sexistas que tentam subjugar-los.

Nessa mesma categoria, encontram-se os corpos femininos que são posicionados pelas ativistas feministas em suas redes sociais, isto é, mulheres que não necessariamente se enquadram como feministas ou se posicionam em relação aos discursos sexistas que circulam em nossa sociedade, mas que, de alguma maneira, representam discursos combativos, conforme exemplificado pelas Figuras 32 e 33, a seguir.



FABRICANTES FORAM INSTRUÍDOS A EXCLUIR REY DOS PRODUTOS DE STAR WARS

De acordo com um representante da indústria, a falta de Rey nos produtos de Star Wars foi uma ordem direta. A fonte da informação conversou com Michael Bohm, do Sweatpants and Coffee sob a condição de permanecer anônimo.

O informante disse que, durante as apresentações para possíveis produtos em Janeiro de 2015, versões iniciais de diversos produtos apresentados para a Lucasfilm tinham Rey em destaque mas, sob o direcionamento dos executivos, a presença da Rey foi deliberadamente diminuída nas mercadorias planejadas.

Alguns indivíduos ficaram preocupados com a presença de uma personagem feminina nos produtos de Star Wars e, ao longo das reuniões, os produtores dos brinquedos foram ditos expressamente para excluir Rey dos produtos. O informante relatou que escutou “Nós sabemos o que vende. Nenhum garoto quer um produto com uma personagem feminina”.

Ele confirmou também que a Viúva Negra é considerada “sem uso” dentro da indústria de brinquedos. De acordo com o informante, eles disseram que “ela tem um collant preto e justo... Nosso consumidor padrão se preocupa com ‘valores familiares”’.

*empodere
duas
mulheres*

Figura 32. Personagens femininas de filmes de super-heróis são usadas para questionar comportamentos sexistas (Fonte: Empodere Duas Mulheres)



Figura 33. Personagem feminina negra substitui homem branco como “Homem” de Ferro (Fonte: Não Me Kahlo)

Percebe-se, assim, a importância que a função interativa exerce nessas imagens, uma vez que o objetivo central delas está em focar a atenção da interactante naquilo que está sendo dito pela participante representada, demandando uma concordância em relação ao mesmo.

Em relação à função representacional, há o predomínio dos processos verbais e simbólicos sugestivos. Nas imagens, temos a representação da participante e a atribuição de significados à mesma e feita por meio de outros elementos que contextualizam a imagem, nesse caso, o texto linguístico que a acompanha. Apenas desse contexto, é possível indicar que a participante representada posiciona-se (ou representa posições que são) contra os discursos sexistas.

Outra forma recorrente por meio da qual esses corpos são posicionados é por meio do processo verbal, exemplificado pelas Figuras 34 e 35. Nessas, as mulheres são representadas juntas às falas que foram proferidas por elas. O conteúdo ao qual elas são vinculadas está sempre relacionado a discussões das quais se ocupam as ativistas feministas. Desse modo, nessas imagens, não há grande relevância da função interacional e todo o foco recai sobre o processo verbal, ou seja, aquilo que é dito por essas mulheres.

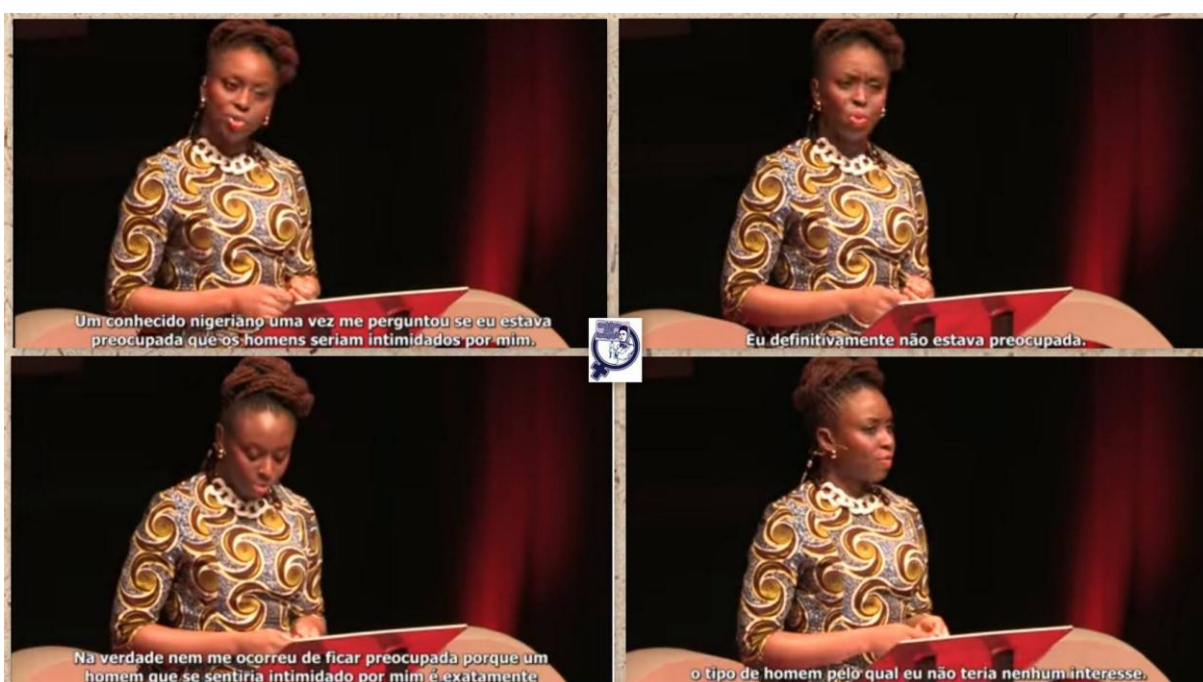


Figura 34. Chimamanda Nigouche em palestra proferida para o evento TDex (Fonte: Feminismo Sem Demagogia)

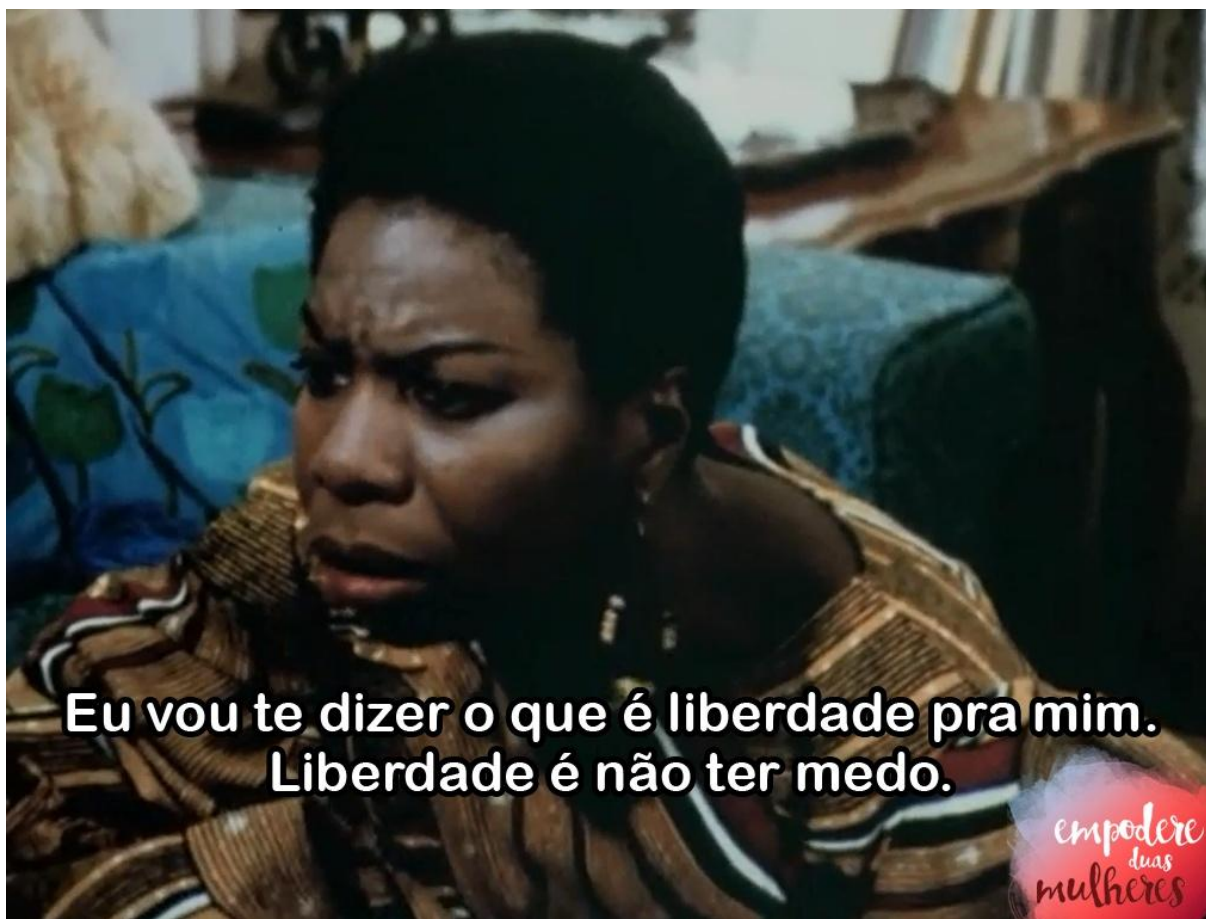


Figura 35. Frase icônica proferida por Nina Simone (Fonte: Empodere Duas Mulheres)

Contextualizadas nas práticas sociais das ativistas feministas, as representações em questão têm um caráter pedagógico, ensinando para as mulheres e para as travestis como elas devem comportar-se diante da repressão imposta pelos discursos hegemônicos. Assim, nessa categoria, a ativista feminista é sempre representada como aquela que elucida os discursos sexistas recorrentes em nossa sociedade, colocando-os em discussão, demandando, por meio da sua representação visual, uma posição das interactantes em relação aos mesmos. Essa representação coaduna com as práticas das feministas contemporâneas, que têm utilizado as novas ferramentas digitais disponíveis para promover o debate acerca das concepções sexistas que submetem o corpo feminino.

6.1.3 O corpo feminino que deve ser amado

Por fim, na última categoria, temos os corpos femininos que devem ser amados. Os sentidos, aqui, são construídos por meio da relação que o corpo feminino representado estabelece consigo mesmo, conforme exemplificado pelas Figuras 36 e 37. Nesses dois casos, os sentidos são, em grande medida, construídos por meio de representações narrativas, com processos acionais em que vetores emanam da participante representada, que realiza uma ação física no mundo (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). Aqui, Ator e Meta confundem-se, pois o corpo realiza uma ação sobre si mesmo, seja para se beijar ou se abraçar. É essa ação representada que constrói os sentidos em torno do *corpo que deve ser amado*, indicando o modo como a mulher deve relacionar-se com o seu próprio corpo.

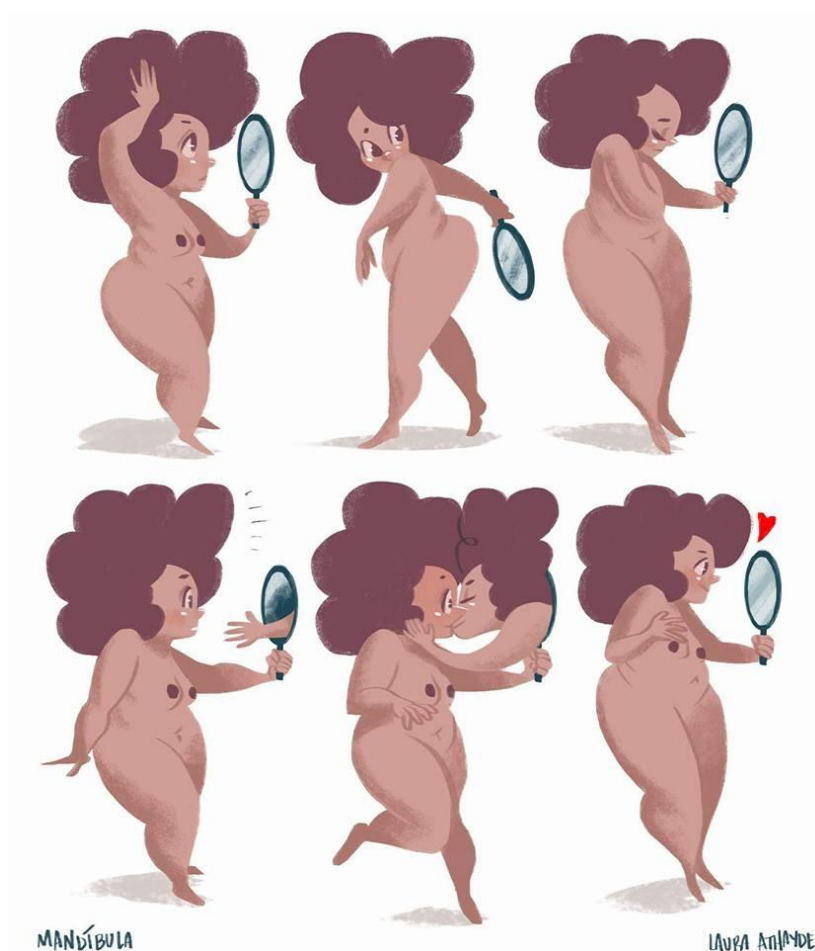


Figura 36. Representação da relação que a mulher deve estabelecer com seu corpo (Fonte: Empodere Duas Mulheres)



Figura 37. Processo acional para representar a relação da mulher com seu próprio corpo (Fonte: Empodere Duas Mulheres)

Nessas imagens, os corpos são representados sempre de ângulos frontais, aumentando a identificação entre a participante e a interactante e o engajamento desta última com os sentidos que estão sendo produzidos pelos textos.

Quando o foco da imagem não está nos processos acionais, o texto escrito exerce um papel relevante na produção dos sentidos, caso das Figuras 38 e 39, em que uma voz onisciente diz à mulher como ela deve relacionar-se com seu próprio corpo. Aqui, a disposição do texto pode ser analisada a partir de uma relação centro e margem, em que o corpo representado ocupa sempre uma posição mais central, que, conforme explicam Kress e van Leeuwen (2006), é a posição do elemento mais

importante, o núcleo da informação. O texto linguístico possui uma posição subserviente a ele, complementando-o.



Figura 38. Representação do corpo feminino que deve ser amado por meio da composição imagética (Fonte: Feminismo Sem Demagogia)



Figura 39. Representação da relação que a mulher deve estabelecer com o próprio corpo (Fonte: Empodere Duas Mulheres)

Outra informação relevante em relação a essa categoria (*o corpo feminino que deve ser amado*) é a modalidade. Todas as imagens, aqui, enquadram-se como naturalísticas-sensoriais, pois buscam representar o corpo feminino— ainda que este esteja sempre descontextualizado —, e, ao mesmo tempo, evocam sentidos relacionados ao prazer que a interactante deve ter em relação ao corpo representado. Entretanto, nenhum dos corpos que se enquadram nessa categoria é representado por meio da imagem fotográfica de uma mulher, o que demonstra que não há uma grande preocupação, por parte das ativistas, com a representação fidedigna dos corpos representados.

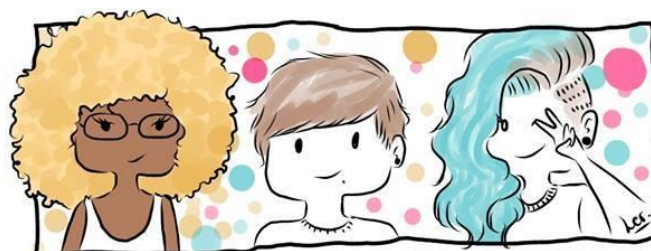
No contexto das práticas sociais das ativistas feministas, essas imagens representam o corpo feminino liberto dos discursos sexistas que o reprimem, que determinam como ele deveria se comportar e relacionar-se consigo mesmo. Nesse sentido, o caráter pedagógico da categoria anterior (*o corpo feminino posicionado contra o sexismo*) permanece aqui, entretanto, com um objetivo diferente, o de fomentar outros tipos de relações entre as identidades de gênero femininas e seus

corpos. Nessa lógica, entende-se que a ativista que ama o seu corpo é aquela que se nega a se submeter aos discursos hegemônicos, não necessariamente assumindo uma posição de enfrentamento, mas voltando sua atenção e sua ação para amar e cuidar do próprio corpo.

6.1.4 O corpo feminino identidade

Para a Gramática do Design Visual, a identificação se deve a um processo de atribuição simbólica configurada, de acordo com Kress e van Leeuwen (2006), por meio de um objeto representado na imagem e não pelo indivíduo em si. Nesse caso, uma peça de roupa associada a valores simbólicos, como o turbante (Figura 40), estabelecerá uma *identidade*. Na minha percepção, essa interpretação coloca a identidade como algo que está fora do indivíduo, como algo que pode ser apropriado, concepção com a qual a presente investigação não coaduna. Não estou a dizer que esses elementos materiais também não contribuam para a construção identitária das pessoas, mas que entender as identidades como resultantes apenas deles é limitado. O turbante, por exemplo, não constrói, por si só, a identidade do corpo feminino negro; esta já está configurada no próprio corpo da mulher negra. Entretanto, essa percepção de que o próprio corpo representado configura, por si mesmo, um processo de construção identitária não é contemplada pela Gramática do Design-Visual e, portanto, não existem categorias de análise visual para a mesma.

"O CABELO IDEAL PARA
O SEU ROSTO..."



...É AQUELE QUE TE FAZ SORRIR
AO SE OLHAR NO ESPELHO.

FACEBOOK: ANOTHER ART BOOK

LETICIA PUSTI

Figura 40. Representação do Processo Simbólico Atributivo na percepção da GDV (Fonte: Empodere Duas Mulheres).

6.2 O CORPO FEMININO ENTRE DISCURSOS

Conforme apresentamos no segundo capítulo desta tese, Magalhães (2008) entende que existem dois discursos históricos de gênero no Brasil: um de controle (tradicional) e outro de liberação (emancipatório). Acerca dessa perspectiva, a autora supracitada esclarece o seguinte:

[o] discurso de controle, derivado da aliança entre o Estado e a Igreja Católica, define-se por efeitos construtivos que se relacionam à assimetria de poder entre homens e mulheres. [...] O discurso de liberação caracteriza-se pela crítica à visão androcêntrica, que foi

realizada pelo Movimento Feminista a partir da segunda metade do século XX (MAGALHÃES, 2008, p. 61-62).

Diante dessa percepção, entendemos que os discursos de controle apresentados por ela remetem àqueles que vêm sendo tratados até o momento como discursos masculinistas; do mesmo modo, os discursos de liberação remetem aos discursos (trans)feministas¹³⁶. Sustentando-me nos dados obtidos por meio das análises realizadas no capítulo anterior e neste capítulo, gostaria de fazer algumas considerações sobre as características de cada um desses discursos, ampliando e esmaecendo as fronteiras entre eles.

6.2.1 Discursos masculinistas

“[E]m qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 1987, p. 118). Esses poderes constroem todos os corpos a agirem e se comportarem de determinadas maneiras; entretanto, recaem com maior intensidade sobre o corpo feminino, pois tem sido por meio dessa materialidade que a dominação do masculino vem sendo justificada ao longo de séculos em nossa sociedade. Desde os antigos gregos, o corpo feminino é configurado como *inferior*, *incapaz* e *imperfeito*, *demonizado* e *aprisionado* a normas e valores que atendem aos interesses dos discursos hegemônicos.

Esses discursos são sustentados, conforme aponta Magalhães (2008), por instituições que exercem controle social, como o Estado e a Igreja. Entretanto, mais recentemente, uma outra *instituição* de controle passou a compor esse cenário: os meios de comunicação de massa. Ao contrário das primeiras instituições, que exerciam um controle direto e explícito sobre o corpo feminino, com determinações claras de como este deveria ser e se comportar, a mídia exerce o poder disciplinar (FOUCAULT, 1987) sobre os corpos por meio de discursos que constroem implicitamente as condições que se deve cumprir para entrar no campo do verdadeiro, não mais falando para esses corpos como eles devem ser, mas

¹³⁶ Uma vez que a presente investigação se sustenta numa percepção feminista da Análise de Discurso Crítica, utilizarei a nomenclatura masculinista e (trans)feminista com o intuito de explicitar as questões de gênero nas ordens do discurso analisadas.

configurando, reiteradamente, por meio das imagens veiculadas, o que é um corpo feminino.

Nesse sentido, os discursos masculinistas sobre os corpos femininos manifestam-se de duas maneiras distintas, que precisam ser discriminadas. A primeira forma é por meio da violência explícita, física ou ideológica, imputada a um corpo como forma de constrangê-lo a determinado *locus* social. Aqui, temos os discursos que inscrevem os corpos femininos como violáveis, construídos como alvos explícitos dos ‘prazeres’ masculinos. Muitos trabalhos recentes abordam a construção desses discursos, como Cardoso (2015).

A segunda forma de manifestação dos discursos de controle sobre o corpo feminino ocorre por meio de uma violência implícita, construída discursivamente como *pressupostos epistêmicos* acerca do que esse corpo é e transmitida pelas práticas de gênero, que são práticas sociais. Essa forma mais sutil de violência imputada ao corpo feminino é, também, mais eficaz, pois produz corpos dóceis e úteis, inconscientes do controle ao qual são submetidos, conforme explica Foucault (1987, p. 118): “[...] esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas formas e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar ‘disciplinas’”. As disciplinas atuam por meio de um poder coercitivo, manipulando os gestos, os comportamentos e outros elementos do corpo sem precisar, necessariamente, da força e da violência física para alcançar a sujeição do indivíduo.

Esse segundo tipo de *discurso masculinista* aparece frequentemente nas práticas das ativistas (trans)feministas, como foi possível observar nas análises textuais e discursivas dos textos no capítulo anterior e das representações visuais neste capítulo. A elucidação desse controle disciplinar sobre os corpos femininos é uma das maneiras por meio das quais elas buscam alterar a lógica da submissão do feminino ao masculino em nossa sociedade.

6.2.2 Discursos (trans)feministas

Vinculados por Magalhães (2008) à crítica realizada pelo feminismo, a partir da segunda metade do século XX, à visão masculinista que sustenta o *savoir faire*

de nossa sociedade, os discursos (trans)feministas são tão antigos quanto os discursos masculinistas. Eles podem ser mapeados, conforme indicamos no Capítulo 3, até mesmo em momentos históricos em que a existência da *mulher feminista* não era reconhecida, como entre os antigos romanos. Inicialmente, esses discursos configuram-se, em uma perspectiva foucaultiana, como *discursos de resistência*, que põem em destaque as relações desiguais de poder (FOUCAULT, 1995). Para esse filósofo, não existe poder sem resistência, pois o poder nunca é uma força única, absoluta, mas uma força hegemônica que se estabelece em meio a inúmeras outras que não cessam de enfrentá-lo constantemente.

As resistências são a possibilidade de ruptura em relação aos poderes instituídas. Isso ocorre porque os discursos de resistência estabelecem uma relação de complementaridade com os discursos hegemônicos, sendo coextensivos a estes, podendo, inclusive, configurar novas relações de poder. Nesse sentido, os discursos (trans)feministas buscam elucidar as desigualdades entre masculino e feminino em nossa sociedade, fomentando uma transformação dessas relações de poder. Para tanto, precisam, constantemente, retomar os discursos masculinistas, trazendo-os para dentro de seu próprio discurso com o objetivo de deslegitimá-los.

Mais recentemente, é possível observar uma reconfiguração relevante nos discursos (trans)feministas, uma vez que eles têm sido mobilizados não apenas para construir oposições às relações de poder que estão estabelecidas socialmente, mas também para fomentar novas relações das mulheres com seus próprios corpos. A resistência, aqui, é implícita e passível de ser mapeada apenas porque há o reconhecimento de uma construção ideológica que estabelece as mulheres como inimigas de seus próprios corpos. É nesse enquadre que se inscrevem os discursos acerca do *corpo feminino que deve ser amado*, conforme apresentamos neste e no capítulo anterior. Nesse sentido, o foco não recai na posição contrária assumida em relação aos discursos hegemônicos – ainda que isto ocorra –, mas na construção discursiva de outras realidades e, portanto, de outras possibilidades de vivências para os corpos femininos.

6.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nos textos multimodais analisados neste capítulo, foram feitas várias observações acerca da maneira como o corpo feminino é representado pelas ativistas feministas. As categorias nas quais esses corpos foram enquadrados, entretanto, são artificiais e não devem ser entendidas como invólucros estabilizadores de sentidos. Desse modo, outras pesquisadoras, com outras perguntas de pesquisa, podem chegar a categorias distintas, contribuindo para o enriquecimento em torno do estudo das representações dos corpos femininos na sociedade contemporânea.

Conforme Fairclough (2003) esclarece, os discursos são formas de representar o mundo que buscam uma identificação ou uma diferenciação com diferentes níveis de abstração. Nesse sentido, foi possível apontar como os discursos acerca dos gêneros – masculinistas e (trans)feministas – configuram os sentidos construídos socialmente acerca dos corpos femininos, o que nos permite compreender que as representações construídas pelas ativistas indicam diferentes prioridades políticas, que não coadunam com aquela representada pelos discursos masculinistas acerca dos corpos femininos. Por isso o enfrentamento, a visibilização dos corpos violentados, o estímulo à autoaceitação.

Dentre as categorias apresentadas neste capítulo e no anterior, a que mais chama a atenção é a dos *corpos femininos que devem ser amados*. Essa concepção foge à imagem recorrente de ativistas feministas apenas como aquelas que se posicionam e enfrentam os discursos masculinistas que estruturam nossa sociedade, construindo um outro campo de ação para os feminismos, entendendo-os como movimentos que fomentam a construção de uma nova realidade e, conseqüentemente, de uma nova sociedade. Há, assim, uma preocupação com a (re)configuração das identidades pessoais das mulheres, manifestada por meio de um discurso que as conclama a acolherem a si mesmas, respeitando aquilo que são interna (o *eu* mesmo) e externamente (o corpo).

Por fim, preciso destacar, aqui, um aspecto que chamou a atenção nos dados analisados: a baixa representatividade das identidades trans*. São raras as imagens que focam a representação de corpos femininos de mulheres trans e travestis. Em geral, elas aparecem apenas quando há uma data específica que justifique a

publicação de imagens representando-as. Julgo que essa baixa representatividade ocorra porque as páginas em que a pesquisa documental foi realizada são geridas por ativistas feministas que buscam representações que possam abarcar todas as identidades de gênero femininas. Entretanto, essa decisão acaba por contribuir, ela mesma, para o processo de invisibilização daquelas identidades femininas que não se enquadram nas normas de perfeição e veracidade estabelecidas pelos discursos masculinistas hegemônicos.

No próximo capítulo, analisarei como esses discursos interferem nos processos de construção identitária das ativistas (trans)feministas.

CAPÍTULO 7

CONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS: VOZES E METÁFORAS NOS CORPOS (TRANS)FEMINISTAS

“Num mundo que odeia as mulheres,
sobretudo mulheres negras, feministas se
reconhecerem nas outras é um ato revolucionário.
Num mundo que destila ódio incessantemente
às feministas, receber amor das outras é resistência.
Deixem as feministas serem amadas”

Djamila Ribeiro

O presente capítulo possui dois objetivos específicos: primeiro, apresentar as vozes (BAKHTIN, 1997a) que são mobilizadas pelas ativistas para legitimar suas (inter)ações sociais, a que discursos essas vozes são atribuídas e como essas mulheres e travestis se engajam com elas; segundo, analisar como as metáforas são mobilizadas para configurar os corpos femininos, interferindo no processo de construção identitária das ativistas (trans)feministas. Conforme Faiclough (2003) esclarece, discursos são inculcados em identidades, de modo que a linguagem utilizada por uma pessoa expressa, de alguma maneira, a forma como ela se identifica no mundo. Nesse sentido, pretendo elucidar como as participantes se posicionam em relação aos discursos apresentados no capítulo anterior e como elas negociam suas identidades de gênero femininas com a maneira como esses discursos configuram os corpos delas.

Conforme apontado anteriormente, os dados analisados neste capítulo foram gerados por meio de três grupos focais realizados com ativistas (trans)feministas entre os meses de dezembro de 2016 e fevereiro de 2017. A transcrição dos dados (Apêndice D) foi feita de acordo com as normas propostas por Magalhães (2000).

7.1 ENGAJANDO-SE COM OS DISCURSOS: AS VOZES QUE ATRAVESSAM OS CORPOS (TRANS)FEMINISTAS

Nesta seção, apresentarei as vozes que estão sendo mobilizadas pelas ativistas (trans)feministas para legitimar as (inter)ações sociais delas e como elas comprometem-se com essas vozes. Para Bakhtin (1997a), a linguagem se caracteriza como dialógica e polifônica, ou seja, os discursos são sempre parte de uma cadeia, em constante interação com outros discursos que vieram antes e que virão depois. Nesse processo interacional, a falante retoma e antecipa diferentes vozes com as quais ela dialoga. Conforme Resende e Ramalho (2006, p. 18) esclarecem,

[e]ssa noção de várias vozes, que se articulam e debatem na interação, é crucial para a abordagem da *linguagem como espaço de luta hegemônica*, uma vez que viabiliza a análise de contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas linguísticas ou determinadas vozes, por exemplo, e articulá-las de determinadas maneiras num conjunto de outras possibilidades.

De acordo com Fairclough (2003), essas vozes podem ser relatadas de quatro maneiras distintas nas falas das pessoas: (i) como discurso direto, em que há uma citação fidedigna da fala de outrem; (ii) como discurso indireto, em que o conteúdo que foi dito por outrem é parafraseado pela falante; (iii) como discurso indireto livre, que se encontra entre o discurso direto e o indireto; e (iv) como relato de atos de fala, em que há a indicação de um ato de fala sem que haja esclarecimento de seu conteúdo.

Para realizar a análise proposta aqui, recorri à Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), perspectiva teórica que explora e descreve a forma pela qual a língua é utilizada para avaliar, adotar uma postura, construir *personas* autorais e lidar com posições interpessoais (cf. seção 3.4.3.1.1). Dei atenção especialmente ao Subsistema do Engajamento, que aborda os recursos semântico-discursivos que “fornecem meios para a voz autoral se posicionar com relação a, e, portanto, se ‘engajar’ com as outras vozes e posições alternativas construídas como parte do atual contexto comunicativo” (MARTIN; WHITE, 2005, p 94, tradução

nossa¹³⁷). Nesse sentido, sustentei as análises realizadas aqui nas seguintes questões:

- a) a quem pertencem as vozes mobilizadas pelas participantes?
- b) a que discursos essas vozes são atribuídas?
- c) como as ativistas (trans)feministas se engajam com os discursos iterados por elas?

7.1.1 Vozes masculinas

As vozes masculinas estiveram muito presentes nas falas das ativistas (trans)feministas. Para introduzir a presença delas, as participantes utilizavam referentes como os grupos nominais ‘os caras’ e ‘os homens’, conforme é possível verificar no fragmento GF1¹³⁸, a seguir:

(GF1) Eh, outra coisa também que eu queria acrescentar nessa questão do desejo, é uma coisa que eu vejo, assim, que: é diferente das mulheres cis. Quando **os caras**, falando de **homens**, assim, de uma de uma relação heterossexual, travestis com homens, especialmente homens cis, quando eles chegam, eles meio que / eh o que eu vejo é que eles fragmentam o nosso corpo, eles não querem um corpo total, eles querem saber o / quais são os atributos do seu corpo que vão importar pra ele. Então, assim, “*Você tem peito? Mostra o seu peito. Ah: você eh fez cirurgia? Não, ah, então eu quero o seu / o seu pau. Ah, então eu quero a sua boca pra fazer isso*”, entendeu. Então, eles / eu vejo que eles não querem um corpo total, todo aquele corpo, eles não querem dar um carinho pra todo aquele corpo, eles não querem, mesmo que seja só sexo, dá um sexo pra todo aquele corpo, entendeu? Acho que eles veem, assim, eles fragmentam nosso corpo em lugares que eles que eles sabem que vão dá tesão pra eles.

Em duas ocorrências distintas desse grupo focal, a voz masculina que atravessa a fala das participantes é identificada socialmente, sendo especificada por meio do substantivo ‘mendigo’, conforme exemplifica o trecho GF2.

¹³⁷ No original: “[...] provide the means for the authorial voice to position itself with respect to, and hence to ‘engage’ with, the other voices and alternative positions construed as being in play in the current communicative context” (MARTIN; WHITE; 2005, p. 94).

¹³⁸ GF é a sigla utilizada para nos referirmos aos excertos textuais retirados das transcrições dos grupos focais.

(GF2) Outro dia eu tava na rodoviária, tipo, de madrugada, tava voltando dum rolê, tava com a maquiagem toda borrada, tava loira ainda, tava com um vestidinho vermelho de de paetê, tava poderosíssima lá, sozinha, de madrugada, na rodoviária, aí passou um mendigo, aí ele me olhando assim, aí ele falou "*Tu vai pro inferno, Maria Padilha*". Cara, aí eu joquei o cabelo (ininteligível). "Maria Padilha!" e todo mundo me olhando, tipo.

Em nenhum momento, durante os grupos focais, as vozes masculinas são introduzidas de forma positiva. Elas sempre aparecem vinculadas às violências imputadas aos corpos das participantes, iterando os discursos masculinistas que configuram os corpos femininos como disponíveis aos olhares, aos toques e aos comentários depreciativos. Nesse sentido, sentem-se no direito de *fragmentar* os corpos das participantes, como em GF1, e deslegitimar as vivências delas, o que ocorre no exemplo GF2.

Quando 'os homens' aparecem de forma *neutra*, sem serem vinculados diretamente a discursos de violência, há o reconhecimento de que eles não usam seus privilégios para questionar os discursos masculinistas recorrentes em nossa sociedade, ou seja, contribuem para a perpetuação de concepções de gênero sexistas. É o que pode ser verificado no excerto GF3.

(GF3) É os homens se unirem e falar, do tipo, "*Não, eu não vou participar do Congresso X ou do evento, da premiação X, não tem mulher lá*". Agora, do tipo, analisando a maturidade que a gente tem hoje, quantas pessoas realmente vão fazer isso? Quantos homens a gente conhece hoje que já abririam mão? "*Não, gente, eu não vou aceitar esse prêmio que vem de uma instituição que não tem mulheres*"

Quanto ao engajamento das participantes em relação aos discursos iterados por essas vozes, com frequência, temos a mobilização de *adjuntos de comentário*, como 'eu acho' e 'eu penso' *realmente* para estabelecer uma posição em relação às falas desses agentes. É o que ocorre em GF1, por exemplo, quando a participante utiliza 'acho' para destacar que essa é a percepção que ela tem acerca de como os homens comportam-se em relação ao corpo feminino, isto é, *fragmentando-o*. Percebam como a relação semântica, aqui, também contribui para construir a avaliação da participante em relação à fala masculina. O corpo fragmentado é apresentado em contraposição a um 'corpo todo', o que, na percepção da participante, indica um processo de desumanização, estabelecendo, assim, uma percepção negativa acerca do discurso associado à voz masculina.

Em GF2, a posição da participante é vislumbrada por meio de elementos pragmáticos, quando, ao narrar um evento em que um homem sentiu-se no direito

de a agredi-la verbalmente, ela indica a reação corporal que teve ao comentário feito – ‘*aí eu joguei o cabelo*’ –, demonstrando o desprezo em relação à opinião manifestada pela voz masculina.

Em GF3, temos dois recursos linguísticos que indicam a posição da participante: o primeiro é o adjunto de comentário ‘*realmente*’, utilizado com o objetivo de persuadir a interlocutora, assegurando alguma coisa como certa; o segundo é a mobilização de uma pergunta retórica que não busca nenhum tipo de resposta, uma vez que esta já está declarada no argumento da participante. Constrói-se, desse modo, o argumento de que nenhum homem abriria mão de seus privilégios para garantir uma sociedade mais equânime para as identidades de gênero femininas.

(GF4) Aí, acho super engraçado eh: homens haters de internet (ininteligível) de casal lésbico, tipo, “*Como vocês transam?*”. Eles não conseguem imaginar: que existe sexo sem pênis

Em GF4, por sua vez, o adjunto de comentário pode ter sido selecionado para apresentar a reação da participante em relação ao pressuposto sustentado pelo argumento sexista atribuído aos homens, que demonstra a incapacidade deles de imaginarem como as mulheres podem manter uma relação sexual entre elas, o que ela considera risível.

Assim, por meio dos exemplos analisados aqui, é possível perceber que as ativistas (trans)feministas *reconhecem* as vozes masculinas com o único intuito de apresentarem as diferentes maneiras por meio das quais os discursos masculinistas procuram constrangê-las socialmente, engajando-se negativamente com os discursos aos quais elas são atribuídas.

7.1.2 Vozes genéricas

Assim como as vozes masculinas, as vozes genéricas, na maioria das vezes, são mobilizadas para iterar os discursos masculinistas que iteram concepções sexistas acerca dos corpos femininos. Nesses casos, elas são introduzidas tanto pelo grupo nominal ‘*as pessoas*’ quanto pelo apagamento total da autoria da fala

citada. Entretanto, conforme veremos adiante, quando essa voz genérica é atribuída às *'ativistas (trans)feministas'*, ela manifesta discursos emancipadores, ou seja, aqueles que se posicionam contra o constrangimento do corpo feminino.

7.1.2.1 'As pessoas'

Nesse caso específico, *'as pessoas'* são aqueles indivíduos que violam o corpo feminino que fala, iterando discursos que deslegitimam a existência e as vivências desses corpos, conforme é possível observar nos exemplos a seguir:

(GF5) Mas, **as pessoas**, elas perdem a noção, assim, tipo e não é só falar, elas tocam em você. Várias vezes, já tocaram no meu peito, tipo, "*Deixa eu ver se é de verdade isso aqui. Ah, é enchimento*". Aí levantaram a minha saia "*Vamo ver se você é depilada*". Já fizeram isso, do tipo, "*Vamo ver se você é mesmo mulher*". Sacou? [Eh, elas tocam, isso já aconteceu várias vezes comigo, e tipo], fora da universidade, dentro da universidade, entendeu?"

(GF6) Também acontece muito: **das pessoas**, sei lá, não acreditem e falarem "*Meu deus, mas como, você era um menininho tão bonito, não sei o que. Como como que isso aconteceu? Não, isso não é normal, não sei o quê*". Essa negação, né, tipo de a forma como você se identifica, a forma como você se expressa é negada por uma coisa que tá no passado, tipo, que já já foi, não era aquilo que me representava, só que as pessoas têm aquilo gravado na cabeça delas e aí, a partir disso, eu até entendo essa coisa de ter que abandonar tudo tudo tudo, porque é uma forma menos dolorida pra gente, porque a gente não vai passar por essas coisas, mas /

Em GF5 e GF6, há o questionamento da veracidade e/ou normalidade do corpo feminino em questão. A não marcação de gênero indica que essa violência é cometida por qualquer indivíduo, independentemente do gênero que ele performatize, o que contradiz a crença recorrente de que os homens são sempre os responsáveis pela iterabilidade de discursos de violência contra os corpos femininos.

A posição das participantes em relação a essas vozes é apresentada por meio de avaliações negativas, como ocorre em GF5, quando elas apontam que essas pessoas *'perdem a noção'*, não apenas porque as violentam verbalmente, mas também porque tocam nelas sem qualquer tipo de permissão; ou, em GF6, em que elas utilizam um marcador linguístico afetivo ao indicar que romper totalmente

os laços sociais com essas pessoas é uma *'forma menos dolorida'* de lidar com os discursos sexistas.

Há apenas um caso específico em que o grupo nominal 'as pessoas' é utilizado de forma positiva pelas participantes, conforme indica o exemplo GF7, a seguir:

(GF7) Então, as pessoas que têm coragem de se expor elas tão ali falando que, do tipo: "O meu corpo também existe e ele é normal".

Entretanto, cabe destacar que, no contexto imediato de realização desse enunciado, estava havendo uma discussão sobre as mulheres que expunham seus corpos com fins ativistas. Nesse sentido, o grupo nominal 'as pessoas', aqui, é facilmente remetido ao referente 'mulheres que expõem o corpo', o que poderia justificar um engajamento positivo com o comportamento delas, manifestado por meio da percepção de que elas demonstram 'coragem' com tal atitude.

7.1.2.2 Vozes indeterminadas

Nesse caso, todas as falas relatadas materializam um desprestígio do corpo feminino, questionando a forma como ele é posicionado nas práticas sociais, conforme indicam os exemplos GF8, GF9 e GF10, a seguir:

(GF8) Eh, na verdade não é o exatamente o meu corpo, né, mas é a forma como ele vai dialogar com o meio social. Então, não sei, eu consigo pensar em algumas coisas um pouco básicas, assim, em termos de ocupar o espaço público, de passar em cer/ passar por certos lugares que talvez um homem não tivesse nenhum receio em passar, mas algumas mulheres sentem receio porque aquele lugar ele é um lugar mais perigoso pra elas do que pra eles, usar um determinado tipo de roupa que ela vai ser julgada porque "ah:: essa essa roupa ela não foi feita pro seu tipo de corpo" ou então: "essa roupa ela é roupa de puta e aí você vai passar uma imagem ruim" ou então, sei lá, esses dias eu vi um post no Facebook, também, de um homem que disse que mulher de Ca/ que vai trabalhar de cabelo molhado passa a ideia de que é vadia. Assim, todos os detalhes dos nossos corpos, eles sempre vão ser enxergados assim, numa perspectiva de: juízo, de culpabilização e tal. Tipo, cabelo molhado, olha a que nível chegamos, né? E outras coisas também, tipo, quantas mulheres já não deixaram de, sei lá, aproveitar a praia com medo de botar biquíni porque as pessoas vão ficar olhando a gordura do seu corpo, vão ficar olhando a estria ou a celulite ou vão olhar que você tem pouco peito ou peito demais. Tipo, tudo é tudo é motivo e: é isso, assim, por enquanto.

(GF9) Esse são um exemplo claro de recorte, por exemplo, e uma das principais, também, diferenças quando a gente fala de fesmi/ feminismo branco e do feminismo negro. A mulher branca que vem duma família tradicional, ela luta por uma libertação sexual. A mulher negra, subentende-se que ela já viveu essa liberdade há muito tempo, porque ela sempre foi um objeto de erotização, um objeto sexual mesmo, né, do tipo ah eh: o recorte da mulher gorda é isso, do tipo assim "*como assim você tem uma vida sexual?*", do tipo assim "*como assim alguém te deseja?*". Comparado com a mulher, tipo, negra, se a mulher negra não tiver numa relação "*como assim você não tá dando pra ninguém?*".

(GF10) Eu acho que, na verdade, não é nem porque ELA tem uma visão padronizada, porque, na verdade, visão padronizada acho que todo mundo tem. Acho que não é porque elas têm mais do que a gente ou nada assim. Na verdade, o que eu acho é que: elas JÁ têm dificuldade de de serem de serem reconhecidas como mulheres. Elas já têm essa dificuldade. Então, se elas começarem a desconstruir a feminilidade normativa, aí é que elas não vão ser reconhecidas nunca, porque, por exemplo, eu tenho várias amigas travestis, várias amigas trans, que na [REDACTED] tem muitas pessoas trans e tal, e, aí:, várias delas falam que elas vivem ouvindo comentário tipo "*Uai, não queria ser mulher? Por que que tá deixando o cabelo crescer o o os pelo da perna crescer?*". Então, elas têm que tão tempo todo se policiando pra que aspectos de masculinidade entre aspas não fiquem visíveis, porque, senão, a identidade delas vai tá o tempo todo sendo questionada "*Uai, mas cê não queria ser mulher?*".

Nesses exemplos, as falas relatadas receberam um destaque e é possível perceber que não há qualquer indicação da voz a quem elas são atribuídas. Percebam, também, como nessa categoria, os aspectos entonacionais foram extremamente relevantes para a indicação das falas alheias, uma vez que não há indicação, por meio do uso de verbos dicendi, dessa introdução. As vozes indeterminadas são sempre mobilizadas com o objetivo de apresentar os discursos hegemônicos acerca dos corpos femininos, que determinam como esses corpos devem ser ou se comportar – vestir-se, relacionar-se sexualmente, agir em relação aos pelos corporais, entre outros aspectos.

A posição das participantes em relação a essas vozes é manifestada por meio de avaliações negativas, seja indicando que o corpo feminino é '*julgado*' ou '*culpabilizado*' pelos discursos iterados, ou que ele é transformado em '*objeto de erotização*' e '*objeto sexual*'. Outro recurso linguístico utilizado para avaliar é o uso da contração dialógica, aspecto do engajamento que é mobilizado com o objetivo de constranger o escopo das vozes apresentadas. Nesse caso, ela ocorre por meio da expressão '*na verdade*', marcando a ênfase na fala da participante e desvalorizando o discurso representado pelas vozes indeterminadas. Há, também, nos exemplos apresentados, a mobilização do adjunto modal de usualidade '*o tempo todo*', o que

sugere a percepção das participantes sobre quão frequente é a submissão dos corpos femininos a esses discursos de controle do corpo feminino.

7.1.2.3 O movimento (trans)feminista

Esse é o único caso em que as participantes dos grupos focais mobilizam uma voz genérica para iterar discursos emancipadores acerca do corpo feminino. Aqui, não há uma identificação clara de quem é a autora da fala citada, sendo esta atribuída a uma abstração, 'o movimento (trans)feminista', conforme podemos observar nos exemplos a seguir.

(GF11) [...] a luta, o movimento transfeminista usa muito disso pra afirmar também pra sociedade que esses corpos existem, sabe, e é mais ou menos isso, assim, que eu vejo é um movimento muito bom e acho que é um movimento que também a gente necessita, né, porque o corpo feminino também, sei lá, ele foi eh negado, muitas vezes, assim, pela sociedade e, muitas vezes, as pessoas olham o corpo feminino e fetichizam, sabe? Eu acho que, assim, **o movimento das mulheres falaram** "*Não, esse corpo é meu, me pertence*", sei lá, às vezes, não precisa ser numa foto ser nu numa exposição, assim, de arte, sei lá. Isso é, acho, muito poderoso também

(GF12) É por isso que eu acho muito foda essa **essa forma de dede militância**, sei lá, de ativismo, sabe, de expor os corpos assim, como:/ falar pra falar "*Esses corpos existem*", sabe, isso é "*Essas pessoas existem*" sabe, e não é pra / não tão aqui pra pra te servir, é porque eles existem numa sociedade e você tem que pensar também existem corpos assim na sociedade e não fetichizá-los e saber que a gente precisa de um convívio, assim, e que o os homens ainda buscam prazer que não tem nada a ver, né, tipo, o sagrado masculino também, ele já fala muito disso, desse / isso daí é o que mais causa impotência é essa esse movimento frenético masculino, sabe, do tipo, eles acham que estão praticando sexo, eles vão proutro, véi, o sexo também é uma parada, assim, muito banalizada, sabe, tipo, é: penetração e pronto, na nossa sociedade, então, sei lá, é uma lógica muito louca, assim que.

(GF13) E aí que o o movimento trans ficou, também, um pouco chocado, assim, aí depois a gente falou "*Não, galera, não precisamos, assim, nos adequar, porque isso é patriarcado, sabe, patriarcado. Então, a gente não precisa, assim, se adequar a um padrão, sabe. A gente pode ser livre, pode ter pelo na perna*", que eu, nossa, pelos, assim, pra mulheres trans, é uma neura, sabe, e aí depois, sei lá, **o transfeminismo**, ele chega falando também "*Ó, se cês / cê é a dona do seu corpo, então faça o que você quiser com ele. Se você não quiser raspar, a perna não raspa, não depila*", sabe, mas também elas [as transfeministas] falam, né, que: um corpo: mais, não tão passável na sociedade vai ser também mais: eh escrachado, sabe, ele vai ser um pouco perseguido, assim, porque as pessoas, sabe, a sociedade ainda tá querendo consumir alguma coisa "*Tá, trans pode existir, mas tem que ser desse jeito, desse modelo*". Então, também tão querendo construir um modelo, sabe, de

trans, então, isso não é legal, sabe, e aí: o transfeminismo tem esse dever, né, e a gente espera que ele desenvolva bem e alcance mais pessoas, porque é uma pauta totalmente nova, até mesmo pras trans, sabe, tipo, ele tem esse dever de chegar pras manas e falar "Não, ó gente, pode ser livre, sabe, a gente não tem que tá seguindo um padrão de mulher ideal que tá aí, imposto pela sociedade".

É possível perceber que as falas das participantes apresentam um movimento capaz de falar sobre e para as mulheres interessadas em ouvi-lo. Nesse sentido, ele tanto se posiciona contra os discursos que constroem o corpo feminino nas práticas sociais (GF 11 e GF12) como produz uma nova realidade discursiva em torno desses corpos para as mulheres (GF13), conclamando-as a serem donas de seus corpos e a fazerem o que quiserem com eles. Esse tipo de voz genérica não é frequente na fala das participantes, sendo que, muitas das vezes, a voz do movimento feminista é atribuída às mulheres feministas, conforme veremos na próxima seção.

Em relação à posição das participantes, as falas do movimento são avaliadas positivamente por meio de expressões como *'muito bom'*, *'muito poderoso'* (GF11) ou *'muito foda'* (GF12), atribuídas às posições que ele assume. Essas expressões são construídas utilizando-se o intensificador *'muito'*, que reforça o comentário proferido pela participante. No último exemplo (GF13), a avaliação da participante é feita pela indicação de como o movimento transfeminista deve comportar-se e que ela espera que ele *'desenvolva bem'* esse dever.

7.1.3 Vozes femininas

As vozes femininas aparecem nos dados dos grupos focais atreladas a dois discursos distintos: iterando discursos de controle acerca dos corpos femininos e iterando discursos emancipatórios. No primeiro caso, essas vozes são introduzidas pelo grupo nominal *'as mulheres'*, mas apenas uma identidade feminina é claramente identificada: *'a mãe'*. Vejamos alguns exemplos dessas vozes a seguir.

(GF14) É meio que: / você não percebe essas coisas com outras pessoas, quando você tá no contexto e em coisas, assim, que você pensa "Ah, isso só acontece só na rua, com pessoas que não têm informação". Não, mas isso acontece dentro da universidade, isso acontece dentro da militância. Eu já percebi, várias vezes, qu / pessoas cis falando coisas pras pessoas trans que elas não fariam: . E elas falam abertamente, assim, tipo:, com o objetivo de acabar com a pessoa, assim, e: e você / igual isso que aconteceu dentro do salão, eh elas já achavam que eu estava errada por ser quem eu era, então, se acharam no direito / legítimas de poderem me tratar de uma forma super agressiva ou, de tipo, já aconteceu várias vezes, eu eu tava uma vez / outra vez num salão, fazendo uma sobrelha e aí um monte de mulheres se juntou pra falar de trans eh, todo mundo sabia que eu era trans, inclusive o cara que é do / que é dono do salão, que é uma / que é bicha também, é viado, que ele é ex-travesti e: e eu ia lá por causa disso, porque ele é super fofo, mas aí ele foi falar que foi pra Tailândia, que lá na Tailândia ele ti tinha visto várias: mulheres, né, e tal, que que faziam aquela coisa de [ficar:]

[...]

De ficar jogando a bolinha com a: com a a

[...]

É. E aí as mulheres lá de dentro do salão ficaram "*Ai, eh mas: era mulher de verdade, porque, na Tailândia, tem aquele povo que: que todo mundo chega, acha que é mulher, mas aí, quando você vai ver, não é mulher de verdade, né, e tem os europeus que chegam lá e olham, ela tá lá, toda montada, bonitona, mas no fim, na verdade, não é mulher, né. É mais mulher do que eu, mas, na verdade, quando você vai ver é homem*". E elas ficavam falando, ficavam falando isso repetidamente, tipo:, falando que / um monte e eu assim, né, tipo, [de frente].

(GF15) Acho que seria totalmente diferente, assim, po / até porque a minha criação foi em igreja evangélica, assembleia de deus, e aí acho que, assim, se tivesse um um um ambiente propenso, que, na verdade, chegou: mais ou menos aos doze anos, que foi quando eu comecei a usar salto da minha mãe, eu roubava os saltos dela, e aí / mas, mesmo assim, eu era reprimida porque minha mãe olhava assim "*Não, isso é de mulher, não sei o quê*" e aí eu eu fico imaginando se:, assim, já já tinha uma abertura pra que eu pegasse os saltos dela e colocasse, mas acho que se tivesse uma abertura ainda maior e seu/ eu tivesse acesso, sei lá, a ao que era a transição, teria sido antes, com certeza.

Em GF14 e GF15, temos as vozes femininas que são trazidas para as interações sociais das participantes com o intuito de reiterar alguma violência simbólica à qual elas tenham sido submetidas. Notem como, em um desses exemplos, a figura feminina que itera os discursos sexistas é a própria 'mãe' da participante que fala (GF15) – nos dados gerados pelos grupos focais, a voz feminina da 'mãe' aparece duas vezes e, em ambas, ela está vinculada aos discursos de controle.

Nessa categoria, também aparecem vozes de mulheres feministas que constroem, de alguma forma, os corpos femininos, como podemos ver no exemplo a seguir:

(GF16) Eu acho que não tem uma, assim, uma/ tem representatividade de, né, dentro do do transfeminismo, mas não tem aquele padrão. "Você, pra ser uma transfeminista, tem que seguir esse padrão", assim, sabe, não, pelo menos assim, nunca olharam na minha cara e falaram, porque, olha, porque, assim, porque é muito cobrado (ininteligível) dentro do movimento transfeminista, assim, e porque também, também tem o movimento não-binário, né, que, muitas vezes, tá entrelaçado com o movimento feminista e, muitas vezes, eh, assim, o que bate mesmo de frente, muitas vezes, assim, pra você/ pra **as trans atacando trans**, assim, é falando "*Cadê sua passabilidade, então?*". Aí cê já fica, "**Meu deus, calma!**". Eh, sabe, esse deslocamento, aí, muitas vezes, muitas trans, né, começam / eu, pelo menos, até eu mesma eh comecei me identificando com não binária. Falei "Não, não: não tenho gênero e não binária e tudo mais". Aí.

A posição das participantes em relação a essas vozes femininas é manifestada por meio de avaliações negativas dos comportamentos dessas mulheres, apontando que eles têm o objetivo de *'acabar com a pessoa'*, *'tratar de uma forma super agressiva'* (GF14) ou de reprimir, em *'eu era reprimida'* (GF15). Há, também, a mobilização de recursos linguísticos modalizadores, como o adjunto modal de grau *'totalmente'* (GF15) para indicar que a vida da participante seria completamente diferente se ela não tivesse sido submetida a esses discursos de controle e do adjunto modal de usualidade *'repetidamente'* (GF14) para indicar a frequência com que elas eram submetidas a esses discursos. Ainda em relação aos recursos linguísticos utilizados para construir a posição das ativistas em relação aos discursos iterados nesses exemplos, temos o uso do expletivo *'Meu deus, calma!'*, indicando a atitude negativa da participante em relação às cobranças de ativistas transfeministas sobre os corpos femininos trans.

Quando aparecem iterando discursos emancipadores, as vozes femininas são representadas assumindo posições contra as práticas sociais que constroem o corpo feminino, conforme podemos observar nos exemplos a seguir:

(GF17) Os homens uhhh, tavam incomodados com a situação, mas ficavam uhh de boa, sabe? Teve um momen / Depois de uns cinco minutos, teve um momento que que a outra **minha outra amiga** que que é mais, ela é casada com o cara, ela é **mais autônoma, mais porra louca**, assim, eh só que a que é hetero é **mais sapatona que a sapatão**, aí ela "*Meu, a moça falou, sai daqui, porra! Cê não tá vendo que que a menina não tá afim de falar contigo. VAZA!*". E aí / Aí depois tava esperando uma ami/ eles queriam ir embora, mas eu tava esperando um amigo: chegar pra pra ir pra casa e aí eles esperaram **lá comigo, ela, no caso**, ficaram lá comigo, ou seja.

(GF18) Mas ainda nesse negócio do nome de verdade, ontem aconteceu comigo o: o inverso. Eh, ali no [REDACTED], as meninas lá me chamam do meu nome de de batismo, né. Aí:, que elas me conheceram antes da minha transição, então eu nunca me incomodei muito com com elas me chamando pelo meu nome civil, o meu nome: de batismo e nunca corrigi. Aí, agora, tem **uma nova menina** lá que que atende (ininteligível), e aí: elas sempre me chamam de X¹³⁹, "Ah, porque esse café é do X", apontando pra mim, aí ela olha:va e ok. Aí, ontem, ela foi me servir um café e aí ela perguntou "*Qual o seu nome?*". Aí, a menina do lado falou "É X, o nome dele". Aí ela falou "*Não, quero saber o nome dela. Qual é o seu nome?*" Eu falei "Luana". Aí ela "Tá vendo só, não é X" (ininteligível). Foi uma situação que eu não esperava.

(GF19) Porque o feminismo é é uma questão de escolha e não sobre regra. Pra que você mulher tenha escolha sobre você, sobre seu corpo, sobre sua vida, né, do tipo, que você faça isso porque você quer e não porque, do tipo, a sociedade te pede. Mas isso, assim, é difícil até você saber o que que é que você quer, o que que a sociedade que tá te pedindo, porque isso é tão impregnado na gente já, né, desde pequena, então, é é muito difícil, assim, se:: eu acredito que já existe uma grande parte da sociedade, principalmente **a mulher que se identifica como feminismo**, é que ela olhou pra si, em algum momento, e viu que precisava, do tipo, "*Não, eu não tô de acordo*", do tipo, "*Eu me enxergo de maneira diferente*", então, o fato de começar a olhar pra si já, tipo, já começa um proce:sso de rompimen:to com esse padrão. E demora.

(GF20) E, quando você faz as pazes com seu corpo, eh: dizendo que, do tipo, todas as mulheres são inimigas do seu corpo, né, porque todas **as mulheres** que passam por um momento de aceitação, elas dizem isso, tipo, "*Eu fiz as pazes com o meu corpo*", ou seja, "*Ele foi meu inimigo, ele foi um problema durante muito tempo*", né.

Nos exemplos GF17, GF18, GF19 e GF20, as vozes femininas são mobilizadas pelas participantes com o objetivo de apresentar como outras mulheres posicionaram-se ativamente contra os discursos sexistas. Nesses contextos, a mulher é frequentemente especificada, seja como 'a amiga', 'uma nova menina' ou 'a mulher que se identifica com o feminismo'. Nessa mesma categoria, também temos a voz feminina especificada como 'minha amiga', que compartilha concepções semelhantes à da participante e é citada com o intuito de reforçar o argumento apresentado por esta, conforme ocorre em GF21.

¹³⁹ O nome de batismo da participante foi suprimido do recorte por motivos éticos, discutidos no Capítulo 4.

(GF21) Ô / Eu fico pensando assim, quem são as pessoas que tão expostas à a a margem, quem são, porque são muito específicas. Eu até tava falando isso com minha amiga, com a: com a Paula¹⁴⁰, eh:, que: ela me falando "*Quando o cara assume uma travesti, ele, geralmente, tem uma autoestima muito baixa, muito baixa*".

[...]

Eh, isso. Então, tipo::, por isso que acontece muito de homens bem mais velhos, que já não tão nem aí pra: pra nada de convenção social, que aí eles eles assumem travesti, assim, assumem mesmo, homens mais velhos e até ricos, assim, fa/ e: desfilam com com as travestis e tal, com as mulheres trans e::, mas você não vê isso na nossa sociabilidade, assim, normal, entendeu, tipo, com as pessoas da nossa idade que não são que não são trans.

A posição das participantes em relação a essas vozes é representada por meio de avaliações positivas, tanto do comportamento quanto dos discursos manifestados por elas. Nesse sentido, a mulher a quem a voz é atribuída é considerada '*mais autônoma*', '*mais porra louca*' ou '*mais sapatona que sapatão*'; é aquela que se posiciona pela participante (GF17) ou que tem uma atitude que a participante '*não esperava*' (GF18). Em outros momentos, os comportamentos avaliados como positivos são aqueles que as mulheres representadas pelas vozes femininas têm em relação a si mesmo, como o fato de ela fazer as '*pazes com seu corpo*' ou passar '*por um momento de aceitação*' (GF19). Quando a voz feminina é utilizada para reforçar o argumento da participante, ela é avaliada positivamente por meio do engajamento com a voz citada, manifestado em GF21 pelo adjunto de comentário opinião '*Eh isso*'.

7.2 MEU CORPO, MINHAS IDENTIDADES:AS METÁFORAS NA CONFIGURAÇÃO DOS CORPOS (TRANS)FEMINISTAS

Conforme apresentado anteriormente (cf. seção 3.4.3.2), a metáfora é uma maneira de representar experiências do mundo com um léxico que remete a outro campo conceitual. Elas atuam como recursos identificacionais porque interferem na maneira como as pessoas se (auto)identificam discursivamente. Desse modo, na presente seção, apresentarei as metáforas que são mobilizadas pelas participantes para configurar os corpos femininos e como elas estão interferindo no processo de

¹⁴⁰ Todos os nomes foram trocados com o objetivo de preservar a identidade das pessoas citadas.

construção identitária das ativistas (trans)feministas. Para alcançar o objetivo pretendido, balizarei esta análise nos seguintes questionamentos:

a) quais metáforas são selecionadas pelas ativistas para representar seus corpos?

b) de que maneira esses corpos metafóricos interferem na maneira como essas ativistas estão performativizando (cf. seção 2.2.5) suas identidades e gênero?

Para tanto, levarei em consideração as representações acerca dos corpos e os discursos que constroem o gênero social em nossa sociedade apresentados anteriormente. Refletirei, também, acerca das práticas identitárias fluidas que caracterizam o contexto da *modernidade tardia* no qual a presente pesquisa se inscreve.

7.2.1 Meu corpo, meus limites

A ativista, aqui, autoidentifica-se como limitada – fisicamente ou discursivamente – pelo corpo que possui. Conforme é possível observar no exemplo GF22, o corpo *representa* as limitações da travesti e da mulher, sendo identificado por meio do processo relacional como o *principal símbolo* da vulnerabilidade feminina. Nessa percepção, o corpo é vinculado a sentidos que o sujeitam, não sendo *considerado passível de respeito* (GF23) ou sendo compreendido como *um convite pra ser tomado à força* (GF24). A expressão ‘*não tem mesmo*’, em GF24, reforça a percepção das ativistas de que seus corpos não lhes pertencem, pois são socialmente constrangidos pelos contextos sociais nos quais eles estão situados.

(GF22) eu acho que o o **meu corpo**, ele representa boa parte das minhas limitações assim. Limitações pra andar no no espaço público e tal, essas coisas que as mu, normalmente, as mulheres passam no dia-a-dia. E, também, eh: é o é o principal símbolo da minha vulnerabilidade, assim. Eh, quando eu penso em porque que eu, sendo mulher, estou vulnerável a algumas violências, porque que eu sou violável, o grande motivo é o ter o corpo que eu tenho. Então, o **meu corpo**, ele é visto como um corpo violável.

(GF23) Assim, (ininteligível). Eh, tem muito essa questão, né, de que nosso corpo não é considerado passível de:: de respeito de::, ah: como é aquela coisa do "meu corpo, minhas regras", com a gente não tem, sabe, não tem mesmo

(GF24) O problema é quem acha que isso é um convite pra o seu corpo ser tomado à força, né.

Há, aqui, a compreensão de que os corpos femininos são objetificados pelas outras pessoas, não tendo qualquer *direito de consentimento* (GF25 e GF26). O *tão*, em GF25, atua como uma gradação de força, ampliando a intensidade desse processo de objetificação, que faz com que os outros se sintam no direito de *tocar, invadir o espaço pessoal e falar mal* das participantes por conta dos corpos que elas possuem. Nesse sentido, o corpo interfere na acessibilidade que as participantes têm no mundo, definindo as *oportunidades* e, por conseguinte, as *portas fechadas* que elas vão encontrar ao longo das práticas sociais. O uso de *por exemplo*, em GF27, indica a necessidade de a participante detalhar, por meio de uma explicação mais esquemática, que cada recorte no qual o corpo é situado leva a diferentes opressões.

(GF25) meu corpo é tão objeto que não ah não não tem direito de consentimento, o que as pessoas fazem com a gente é o que elas querem fazer com a gente e não tão nem aí, querem tocar, tocam, querem invadir seu espaço pessoal, invadem, querem falar mal na sua cara, falam.

(GF26) Eh um tempo atrás eu tava lendo sobre: cultura do estupro e eu li uma colocação muito interessante de que, assim, o corpo da mulher ele é objetificado, mas: se ela usar: esse corpo pra mostrar: que ela existe, que ela tem desejo, ele é vulgarizado, ele não, ele é desvalorizado, ou seja, o corpo da mulher, ele só tem valor se ele não for do tipo requisitado, né? Se não for desejado, tipo assim, se você oferecer, se você mostrar, não tem valor, mas o fato dele não estar disponível faz com que ele se torne um fetiche, né?

(GF27) os nossos corpos também, eles vão definir as nossas relações sociais, as nossas oportunidades. Por exemplo, quando se é um corpo feminino, né, de acordo com o que é tido como feminino, algumas portas vão tá fechadas pra você, se é, se você é um corpo negro e se você é um corpo negro e feminino, outras portas vão estar fechadas também. Então, assim, antes da gente talvez se perceber como aquilo, as nossas as nossas relações sociais, as nossas oportunidades, os nossos caminhos já foram traçados antes mesmo, porque, antes de qualquer coisa, antes de qualquer autoidentificação, a leitura social tá lá, né?

Por fim, há a percepção de que, apesar dessas limitações serem impostas pela sociedade, elas também são negociadas, ou seja, há determinadas limitações que, do ponto de vista das ativistas, precisam ser aceitas para que esse corpo

feminino possa ser considerado legível socialmente. O uso do verbo modal *tem que*, em GF28, indica a obrigatoriedade dessa negociação, ainda que essa percepção seja mitigada, mais adiante, pela gradação de força *mais ou menos*.

(GF28) Não, eu entendo o que ela diz, assim, de: a gente tá em / num processo, né, de caminhada, de construção do corpo e: o limite vai embora, mas, se a gente vai fazer escolhas com **esse corpo**, a gente vai fazer limites com ele também. A gente se limita e a sociedade limita a gente e a gente tem que fazer uma negociação. Acho que mais pensar em limite é pensar numa negociação, assim, tem processos que eu faço que eu não quero manter, como disseram de: depilação ou de passar algum tipo de maquiagem que eu não quero manter depois de eu passar por alguns procedimentos, né, de hormonização e etc., que eu vou deixar eles de lado, mas eu só uso eles agora pra que eu possa ser / pra que os ou os outros possam me ver da forma que eu quero ser vista, entendeu? Então, mais que pensar em meu limite, o limite que as coisas colocam, é mais uma negociação e falar em negociação, também, é: muitos limites, né, que as pessoas vão colocando na gente, que a gente transmite do **nosso corpo** pras pessoas, então, é mais ou menos isso, assim.

Esse último aspecto é extremamente relevante para os processos de identificação configurados por essa categoria, pois revela que existe, por parte das ativistas (trans)feministas, uma conscientização acerca da performatividade de seus corpos, buscando (re)configurá-los ativamente de acordo com as necessidades que elas possuem. É nesse sentido que a presente pesquisa compreende, por exemplo, a busca por *passabilidade* das ativistas (trans)feministas¹⁴¹, como uma *negociação* que se estabelece entre uma mulher trans ou uma travesti que reconhece as limitações dos regimes de inteligibilidade nos quais ela está inscrita socialmente e busca, ativamente, negociar com eles.

Pensar criticamente sobre as limitações impostas pela realidade social na qual essas ativistas estão inscritas, leva a um exercício de reflexividade (GIDDENS, 2000). Assim, ao lidarem com as ideologias e os aspectos estruturais, culturais e sociais que as cercam, as ativistas são capazes de apresentar possibilidades de reinvenção das próprias condições às quais os corpos femininos estão submetidos, fomentando a construção de novas identificações para os mesmos. Nesse sentido, a reflexividade é uma mediadora ativa entre a agência e a estrutura, experiência essencial no processo que leva o corpo a perceber-se, diferenciar-se e transcender as construções estabilizadoras que são disponibilizadas socialmente. É a partir

¹⁴¹ Destacamos esse aspecto devido ao fato de a *passabilidade* do corpo trans ser, muitas vezes, interpretada por diversos ativismos feministas como uma submissão e adequação do corpo trans às normatizações de gênero estabelecidas pelas práticas sociais dominantes em nossa sociedade.

desse exercício de reflexividade que as performatividades são (re)configuradas, possibilitando identidades como a que apresentaremos na próxima seção.

7.2.2 Meu corpo, minha (re)existência

Nesta categoria, a ativista se autoidentifica como *empoderada* a partir da relação que estabelece com seu corpo, sendo este entendido como o *locus* no qual se estabelece uma luta (GF29), portanto, um campo de batalha (GF30). Ao entendê-lo como um instrumento, a ativista marca, por meio do uso do adjunto de intensidade *inclusive*, que ele é, também, um instrumento de resistência (GF29). Na concepção delas, o corpo feminino exposto é tratado como *profano*, podendo ser *julgado e apedrejado* socialmente (GF31), especialmente se ele não se enquadrar dentro das concepções de corpo padrão que são estabilizadas pelos discursos hegemônicos sexistas, percepção indicada pela seleção do adjunto de comentário '*principalmente*' em GF32, ou seja, todos os corpos femininos expostos são *julgados*, mas aqueles que estão fora do padrão são mais *julgados* ainda.

(GF29) Olha,/ atualmente, o **meu corpo** significa/ um meio de resistir, de: e até mesmo de: lutar por uma sociedade que: aceite a diferença. Já foi motivo pra muito ódio, muita auto-estima baixa, mas, hoje em dia, eu entendo ele como um instrumento, inclusive de resistência.

(GF30) **Meu corpo** é um campo de batalha, eh: é um intermédio entre o mundo exterior e o meu mundo interno. Eh: É onde tudo recai, mas onde eu posso vomitar também muita coisa, posso vomitar muita coisa pra fora. Eu costumo falar que:, e depois eu desenvolvo, que é um campo de gente.

(GF31) quando você começa a se libertar um pouco, sabe, aí cê é ameaçada, tipo cê, vei, cê vira uma profana, vira tudo, tudo de ruim, assim, né, a-as pessoas apedrejam mesmo, sei lá, começam a julgar, co/ é pesado, é pesado esse processo, assim, sabe, de deempoderar o **nossos corpos** na sociedade, de falar "Oh, eu sei lá". É por isso que eu acho muito foda essa essa forma de dede militância, sei lá, de ativismo, sabe, de expor os corpos assim, como:/ falar pra falar "Esses corpos existem", sabe, isso é "Essas pessoas existem" sabe, e não é pra / não tão aqui pra pra te servir, é porque eles existem numa sociedade e você tem que pensar também existem corpos assim na sociedade e não fetichizá-los e saber que a gente precisa de um convívio

Apropriar-se desse corpo é, nesse sentido, algo que demanda coragem por parte da mulher ou da travesti e, assim sendo, promove o empoderamento dessas identidades de gênero femininas. É exatamente isso o que as participantes indicam em GF32, GF33 e GF34, por meio da avaliação positiva realizada com as escolhas lexicais *coragem* ou *empoderada* e da gradação de força *muito*. Todas as participantes dos grupos focais indicaram que essa relação de empoderamento com o próprio corpo ocorreu por meio da entrada no ativismo, isto é, da percepção crítica de que as relações de poderes recorrentes acerca dos gêneros sociais eram injustas com elas, conforme podemos perceber no exemplo GF35.

(GF32) Quando você mostra o **seu corpo**, principalmente o corpo que não é o corpo padronizado, da mulher magra, eh: é aquele padrão euro, tipo assim, né, aquela beleza europeia, branca, loira, do olho azul, que é: sensual na medida, mas, né, tipo assim [...] Então, as pessoas que **têm coragem** de se expor elas tão ali falando que, do tipo:, "O **meu corpo**também existe e ele é normal".

(GF33) Eu acho que: também eu não posso, assim, julgar, **acho que é muito empoderado a gente, sei lá, expor os nossos corpos** nessa sociedade, eu também superen/ super te entendi, mana, na hora que você falou que, muitas vezes, não / se cobria toda pra ir pra praia, eu me vi assim, ainda tô nesse processo, porque, vei e sei lá, eu sou um corpo trans

(GF34) Pelo fato de ter sido gorda a minha vida toda, a mulher que tem eh: segurança pra mostrar o **seu corpo**, independente da situação, pra mim **ela é muito empoderada** sabe, do tipo assim, queria EU ter essa segurança, do tipo, eu fui usar biquíni pela primeira vez, gente, com mais de 25 anos, assim, porque, do tipo, eu não me achava uma pessoa do tipo AUTORIZADA a usar um biquíni, tinha que me cobrir, tinha que usar maiô, tu tudo mais. Então, quando eu vejo ass/ as mulheres que expõe os **seus corpos**, estão a vontade com eles, eu **eu me sinto bem por elas**. Eu falo, do tipo assim, "**Que bom que você já se libertou disso**", né?

(GF35) Mas, na adolescência, também é uma fase muito cruel com todo mundo, digo nem só pra pra mulher, pra homem também e foi muito através do feminismo, mesmo, que eu comecei a pensar sobre isso, não veio automático também não. Porque quando o feminismo vem, ele primeiro te caleja, né, pra depois ele fazer você ter um pensamento melhor a respeito disso, porque você se identificava, **quando você descobre o real papel da mulher na sociedade** hoje, **é meio doloroso**, você saber que do tipo, ah você muito provavelmente conhece uma uma pessoa muito próxima sua já foi estuprada, toda sua todas as, boa parte das mulheres de sua família sofreram violência sexual, que é uma coisa que foi naturalizada na nossa sociedade, e você descobrir a nossa doença da sociedade e não a figura do homem como doente, mas é uma sociedade muito doente que normaliza tudo isso.

Do ponto de vista das participantes, esse empoderamento leva a uma liberdade, conforme podemos perceber nos exemplos GF34, GF36 e GF37, com a escolha dos itens lexicais *liberdade* e *libertação*. Além disso, na perspectiva das

ativistas, esse empoderamento também produz outro efeito, o de dar visibilidade aos corpos normais, construindo uma realidade na qual eles são passíveis de existência. Nesse sentido, os processos de identificação dessa categoria configuram o corpo como uma que busca (re)existir socialmente exatamente como ele é, sem a necessidade de adequações ou transformações determinadas por concepções de gênero hegemônicas. Essa luta pela existência é comum a todos os ativismos (trans)feministas, uma vez que a adequação do corpo se impõe a todas as identidades de gênero femininas.

(GF36) A gente precisa empoderar mais nossos corpos, também, olhar no espelho e se sentir bela e acho que, assim, é assim que começa a nossa: a nossa liberdade, do do nosso corpo, é quando a gente olha se sente bem ou, então, saber que a gente tá trabalhando pra ficar tudo bem, sabe, tipo, você se identificar no espelho, você se olhar e se sentir bela, acho que isso / começa sua liberdade assim e: e não seguir padrões de beleza e como essa liberdade do corpo, sabe, essa coisa também de de você se conhecer mais, eh: é uma libertação muito grande do corpo também, né, tipo, quando você se se conhece mesmo, cê olha pro seu corpo, cê se identifica, você trabalha pra isso, sei lá, aceitar algumas questões tipo, "Se sou gorda, sou linda também", sabe? "Se eu sou negra, eu sou linda" "Se eu tenho o cabelo afro, eu sou linda", sabe? É esse empoderamento que a gente precisa e acho que aí começa a libertação também dos corpos, com empoderamento. É isso.

(GF37) então, eh quando a gente começa a expandir um pouco, sei lá, com o nosso próprio corpo, eh essa liberdade como é no movimento, sei lá, igual a gente já falou do: das exposições, assim, "Esse corpo existe", acho que isso é maravilhoso, é é o que a gente precisa, muitas vezes, um diálogo, sei lá, chegar e pra chocar mesmo e pra falar "Esses corpos existem e eles merecem respeito e não estão aqui pra te servir", sabe.

A partir dessa análise, é possível compreender que as representações do corpo feminino empoderado são construídas, majoritariamente, a partir de uma inscrição destes nas discussões (trans)feministas. É por meio da conscientização do *real papel das mulheres na sociedade* que a ativista compreende a importância dessa reapropriação sobre o próprio corpo. Nas vozes dessas participantes, o corpo é o libertador das mulheres, pois é sobre ele que recaem todas as limitações acerca das identidades de gênero. Nesse sentido, ainda que ele seja exposto nu, essa exposição tem um objetivo completamente diferente daquela perpetuada pelos discursos de gênero hegemônicos, pois não se trata, aqui, de saciar um *fetich* social por corpos belos, dóceis e úteis, mas de destacar a (re)existência de diferentes tipos de corpos femininos.

7.2.3 Meu corpo, minhas performances

Por fim, remetendo à noção de performatividade de Butler (cf. seção 2.2.5), temos a ativista que se autoidentifica como sendo por meio do próprio corpo, entendendo este como *um cabide* ou um instrumento que expõe a *subjetividade* dela, conforme indicam os recortes GF38 e GF39. Neles, há a indicação de que um corpo que representa quem elas são *o tempo inteiro*, conforme destaca a seleção do adjunto modal de tempo, em GF39.

(GF38)Ah: eu acho que **meu corpo** é um, penso muito no meu corpo como um cabide de um molde em que eu coloco coisas em cima pra representar quem em sou.

(GF39) [Eu acho que o que o:, o que] a nossa subjetividade não não fala, o **nosso corpo** tá aí demonstrando o tempo inteiro, né? Então, eu acho que: que é um instrumento, mesmo, da da gente tá impondo, impondo não, expondo a nossa subjetividade, assim, o que que eu realmente sou. E, quando você reconhece isso, quando você reconhece quando é algo pessoal seu, mas que você expõe e, principalmente, quando é algo que bate de frente com essas ideias que já são estereotipadas, é um ato político. Então, o corpo tá o tempo inteiro eh: trazendo política à tona. É:: muito importante, assim, esse posicionamento.

O corpo, aqui, é a morada da ativista (trans)feminista, o *locus* que expressa tudo o que essas travestis e mulheres são (GF40). A seleção do adjunto de comentário *infelizmente* introduz a percepção de que essa forma de ser no mundo carrega várias opressões, mas isso não diminui a afetividade da ativista em relação a ela, o que pode ser verificado por meio da seleção do processo mental emotivo em *eu amo o meu corpo*. Nesse sentido, esse corpo é o espaço que sustenta nossas identidades e que está em constante diálogo com elas (GF41).

(GF40)Acho que **meu corpo** é a morada do meu do meu ser, assim. É a expressão de tudo, tudo o que eu sinto, mesmo, de tudo o que eu fui sentindo, tudo eu que eu fui encontrando na vida mesmo durante todo esse percurso de dezoito anos, mas é a forma como eu me expresso, é a forma que, infelizmente, carrega várias opressões sobre o meu corpo, mas minha mora / é a morada do meu ser, sabe, é a forma como eu me expresso mesmo perante a sociedade, então, eu amo meu corpo e é isso.

(GF41) Eu acho, também, que: as nossas práticas políticas, as nossas ações políticas, elas: grande parte das vezes, elas tão muito embasadas nas nossas identidades, né, e aí, não sempre, mas boa parte das vezes sim, e as nossas identidades são, normalmente, tão dialogando também com nosso corpo, né?

As marcas identitárias dessa categoria são menos frequentes nas falas das ativistas, mas indicam a importância do corpo como *ser no mundo*, uma vez que ele é o primeiro aparato semiótico da pessoa a ser percebido quando ela adentra qualquer espaço social. É o corpo, imbricado às práticas sociais e aos discursos, que diz, num primeiro momento, quem somos e o que podemos realizar socialmente. Exatamente por isso ele é o espaço da violência, a justificativa irreduzível para a exclusão e a invisibilização social e o *locus* de construção política e ação social. Ser por meio do corpo é reconhecer os sentidos que atravessam essa materialidade e utilizá-la conscientemente para performatizar diferentes identidades.

7.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nos dados analisados na primeira parte deste capítulo, temos uma predominância do uso do discurso direto. Como estamos lidando com um texto falado, essas vozes não são introduzidas, necessariamente, por meio dos verbos dicendi, mas também por aspectos prosódicos, como a entonação das participantes. “Se a citação é oral, o falante imita a entonação do citante – ou, como diz Guiraud, delega a ele a sua voz (*La stylistique*, pp. 90-93)” (MARTINS, 2008, p. 242). Nesse caso, esses discursos podem ser acompanhados por marcadores conversacionais como ‘*assim*’ ou ‘*tipo*’ ou, até mesmo, ‘*tipo assim*’.

Com uma frequência muito menor, temos a ocorrência do discurso indireto, exemplificado pelo recorte GF42, a seguir. Exatamente por conta da baixa ocorrência, decidi não utilizar as citações em discurso indireto para exemplificar as vozes apresentadas neste capítulo.

(GF42) esses dias eu vi um post no Facebook, também, de um homem que disse que mulher de ca que vai trabalhar de cabelo molhado passa a ideia de que é vadia.

Conforme foi possível verificar, as ativistas (trans)feministas mobilizam as vozes dos homens, de outras mulheres e vozes indeterminadas para legitimar suas (inter)ações sociais. Essas vozes iteram tanto os discursos de controle acerca dos corpos femininos quanto os discursos de liberação. Chama a atenção o fato de que as vozes masculinas são sempre reprodutoras dos discursos hegemônicos, bem como o reconhecimento de que as vozes femininas também podem se enquadrar nessa categoria. Isso sugere a concepção, ainda bem presente, de que os homens atuam, exclusivamente, como agentes da violência contra os corpos femininos, violência que também pode ser perpetrada por algumas mulheres, como a própria mãe.

Consoante ao que foi apresentado nos Capítulos 2 e 3, a construção identitária é um processo em trânsito, uma vez que as identidades estão sempre em constante (re)configuração, imbricadas em lutas hegemônicas e contra-hegemônicas que interferem nos sentidos produzidos por elas. Essa dinâmica identitária faz com que as atoras sociais estejam constantemente performativizando diferentes identidades nas práticas sociais em que tomam parte, conforme ilustram as marcas identitárias configuradas pelas (trans)ativistas. Esse processo nem sempre é consciente, o que leva algumas pessoas a se enquadrarem em papéis sociais (cf. seção 1.4) previamente estabelecidos pelos discursos hegemônicos, isto é, ao controle imposto pelas instituições políticas e sociais. Em grande medida, é aí que se inscreve a leitura social que se faz do corpo feminino, constantemente submetido à *natureza universal da condição das mulheres*.

Levando em consideração uma concepção fluida das identidades, moldadas de acordo com as práticas sociais, podemos apresentar as seguintes características acerca dos processos de construção identitária das ativistas (trans)feministas contemporâneas: elas transitam, de acordo com a necessidade, entre as identidades femininas normativas (meu corpo, meus limites) e as identidades femininas emancipadoras (meu corpo, minha (re)existência; meu corpo, minhas performances); há uma constante tentativa de fragmentar a narrativa hegemônica acerca do corpo feminino, garantindo visibilidade àqueles corpos que não se enquadram dentro dos padrões estabelecidos pelos discursos masculinistas. Nesse sentido, é possível perceber, no discurso das (trans)ativistas, o constante embate entre as identidades femininas que se veem constringidas e violentadas pelos corpos que possuem e as identidades femininas que constroem suas (re)existências em torno dos corpos

femininos, entendendo-os como campos de batalhas que precisam ser disputados *a ferro e fogo* para que a posse das mulheres e das travestis sobre eles se efetive. Os corpos femininos oferecidos pelos discursos hegemônicos não atendem mais às vivências dessas mulheres e, por isso, a percepção das ativistas é de que as formas de se entender esse corpo precisam ser (re)configuradas e personalizadas. É nesse processo que elas moldam aquilo que chamarei de *identidades mosaicas* (cf. seção 8.4).

As metáforas analisadas na segunda parte deste capítulo nos permitem compreender a importância que os corpos femininos possuem nos processos de construção identitária dessas mulheres e travestis. Ao inscrever-se criticamente em relação às condições a que estão submetidas por conta dos corpos que possuem, essas ativistas pensam e repensam suas próprias identidades, moldando-as de acordo com os objetivos que pretendem alcançar nas práticas sociais. A criticidade e a reflexividade em torno de suas próprias existências promove um (re)pensar dos discursos que sustentam não apenas as desigualdades entre o masculino e o feminino em nossa sociedade, mas, especialmente, que constroem esses corpos a assumir determinadas formas, a ser e aparecer de determinadas maneiras.

CAPÍTULO 8

“NOSSOS CORPOS EXISTEM”: UMA CRÍTICA EXPLANATÓRIA

“Continuaremos resistindo.
Somos resilientes.
Nossos corpos rasgarão essa sociedade
como navalhas, derrubando seus padrões
opressores e assassinos.
Direito, visibilidade e respeito a todes
os corpos transvestigêneres.
Não recuaremos.
E, sim, avançaremos e venceremos por nós,
porque esta também será a salvação dessa
sociedade pautada no machismo
assassino da cisheteronorma.
Por mim,
Por nós e por todes”

Indianara Siqueira

Caminhando para o último item do mapa epistemológico da Análise de Discurso Crítica (cf. seção 4.4), neste capítulo, farei um retorno à compreensão do problema investigado à luz da análise discursiva realizada neste trabalho. A ideia, aqui, é fazer uma tessitura entre os capítulos teóricos e os capítulos analíticos da presente pesquisa, elucidando como os dados analisados contribuem para a compreensão da seguinte questão problema: *Como as (trans)feministas brasileiras estão (re)configurando discursivamente os corpos femininos e de que maneira essa mudança discursiva está interferindo no processo de construção identitária dessas ativistas e contribuindo para a desestabilização das práticas sociais de gênero recorrentes?* Esse retorno, de acordo com Resende (2017, p. 46-47), enfatiza a porosidade entre os diferentes ciclos do mapa epistemológico (reflexões preliminares, organização da pesquisa, análise discursiva e recursividade). “Realizadas as análises, seus resultados devem ser capazes de lançar nova luz sobre o problema, isto é, as análises devem ter potencial explanatório que contribua

para a melhor compreensão do problema social discursivamente investigado”. Busca-se, aqui, realizar uma crítica explanatória com o objetivo de esclarecer como as descrições e interpretações realizadas ao longo da pesquisa contribuem para a compreensão, mitigação ou superação do problema analisado. De posse da relação entre corpos, discursos e identidades apresentados nos capítulos anteriores (Quadro 25), discorrerei sobre como o corpo feminino é (re)pensado no seio das práticas sociais do ativismo (trans)feminista e como isso interfere nas performances de gênero recorrentes em nossa sociedade.

Quadro 26. Práticas socioculturais

CORPOS	DISCURSOS	IDENTIDADES
Corpo violentado Corpo posicionado Corpo que deve ser amado Corpo identidade	Masculinistas (Trans)feministas	Meu corpo, meus limites Meu corpo, minha (re)existência Meu corpo, minha performance

Fonte: Elaborado pela autora

As análises realizadas neste trabalho indicam que, nas práticas socioculturais das ativistas (trans)feministas, os corpos femininos e as identidades de gênero femininas estão sendo (re)configurados em meio a um intenso processo interdiscursivo, intertextual e metafórico. O estudo das relações semânticas apontou que essas mulheres e travestis representam seus corpos de diferentes maneiras, sustentando-se explícita ou implicitamente em dois discursos distintos e opostos: os masculinistas e os (trans)feministas. Esse embate que se estabelece entre os discursos masculinistas e os discursos (trans)feministas nada mais é do que o resultado da constante tensão que caracteriza a luta pela manutenção ou pela mudança das relações desiguais de poder, pois, conforme Fairclough (2016, p. 133) esclarece,

[r]etomando o exemplo das relações de gênero, a posição contraditória dos indivíduos nos eventos discursivos e os dilemas que disso resultam originam-se em contradições estruturais nas relações de gênero nas instituições e na sociedade como um todo. Entretanto, o que decisivamente determina a forma como essas contradições se refletem em eventos específicos é a relação desses eventos com as

lutas que se desenvolvem ao redor das contradições. Para polarizar as possibilidades que são muito mais complexas, um evento discursivo pode ser uma contribuição para preservar e reproduzir as relações e as hegemonias tradicionais de gênero e pode, portanto, ligar-se a convenções problematizadas, ou pode ser uma contribuição para a transformação dessas relações mediante a luta hegemônica; dessa forma, tentando resolver os dilemas pela inovação.

Nesse sentido, uma vez que a presente investigação foca sua atenção nas práticas sociais das ativistas (trans)feministas, que contrapõem-se às práticas hegemônicas acerca das identidades de gênero, passarei a discorrer sobre como os discursos mobilizados por elas estão contribuindo (ou não) para a mudança/ transformação dos mecanismos gerativos de gênero em nossa sociedade.

8.1 SENTIDOS EM DISPUTA

Conforme apontamos anteriormente (cf. seção 2.2.1), tanto o *gênero* quanto o *sexo* são dispositivos reguladores que asseguram a continuidade de uma matriz heteronormativa ao gerar uma pretensa noção de estabilidade (BUTLER, 2003) em torno dos corpos e das identidades. Sustentados nesses dispositivos, os discursos masculinistas produzem saberes que buscam conformar os corpos femininos a padrões normativos opressores, criando a falsa percepção de que *apenas assim* eles poderão ser socialmente reconhecidos. Muitas foram e são as intelectuais que procura(ra)m elucidar o funcionamento desses discursos, como Butler (1990), Foucault (1998a, 1999, 2005), Grosz (1994; 2000), Miskolsci (2012), entre outras. Entretanto, não é necessário um aprofundamento teórico para perceber que os saberes configurados por essa lógica e as relações de poder sustentadas por eles fomentam uma constante sensação de inadequação naquelas pessoas que se encontram *'fora do padrão'*.

Disseminados por meio de diversas práticas sociais, os discursos disciplinadores interpelam nossos corpos, determinando como eles devem ser, parecer e atuar nos diferentes contextos em que se situam e são situados. Não obstante, para que eles sejam efetivos, precisam passar despercebidos (FAIRCLOUGH, 1989), como se estivessem a manifestar uma lógica *natural* e

universal acerca do que é belo, saudável e perfeito. Assim, desde que nascemos, estamos frequentemente sendo constrangidas a nos enquadrar – a exibir um corpo igual ao da capa de revista, a ter um cabelo igual ao da atriz da novela, a ser feliz igual à influenciadora digital do *Instagram* – e nem sempre estamos cientes da maneira como essa iterabilidade e citacionalidade (cf. seção 2.2.5) discursiva constrói e reforça a forma como construímos o mundo e a nós mesmas.

Esse mesmo processo de configuração de um *padrão* normativo produz, como consequência imediata, uma vulnerabilidade (BUTLER, 2015a) dos corpos femininos. Isso porque esses corpos jamais serão capazes de se enquadrar na matriz normativa configurada sócio-historicamente como a ideal, a mais bela, a mais justa, a mais perfeita: o homem, cis, branco, heterossexual, magro, sem deficiência, de classes sociais privilegiadas. Nesse sentido, ainda que existam corpos femininos enquadrados nos padrões sociais desenvolvidos especificamente para eles, a matriz principal jamais será alcançada, de modo que eles sempre estarão sujeitos a algum grau de vulnerabilidade. Na lógica das epistemologias masculinistas (cf. Prólogo), quanto mais distante do padrão, mais exposto às violências físicas e simbólicas.

Entretanto, como já destacamos em outro momento, as relações de saber-poder (FOUCAULT, 1987; 1995; 1998b; 1999) são metaestáveis e implicam, necessariamente, as resistências que buscam subverter a hegemonia que elas estabelecem. É nesse sentido que os discursos masculinistas implicam os discursos (trans)feministas, configurados sempre em relação àqueles. Desse modo, as identidades performativizadas no seio dos ativismos são sempre interdiscursivas, dando visibilidade aos discursos opressores apenas para desestabilizá-los, elucidando os pressupostos que eles dissimulam e as possibilidades de *vir-a-ser* no mundo que são interditas por eles (DERRIDA, 1972; 1979; 1982; 1988; 1990; 1991; 1992; 1995). Exatamente por isso a quantidade de advérbios de negação *não* nos dados analisados, conforme foi apontado nas análises realizadas no Capítulo 5.

Nesse contraste, o corpo feminino violentado física ou simbolicamente aparece nas representações (trans)feministas apenas para justificar a necessidade dos corpos femininos posicionados. Os corpos femininos que devem ser amados seguem uma lógica semelhante e, ainda que os discursos opressores não sejam necessariamente retomados, eles estão implicitamente dados: é em relação aos corpos *normais, fora do padrão*, odiáveis, repulsivos, abjetos que os discursos (trans)feministas se contrapõem. Por fim, os corpos identidades vêm se posicionar

contra as construções dicotômicas que separam corpo e mente, estabelecendo esta última como o *locus* da essência do indivíduo. Por meio dessas contraposições, as (trans)ativistas buscam elucidar as vulnerabilidades às quais os corpos estão submetidos, fomentando uma crítica com o intuito de levar as mulheres e as travestis a questionarem e repensarem o mecanismo gerativo de gênero que historicamente circunscreve os corpos delas como violáveis.

Nesse embate, essas ativistas (trans)feministas procuram configurar os corpos femininos como um campo de batalha, o espaço onde os discursos hegemônicos e contra-hegemônicos estão em constante disputa. Conscientes da importância que esse *locus* representa, as mulheres e as travestis buscam se (re)apropriar de seus corpos, utilizando-os para se contrapor às concepções socialmente estabilizadas que determinam os lugares que eles podem/devem ocupar, as formas que eles podem/devem ter e como eles podem/devem se manifestar nas práticas cotidianas. Assim, diferentes identidades são construídas em torno dos corpos femininos, ora entendidos metaforicamente como uma limitação; ora como uma (re)existência; ora como uma performance. É importante destacar, que o reconhecimento dessas diferentes identidades foi atribuído pelas participantes dos grupos focais à crítica fomentada pelo ativismo (trans)feminista, conforme podemos observar no excerto a seguir:

(GF43) Então, assim, é:: é uma construção do eh, eu me lembro de mais nova me sentir muito excluída, muito diferente, assim, eu me lembro claramente, assim, do tipo, de assistir televisão e sentir que, tipo assim, "porque que ninguém na tv é como eu?". Eu não sabia nem dizer o que que eu era, o que eu sei é que ali ninguém era igual a mim, lá não tinha gente gorda na tv. Depois, assim, que eu fui crescendo, eu fui ver que era isso. Então, assim, eh::eh:: todo esse sentimento de exclusão, de não aceitação, porque, do tipo, muitos anos depois, eu fui descobrir que, do tipo, eu sempre tive excesso de peso por uma disfunção hormonal. Se considera, também, que, do tipo, ah ah o fato de você ser gorda é mérito total seu, você que é desleixado, tipo assim, preguiçoso e é só, tipo, também, as pessoas não enxergam a obesidade como uma doença e uma doença social mesmo, porque é um problema em que a gente precisa falar que a nossa geração, a nossa sociedade tá cada vez mais gorda por por um estilo de vida que é insustentável, excesso de trabalho, má alimentação, falta de exercício físico e, além do caso, as pessoas que de fato têm problemas metabólicos. E::: era muito injusto pra mim, como criança, receber essa culpa, já, né, e de olhar ao meu redor e não ver nada parecido comigo. E olhem que, do tipo, eu me, tava dentro de um recorte muito privilegiado, de menina branca, classe média, em Brasília, né? Isso isso já me botava, assim, do tipo, na frente, numa realidade muito mais favorecida que de muita gente. Mas, na adolescência, também é uma fase muito cruel com todo mundo, digo nem só pra pra mulher, pra homem também e foi muito através do feminismo, mesmo, que eu comecei a pensar sobre isso, não veio automático também não. Porque quando o feminismo vem, ele primeiro te caleja, né, pra depois ele fazer você ter um pensamento melhor a respeito disso, porque você se identificava, quando você descobre o real papel da mulher na sociedade hoje, é meio

doloroso, você saber que do tipo, ah você muito provavelmente conhece uma uma pessoa muito próxima sua já foi estuprada, toda sua todas as, boa parte das mulheres de sua família sofreram violência sexual, que é uma coisa que foi naturalizada na nossa sociedade, e você descobrir a nossa doença da sociedade e não a figura do homem como doente, mas é uma sociedade muito doente que normaliza tudo isso. Então, vem com muito sofrimento, todo esse, todo essa: compreensão e veio através disso e vem através e vai até hoje. Não me sinto que, tipo assim, o meu o meu trabalho e a minha mudança de mentalidade terminou. Tá muito longe disso. E são: e é na troca com outras mulheres também que a gente vai descobrindo muita coisa, porque a gente sozinha acha que "nossa, do tipo, eu passo por tanta coisa", mas quando a gente vai escutar por outras coisas, existe um sentimento de identificação e de acolhimento também, né? Aí, é isso, assim, veio muito isso e, assim, o feminismo tá na minha vida já faz::, não sei, uns/ cinco anos, é coisa recente, assim, tipo, me descobri feminista já, quer ver, já acreditava em muita coisa do qual é pauta no movimento feminista, mas não me identificava como tal. Também estereotipava as mulheres feministas, porque a nossa sociedade faz isso muito bem e: foi um processo também de descobrimento. E tô aí até hoje, tentando descobrir.

Em GF43, a participante destaca como a inserção dela no ativismo (trans)feminista foi importante para a compreensão que ela desenvolveu acerca do papel da mulher na nossa sociedade e como esse processo continua, mesmo depois de cinco anos se reconhecendo como ativista.

Nesse sentido, é possível perceber que os feminismos possuem um papel importante nesse repensar dos corpos femininos. Não se trata apenas de combater os discursos masculinistas, mas de construir novas representações que fomentem outras possibilidades de um *vir-a-ser* desses corpos no mundo

8.2 DAS MUDANÇAS DISCURSIVAS ÀS MUDANÇAS SOCIAIS

Para discutir a questão das mudanças discursivas por meio da proposta da Análise de Discurso Crítica, gostaria de dialogar com o texto *Confesso: sou uma feminista mas não consigo amar meu corpo* (Quadro 26, a seguir), publicado na revista digital feminista *AzMina*, em 12 de agosto de 2017¹⁴².

¹⁴² Disponível em: <<http://azmina.com.br/colunas/confesso-sou-feminista-mas-nao-consigo-amar-meu-corpo/>>. Último acesso: 27 jul. 2018.

Quadro 27. Texto Confesso: sou feminista mas não consigo amar meu corpo**Confesso: sou feminista mas não consigo amar meu corpo**

Apesar de tudo o que sei sobre os padrões de beleza que nos torturam, não consigo escapar da armadilha de querer me encaixar neles

Helena Bertho

“Como assim? Feminista com vergonha do corpo?”. Foi a frase que ouvi outro dia quando censurei a publicação nas redes de fotos do meu corpinho na praia. Foi também o momento em que alguém deu voz a algo que vivo disfarçando (até pra mim mesma) com medo de que meu alvará de feminista seja cassado: mesmo com o feminismo sendo central na minha vida, mesmo estudando e aprendendo horrores com as mulheres desse mundo, mesmo escrevendo muito sobre aprender a amar o próprio corpo e se aceitar, eu não consigo lidar com o meu próprio corpo.

Aprendi muito sobre gordofobia. Aprendi muito sobre como os padrões de beleza servem para nos controlar, manter preocupadas com coisas desimportantes e perder o foco em outras áreas como carreira ou política, sobre como esse controle todo tem um belo dedo do mercado e um grande valor de consumo. Aprendi que nossa insegurança vende, que padrões de beleza são construções sociais, aprendi horrores. Sei muito na teoria, mas na prática. Ah! Como é difícil.

Se no Facebook eu publico o meme dizendo que a revolução é amar seu próprio corpo, em casa eu passo um tempão na frente do espelho levantando meus peitos e imaginando como eles ficariam belíssimos uns 10 cm para cima e uns dois números menores.

Se eu digo pras amigas que elas são lindas como são (e realmente as acho lindas, vejam só), não consigo achar bonita a gordurinha que dobra sobre a minha calça ou a ausência de um traseiro que faça volume na parte de trás do meu ser. Se eu sei muito bem que não sou gorda (e até aprendi com textos como esse, que ficar falando que sou gorda na verdade é algo bem zuado), mesmo assim sinto culpa a cada chocolate consumido e vivo com vergonha da minha barriga. Se tenho como base na vida hoje em dia que a competição entre mulheres não é legal, fico olhando as migas de biquíni e invejando seus corpos loucamente.

Imagine o quanto não me sinto hipócrita.

Eu queria, mesmo, do fundo do meu coração, era começar a colocar em prática toda a teoria que aprendi sobre os padrões estéticos inatingíveis impostos para nós mulheres e conseguir aceitar que meu corpo é real e jamais será como o da capa da revista – e que eu posso ser bonita assim. Mais ainda: queria conseguir o poder e a sabedoria de aceitar que ser bonita é só mais uma característica que eu posso ter ou não, e que tudo bem, muitas outras características importam. Que ser feia é ok.

Mas não consigo. Aprendi a não tolerar comentário machista, a reconhecer as pequenas misoginias do dia a dia, a respeitar e admirar outras mulheres, a não competir por homem, a não passar a mão na cabeça de preconceito, a encarar meus próprios preconceitos, a dedicar uma porção considerável do meu tempo a difundir informação sobre desigualdade de gênero... Mas não aprendi a aceitar o que meu corpo é.

O máximo que consegui foi desapegar um pouco dessa questão, tirar ela do primeiro plano da minha vida – lugar que ocupou por muito tempo, a ponto de me levar a fazer uma plástica aos 15 – para abrir espaço para outras prioridades.

Antes eu não passava um dia sem pensar que devia fazer dieta. Hoje chego a passar meses sem lembrar de me pesar. Mas de repente a nóia volta e eu me vejo odiando meu corpo, me achando horrenda e indesejável. Ao menos, hoje isso não se torna mais o maior problema da minha vida. Com o feminismo, consegui ao menos aceitar que a aparência não é a questão mais importante que tenho. E, é claro, isso me causa bem menos sofrimento do que um dia já causei. Mas ainda causa sofrimento e ainda desvia minha atenção.

Será que isso me torna uma feminista hipócrita? Será que publicar esse desabafo vai gerar em todos a mesma reação que a censura das minhas fotos gerou na minha amiga? Como assim, você, editora da revista AzMina, não ama seu corpo do jeito que ele é?

Pois é... Não consigo. Mas prefiro acreditar que isso não é hipocrisia. É mais um sinal de que sou humana, do tipo que não é oito ou oitenta, do tipo confusa, do tipo que foi socialmente criada pra se odiar e, por mais que se esforce, ainda não conseguiu mudar todas as chavinhas lá dentro da cabeça. E nem acho que um dia vou conseguir.

Por tanto tempo eu tive certeza de que eu devia ser bonita, de que ser bonita era a moça da novela, de que isso era uma parte essencial do que é ser mulher, que isso se tornou parte do que me compõe. Eu posso racionalmente discordar, mas o assunto precisaria de um bom tempo de divã (do profissional, não esse aqui), para poder ser desmontado.

Tomei a decisão de encarar essa minha falha (que é só uma de muitas), porque hipocrisia seria eu fingir que não ligo pra minha aparência, que aceito meu corpo, e ir deixando esses sentimentos/pensamentos me consumirem de dentro pra fora de maneira inconsciente, abafados. Então eu reconheço, sou uma feminista que não ama o próprio corpo. Agora preciso ver como desconstruir ou aprender a conviver de maneira saudável com isso.

E enquanto fico na praia comparando meu corpo com o das outras mulheres, tento aliviar a consciência com o pensamento de que talvez as filhas das amigas possam já ser criadas com essa chavinha virada pro lado certo, sem esses padrões doidos que nos torturam.

O desabafo de Helena Bertho, publicado na seção *Divã d’Azmina*, revela um anseio recorrente das ativistas (trans)feministas: a percepção de que elas, nem sempre, conseguem colocar em prática aquilo que manifestam discursivamente. Nesse sentido, o reconhecimento de que elas se situam e são situadas, cotidianamente, em práticas sociais que se fundamentam em discursos masculinistas acerca dos corpos femininos não é o suficiente para que elas consigam se *libertar* das amarras que foram historicamente imputadas a elas e a seus corpos. As falas que indicam uma sensação de *inadequação* também aparecem nos dados dos grupos focais, como é possível observar no fragmento GF44:

(GF44) E assim como a questão da aceitação do meu corpo. Tem dias que eu me sinto bem, mas tem dias, gente, que não dá. Eh a auto-estima é um negócio muito complicado de ter, assim, do tipo, tem dia que eu me olho no espelho e falo "não tem salvação pra essa pessoa".

De acordo com a análise apresentada nesta tese, as representações construídas pelas ativistas (trans)feministas em torno de seus corpos ainda estão, frequentemente, contidas a uma experiência que ocorre apenas no âmbito da nossa consciência. A recorrência dos processos mentais nas orações em que o *corpo* ocorre como um dos componentes e a escassez de processos materiais indicam que as percepções que elas têm da realidade estão sendo alteradas – novos mundos estão sendo projetados –, mas isso não necessariamente implica uma mudança ou transformação no mundo. Exemplos disso são: no plano das vivências reais, muitas vezes, as ativistas ainda não sabem quais são as ações que configuram o ‘*amor ao corpo*’. Queremos mudar, construímos uma outra realidade em nossa mente e buscamos viver a mudança que projetamos, mas isso nem sempre é alcançável. Por

isso a sensação de que se está sendo *hipócrita*, de que aquilo que se prega não é, necessariamente, aquilo que se vive.

Essa percepção é muito relevante, na medida em que demonstra o descompasso que existe entre as mudanças discursivas e as mudanças sociais, já que, conforme Fairclough (2016) esclarece, uma não se resume à outra. Entretanto, os eventos discursivos “têm efeitos cumulativos sobre as contradições sociais e sobre as lutas ao seu redor” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 133). Nesse sentido, podemos assumir que as ativistas estão dando passos importantes para que mudanças estruturais necessárias se efetivem nas práticas sociais, ou seja, nos discursos. “A dinâmica da mudança social na luta sobre configurações de estabilidade relativa inclui, de forma central, os discursos sobre o que as ‘coisas’ são, assim como os discursos sobre como elas são feitas, como devem ser compreendidas e avaliadas” (RESENDE, 2017). É por meio da desarticulação dos sentidos convencionais e das convenções discursivas e da (re)articulação desses elementos de maneiras inovadoras, da construção de novas representações acerca dos corpos femininos, que as mudanças e as transformações sociais são fomentadas.

8.3 ‘NOSSOS CORPOS EXISTEM’

Qualquer pessoa que performatize uma identidade de gênero feminina na nossa sociedade já sentiu, na própria pele, as consequências de possuir o corpo que possui. São diversas as violências que interpelam esses corpos cotidianamente e, com bastante frequência, há um processo de culpabilização da vítima: *‘se você foi estuprada, é porque estava usando minissaia’*, *‘se você foi espancada, é porque provocou’*, *‘se você foi assassinada, é porque não soube denunciar seu agressor’*. Nessa lógica, quando decidimos nos (re)apropriar de nossos corpos e utilizá-los de outra maneira que não aquela determinada pelos discursos masculinistas, somos frequentemente atacadas. É exatamente isso o que indica o trecho GF45, quando a participante do grupo focal aponta a desvalorização do corpo feminino que não está sendo exibido para saciar o desejo dos homens:

(GF45) Então, assim, eh: graças a essas pessoas, eu não digo nem esses ícones sexuais, eh: essas mulheres que se expõem me ajudaram muito a ter coragem de: começar a me libertar e mostrar o meu corpo, pra mostrar que, do tipo, não é errado, não existe nada de errado comigo. Quando você mostra o seu corpo, principalmente o corpo que não é o corpo padronizado, da mulher magra, eh: é aquele padrão euro, tipo assim, né, aquela beleza europeia, branca, lora, do olho azul, que é: sensual na medida, mas, né, tipo assim.

[...]

[Não é vulgar], né, então: existem muitos corpos além daquele e as pessoas precisam lidar com isso, tipo assim, nós moramos no Brasil, a gente tá muito longe, tipo, desse padrão. Existe, tipo, den / na no na nossa, né, genética, mas, assim, ele não é mais a nossa realidade aquilo ali e é um absurdo que até hoje a gente acha bonito apenas o que que / ah o corpo que é branco, magro, loro, [traços europeus].

Para o ativismo, desnudar os corpos femininos, tirá-los do âmbito do privado e exibí-los publicamente, é uma maneira de conclamar a existência, o reconhecimento e a representatividade desses corpos, principalmente daqueles que não se enquadram na matriz heterossexual estabelecida pelos padrões socialmente hegemônicos. É gritar '*nossos corpos existem*' e '*ele é meu, me pertence*'. Muito mais do que ter a posse sobre seus próprios corpos, essas ativistas clamam por reconhecimento, pois entendem a influência das representações sociais na construção das realidades de nossas vidas cotidianas.

Diante dessa percepção, gostaria de apontar um problema identificado durante a análise dos dados que interfere negativamente na mudança social buscada pelos ativismos (trans)feministas. Assim como ocorre nas práticas recorrentes de gênero, nas práticas (trans)feministas, os corpos que mais se distanciam da matriz heteronormativa também estão sendo excluídos e invisibilizados. Sob o pretexto de uma representatividade mais *genérica*, muitas vezes corpos negros, gordos e trans acabam sendo invisibilizados dos textos produzidos no seio do ativismo. É o que ocorre, por exemplo, nos cartazes da campanha #NossoCorpoNãoÉPúblico, em que nenhum desses distintos corpos são representados (cf. seção 5.1.1). Desse modo, ainda que criticamente posicionadas e reflexivas em relação às suas práticas, as (trans)feministas ainda *tropeçam* nas armadilhas estabelecidas pelos discursos masculinistas. Essa constatação indica que os movimentos ainda possuem um longo caminho a percorrer para garantir o reconhecimento e a representatividade necessários às existências dos corpos '*fora do padrão*'.

Vejam bem, a crítica apresentada aqui não tem o intuito de desmerecer as ações arroladas pelos ativismos em suas práticas sociais, mas chamar a atenção

para o fato de que estamos *sempre* situadas em recortes sociais específicos, sendo interpeladas por diferentes mecanismos estruturantes e ordens discursivas, o que, muitas vezes, impede-nos de reconhecer o outro, especialmente quando este outro é demasiado diferente de nós mesmos. Estar atenta a essa armadilha não vai garantir que erros não ocorram, mas pode prevenir muitas situações de exclusão e violência no contexto de práticas sociais que deveriam estar acolhendo todos esses corpos, todas essas vivências, todas essas vidas vulneráveis que batalham para ter o direito de existir (BUTLER, 2015a).

8.4 PENSANDO AS IDENTIDADES MOSAICAS

As discussões em torno da noção de identidades de gênero têm sido muito importantes para o desenvolvimento dos pensamentos (trans)feministas ao longo dos séculos. Entre os séculos XVII e XIX, as feministas como Astell e Wollstonecraft, conhecidas como liberais, buscaram dirimir as diferenças entre homens e mulheres, propondo que ambos compartilhavam uma *identidade humana*. Firmemente sustentadas na distinção cartesiana entre mente e corpo, elas entendiam que a consciência e a razão estavam no domínio da mente e esta não tinha sexo. Assim, homens e mulheres eram idênticos em essência, o que justificava a noção de que eles deveriam ter direitos iguais.

Beauvoir (2016a; 2016b), por sua vez, buscou mostrar que a identidade da mulher era sim diferente da identidade do homem, mas essa diferença não se sustentava em aspectos vinculados ao sexo biológico, sendo estabelecida e configurada por uma moldura cultural específica que determinava a mulher como o Outro do homem. “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 2016, a, p. 12-13). Ao situar a identidade feminina como um produto da história e da cultura, Beauvoir entendia que a percepção estável que se tinha dela poderia ser rejeitada e modificada, de modo a garantir a equidade entre os gêneros.

A partir da década de 1960, as discussões feministas acerca das identidades femininas se dividiram em torno de duas questões centrais: “[...] a identidade

(feminilidade e feminidade) é uma característica essencial e fixa da mulher, localizada no corpo, na experiência ou na psique?; ou é especificada histórica e culturalmente e formada socialmente?” (EHLERS, 2016, p. 349, tradução nossa¹⁴³). Percebam que, ainda que completamente distintos, ambos os questionamentos caem na mesma armadilha: a noção de uma identidade social unívoca e estável ‘mulher’ que seja capaz de abarcar todas as mulheres. Essa percepção se enquadrava naquilo que ficou conhecido como *política de identidade*, o que, segundo Hall (2006), significava *uma identidade para cada movimento*.

Política de identidade [...] fez abraçar uma identidade específica, uma pré-condição para a ação política [...]. As mulheres que reivindicam uma identidade política, como as mulheres afro-americanas, mulheres asiáticas, chicanas, e assim por diante, não entram na arena política afirmando essas identidades como provisórias e construídas, mas, antes, como fixas e verdadeiras. Política de identidade não é sobre identidades como funções, mas identidades como verdade (HEKMAN, 1999, p.4, tradução nossa¹⁴⁴).

Contrárias a essas percepções, as feministas conhecidas como pós-estruturalistas, aquelas que aparecem a partir da década de 1990, dialogando, principalmente com os textos de Foucault (1987; 1995; 1998a; 1999) e Derrida (1973; 1994; 1995), como Sedgwick (1990), Irigaray (1985) e Butler (1990; 1993; 1997), buscaram ir além. Para elas, apesar de diferentes entre si, esses questionamentos se fundamentavam em uma noção humanista de sujeito e acabavam por homogeneizar as diferenças, criando posições identitárias unívocas (mulheres, mulheres negras, mulheres latinas, etc.). De acordo com Butler (1990), essas categorias são engessadas de forma a atender a coerência exigida pela matriz heteronormativa. Desse modo, ao reafirmá-las, os movimentos feministas estariam contribuindo para manter a distinção dicotômica entre os gêneros, excluindo aquelas que não se enquadram nas exigências impostas por essas categorias.

¹⁴³ No original: “[...] is identity (femaleness and femininity) an essential, fixed characteristic of women, located in the body, experience, or the psyche?; or is it historically and culturally specific and socially formed?”

¹⁴⁴ No original: “Identity politics [...] made embracing a specific fixed identity a precondition for political action [...]. Women claiming a political identity as African-American women, Asian women, Chicanas, and so on do not enter the political arena asserting those identities as provisional and constructed, but rather, as fixed and true. Identity politics is not about identities as fictions, but identities as truths (HEKMAN, 1999, p. 4).

Mesmo quando dizemos “todos”, em um esforço para propor um grupo que inclua a todos, ainda estamos fazendo suposições implícitas sobre quem está incluído, de forma que dificilmente superamos o que Chantal Mouffe e Ernesto Laclau descreveram tão acertadamente como “a exclusão constitutiva”, por meio da qual qualquer noção particular de inclusão é estabelecida (BUTLER, 2018, p. 10).

Para essas feministas, não existe uma identidade verdadeira, que reflita uma verdade preexistente, fundamentada na biologia ou na essência do ser. Qualquer referência à identidade ‘mulher’ está sempre vinculada às relações de poder e às formas de conhecimento que a produziram. Assim, as identidades de gênero, quaisquer que sejam elas, são sempre constituídas nas práticas sociais, dentre elas os discursos, de modo que qualquer ação ou pensamento político que se comprometa a dismantelar as relações hierárquicas sustentadas por elas, não deve focar nas identidades, mas nos processos de produção delas e nas relações que elas estabelecem entre si.

Amparada nessa percepção e dialogando diretamente com a noção de fluidez identitária proposta por Hall (2006), assumo que as identidades políticas configuradas pelos ativismos feministas contemporâneos devem ser entendidas como *mosaicas*. Por que selecionar essa analogia? Por que ela nos permite colocar em xeque a distinção dicotômica que tem sido estabelecida entre *identidades* e *diferenças*, reconhecendo a heterogeneidade intrínseca a qualquer identidade, especialmente quando ela é mobilizada para fins políticos. Em constante processo de mutação, as identidades mosaicas estão sempre abertas às diferenças, abarcando-as, visibilizando-as, configurando-se, assim, como pontos metaestáveis de abertura (e não de fechamento) às alteridades. Sendo constantemente configuradas e reconfiguradas nas práticas sociais, essas identidades são sempre uma imagem disforme, com traços embaçados, que reconhecem aspectos comuns às identidades sociais que representam, sem, entretanto, achatam as diferenças individuais, que podem ser reconhecidas por aqueles que estão dispostos a olhá-las mais de perto.

Essa concepção contrapõe-se, por exemplo, a percepções mais definidas acerca das construções identitárias, como aquela proposta por Castells (2006, p. 24), que aponta a existência de três processos de construção de identidades, a saber, a identidade legitimadora, aquela que detém o poder e é “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua

dominação em relação aos atores sociais”; a identidade de resistência, “criada por atores sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação; e a identidade de projeto, “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social”. Conforme indicado nas análises realizadas aqui, aquilo que Castells reconhece como diferentes processos de construção de identidades, na verdade, configura-se como um processo único, que se sustenta na negociação ativa e constante das mulheres e das travestis com os saberes e os poderes hegemônicos, contestando-os, resistindo a eles ou aceitando-os, quando julgam que isso é o necessário a ser feito para que elas não sejam alvos das violências físicas e simbólicas imputadas a elas cotidianamente.

8.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao longo deste estudo, foi possível perceber que não existe distinção entre os aspectos físico e social do corpo. Essas dimensões, entendidas como duas pelos regimes de inteligibilidade possibilitados pelo *ontos* hegemônico, na verdade configuram-se como uma única dimensão, na qual é impossível determinar onde a materialidade termina e as configurações sociais começam (BUTLER in PRINS; MEIJER, 2002). Preocupar-se com esses limites enquanto milhares de pessoas são mortas, anualmente, por conta dos corpos que possuem e das leituras sociais às quais eles são submetidos é pernicioso. Nesse sentido, preferi focar minha atenção nos aspectos de construção de uma *normalidade* em torno desses corpos, mostrando como *corpos reais* negociam seu cotidiano com os *padrões* que buscam, a todo instante, submetê-los.

Assim, rompemos com as percepções feministas que configuraram o corpo como uma essência ou como uma *tabula rasa* para abraçar o corpo como um aparato que se entremeia aos dispositivos de gênero e de sexo para, desse modo, construir a própria materialidade a partir da qual as pessoas são reconhecidas socialmente. “O corpo está fora de si mesmo, no mundo dos outros, em um tempo e

um espaço que não controla, e ele não apenas existe no vetor dessas relações, mas também é o próprio vetor. Nesse sentido, o corpo não pertence a si mesmo” (BUTLER, 2015a, p. 85). Diante dessa percepção, não possuímos um corpo, fazemos um corpo cotidianamente, configurando-o a partir de atos performativos reiterados que tomam lugar nas práticas sociais. Fazer corpos é entender que os limites que essa *materialidade* nos impõe são metaestáveis e podem ser constantemente alterados por meio dos atos de transgressão com os quais nos engajamos. Desse modo, toda vez que um corpo *fora do padrão* aparece, ele estressa os limites *definidos* da nossa realidade, obrigando-a a se (re)estabelecer de outra maneira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES SOBRE A INVESTIGAÇÃO

“Eu escrevo sem esperança de que o que
eu escrevo altere qualquer coisa.
Não altera em nada...
Porque no fundo a gente não está
querendo alterar as coisas.
A gente está querendo desabrochar
de um modo ou de outro”

Clarice Lispector

Em acordo com o arcabouço metodológico proposto pela Análise de Discurso Crítica (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003, 2010), realizaremos, aqui, um exercício de reflexividade em torno da produção da presente investigação e das contribuições que a mesma traz o campo de estudos de Gênero e Linguagem. Esta tese se justifica pelo desejo de investigar como (trans)feministas estão (re)configurando o corpo feminino a partir de suas práticas ativistas. Esse interesse se fundamenta na percepção de que o corpo possui um papel relevante nas representações das identidades de gênero femininas, sendo considerado tanto um *locus* de ação política quanto de violência e limitação. Nesse sentido, torna-se imperativo para os ativismos feministas (re)pensarem constantemente essa materialidade e o papel que ela possui na configuração das identidades de gênero e nas relações de poder.

Para tanto, realizamos uma pesquisa (n)etnográfica, com observação participante, levantamento documental e realização de três grupos focais entre os anos de 2015 e 2018. A observação participante foi realizada em três diferentes páginas ativistas do Facebook, seguindo os preceitos estabelecidos pela perspectiva (n)etnográfica. Com base nos dados coletados e na interação com as discussões que tomavam vida nesses espaços, foi possível contextualizar a presente pesquisa mais adequadamente. O levantamento documental focou tanto em textos produzidos por ativistas (trans)feministas acerca dos diferentes tipos de corpos femininos

quanto nas imagens que representavam visualmente os corpos femininos. Essa coleta foi realizada em páginas do Facebook e sites (trans)feministas reconhecidos entre o ativismo, como a revista digital *AzMina* e o site *Transfeminismos*. Por fim, os grupos focais foram realizados com participantes (trans)feministas que possuíam algum tipo de projeção no ativismo, atuando em coletivos ativistas que atendiam as demandas específicas de cada uma delas. Essa triangulação nos aparatos metodológicos permitiu a construção de um olhar mais amplo sobre o objeto da presente investigação, a saber, as representações discursivas dos corpos femininos nas práticas sociais das ativistas (trans)feministas.

Com a análise dos dados gerados e coletados, foi possível apresentar as seguintes respostas para as questões de pesquisa propostas no início deste trabalho:

Como os corpos femininos estão sendo representados discursivamente pelas ativistas (trans)feministas?

Os corpos femininos são representados de maneiras diversificadas, de acordo com os locais de fala (RIBEIRO, 2017) que as ativistas ocupam. Levando isso em consideração, foi possível mapear quatro diferentes maneiras pelas quais o *corpo feminino* é configurado nas práticas discursivas das (trans)feministas. A primeira é a do *corpo violentado*, alvo tanto de violências físicas quanto de violência simbólica, perpetrada pelos discursos masculinistas hegemônicos acerca dos corpos femininos. A segunda é a do *corpo posicionado*, isto é, aquele que está em batalha contra as representações que constroem esse corpo como algo violável. A terceira é a do *corpo que deve ser amado*, que caminha na direção contrária aos discursos masculinistas hegemônicos que constroem os corpos femininos fora do padrão como odiáveis. Por fim, a quarta é a do *corpo identidade*, apresentado como a própria identidade das ativistas (trans)feministas.

A análise da maneira como os corpos femininos são representados nas práticas sociais (trans)feministas nos permitiu compreender quais discursos são articuladas na configuração das identidades das ativistas (trans)feministas. Os discursos masculinistas se manifestam de duas maneiras distintas: por meio da validação da violência explícita, física ou ideológica, contra os corpos femininos; e por meio de uma violência implícita sobre esses corpos, imputada por aparatos

disciplinares, como a mídia. Os discursos (trans)feministas também ocorrem de duas maneiras distintas: a primeira delas como discursos explicitamente de resistência, que retomam os discursos de controle com o intuito de confrontá-los e corrigi-los; a segunda, como discursos que incentivam a construção de novas relações entre as mulheres e seus próprios corpos. Nesse segundo caso, não há a retomada explícita dos discursos masculinistas.

Quais vozes estão sendo mobilizadas pelas ativistas (trans)feministas para legitimar suas (inter)ações sociais e como elas contribuem para a desestabilização das práticas de gênero recorrentes?

O objetivo, aqui, era compreender como as ativistas feministas se engajavam com os diferentes discursos que interpelam os corpos femininos. Nesse sentido, foram mapeadas as diferentes vozes que eram mobilizadas pelas ativistas para (re)configurarem seus corpos discursivamente, em que discursos essas vozes eram enquadradas e como elas eram avaliadas. A análise indicou a ocorrência de três vozes distintas nas falas das participantes dos grupos focais: vozes masculinas, vozes genéricas e vozes femininas. As vozes masculinas eram apresentadas sempre como reprodutoras dos discursos masculinistas, sempre vinculadas às violências imputadas socialmente aos corpos femininos.

As vozes genéricas, por sua vez, apareceram de três maneiras distintas: introduzidas por meio do grupo nominal 'as pessoas'; pela completa indeterminação da voz citada; e pela indicação de que esta provinha do 'movimento (trans)feminista'. Nos dois primeiros casos, as vozes iteram discursos masculinistas, sendo mobilizadas para apresentar concepções sexistas acerca dos corpos femininos; no último caso, as vozes são vinculadas aos discursos (trans)feministas, apresentando a concepção de que as mulheres são donas de seus corpos e podem fazer o que quiserem com eles.

Quanto às vozes femininas, elas aparecem iterando tanto os discursos masculinistas quanto se posicionando por meio de discursos (trans)feministas. No primeiro caso, elas aparecem, em geral, introduzidas pelo grupo nominal 'as mulheres', sendo que a única voz identificada, aqui, é a da mãe; no segundo caso, temos uma introdução mais diversificada de identificação dessas vozes, com o uso de grupos nominais como 'minha amiga', 'uma nova menina', 'a mulher que se

identifica como feminismo', o que sugere uma necessidade maior de especificar e designar as vozes que acolhem e protegem esses corpos vulneráveis.

Como as identidades das ativistas (trans)feministas estão sendo configuradas por meio da linguagem que elas mobilizam para representar seus corpos?

Por fim, a última questão-problema da presente investigação buscou analisar em que medida o corpo feminino está sendo configurado por meio de metáforas e como isso interfere nas identidades das ativistas (trans)feministas. A análise, aqui, indicou a ocorrência de três marcações identitárias. Na primeira delas, *meu corpo, meus limites*, as (trans)ativistas se autoidentificam como limitadas pelos corpos que possuem, sendo estes constrangidos fisicamente ou simbolicamente nas diferentes práticas sociais em que se situam e/ou em que são situados. Na segunda marcação identitária, *meu corpo, minha (re)existência*, as participantes se autoidentificam como empoderadas por meio da relação que estabelecem com seus corpos, utilizando-os na luta contra os discursos masculinistas que buscam oprimi-los. Por fim, temos a marcação identitária *meu corpo, minha performance*, na qual o corpo é reconhecido como *um cabide*, o espaço utilizado pelas participantes para exporem suas subjetividades, indicando uma consciência da atuação do corpo como *ser no mundo*, como um corpo performativo.

Em conjunto, as respostas apresentadas para essas três perguntas indicam *como as (trans)feministas brasileiras estão (re)configurando discursivamente os corpos femininos e de que maneira essa mudança discursiva está interferindo no processo de construção identitária dessas ativistas e contribuindo para a desestabilização das práticas de gênero recorrentes*. Nesse sentido, foi possível perceber que, no contexto desses movimentos, os corpos femininos estão sendo constantemente pensados e repensados pelas ativistas, que reconhecem as limitações que são imputadas a elas por conta dos corpos que possuem, mas, também, as potencialidades de vivências que a reapropriação e a ressignificação de seus corpos podem proporcionar. Veja bem, ao contrário do que apontavam as intelectuais feministas que essencializavam o corpo feminino (cf. seção 1.3),

atualmente, há a percepção de que os limites imputados a essas mulheres e travestis não é uma decorrente de um aspecto biológico ou natural do mesmo, mas dos regimes de inteligibilidade sociais que constroem esses corpos como violáveis. A limitação, assim, não se sustenta em aspectos biológicos, mas em relações de poder que buscam configurar corpos disciplinados e o jogo de resistência que elas implicam. Entretanto, essas ativistas já perceberam que se enquadrando ou não, disciplinados ou não, seus corpos são sempre vulneráveis. Desse modo, elas mobilizam sentidos negativos – o corpo violado, o corpo limitante, o corpo que itera discursos sexistas – apenas para desacreditá-los, elucidando as opressões que os constituem e problematizando os efeitos deles sobre as identidades de gênero feministas.

Será que esse exercício reflexivo representa uma mudança real nas práticas sociais das (trans)ativistas em relação aos seus corpos? Não necessariamente, como nos mostra o desabafo de Helena Bertho apresentado no Capítulo 8, que indica o sentimento de hipocrisia vivenciado por várias ativistas. Existe um longo caminho entre a reflexão e a ação. Alegro-me, entretanto, chegar ao fim desta investigação e perceber que o caminho está sendo traçado, o corpo está sendo (re)configurado e as realidades começam a se transformar. Assim, a mudança desejada, aquela conclamada por Bertho em seu desabafo, *'conseguir aceitar que meu corpo é real e jamais será como a capa de revista – e que eu posso ser bonita assim'* ainda está em processo, mas não a passos largos como muitas de nós gostaríamos. Sair do âmbito das experiências do mundo da nossa consciência para o da realização de um processo no mundo talvez seja um projeto para aquelas que vêm depois de nós, daí a importância de entender o corpo como uma questão geracional dentro do feminismo. Nesse contexto, ele já foi percebido de tantas maneiras distintas, ora como a perdição daquelas que o possuem; ora como a salvação; ora como uma *tabula rasa*; ora como uma materialidade racializada e transgenerificada; ora como discurso. Não que ele não seja tudo isso, mas ele também é – e antes de qualquer coisa – uma performance, a maneira por meio da qual *vivemos o mundo*, como nos reconhecemos e somos reconhecidas em todos os lugares em que nos situamos ou em que somos situadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOFF, Linda; STONE, Alison. Series Foreword. In: BROWNE, Victoria. *Feminism, time, and nonlinear history*. New York: Palgrave Macmillan, 2014

ANDROUTSOPOULOS, Jannis. Potentials and limitations of discourse-centered online ethnography, *Language@Internet*, vol. 5, article 8, 2008.

AUSTIN, John L. *How to do things with words*. London: Oxford University Press, 1962.

BAKHTIN, Mikail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.

BAKHTIN, Mikail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997b.

BARBOUR, Rosaline. *Grupos focais*. Tradução: Marcelo Figueiredo Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARRETT, Michèle. *Women's Oppression Today: Problems in Marxist-Feminist Analysis*. London: New Left Books and Verso, 1980.

BARTON, David. Understanding textual practices in a changing world. In: BAYNHAM, Mike; PRINSLOO, Mastin (Org.). *The future of literacy studies*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009, p. 38-53.

BARTON, David. LEE, Carmen. *Language Online: investigating digital texts and practices*. London, New York: Routledge, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BEARDSWORTH, Richard. *Derrida and the political*. London, New York: Routledge, 1996.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Vol. 1. Tradução Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Vol. 2. Tradução Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1995.

- BENTO, Berenice. Prefácio. In: PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e Desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume, 2009.
- BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. *Revista Florestan*, Ano 1, n. 2, 2014, p. 46-66.
- BENTO, Berenice. É o queer tem pra hoje? Conversando sobre as potencialidades e apropriações da Teoria Queer ao sul do Equador. *Áskesis*, v. 4, n. 1, janeiro/junho 2015, p. 143-155.
- BENJAMIN, Harry. *The Transsexual Phenomenon*. New York: Julian, 1966.
- BETTCHER, Talia Mae. Trans women and 'interpretive intimacy': Some initial reflections. In: CASTAÑEDA, Donna Marie (Ed.). *The essential handbook of women's sexuality* (volume two). Santa Barbara: Praeger, 2013, p. 51-68.
- BETTCHER, Talia Mae. Trapped in the Wrong Theory: Rethinking Trans Oppression and Resistance. *Signs* 39 (2): 43-65, 2014.
- BETTCHER, Talia Mae. Intersexuality, Transgender, and Transexuality. In: DISCH, Lisa; HAWKESWORTH, Mary. *The Oxford Handbook of feminist theory*. New York: Oxford University Press, 2016, p. 407-427.
- BETTCHER, Talia Mae. Through the Looking Glass: Trans Theory Meets Feminist Philosophy. In: GARRY, Ann; KHADER, Serene; STONE, Alison (Eds.). *Routledge Companion of Feminist Philosophy*. New York: Routledge, 2017. 393-404.
- BHASKAR, Ram Roy. *Scientific Realism and Human Emancipation*. London: Verso, 1986.
- BHASKAR, R. General Introduction. In.: ARCHER, M. et al (Orgs.). *Critical Realism. Essential readings*. London / New York: Routledge, 1998, p. ix-xxiv.
- BLAIKIE, Norman. *Design Social Research: the logic of anticipation*. Cambridge: Polity, 2000.
- BORDO, Susan. The Cartesian masculinization of thought. *Signs*, 11: 439-56, 1986.
- BORDO, Susan. The body and the reproduction of femininity. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Eds.). *Gender/Body/Knowledge: Feminist Reconstructions of Being and Knowing*. New Brunswick, Canadá: Rutgers University Press, 1989.
- BORDO, Susan. *Unbearable Weight: Feminism, Western Culture and the Body*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- BORDO, Susan. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Eds.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução: Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record / Rosa dos Tempos, 1997.

BORNSTEIN, Kate. *Gender Outlaw: On Men, Women, and the Rest of Us*. New York: Routledge, 1994.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Relatório Final. Relatora Senadora Ana Rita. Brasília, DF: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/nNKEwh>>. Último acesso: 27 jun. 2018.

BROOK, Barbara. *Feminist perspectives on the body*. New York/London: Routledge, 1999.

BROWNE, Victoria. *Feminism, time, and nonlinear history*. New York: Palgrave Macmillan, 2014

BUCHOLTZ, Mary; HALL, Kyra. Language and Identity. In: DURANTI, Alessandro (Ed.). *A companion to Linguistic Antropology*. Oxford: Basil Blackwell, 2002. P. 368-394.

BUTLER, Judith. Sex and gender in Simone de Beauvoir's *Second Sex*. *Yale French Studies* 72, New Heaven: Yale University Press, 1986, p. 35-49.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York/London: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. Nova York: Routledge, 1997.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. 2nd ed. New York: Routledge, 1999.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro: 2003.

BUTLER, Judith. *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*. London: Verso, 2004a.

BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York, London: Routledge, 2004b.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015b.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMERON, Deborah. *Working with spoken discourse*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 2001.

CAMERON, Deborah; FRAZER, Elizabeth; HARVEY, Penelope; RAMPTON, M. B. H.; RICHARDSON, Kay. *Researching language: issues of power and method*. London/New York: Routledge, 1992.

CARDOSO, Isabela Cristina. *Discursos sobre violência sexual contra a mulher no webjornalismo e nas redes sociais*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 2015.

CARR, Joetta. The SlutWalk Movement: A Study in Transnational Feminist Activism. *Journal of Feminist Scholarship*, 4 (Spring), 24-38, 2013.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHRISTIE, Christine. *Gender and language: Towards a feminist pragmatics*. Edinburgh, UK: Edinburgh University Press, 2000.

CHODOROW, Nancy. *The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkley, Los Angeles, London: University of California Press, 1978.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. Paris: Mouton Publishers, 1957.

CHOMSKY, Noam. *Language and mind*. New York: Hartcourt, Brace & World, 1968.

CHOULIARIAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CIXOUS, Hélène. Le rire de la méduse. *L'Arc*, nº 61, 1975, p. 39-54.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino*. Dourados (MS): Ed. UFGD, 2014.

COOPER, Britnney. Intersectionality. In: DISCH, Lisa; HAWKESWORTH, Mary. *The Oxford Handbook of feminist theory*. New York: Oxford University Press, 2016, p. 385-406.

- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 140: 139–167, 1989.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review* 43 (6): 1241–1299, 1991.
- DAVIS, Angela. *Women, Race and Class*. New York: Vintage, 1983.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEL PRIORE, Mary. *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
- DENZIN, Norman. *The Research Act: a theoretical introduction to sociological methods*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1978.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DERRIDA, Jacques. Living on: border lines. In: HARTMAN, Geoffrey (Ed.). *Deconstruction and criticism*. London, Henley: Routledge, 1979.
- DERRIDA, Jacques. *Margins of philosophy*. Brighton: The Harvester Press, 1982.
- DERRIDA, Jacques. *Limited Inc*. Paris: Galilée, 1988.
- DERRIDA, Jacques. Letter to a Japanese friend. In: KAMUF, Peggy (Ed.). *A Derrida reader: between the blinds*. New York: Harvester, 1991, p. 270-276.
- DERRIDA, Jacques. Force of law: the “mythical foundation of authority”. In: CORNELL, Drucilla; ROSENFELD, Michel. *Deconstruction and the possibility of justice*. New York: Routledge, 1992.
- DERRIDA, Jacques. *A voz e o fenômeno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.
- DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Lisboa: Guimarães Editores, 2004.
- DIAS, Juliana de Freitas. *A linguagem do parto: discurso, corpo, identidade*. Campinas (SP): Pontes, 2015.
- DISCH, Lisa; HAWKESWORTH, Mary. *The Oxford Handbook of feminist theory*. New York: Oxford University Press, 2016.
- DOMINGUEZ, Daniel; BEAULIEU, Anne ESTALELLA, Adolfo; GOMÉZ, Edgar; SCHENETTLER, Bernt; READ, Rosie. *Virtual ethnography*. *FQS Forum: Qualitative Social Research*, 8(3), 2007.

DURKHEIM, Émile. *The rules of the sociological method*. New York: Free Press, 1938.

ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. Think practically and look locally: Language and gender as community-based practice. *Annual Review of Anthropology*, v. 21, p. 461-490, 1992.

EFRON, David. *Gesture and Environment*. New York: King's Crown Press, 1941.

EHLERS, Nadine. Identities. In: DISCH, Lisa; HAWKESWORTH, Mary. *The Oxford Handbook of feminist theory*. New York: Oxford University Press, 2016, p. 207-226.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001a.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and Power*. New York: Pearson Education Limited, 2001b.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London, Nova York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and Social Change*. Cambridge/Malden (USA): Polity Press, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. Second Edition. London/New York: Routledge, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FAUSTO-STERLING, Anne. Life in the XY Corral. *Women's Studies International Forum*, vol. 12, n. 3, 1989, p. 319-331.

FAUSTO-STERLING, Anne. The Five Sexes: Why Male and Female Are Not Enough. *The Sciences* (March/April): 20–24, 1993.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books, 2000.

FEINBERG, Leslie. *Transgender Liberation: A Movement Whose Time Has Come*. New York: World View Forum, 1992.

FERRAND, Michèle. O aborto, uma condição para a emancipação feminina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008, p. 653-659.

FIRESTONE, Shulamith. *The Dialectic of Sex*. London: Jonathan Cape, 1971.

- FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo*. Rio de Janeiro: Labor, 1976.
- FLICK, Uwe; VON KARDOFF, Ernst; STEINKE, Ines. *A Companion to Qualitative Research*. London/Thousand Oaks (CA)/New Delhi: Sage Publications Ltd., 2004.
- FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3ª Edição. Tradução: Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Ano 11. São Paulo, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité: la volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. Sujeito e Poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Universitária, 1995. p. 231-239).
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Historia da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1998a.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998b.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel. *Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Ditos e escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1971.
- FUSS, Diana. *Essentially Speaking: Feminism, Nature & Difference*. New York and London: Routledge, 1989.

GALLOP, Jane. *Thinking Through the Body*. New York: Columbia University Press, 1988.

GALTON, Francis. On men of science, their nature and their nurture. *Proceedings of the Royal Institution of Great Britain*, 7: 227-236, 1874.

GATENS, Moira. *Imaginary Bodies: Ethics, Power and Corporeality*. London: Routledge, 1996.

GEIGER, Susan. What's So Feminist about Women's Oral History? *Journal of Women's History* 2 (1): 169–182, 1990.

GIBBS, Graham. *Análise de Dados Qualitativos*. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GIVEN, Lisa M. *The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods*. Volumes 1 e 2. Thousand Oaks/London/NewDelhi/Singapore: Sage Publications, 2008.

GIVÓN, Talmy. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 29, Nº 2 (Maio/Agosto), p. 433-447, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the prison notebooks*. London: Lawrence and Wishart, 1971.

GRIFFIN, Susan. *Woman and nature: The roaring inside her*. New York: Harper and Row, 1978.

GROSZ, Elizabeth. *Volatile bodies: toward a corporeal feminism*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1994.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. *Cadernos Pagu* (14) 2000, p. 45-86.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

HALLIDAY, Michael. The Functional Basis of Language. In: BERNSTEIN, B. (Ed.) *Class, codes and control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1973, p. 343-366.

- HALLIDAY, Michael. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Christian. *Halliday's introduction to functional grammar*. Fourth Edition. Abington/New York: Routledge, 2014.
- HALPERIN, David. *One hundred years of homosexuality*. New York: Routledge, 1990.
- HALPERIN, David. *Saint Foucault: Towards a Gay Hagiography*. New York: Oxford University Press. 1995.
- HALPERIN, David. The normalization of Queer Theory. *Journal of Homosexuality*, vol 45 n° 2/3/4, 2003, pp. 339-343.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), p. 07-41, 1995.
- HARRIS, Zellig. Discourse analysis. *Language*, v. 28, n. 1p. 1-30, New York, 1952.
- HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of marxism and feminism. Towards a more progressive union. *Capital and Class*, 8: 1 -33, 1979.
- HEKMAN, Susan. Identity Crises: Identity, Identity Politics, and Beyond. *Critical Review of International Social and Political Philosophy* 2 (1): 3–26, 1999.
- HERTZ, Robert. *Death and the right hand*. Aberdeen: Cohen and West, 1960.
- HINE, Christine. *Virtual Ethnography*. London: Sage, 2000.
- HIRSCHFELD, Magnus. Die intersexuelle Konstitution. *Jahrbuch für sexuelle Zwischenstufen*, 1923.
- HOBBS, Dick. Ethnography. In: JUPP, Victor (Ed.). *Sage Dictionary of social research methods*. London: Sage, 2006.
- HOOKS, bell. *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*. Boston: South End Press, 1981.
- HOOKS, bell. Selling Hot Pussy: Representations of Black Female Sexuality in the Cultural Marketplace. In: CONBOY, Kate; MEDINA, Nadia; STANBURY, Sarah (Eds.). *Writing on the Body: Female Embodiment and Feminist Theory*. New York: Columbia University Press, 1997, p. 113-128.
- HOWARD, Philip. Network Ethnography and the hypermedia organization: new media, new organizations, new methods. *New Media & Society*, 4(4), p. 550-574, 2002.
- IRIGARAY, Luce. *The Sex Which Is Not One*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1985.

JAGGAR, Alison. "Love and Knowledge: Emotion in Feminist Epistemology." In *Gender/Body/Knowledge*, edited by Alison Jaggar and Susan Bordo, 145–171. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1989.

JAGOSE, Annamarie. *Queer Theory. An Introduction*. New York: New York University Press, 1996.

JESPERSEN, Otto. The woman. In: JESPERSEN, Otto (Ed.). *Language: its nature, development and origin*. London: G. Allen and Unwin Ltd., 1922. p. 237-254.

JEWITT, Carey; OYAMA, Rumiko. Visual meaning: a social semiotic approach. In: VAN LEEUWEN, Theo; JEWITT, Carey (Orgs.). *Handbook of Visual Analysis*. London: Sage Publications, 2008, p. 134-156.

JORDAN, Jane; SHARP, Ingrid. *Josephine Butler and the prostitution campaigns: diseases of the Body politic. The Ladies' appeal and protest*. Vol. 2. London/New York: Routledge, 2003.

JORDANOVA, Ludmilla. *Sexual Visions: Images of Gender in Science and Medicine between the 18th and 20th Centuries*. Madison: University of Wisconsin Press, 1989.

KITZINGER, Celia. Doing feminist conversation analysis. *Feminism and Psychology*, 10, 163-193, 2000.

KITZINGER, Celia. Feminist approaches. In: SEALE, Clive; GOBO, Gianpietro; GUBRIUM, Jaber F.; SILVERMAN, David. *Qualitative Research Practice*. London/Thousand Oaks (California)/New Delhi: Sage Publications, 2007.

KOZINETS, Robert. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. *Reading Images: the grammar of visual design*. London/New York: Routledge, 2006.

KRISTEVA, Julia. Women's Time. *Signs* 7:1 : 363–400, 1981.

KWAN, Raymond. 'Don't Dress Like a Slut: Toronto Cop', *Excalibur*, 8 February 2011.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LAQUEUR, Thomas. *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

LAZAR, Michele. Politicizing Gender in Discourse: Feminist Critical Discourse Analysis as political perspective and praxis. In: LAZAR, Michele (Ed.). *Feminist Critical Discourse Analysis: studies in gender, power and identity*. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 1-28.

LAZAR, Michele. Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse. *Critical Discourse Studies*, London, 2007. 141-164.

LE GUIN, Ursula. *The Left Hand of Darkness*. New York: Ace Books, 1987.

LYKKE, Nina. *Feminist Studies: a guide to intersectional theory, methodology and writing*. New York: Routledge, 2010.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a análise de discurso crítica. In: *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 21, p. 1-9. Especial, 2005.

MAGALHÃES, Izabel. Discurso e identidade de gênero na alfabetização de jovens adultos e no Ensino Especial. *Calidoscópico*, v. 6, n. 2, p. 61-68, mai/ago, Unisinos, 2008.

MAGALHÃES, Izabel. Gênero e Discurso no Brasil. *Discurso & Sociedade*, vol. 3(4), 2009, 714-737.

MAGALHÃES, Izabel. Protagonismo da linguagem: textos como agentes. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, vol. 17, n. 4, p. 575-598, 2017.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane. *Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MALINOWSKI, Bronislaw. *A scientific theory of culture and other essays*. Second Edition. New York: Oxford University Press, 1960.

MARINUCCI, Mimi. *Feminism is Queer*. The intimate connection between queer and feminist theory. London / New York: Zed Books, 2010.

MARTIN, Bidy. Sexualities without Genders and Other Queer Utopias. In: MERCK, Mandy; SEGAL, Naomi; WRIGHT, Elizabeth (Eds.). *Coming out of Feminism*. Oxford: Blackwell, 1998.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The language of evaluation*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à Estilística: a expressividade na Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MARVASTI, Amir. *Qualitative Research in Sociology*. London: Sage, 2004.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MASON, Jennifer. *Qualitative Researching*. London: Sage, 2002.

MAUSS, Marcel. Les techniques du corps. *Journal de Psychologie*, XXXII, n^{os} 3-4, 15 mar.-15abr, 1960.

MCCULLOCH, Gary. *Documentary research: in education, history and the social sciences*. London, New York: Routledge Falmer, 2004.

MCDONOUGH, Roisin.; HARRISON, Rachel. Patriarchy and the relations of production. In: KUHN, Annette; WOLPE, AnnMarie (Eds.). *Feminism and Materialism*. London: RKP, 1978.

MEAD, George. *Mind, self & society: from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MERRIAM, Sharan B. *Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis*. San Francisco (CA): Jossey-Bass, 2002.

MILLS, Sara. *Feminist stylistics*. London: Routledge, 1995

MILLS, Sara; MULLANY, Louise. *Language, gender and feminism: theory, methodology and practice*. London/New York: Routledge, 2011.

MITCHELL, Juliet. Women: the longest revolution. *New Left Review*, nº 40, December, 1966.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

MONEY, John; EHRHARDT, Anke. *Man & Woman, Boy & Girl: Gender Identity from Conception to Maturity*. Northvale, New Jersey: Jason Aronson, 1966.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; CABRAL, Euclides Afonso (Orgs.). *A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação dos direitos humanos da população trans no Brasil*. Uberlândia (MG): Observatório Trans, 2018.

OAKLEY, Ann. *Sex, Gender and Society*. New York: Harper, 1972.

OSTERMANN, Ana Cristina. Comunidades de prática: gênero, trabalho e face. In: HEBERLE, Viviane Maria; OSTERMANN, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Débora Carvalho. *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006. p. 15-47.

PÊCHEUX, Michel. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

PILCHER, Jane; WHELEHAN, Imelda. *Fifty key concepts in Gender Studies*. London, California, New Delhi: Sage Publications Ltd., 2004.

PISAN, Christine. *A cidade das mulheres*. Lisboa: Coisas de Ler, 2007.

PRINS, Baukje & MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos Feministas*, 10, 155-167, 1º semestre, 2002.

PRIOR, Lindsay. *Using documents in Social Research*. London: Sage, 2003.

PROSSER, Jay. *Second Skins: The Body Narratives of Transsexuality*. New York: Columbia University Press, 1998.

PURI, Anjali. The web of insights: the art and practice of webnography. *International Journal of Market Research*, vol. 49, n. 3, 2007, p. 387-408.

QMUNITY. *Queer terminology: from A to Q*. Vancouver: BC'S Queer Resource Centre, 2013.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. *Análise de Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas, SP: Pontes, 2011.

REISIGI, Martin; WODAK, Ruth. The discourse-historical approach (DHA). In: WODAK, Ruth & MEYER, Michael. *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: Sage, 2009.

RESENDE, Viviane. *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

RESENDE, Viviane de Melo. Análise de Discurso Crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: RESENDE, Viviane de Melo; REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva (Orgs.). *Outras perspectivas em Análise de Discurso Crítica*. Campinas (SP): Pontes Editores, 2017.

RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2017.

RICH, Adrienne. *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution*. New York: Norton, 1976.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian experience. *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 5(4): 631-660, 1980.

RICHARDSON, Diane; MCLAUGHLIN, Janice; CASEY, Mark. *Intersections between feminist and queer theory*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the "political economy" of sex. In: REITER, Rayna (Ed.). *Toward an Anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975, p. 157-210.

SALAMON, Gayle. *Assuming a Body: Transgender and Rhetorics of Materiality*. New York: Columbia University Press, 2010.

SANTAELLA, Lucia. Mulheres em tempos de modernidade líquida. *Comunicação & Cultura*, nº 6, 2008, PP. 105-113.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 427-446.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. *Revista Gênero*. Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62, 1 sem. 2010.

SCHILDER, Paul. *The image and appearance of the human body*, New York: John Wiley & Sons, 1950.

SCHIFFRIN, Deborah. *Approaches to Discourse*. Oxford: Blackwell, 1994.

SEDGWICK, Eve. *Epistemology of the closet*. California: University of California Press, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVERMAN, David. *Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações*. 3ª Edição. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SPEER, Susan. *Gender Talk. Feminism, discourse and conversation analysis*. New York: Routledge, 2005.

SPIVAK, Gayatri. Can the Subaltern Speak?. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Larry (Eds.). *Marxism and the interpretation of Culture*. Chicago: University of Illinois Press, 1988, p. 271-313.

SPRINGBORG, Patricia. *Astell: political writings*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1996.

STACEY, Jackie. Feminist Theory: Capital F, Capital T. In: ROBINSON, V.; RICHARDSON, D. (Eds.). *Introducing Women's Studies: Feminist Theory and Practice*. Basingstoke: Macmillan, 1997.

STANLEY, Liz; WISE, Sue. *Breaking out again: Feminist Ontology and Epistemology*. London/New York: Routledge, 1993.

STONE, Sandy. The Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto. In: EPSTEIN, Julia; STRAUB, Kristina (Eds.). *Body Guards: The Cultural Politics of Gender Ambiguity*. New York: Routledge, 1991, p. 280-304.

SULLIVAN, Nikki. *A Critical Introduction to Queer Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press and Melbourne: Circa Books, 2003.

THREADCRAFT, Shatema. Embodiment. In: DISCH, Lisa; HAWKESWORTH, Mary. *The Oxford Handbook of feminist theory*. New York: Oxford University Press, 2016, p. 207-226.

THOMPSON, Jonh. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011.

THOMPSON, Claire; LEWIS, Daniel; TAYLOR, Stephanie. The use of video recording in longitudinal focus group research. In: BARBOUR, Rosaline; MORGAN, David. *A new era in focus group research: challenges innovation and practice*. London: Palgrave Macmillan, 2017.

TOSH, John. *The pursuit of history: aims, methods and new directions in the study of modern history*. Endinburgh: Pearson Education Limited, 2002.

VAN DIJK, Theun. *Social cognition and discourse*. In.: GILES, H; ROBINSON, W. P. (Eds.). *Handbook of language and social psychology*. Chichester, UK: John Wiley & Sons, 1990, p. 163-183.

VAN DIJK, Teun. Critical Discourse Analysis. In.: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi (Orgs.). *Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell, 2001, p. 352-371.

VAN LEEUWEN, Theo. Representing Social Action. *Discourse & Society*, 6 (1), 1995: 81-106.

VAN LEEUWEN, Theo. *Introducing Social Semiotics*. London/New York: Routledge, 2005.

VAN LEEUWEN, Theo. *Discourse and Practice: New Tools for Critical Discourse Analysis*. New York: Oxford University Press, 2008.

VAN LEEUWEN, Theo; JEWITT, Carey. *Handbook of Visual Analysis*. London: Sage Publications, 2008.

VILLERME, Louis René. *Tableau de l'état physique et moral dès ouvriers employés das lês manufactures de coton, de laine et de soie*. Paris: J. Renouard, 1840.

VIGARELLO, Georges. *História da beleza: o corpo e a arte de se embelezar, do Renascimento aos dias de hoje*. Trad. Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 247 p.

VOLOSINOV, V. *Marxism and the Philosophy of Language*. New York/London: Seminar Press, 1973.

WALBY, Sylvia. Theorizing patriarchy, *Sociology*, 23: 2 1 3-34, 1989.

WALKOWITZ, Judith. Male vice and feminist virtue: feminism and the politics of prostitution in nineteenth-century Britain. *History Workshop*, nº 13, Spring, 1982, p. 79-93.

WALTERS, Suzanna Danuta. From Here to Queer: Radical Feminism, Postmodernism, and the Lesbian Menace. In: MORLAND, Iain.; WILLOX, Dino. (Eds.), *Queer Theory*. Basingstoke: Palgrave, 2005.

WARREN, Karen. *Ecofeminism: women, culture, nature*. Indianapolis: Indiana University Press, 1997.

WHITEMAN, Natasha. *Undoing ethics: rethinking practice in online research*. New York: Springer, 2012

WITT, Charlotte (Ed.). *Feminist Metaphysics: explorations in the ontology of sex, gender and the self*. London/New York: Springer, 2011.

WITTIG, Monique. *Le corps lesbien*. Paris: Les éditions de Minuit, 1973.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Eds.). *Methods for Critical Discourse Analysis*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 2009.

WODAK, Ruth; NOWAK, P.; PELIKAN, J. GRUBER, H. DE CILLIA, R.; MITTEN, R. Wir sind alle unschuldige Täter! Diskurshistorische Studien zum Nachkriegsantisemitismus ["We are all innocent perpetrators!" Discourse-historical studies of postwar antisemitism]. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1990.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Tradução Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.

YOUNG, Iris Marion. *On Female Body Experience: "Throwing Like a Girl" and Other Essays*. New York: Oxford University Press, 2005.

Jornais, Revistas e Sites

BITTENCOURT, Bruna. Pesquisa Exclusiva: Cláudia revela dados da beleza da brasileira. *Revista Cláudia*, São Paulo, 4 abr. 2013. Disponível em: <goo.gl/DmyRW3>. Último acesso : 19 jan. 2018.

BLANCO, Alessandra. Pesquisa beleza a qualquer custo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 set. 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/8J9S92>>. Último acesso: 19 jan. 2018.

GELEDES. *Sojourner Truth*. Disponível em: <<https://goo.gl/1eQobC>>. Último acesso: 5 ago. 2018.

NOS Madalenas. Disponível em: <<http://nosmadalenas.tumblr.com>>. Último acesso: 15 fev. 2018.

REALIDADE. *Revista Realidade*, São Paulo, Editora Abril, n.10 e n.11, janeiro e fevereiro, 1967.

THINK Olga. *Olga*. Disponível em: <www.thinkolga.com>. Último acesso: 20 jan. 2018.

UNION Parlamentaire. *Le suffrage feminin: une chronologie mondiale de la reconnaissance aux femmes des droits de voter et d'être candidates*. France: Union Parlamentaire, 2017. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-f/suffrage.htm>>. Último acesso: 20 jan. 2018.

ANEXOS

ANEXO A

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CORPOS QUE RESISTEM: REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DE GÊNERO NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEOS

Pesquisador: Lorena Araújo de Oliveira Borges

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 51356915.5.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Letras

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.472.786

Apresentação do Projeto:

idem ao parecer anterior

Objetivo da Pesquisa:

idem

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

idem

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

idem

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

idem

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora sanou a pendência antes existente anexado nova folha de rosto com o carimbo solicitado, da coordenação do programa de pós-graduação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC à ALA NORTE à MEZANINO à SALA B1 à 606 (MINHOÇÃO)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS**



Continuação do Parecer: 1.472.786

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_590719.pdf	21/03/2016 19:55:37		Aceito
Outros	Carta_resposta_as_pendencias_Borges_versao2.docx	21/03/2016 19:54:49	Lorena Araújo de Oliveira Borges	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Borges_versao3.pdf	21/03/2016 19:54:23	Lorena Araújo de Oliveira Borges	Aceito
Outros	Carta_resposta_as_pendencias_Borges.docx	09/03/2016 09:16:07	Lorena Araújo de Oliveira Borges	Aceito
Outros	Carta_de_revisao_etica_Borges_modificado.docx	09/03/2016 09:15:46	Lorena Araújo de Oliveira Borges	Aceito
Cronograma	Cronograma_Borges_modificado.docx	09/03/2016 09:14:47	Lorena Araújo de Oliveira Borges	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_Borges_modificado.docx	09/03/2016 09:14:31	Lorena Araújo de Oliveira Borges	Aceito
Outros	Resumo_do_projeto_Borges.docx	16/11/2015 17:53:11	Lorena Araújo de Oliveira Borges	Aceito
Outros	Lattes_Borges.pdf	16/11/2015 17:52:51	Lorena Araújo de Oliveira Borges	Aceito
Outros	Instrumentos_Borges.docx	16/11/2015 17:52:12	Lorena Araújo de Oliveira Borges	Aceito
Outros	Carta_de_Encaminhamento_Borges.doc	16/11/2015 17:51:31	Lorena Araújo de Oliveira Borges	Aceito
Outros	Aceite_institucional_justificativa_Borges.doc	16/11/2015 17:51:05	Lorena Araújo de Oliveira Borges	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Borges.docx	16/11/2015 17:50:05	Lorena Araújo de Oliveira Borges	Aceito
Orçamento	Orcamento_Borges.docx	16/11/2015 17:49:42	Lorena Araújo de Oliveira Borges	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 31 de Março de 2016

Assinado por:

**Livia Barbosa
(Coordenador)**

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC ; ALA NORTE ; MEZANINO ; SALA B1 ; 606 (MINHOÇÃO)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa **Corpos que resistem: representações e identidades de gênero nas práticas discursivas dos movimentos feministas contemporâneos**, de responsabilidade de Lorena Araújo de Oliveira Borges, aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é *compreender como representações e identidades estão sendo construídas a partir da (re)apropriação que o movimento feminista tem feito do corpo feminino*. Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa e asseguro-lhe que seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *entrevistas e grupos focais* que durarão, respectivamente, 60 minutos e 150 minutos e serão previamente agendados. É para estes procedimentos que você está sendo convidada a participar. Sua participação na pesquisa não implica nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa compreender como as mulheres que participam de mobilizações feministas estão construindo suas representações e identidades em torno da (re)apropriação do corpo feminino e contribuir para a discussão sobre novas formas de se combater a submissão feminina na sociedade ocidental.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone ou whatsapp 62 985573459 ou pelo e-mail lorena.aoborges@gmail.com.

A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão devolvidos às participantes por meio de *tese em meio digital*, podendo ser publicados posteriormente no formato de livro acadêmico.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidas através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Brasília, ___ de _____ de _____

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE B

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM E VOZ PARA FINS DE PESQUISA



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA

Eu, _____,
autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistada no projeto de pesquisa intitulado *Corpos que resistem: representações e identidades de gênero nas práticas discursivas dos movimentos feministas contemporâneos*, sob responsabilidade de *Lorena Araújo de Oliveira Borges* vinculada ao *Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília*.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas para *análise por parte da pesquisadora, bem como em apresentações realizadas em eventos científicos ou demais atividades educacionais. Estou consciente de que as transcrições de minhas falas farão parte tanto do corpo da tese da pesquisadora quanto de outros trabalhos acadêmicos apresentados por ela.*

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade da pesquisadora *Lorena Araújo de Oliveira Borges*.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com a participante.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora
Lorena Araújo de Oliveira Borges

Brasília, ____ de _____ de _____

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO INICIAL



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

QUESTIONÁRIO INICIAL

NOME COMPLETO:

CODINOME*:

IDENTIDADE DE GÊNERO:

ORIENTAÇÃO SEXUAL:

IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL:

IDADE:

ESCOLARIDADE:

PROFISSÃO:

EMAIL:

TELEFONE:

FALE UM POUCO SOBRE O QUE SEU CORPO REPRESENTA PARA VOCÊ.

PROJETO Corpos que resistem: representações e identidades de gênero nas práticas discursivas dos movimentos feministas contemporâneos

ORIENTADORA Profa. Dra. Maria Izabel Magalhães

PESQUISADORA Lorena Araújo de Oliveira Borges

INSTITUIÇÃO Universidade de Brasília

COMITÊ DE ÉTICA CAAE 51356915.5.0000.5540

* Sugerimos a utilização de nomes de mulheres que tenham influenciado o seu percurso enquanto ativistas feministas. Caso haja duplicidade na escolha dos codinomes, entraremos em contato com as participantes.

APÊNDICE D
TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Material digitalizado em DVD e anexado a este trabalho.